

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**LEONARDO MARMONTEL BRAGA**

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DO TERROR: O CASO ARGENTINO**

PORTO ALEGRE

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**LEONARDO MARMONTEL BRAGA**

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DO TERROR: O CASO ARGENTINO**

Dissertação apresentada como exigência para conclusão do curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Orientador: Dra. Maria Susana Arrosa Soares**

PORTO ALEGRE

2012

Aos meus pais, Vera Lúcia e Miguel, minha avó, Thereza, e tia-avó, Marisa, que, com muito amor e carinho, ensinaram-me valores humanos e de respeito ao próximo.

## AGRADECIMENTOS

Sem a colaboração de diferentes pessoas teria sido muito mais difícil realizar esta dissertação. Inicialmente, gostaria de expressar minha gratidão para com a minha orientadora Dra. Maria Susana Arrosa Soares. Tive a oportunidade de vivenciar diversas lições, profissionais e pessoais, com a mesma, tais como a compreensão de que o processo da pesquisa, ou mesmo da redação, é um constante sistema de lapidação das ideias, que prima, sempre, pelo maior refinamento e profundidade intelectual; e que o texto, embora esteja finalizado, sempre pode ser, mais uma vez, aperfeiçoado. Por essas e outras razões, expresso os meus melhores e mais sinceros agradecimentos e a satisfação de ter sido seu orientando.

Também do meio acadêmico, agradeço aos professores: Graciela de Conti Pagliari, Ondina Maria Fachel Leal, Raúl Enrique Rojo, Carla Brandalise, Vera Lúcia Corrêa da Silva, Fernando Camacho Padilla, Gabriela Porta, Mario Albornoz e Lucas Luchilo; e à Nara Widholzer e equipe da Secretaria do Mestrado de Relações Internacionais, da Universidade Federal do RS (UFRGS).

Agradeço, enormemente, aos sete argentinos entrevistados que compartilharam comigo uma importante e marcante parte de suas histórias de vida.

Agradeço, igualmente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou e possibilitou a pesquisa desta dissertação.

Aos amigos, em especial, Yacqueline Virginia Molina Recabarren, Roberta Capelão Valença, Maria Lujan Grazioli, Jóice Terezinha Almada Emer, André Germain, Laura Elise Messinger Pereira, Carolina Netto Carneiro; e aos colegas do Mestrado Bruno Mendelski de Souza, Silvana Aline Soares Simon, Bruno Mariotto Jubran, Andressa Saraiva Ternes e Denise de Rocchi; serei sempre grato pela contribuição de todos vocês.

E, por último, à minha família, especialmente, à minha mãe, Vera Lúcia, meu pai, Miguel, minha avó, Thereza e às “ti-vós”, Marisa e Leda, que me acompanharam, sempre, impecável, paciente e carinhosamente, durante todos os momentos do Mestrado e, obviamente, durante a construção do presente trabalho escrito.

Muito obrigado a todos!

When the military dictatorship fell in 1983, here in Argentina, we were told that we should never look back. Yes, there was injustice. Yes, mistakes were made. But if we looked back, the pain would never end. The wounds would never heal. The Generals have already changed the meaning of the words *to disappear*. Before things disappeared... People disappeared. They spoke of disappearing people... Disappearing their enemies. They have changed the language and now they want *to disappear* the past. They told us we must never look back, but we have to look back, it is our sacred duty: to look back. [...] Somewhere in the world today, someone is “disappearing!” (Filme IMAGINING ARGENTINA, 2003).

## RESUMO

A internacionalização do terror no Cone Sul, durante as décadas de 70 e 80, consistiu na integração dos esforços de um grupo de países para combater um “inimigo” comum: o comunismo. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai – com apoio dos Estados Unidos – associaram suas forças militares e serviços secretos para desenvolver um plano de combate internacional contra a “subversão comunista”: a denominada Operação Condor. Através dela internacionalizou-se o terrorismo de Estado instaurado nesses países, disseminando a insegurança, a violência e o desrespeito aos direitos humanos em toda a região sul-americana, dando origem a uma verdadeira “multinacional do terror”. O Plano Condor visou evitar que a atuação das organizações guerrilheiras existentes nesses países pudesse levar a uma revolução semelhante à ocorrida em Cuba. A Argentina foi um importante ator dessa rede internacional de terror. Perseguiu, reprimiu e colaborou, de forma sistemática e com requintes de violência, na perseguição e no aniquilamento dos opositores do regime ditatorial argentino, bem como dos países vizinhos. Com o golpe de Estado de março de 1976, instalou-se na Argentina a ditadura civil-militar, denominada *Proceso de Reorganización Nacional*, banalizando o terrorismo do Estado e gerando um clima de insegurança e medo em toda a sociedade argentina. Nesta fase instaurou-se uma política estatal que cometeu diversos crimes de lesa humanidade, no marco do genocídio para alguns, ou do politicídio de vários militantes de movimentos de oposição, tornando-se esta a tática mais utilizada para combater as ideias “subversivas”. Milhares de cidadãos abandonaram o país tomando o rumo do exílio para salvar suas vidas, a de seus familiares e para seguir combatendo, desde o exterior, os usurpadores da liberdade na Argentina e lutando pela volta da democracia ao país.

**Palavras-chave:** Guerra Fria, Plano Condor, internacionalização do terror, terrorismo de estado, ditadura civil-militar, Argentina, crimes contra a humanidade genocídio, politicídio, exílio argentino.

## ABSTRACT

The internationalization of terror in the Southern Cone, between the 70's and the 80's, was the integration of efforts of a group of countries to combat a "common enemy": the communism. Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Paraguay and Uruguay – with support from the United States – connected its military forces and secret services to develop a plan to combat internationally the "communist subversion": the named Operation Condor. It internationalized the State terrorism introduced in those countries, spreading insecurity, violence and disrespecting human rights in the entire South American region, giving rise to a genuine "multinational of terror". The Operation Condor aimed to avoid that those guerrillas organizations, active in its countries, could lead to a revolution similar to which occurred in Cuba. Argentina was an important actor from that international network of terror. It persecuted, repressed and collaborated systematically and with refinements of violence in the harassment and the annihilation of enemies of the Argentinean dictatorial regime, such as from its neighbouring countries. With the *coup d'état* of March of 1976 in Argentina it was installed the civil-military dictatorship named *Proceso de Reorganización Nacional* that trivialized State terrorism and generated an atmosphere of insecurity and fear for the Argentine society as whole. This stage introduced a State policy that committed several crimes against humanity, within the framework of genocide for some, or of the politicide of several militants of the opposition movements, making it the most widely used tactic to combat the "subversive" ideas. Thousands of citizenships abandoned this country taking the road of exile to save their own lives, as well as their families' and to keep fighting against, from abroad, the usurpers of freedom in Argentina and struggling for the return of democracy to the country.

**Keywords:** Cold War, Operation Condor, internationalization of terror, State terrorism, civil-military dictatorship, Argentina, crimes against humanity, genocide, politicide, Argentine exile.

## RESÚMEN

La internacionalización del terror en el Cono Sur, durante las décadas del 70 y 80, consistió en la integración de los esfuerzos de un grupo de países para combatir un “enemigo” común: el comunismo. Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay – con el apoyo de los EE.UU. – asociaron sus fuerzas militares y sus servicios secretos para desarrollar un plan de combate internacional contra la “subversión comunista”: la denominada Operación Cóndor. Mediante ella se internacionalizó el terrorismo de Estado en esos países, diseminando la inseguridad, la violencia y el desprecio de los derechos humanos a toda la región sudamericana, originando una verdadera “multinacional del terror”. El Operativo Cóndor estuvo destinado a evitar que las acciones de organizaciones guerrilleras existentes en esos países pudieran llevar a una revolución semejante a la que ocurrió en Cuba. La Argentina fue un importante actor de esa red internacional del terror. Persiguió, reprimió y colaboró, sistemática y violentamente, en la persecución y en el aniquilamiento de los opositores del régimen dictatorial argentino, así como lo de los países vecinos. Con el golpe de Estado de marzo de 1976, se estableció en la Argentina la dictadura civil-militar, denominada Proceso de Reorganización Nacional, banalizando el terrorismo de Estado y generando una atmósfera de inseguridad y de miedo a toda la sociedad argentina. En esta fase se introdujo una política estatal que cometió diversos crímenes de lesa humanidad, en el marco del genocidio para algunos, o del politicidio de varios militantes de movimientos de oposición, convirtiéndose esta la táctica más utilizada para combatir las ideas “subversivas”. Miles de ciudadanos abandonaron el país tomando el rumbo del exilio para salvar sus vidas, la de sus familiares y para seguir combatiendo, desde afuera, los usurpadores de la libertad en la Argentina y luchando por el regreso de la democracia al país.

**Palabras-clave:** Guerra Fría, Operativo Cóndor, internacionalización del terror, terrorismo de Estado, dictadura civil-militar, Argentina, crímenes de lesa humanidad, genocidio, politicidio, exilio argentino.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Os três atores do exílio político .....	33
Figura 2 – Estrutura Quádrupla do Exílio Político .....	34
Figura 3 – As Mães da <i>Plaza de Mayo</i> .....	78
Figura 4 – Organograma da Operação Condor .....	90

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As seis principais ditaduras da Plano Condor entre 1975-1980 .....	96
Quadro 2 – Militância política dos entrevistados .....	117
Quadro 3 – Motivações para a decisão de exilar-se .....	122
Quadro 4 – <i>Encilio</i> e Exílio .....	128
Quadro 5 – O retorno dos exilados argentinos .....	134

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AAA / Triple-A** – *Alianza Anticomunista Argentina*
- ACINDAR** – *Aceros Industriales Argentinos*
- ACNUR** – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
- AI** – *Amnesty International*
- ASTARSA** – *Astilleros Argentinos Río de La Plata S.A.*
- CADHU** – *Comisión Argentina de Derechos Humanos*
- CAIS** – *Comité Argentin d'Information et Solidarité* (França)
- CAS** – *Comisión Argentina de Solidaridad* (México)
- CCAE** – *Comunidad de Cristianos Argentinos en el Exilio* (México)
- CCD** – *Centros Clandestinos de Detenção*
- CCEAP** – *Communauté Chrétienne des Exilés Argentins à Paris* (França)
- CEESTEM** – *Centro de Estudios Económicos y Sociales del Tercer Mundo* (México)
- CEMDP** – *Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* (Brasil)
- CIA** – *Central Intelligence Agency* (EUA)
- CIDH** – *Comisión Interamericana de Derechos Humanos*
- CIEX** – *Centro de Informações do Exterior* (Brasil)
- CIM** – *Comité Intergubernamental para las Migraciones* (Internacional)
- CIME** – *Comité Intergubernamental para las Migraciones Europeas*
- CISAL** – *Centre d'Information sur l'Argentine en Lutte* (França)
- CLACSO** – *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (Argentina)
- CLAE** – *Commission des Liges Agraires en Exil* (França)
- COBA** – *Comité para el Boicoteo de la Copa del Mundo de Fútbol en Argentina* (França)
- CODEPPA** – *Comité de Défense des Prisonniers Politiques Argentins* (França)
- CONADEP** – *Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina*
- CONARE** – *Comitê Nacional para os Refugiados* (Brasil)
- COSOFAM** – *Comisión de Solidaridad de Familiares de Presos, Muertos y Desaparecidos por Razones Políticas en la Argentina*
- COSPA** – *Comité de Solidaridad con el Pueblo Argentino/ Casa Argentina* (México)
- CSPLA** – *Comité de Soutien aux Luttes du Peuple Argentin* (França)
- CVJ** – *Comissão de Verdade e Justiça/ Comisión de Verdad y Justicia*
- DAIA** – *Delegación de Asociaciones Israelitas de Argentina*

**DINA** – *Dirección de Inteligencia Nacional* (Chile)

**DISIP** – *Direc. Gen. Sector. de los Serv. de Intelig. y Prevención* (Venezuela)

**DNM** – *Dirección Nacional de Migraciones* (Argentina)

**DOPS** – *Departamento de Ordem Política e Social* (Brasil)

**DSN** – *Doutrina de Segurança Nacional*

**ELN** – *Ejército de Liberación Nacional* (Bolivia)

**ERP** – *Ejército Revolucionario del Pueblo* (Argentina)

**ESG** – *Escola Superior de Guerra* (Brasil)

**ESMA** – *Escuela de Mecánica de la Armada* (Argentina)

**EUA** – *Estados Unidos da América*

**FAMILIARES** – *Familiares de detenidos y desaparecidos por razones políticas en la Argentina*

**FBI** – *Federal Bureau of Investigation* (EUA)

**FRACIN** – *Frente Argentino de Cineastas* (México)

**GAAEF** – *Groupe d'Avocats Argentins Exilés en France* (França)

**GAIAM** – *Grupo de Arquitectos e Ingenieros Argentinos en el Exilio en México*

**GSPA** – *Groupe de Solidarité avec le Peuple Argentin* (França)

**H.I.J.O.S.** – *Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio* (Argentina)

**JAE** – *Juventud Argentina en el Exilio* (México)

**JCR** – *Junta Coordinadora Revolucionaria*

**JID** – *Junta Interamericana de Defensa*

**LAN CHILE** – *Línea Aérea Nacional de Chile*

**MIR** – *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (Chile)

**MLN-T** – *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* (Uruguay)

**MNC** – *Movimiento Nacionalista Cubano*

**MPM/ MONTONEROS** – *Movimiento Peronista Montonero* (Argentina)

**OAS** – *Organisation de l'Armée Secrète* (França)

**OEA** – *Organização dos Estados Americanos*

**OIM** – *Organização Internacional para as Migrações*

**ONG** – *Organização Não Governamental Internacional*

**ONU** – *Organização das Nações Unidas*

**PRN** – *Proceso de Reorganización Nacional* (Argentina)

**PRT** – *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (Argentina)

**PRT-ERP** – *Partido Rev. de los Trabaj. – Ejército Rev. del Pueblo/Fracción Roja* (Argentina)

**SIDE** – *Servicio de Inteligencia del Estado* (Argentina)

**SMATA** – *Sind. de Mecánicos y Afines del Transp. Automotor de la Rep. Argentina*

**SOA** – *School of the Americas (Panamá)*

**TDE** – *Terrorismo de Estado*

**TIAR** – *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca*

**TSM** – *Trabajadores de Salud Mental (México)*

**TYSAE** – *Trabajadores y Sindicalistas Argentinos en el Exilio (França)*

**UBA** – *Universidad de Buenos Aires*

**UNAM** – *Universidad Autónoma de México*

**UPARF** – *Unión de Periodistas Argentinos Residentes en Francia (França)*

**URAE** – *Unidad y Resistencia Argentina en el Exilio (México)*

**URSS** – *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*

**USCARIB** – *US Army Caribbean School (Estados Unidos)*

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	16
<b>2</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	20
<b>3</b>	<b>TERRORISMO DE ESTADO NA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XX</b> .....	38
<b>3.1</b>	<b>Antecedentes das relações entre EUA e América Latina</b> .....	39
<b>3.2</b>	<b>A Guerra Fria e o bipolarismo na América Latina</b> .....	44
3.2.1	Anticomunismo latino-americano .....	45
3.2.2	As ditaduras latino-americanas .....	46
3.2.3	A virulência ditatorial na América do Sul .....	49
<b>4</b>	<b>TERRORISMO DE ESTADO NA ARGENTINA E SUA INTERNACIONALIZAÇÃO</b> .....	54
<b>4.1</b>	<b>A Argentina pré-ditadura de 1976 a 1983</b> .....	55
4.1.1	O golpe de 1966 .....	55
4.1.2	O governo do casal Perón .....	56
<b>4.2</b>	<b>O golpe de Estado de 24 de março de 1976</b> .....	62
<b>4.3</b>	<b>Os algozes e as vítimas do terrorismo de Estado</b> .....	68
4.3.1	Militares .....	68
4.3.2	Civis .....	71
<b>4.4</b>	<b>A internacionalização das redes de solidariedade</b> .....	75
4.4.1	Organizações de solidariedade criadas na Argentina .....	76
4.4.2	Organizações de solidariedade criadas no exílio .....	79
<b>5</b>	<b>OPERAÇÃO CONDOR: O PROJETO INTERNACIONAL DO TERROR NA AMÉRICA DO SUL</b> .....	84
<b>5.1</b>	<b>Archivos del Terror</b> .....	85
<b>5.2</b>	<b>A gênese e as características do Plano Condor</b> .....	86
<b>5.3</b>	<b>Forças em confronto: militares, empresários e militantes</b> .....	96
5.3.1	Os Estados-membros e os colaboradores .....	96

5.3.2	Os “subversivos” e suas organizações .....	100
5.3.3	As vítimas .....	103
<b>6</b>	<b>O GOLPE DE 1976 E O EXÍLIO: A VISÃO DE SUAS VÍTIMAS .....</b>	<b>106</b>
<b>6.1</b>	<b>As origens da repressão na Argentina .....</b>	<b>107</b>
<b>6.2</b>	<b>O exílio argentino .....</b>	<b>110</b>
<b>6.3</b>	<b>A reconstituição do exílio .....</b>	<b>112</b>
6.3.1	Eixo 1 – O pré-exílio .....	112
6.3.2	Eixo 2 – A decisão de emigrar .....	117
6.3.3	Eixo 3 – Destino e vida no exterior .....	122
6.3.4	Eixo 4 – O retorno à pátria .....	129
<b>7</b>	<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>137</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>145</b>
	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>160</b>
	APÊNDICE A – O questionário, as entrevistas e os entrevistados .....	161
	APÊNDICE B – As entrevistas dos sete ex-exilados .....	164
	Entrevista 1: “Vicente” .....	164
	Entrevista 2: “María” .....	170
	Entrevista 3: “Mateus” .....	172
	Entrevista 4: “Diego” .....	178
	Entrevista 5: “Felipe” .....	181
	Entrevista 6: “Cristina” .....	186
	Entrevista 7: “Rafael” .....	190
	<b>ANEXO .....</b>	<b>193</b>
	ANEXO A – Genocídios e Politicídios desde 1955 .....	194
	ANEXO B – A X Conferência Interamericana de Caracas em 1954 .....	195
	ANEXO C – Argentina 1973-83: Mortos e desaparecidos denunciados do campo popular, por ano .....	196
	ANEXO D – Decretos 261, 2770, 2771 e 2772/75 .....	197

ANEXO E – 19750910 Analysis of Political Situation .....	200
ANEXO F – 19760402 Argentine Coup in Perspective CIA .....	205
ANEXO G – Acta fijando el propósito y los objetivos básicos para el Proceso de Reorganización Nacional .....	208
ANEXO H – Manifestações internacionais contra a Copa Mundial de 78 .....	210
ANEXO I – Os Voos da Morte .....	211
ANEXO J – Las Madres de la Plaza de Mayo .....	215
ANEXO K – Documentos fundacionais da Operação Condor .....	216
ANEXO L – A origem da Junta de Coordinación Revolucionaria .....	222
ANEXO M – Comunicado feito pela JCR após a morte Miguel Enríquez .....	223
ANEXO N – Crescimento absoluto da população argentina no exterior, total e por grandes regiões de destino (1960-2000) .....	224
ANEXO O – Cifras do Exílio no México .....	225



## 1 APRESENTAÇÃO

O profundo interesse do autor por temas migratórios internacionais levou-o a diferentes caminhos em sua pesquisa até encontrar a problemática contemplada por esta dissertação.

Durante o início da pesquisa, a leitura do livro *Migrações e Políticas Sociais na América Latina*, publicado pela fundação alemã Konrad-Adenauer, em 2009, despertou sua curiosidade para um fenômeno migratório, considerado anômalo, que hoje ocorre na Argentina: a emigração qualificada. A partir do século XIX, a República Argentina tornou-se um Estado, essencialmente, formado por imigrações europeias e de outras nacionalidades, tendo, posteriormente, recebido migrações regionais também. Atualmente, o padrão migratório inverteu-se: ao passo que a Argentina atrai imigrantes de países limítrofes, ela perde um percentual de seus profissionais qualificados, logo que emigram para outros países, devido motivações essencialmente econômicas. Esta emigração de profissionais qualificados nacionais é também conhecida como *Fuga de Cérebros*.

Esse último conceito orientou o pesquisador a investigar as origens históricas desse processo na Argentina. Com isso, constatou-se, em um primeiro momento, que tal país, até os anos 60, era visto fundamentalmente como um *receptor* de grandes ondas migratórias internacionais. Mas, a partir dos anos 60 isso mudou, inaugurando um novo período na história contemporânea argentina e convertendo-o num *país emissor* de parte de sua população.

A pesquisa por detrás da inversão do fluxo migratório nesse Estado descobriu que o ano de 1966 foi o marco histórico para o desencadeamento da fuga de cérebros argentinos. Estes “cérebros” argentinos foram influenciados a emigrar, basicamente, por motivações políticas, resultantes da ditadura civil-militar iniciada no

primeiro semestre daquele ano. Ademais, as ondas emigratórias seguintes nesse país também foram consequentes da política de outros governos *de facto*.

A conselho de professores, durante a banca de qualificação do projeto de pesquisa, ampliou-se o objeto de estudo. Ao invés de trabalhar unicamente com a fuga de cérebros argentinos, optou-se por investigar as migrações argentinas estimuladas, essencialmente, por questões políticas enriquecendo mais o campo de análise. Alterou-se, também, o recorte histórico da pesquisa, envolvendo o processo emigratório decorrente, principalmente, da ditadura de 1976 a 1983, incluindo todos os tipos de migrações e não mais, unicamente, a de profissionais qualificados, iniciada em 1966.

Na segunda etapa da pesquisa, construiu-se um questionário de 14 perguntas direcionado a três grupos de entrevistados: a) classe operária, b) intelectuais, professores; e c) estudantes, jornalistas, artistas e outros.

Viajou-se à Buenos Aires para entrevistar seis argentinos ex-exilados que haviam sido vítimas das ditaduras cívico-militares de 1966 e 1976, daquele país.

Com essas entrevistas e consequentes leituras realizadas fez-se uma nova descoberta: o verdadeiro objeto de pesquisa não eram as migrações internacionais sul-americanas, exemplificadas através do caso argentino, e sim desvendar aquilo que realmente havia originado a diáspora argentina a partir da década de 70. As entrevistas e os depoimentos obtidos possibilitaram inferir a relação dessa diáspora com o terrorismo de Estado argentino, posteriormente, com a Operação Condor quando, então, internacionalizou-se o terror Estatal, na região do Cone Sul.

Desse modo, o objeto pesquisado definiu-se pela relação entre o processo de internacionalização do terror cometido pelo estudo de caso da Argentina – a partir do golpe militar deflagrado em 24 de março de 1976 –, e do exílio em larga escala de argentinos, produto disso. Em outras palavras, este estudo descreve o processo de internacionalização do terror do Estado argentino, a partir de 1976, e sua relação com o exílio massivo de argentinos.

Esta dissertação está estruturada em sete capítulos. No primeiro, *APRESENTAÇÃO*, cita-se brevemente o percurso realizado pela pesquisa, os principais conteúdos, a metodologia e as fontes adotadas, a estrutura e os objetivos deste trabalho acadêmico.

O segundo capítulo, *INTRODUÇÃO*, instrui sobre tal temática e traz uma discussão teórica sobre o objeto deste estudo.

O terceiro capítulo, *TERRORISMO DE ESTADO NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XX*, aborda as relações entre Estados Unidos e a América Latina, durante a Guerra Fria e as consequências do bipolarismo no continente. As circunstâncias sociais e políticas que levaram à sucessão de golpes de Estado e ao surgimento do terrorismo estatal em vários países são, também, apresentados.

No quarto capítulo, *TERRORISMO DE ESTADO NA ARGENTINA E SUA INTERNACIONALIZAÇÃO*, citam-se os antecedentes do golpe de 1976 e a situação vivida pela sociedade argentina a partir da tomada de poder pelas suas Forças Armadas. Ademais, os principais responsáveis pelo golpe, suas vítimas, o processo de internacionalização do terror e as redes de solidariedade, criadas no período compõem esta divisão.

O quinto capítulo, *OPERAÇÃO CONDOR: O PROJETO INTERNACIONAL DO TERROR NA AMÉRICA DO SUL*; descreve de forma resumida a Operação Condor e o papel que teve no Cone Sul. São mencionadas suas principais características, os atores, algumas das ações desenvolvidas e suas vítimas.

No sexto capítulo, *O GOLPE DE 1976 E O EXÍLIO: A VISÃO DE SUAS VÍTIMAS*, apresentam-se os testemunhos de ex-exilados argentinos entrevistados sobre as raízes do golpe de 76, o regime ditatorial dele resultante e sua experiência no exílio argentino.

Nas *CONCLUSÕES* são identificados os principais fatos, considerados mais relevantes para conhecer como ocorreu a internacionalização do terror na Argentina e seu impacto sobre seus cidadãos.

O trabalho de pesquisa utilizou de forma articulada duas metodologias: a descritiva-histórica e a história oral. Através da primeira fez-se a reconstituição histórica do processo de internacionalização do terrorismo de Estado pela Argentina. A segunda permitiu, através do recurso das entrevistas, conhecer como, decorridos trinta e seis anos do golpe, as vítimas do terror reconstroem a ditadura iniciada em 24 de março de 1976 e sua experiência no exílio.

As principais fontes primárias utilizadas foram entrevistas realizadas com argentinos que tiveram de exilar-se durante as décadas de 1970 e 80.

As fontes secundárias foram obras literárias, sobre o terrorismo de Estado latino-americano, a partir da segunda metade do século XX, e sobre o exílio argentino, como periódicos<sup>1</sup> e documentários de autoria e realização de especialistas argentinos e estrangeiros.

A pesquisa sobre a internacionalização do terror no Cone Sul, especificamente na Argentina, utilizou uma abordagem teórica multidisciplinar, já que o processo possuía dimensões múltiplas, necessitando, então, a utilização de conceitos originários de diversas disciplinas das Ciências Sociais, como: internacionalização do terror, terrorismo de Estado, crimes de lesa humanidade, genocídio, politicídio e exílio político.

Este trabalho constitui-se numa contribuição às Relações Internacionais, uma vez que aborda uma problemática ainda pouco tratada nesse campo. A relação desenvolvida entre o terrorismo de Estado, a internacionalização do terror e o exílio político de argentinos, a partir da década de 1970, neste estudo, resultou numa abordagem original, visto que em outros estudos esses temas são tratados separadamente, não destacando as conexões existentes entre os mesmos.

---

<sup>1</sup> Utilizou-se uma considerável quantidade de reportagens de jornais argentinos com o propósito de representar a opinião nacional sobre circunstâncias, fatos e debates ocorridos na própria Argentina.

## 2 INTRODUÇÃO

Todos os Estados-nação, principalmente os europeus, imaginavam que o pós Segunda Guerra Mundial iniciaria no sistema internacional uma época de paz. Esperava-se o fim das hostilidades e que as lições das destruições e das perdas inestimáveis provocadas pelos dois conflitos internacionais haviam sido aprendidas. Em junho de 1945, criou-se a Organização das Nações Unidas (ONU), antes mesmo do fim da guerra, com o objetivo de assegurar o estabelecimento da paz mundial.

Com o fim da Grande Guerra, o sistema internacional passou por muitas transformações que modificaram a *balança de poder*<sup>2</sup> entre as nações. A Europa perdeu sua hegemonia secular social-político-econômica e abriu-se espaço para duas outras potências exercerem maior poder nas relações internacionais: os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Isso ficou evidente na Conferência de Ialta ocorrida em fevereiro de 1945, que transformou, em bipolar, o equilíbrio de poder mundial.

A etapa que se seguiu não foi pacífica. O “pós-guerra de harmonia e de colaboração entre os vitoriosos” (SCHILLING, entre 1990 e 2012) do último conflito internacional (1939-45), como se esperava, foi frágil, efêmero e esteve marcado por crises políticas entre EUA e URSS e enfrentamentos entre seus aliados, período denominado Guerra Fria.

Este confronto internacional dividiu o mundo em dois blocos ideológicos antagônicos. O bloco liderado pelos norte-americanos defendia, através de todos os

---

<sup>2</sup> Segundo a teoria realista de Relações Internacionais, a balança de poder organiza o relacionamento interestatal, objetivando “[...] o equilíbrio de poder não para obter a paz, mas para prevenir o surgimento de um poder único que subjogue os demais, para garantir sua independência e sobrevivência e para preservar o sistema anárquico de soberanias autônomas” (PECEQUILO, 2005, p. 123).

meios, a economia capitalista, baseada na propriedade privada, no Estado-mínimo e na defesa do capital. O bloco dos soviéticos e seus aliados, ao contrário, era seguidor da ideologia comunista, que sustentava a implantação do coletivismo e do poder do Estado centralizador e controlador de toda sociedade. Ambos buscavam expandir suas zonas de influência em todos os continentes, o que teve profundas consequências na América Latina.

Até o início da década de 80, foram intensas as atividades de espionagem e inúmeros foram os golpes de Estado, as sabotagens, o terrorismo psicológico e a corrida armamentista. O antagonismo entre ambos os blocos se manteve intenso durante os primeiros anos de 1980, quando, então, a URSS não teve mais condições de arcar com os custos dessa disputa. Além disso, a pressão norte-americana contribuiu para esse desfecho, cujo término simbólico foi a queda do Muro de Berlim em 1989<sup>3</sup> e, o definitivo, em 1991 com o fim da URSS. O encerramento do conflito Leste-Oeste alterou profundamente o sistema internacional de Estados e pôs fim ao bipolarismo.

Três episódios alertaram os EUA para uma mudança que estava ocorrendo na realidade política da América Latina. Os dois primeiros fatos marcantes ocorreram no ano de 1959: a) a inclinação declarada de Cuba para o socialismo; e b) o aumento das dificuldades americanas na Guerra do Vietnã (1959-1975). O terceiro e último surgiu em 1962 na crise dos mísseis em Cuba. As três situações acirraram o anticomunismo da política externa norte-americana e levaram Washington a buscar aliados na América Latina, para combater o inimigo, em comum.

Os Estados Unidos, visando evitar o avanço das ideias de esquerda, buscaram uma maior aproximação com os Estados latino-americanos. Para tanto, passaram a apoiar os governos e militares na região, através de tratados de assistência militar, induzindo os governos latino-americanos e suas Forças Armadas a combaterem seus opositores, considerados inimigos da democracia e dos ideais de liberdade.

O anticomunismo das lideranças políticas e militares latino-americanas preparou o terreno para a instauração de regimes ditatoriais militares em vários

---

<sup>3</sup> Este muro dividia a Alemanha em dois territórios: a parte socialista (República Democrática Alemã/ Alemanha Oriental) e a República Federal da Alemanha/ Alemanha Ocidental. Cf. Adeus Lênin (2003).

países, durante muitas décadas. As Forças Armadas, com apoio de simpatizantes civis, na grande maioria das sociedades latinas, planejaram golpes de Estado que derrubaram governos eleitos por serem considerados “comunistas” e “subversivos”. Os governos militares, em muitos casos, duraram muitos anos e desencadearam um clima de violência contra os opositores ao regime e inclusive contra os cidadãos, em geral.

O confronto ideológico da Guerra Fria motivou a proliferação de um fenômeno político, nesta dissertação, definido como *internacionalização do terror*. O terror internacionaliza-se quando dois ou mais Estados-nação reúnem suas forças políticas e militares para conter o avanço de um adversário em comum. Isso é resultado da repressão interestatal contra um inimigo político, qualificado como ator internacional. Para eliminá-lo utilizam-se as forças de segurança nacionais (Forças Armadas, Polícia) e organismos de informação (Agências de Inteligência), que atuam clandestinamente além das fronteiras nacionais. Esse combate internacional, ilegal, é justificado pela necessidade de exterminar opositores aos regimes políticos ditatoriais, denominados “subversivos” em ambos os territórios, por acreditarem que esses colocam os interesses econômicos e políticos das burguesias de tais países em risco.

Na segunda metade do século XX, o sistema internacional presenciou algumas manifestações de internacionalização do terror. Na África, durante a Guerra da Argélia (1954-1962), militares terroristas franceses adotaram medidas sofisticadamente violentas para a captura e o interrogatório dos prisioneiros de guerra. O fim do conflito franco-argelino possibilitou, principalmente a partir de 1963, que alguns militares franceses, “[...] *terroristas de la Organisation de l’Armée Secrète (OAS)*”<sup>4</sup> (RANALETTI, 2005, p. 287) emigrassem para a Argentina, onde ensinaram tais técnicas de repressão à extrema direita argentina (militares, clero e parte da burguesia local), assimilando “*un furioso anticomunismo y un catolicismo exacerbado*” (RANALETTI, 2005, p. 293), reproduzido sistematicamente, mais tarde, na ditadura de 1976.

Na Ásia, no final dos anos sessenta, a *Operação Fênix* é ilustrativa, também, para o rastreamento das origens históricas do fenômeno político conhecido como

---

<sup>4</sup> Cf. documentário *Les Escadrons de La Mort* (2004), no qual alguns representantes franceses da OAS dão depoimentos sobre suas ações.

internacionalização do terror. Durante a Guerra do Vietnã<sup>5</sup>, os Estados Unidos e grupos militares conservadores sul-vietnamitas perseguiram muitos cidadãos sul-vietnamitas, com a criação da chamada Operação Fênix (*Operation Phoenix*), posta em prática a partir de 1966. A *Fênix* significou a execução de um conjunto de operações secretas controladas pelo governo estadunidense, pela Inteligência do Pentágono e pela *Central Intelligence Agency* (CIA) “que incluía la violencia total, desde actos terroristas, subversión y sabotaje hasta el exterminio masivo de representantes de la oposición política en Vietnam del Sur” (CALLONI, 1999, p. 19). Pouco tempo depois, essa estratégia militar transformou-se no Programa Fênix<sup>6</sup> (*Phoenix Program*), que teve um papel importante na América Latina:

Entre los hechos graves que el ensayista argentino G. Mardonez destaca como prueba del genocidio, mediante la guerra secreta estadounidense en el sudeste asiático con la participación de la CIA, se encuentra el golpe de Estado en Indonesia, cuyo resultado fue la destitución del presidente Sukarno y el “llamado programa Fénix”. [...] En octubre de ese mismo año [1965], con la participación – plenamente aceptada hoy en día – de la CIA estadounidense y compañías transnacionales, se produjo un golpe liderado por Suharto, dejando como saldo un millón de muertos y más de 200 mil prisioneros políticos, sobre los cuales se experimentaron métodos de torturas que luego se aplicaron en nuestros países [*sul-americanos*] (CALLONI, 1999, p. 19, grifo nosso).

Outra forma de internacionalização do terror ocorreu através de estabelecimentos internacionais de ensino militar. Centros internacionais militares, como a *Escola das Américas* (Panamá), desenvolvida pelos EUA, formaram milhares de integrantes das forças militares latino-americanas, nas técnicas repressivas de contraguerrilha mais modernas, para impedir o avanço dos grupos guerrilheiros nacionais na América Latina. Muitos dos alunos latino-americanos, posteriormente, integraram os governos repressivos, contribuindo com a formação internacional que obtiveram nessas escolas.

Na América do Sul, no Cone Sul, as ditaduras militares que governaram a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Chile, o Paraguai e o Uruguai, organizaram a *Operação Condor* no início da década de 70, para combater a “subversão

<sup>5</sup> Esse confronto teve seu fim em 30/04/1975, estendendo-se por mais de uma década.

<sup>6</sup> O Programa Fênix deu continuidade a “linha de pacificação” das aldeias sul-vietnamitas, iniciada em 1966 pela CIA (tendo durado quase dois anos e meio), sob o controle do então subdiretor William Colby. A pacificação consistiu na reunião de grupos de unidades sul-vietnamitas irregulares (bandas militares ultradireitistas), distribuídas entre 44 centros de investigação, um para cada província. Esses grupos torturavam sistematicamente todos que julgassem ser suspeitos (CALLONI, 1999).



comunista”. Eles planejaram, criaram e utilizaram a *Operação Condor* para perseguir internacionalmente e exterminar os inimigos comuns dos regimes políticos de exceção desses países – os movimentos “subversivos comunistas” – até o início dos anos 80. Esses governos sul-americanos contaram com o apoio dos Estados Unidos no “trabalho sujo”, dessa multinacional do terror, assegurando-lhes os meios técnicos e financeiros para o êxito de seus objetivos. Sem precedentes na história sul-americana contemporânea, os países dessa “multinacional do terror” transnacionalizaram suas forças armadas para perseguir os movimentos de esquerda nacionais.

La represión entonces ya no tuvo límites ni fronteras. En todos los casos, detrás aparece la mano de Washington y el esquema de la Teoría de Seguridad Nacional estadounidense, bajo cuyo diseño se produjo el genocidio regional, que ahora aparece en su verdadera dimensión. (CALLONI, 1999, p. 16).

A ditadura militar argentina, iniciada em 1976, inovou no planejamento e na execução do terrorismo de Estado (TDE) contra a subversão comunista no país, embora isso tenha sido preparado aos poucos a partir da década de 50. A Argentina, desde 1955, havia começado a formar os militares e colaboradores civis (empresários, clérigos, etc.) nacionais, utilizando os sistemas de ensino militar e católico francês, os quais levaram os militares argentinos a uma cruzada, considerada digna e legal, para eliminar a “subversão comunista” no país.

Mais tarde, em 1973, na última gestão de Juan Domingo Perón, criou-se a *Alianza Anticomunista Argentina* (Triple-A), que adotou os ensinamentos da doutrina francesa de contra insurgência<sup>7</sup> (comunista) e, em 1975, aderiu-se à Operação Condor, colaborando com um plano internacional terrorista de supressão do comunismo na região.

Em 1976, as Forças Armadas argentinas deflagraram um golpe contra o Estado argentino, dando continuidade no combate à “subversão” local e regional, instaurando o mais sangrento terrorismo de Estado, até então visto naquele país. Com isso, o novo governo, composto pela Junta Militar e uma dupla de civis, perseguiu, torturou e assassinou milhares de cidadãos pelo crime de serem

---

<sup>7</sup> A doutrina francesa de contra insurgência teve origem na I Guerra da Indochina (1946 a 1954) e na Guerra da Argélia.

opositores ao regime civil-militar. Intensificou o terrorismo estatal por todo o território nacional, e para além dele, regionalmente com a Operação Condor.

O terrorismo<sup>8</sup> quando exercido por um Estado é:

[...] uma modalidade essencialmente distinta do terrorismo individual ou de grupos extremados não estatais. Enquanto este é responsabilidade de indivíduos que utilizam a violência de forma indiscriminada para atingir e desestabilizar o Estado e a sociedade, o TDE se fundamenta na lógica de governar mediante a intimidação. Em suma, é um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade e que conta com o respaldo dos setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo (PADRÓS, 2005, p. 64).

A definição da Enciclopédia do Terrorismo (*Encyclopedia of Terrorism*) caracteriza o Terrorismo de Estado, como:

O TERRORISMO INTERNO, praticado por um Estado contra sua própria população [...]. Ao longo da história, os Estados usaram atos terroristas de violência para subjugar grupos ou indivíduos. Os Estados têm usado, de tempos em tempos, tal violência para criar um clima de medo no qual os cidadãos farão qualquer coisa que o governo queira. [...] envolve frequentemente a sumária punição de seus indivíduos, não por um crime específico, mas porque suas mortes ou prisões resultarão em um ambiente de medo entre outros cidadãos [...]. Um Estado que viola o direito internacional ao cometer atos de genocídio, de repressão violenta das liberdades fundamentais, ou quebra de leis de guerra ou da Convenção de Genebra sobre o tratamento de prisioneiros de guerra e civis pode ser considerado culpado de terrorismo de Estado. O terrorismo de Estado é a forma da quinta-essência do terrorismo. [...] frequentemente compreende uma terrível combinação de personalidade e ideologia. [...] o objetivo do terrorismo de Estado não é apenas uma transformação da sociedade, mas também uma mudança fundamental na própria natureza humana. A finalidade básica dos Estados terroristas é a desorientação massiva e ansiedade inescapável. O terrorismo de Estado doméstico não transgredir apenas o direito internacional, mas muitas vezes cria o meio político, econômico e social que precipita atos de terrorismo individual e em grupo. Assim, é um fator causal na perpetração de ainda mais terrorismo (SLANN e COMBS, 2007, p. 307-311, tradução nossa).

Claridge (1996), considera que a grande dificuldade para definir o TDE está, na maioria das circunstâncias, em determinar quais são os limites da ação desse ator. Quando é que o Estado torna-se criminoso? Quando o uso da violência contra seus cidadãos torna-se ilegal? Sendo sua atribuição e competência utilizar ou

---

<sup>8</sup> O termo genérico *Terrorismo* é caracterizado pelo uso sistemático da ameaça, da força violenta ou da instalação de um ambiente de insegurança/ temor psicológico, contra uma autoridade formalmente estabelecida. A finalidade política foi associada pela primeira vez à fase de terror estabelecida por Maximilien Robespierre, entre os anos de 1793 e 1794 da Revolução Francesa, na luta entre jacobinos e girondinos.

ameaçar com violência os cidadãos, através de encarceramentos, execuções ou atos de guerra, para o controle ou manutenção da segurança interna em suas fronteiras nacionais, quando é que essa ação deixa de ser legal?

Quando um Estado usa a violência como um meio de coagir a sociedade, ao invés de defendê-la, ele inicia um abuso do '*monopólio do uso legítimo da força física*'; e se um Estado institui uma política de eliminação de setores inteiros de sua própria (ou de outra) sociedade ele está claramente comportando-se de maneira inaceitável e ilegítima – além dos limites de sua soberania (CLARIDGE, 1996, p. 48, tradução nossa).

As concepções do TDE, supracitadas pelos autores, foram utilizadas, neste estudo, assim como as características de um Estado terrorista, indicadas abaixo<sup>9</sup>:

1. É sistemático; 2. É efetivo ou potencialmente violento; 3. É político; 4. É cometido por agentes do Estado, delegados que operam com os recursos do Estado; 5. Pretende gerar o medo; 6. É destinado a comunicar uma mensagem para um grupo maior que a(s) vítima(s) imediata(s) (CLARIDGE, 1996, p. 52-53, tradução nossa).

Os crimes sistemáticos, quando praticados pelo Estado, contra qualquer grupo de civis, segundo instrumentos legais internacionais, podem ser qualificados como *Crimes contra a Humanidade*. Conforme o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, criado em 1998, o conceito de crime contra a humanidade corresponde a:

Artigo 7º. [...] 1. [...] qualquer um dos seguintes atos quando cometidos como parte de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, com o conhecimento de ataque: a) Homicídio; (b) Extermínio; (c) Escravidão; (d) Deportação ou transferência forçada de população; (e) Prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, que viole as normas fundamentais de direito internacional; (f) Tortura; (g) Estupro, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada; esterilização forçada, ou qualquer outra forma de violência sexual de gravidade comparável; (h) Perseguição contra qualquer grupo ou coletividade que possa identificada, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos, de gênero [...], ou em função de critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis no direito internacional [...]; (i) Desaparecimento forçado de pessoas; (j) Crime de apartheid; (k) Outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento, ou afetem gravemente o corpo ou a saúde mental ou física. [...] (ICC, 1998, tradução nossa).

<sup>9</sup> O modelo de Claridge (1996), possui originalmente sete características qualificadas como intrínsecas ao terrorismo praticado por um Estado, contra seus nacionais.

Os delitos cometidos pelo Estado argentino, entre os anos 1976 e 1983, podem ser classificados tanto como terrorismo de Estado quanto crimes contra a humanidade, principalmente, devido a sistematização da violência contra a integridade física e psicológica de pelo menos um grupo de civis.

Diversos organismos de direitos humanos (ativos e inativos)<sup>10</sup> tradicionalmente classificam, também, as atrocidades cometidas a partir de 1976 pelo Estado argentino como Genocídio<sup>11</sup>. Segundo a *Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio* (1948), genocídio é:

Art. II [...] qualquer um dos seguintes atos cometidos com intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal: a) Morte dos membros do grupo; b) Atentado grave à integridade física ou mental dos membros do grupo; c) Submissão intencional do grupo às condições de vida para trazer sobre a sua destruição física, total ou parcialmente do grupo; d) Medidas que visem evitar nascimentos no grupo; e) Transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo (NATIONS UNIS, 1948, tradução nossa).

Sua relevância teórica deve-se à massificação do assassinato de nacionais, ou seja, à transformação do extermínio dessas pessoas em uma realidade comum ao Estado, assim como os delitos perpetrados pelos países latino-americanos inspirados na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que constituíram-se em práticas sociais genocidas (FEIERSTEIN, 2007, 2008, 2009; IZAGUIRRE, 2009).

A aplicação do conceito de genocídio a assassinatos em massa é sempre muito discutível. Quando este ocorre realmente? Quantos indivíduos precisam morrer para que o termo torne-se adequado ao debate? É difícil definir essas respostas. Este tipo de crime não pode ser interpretado unicamente pela mortandade, pela quantidade de vítimas que produz. Além disso, é mais complicado

---

<sup>10</sup> Tais como a *Asociación Madres de Plaza de Mayo*, *Asociación Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora*, a CADHU, FAMILIARES, H.I.J.O.S., dentre outras organizações.

<sup>11</sup> O conceito de genocídio foi criado pelo jurista polonês Raphael Lemkin, através da fusão entre “a palavra grega *genos* (raça, clã) e o sufixo latino *cide* (matança)” (LEMKIN, 1946, tradução nossa), significando o aniquilamento de massas populacionais de nacionais. A palavra inaugurou uma definição moderna para um fenômeno sociológico muito antigo, que encontra registros históricos na remota mitologia grega, ou no Império Mongol de Genghis Khan. O termo originou-se com o fim da II Guerra Mundial, refletindo as discussões teóricas sobre dois episódios emblemáticos: a) as motivações para o aniquilamento/ genocídio da população armênia pelo Império Otomano, entre os anos de 1915 a 1917 na I Guerra Mundial; e b) os resultados do extermínio de judeus, ciganos, negros, homossexuais e outras minorias populacionais, produzido pelo nazismo alemão, na Segunda Grande Guerra (FEIERSTEIN, 2007). Cf. ANEXO A.

ainda identificar quando há ou não a *intenção* de cometer o extermínio de determinado grupo nacional, étnico, racial ou religioso. Conforme a seguinte explicação jurídica, ao perpetrar o genocídio:

[...] el represor pretende la destrucción, total o parcial, de grupos humanos. Aquí sí el tipo penal exige una intencionalidad específica: el propósito de destrucción de alguno o algunos de los grupos existentes en una sociedad o sociedades. La acción criminal va dirigida a la destrucción del grupo aunque para ello, y como modo de destruirlo, se ataque a los individuos que lo conforman. En términos jurídicos se diría que los sujetos pasivos de la acción son los individuos, pero el sujeto pasivo del delito es el grupo en que éstos se integran. Se reprime a las personas con el objetivo de destruir sus grupos de pertenencia. La conformación del grupo puede venir dada por la voluntad de quienes lo componen o ser por completo ajena a la misma. El grupo en este último caso es formado por la decisión del represor. Este estigmatiza a determinados sectores y decide su eliminación, aunque quienes son parte del grupo así constituido no tengan conciencia de pertenecer al mismo. [...] (SLEPOY, 2009).

Outra fraqueza do conceito de genocídio é o fato de não prover uma explicação para os crimes cometidos contra grupos políticos nacionais.

E, por isso, juntamente do termo *crimes contra a humanidade*, esta dissertação apropria-se do *Politicídio*. O aniquilamento de uma coletividade de nacionais motivado por questões políticas define este conceito. As forças da repressão da ditadura de 1976 tinham como alvo cidadãos cujas ideias e práticas políticas eram opostas ao regime civil-militar, vigente no país. A posição política do cidadão era o principal alvo da repressão e dos assassinatos políticos em massa, constituindo o *Politicídio*.

Sendo assim,

Genocídios e politicídios são a promoção, a execução e/ou o consentimento implícito de políticas sustentadas por elites governamentais ou por seus agentes – ou, no caso de uma guerra civil, qualquer uma das autoridades alegadas – que estão intencionados a destruir, total ou parcialmente, um grupo comum, político ou étnico politizado. Em genocídios os grupos vitimados são definidos pelos culpados principalmente em termos de características comuns. Em politicídios, ao contrário, os grupos são definidos essencialmente devido sua oposição política ao regime e aos grupos dominantes (HARFF, 2003, p. 58, tradução nossa).

Tendo tecido as diferenças entre os conceitos de crimes contra a humanidade, genocídio e politicídio faz-se necessário definir como esses serão interpretados ao longo da dissertação. Os exemplos de delitos cometidos pelas ditaduras do Cone Sul, especificamente, os do regime civil-militar argentino, entre

1976 e 1983, devem ser vistos como crimes contra a humanidade, devido a ampla carnificina produzida na época e seus impactos até hoje ressentidos. As terminologias genocídio<sup>12</sup> e politicídio serão mencionadas para enfatizar a violência em massa contra a população sul-americana e contra os grupos políticos e dissidentes dos regimes militares, respectivamente.

A internacionalização<sup>13</sup> do terror constituiu-se na expansão do terrorismo de Estado para além das fronteiras nacionais. Levou ao sequestro, à tortura, ao desaparecimento de cidadãos de outros países e ao desrespeito absoluto e indiscriminadamente de seus direitos humanos. A Operação Condor, entre os anos 70 e 80, no Cone Sul latino-americano foi um exemplo do “mecanismo de conexão repressiva, regional clandestino” (REIS, 2009, p. 920). Reis (Ibid.) aponta o caso de terror da ação binacional, entre o Brasil e o Uruguai, na captura de exilados políticos uruguaios que se encontravam em solo brasileiro.

A violência e as violações cometidas pelo regime civil-militar argentino e pela Operação Condor levaram a um massivo movimento emigratório dos dissidentes perseguidos pelo regime. O clima de intensa insegurança e repressão impossibilitou a permanência de um grande número de pessoas e forçou-as, como saída para sua sobrevivência, a abandonar o país. Seus destinos foram, principalmente, o Brasil, o México, a Venezuela, a Espanha, a França, a Itália, a Suécia e a Holanda, dentre outros.

Segundo George (1977, p. 27), as motivações para a emigração podem ser de dois tipos: a) “migrações impostas por fatos políticos e b) migrações de ordem econômica”. Para ele, as migrações políticas geralmente ocorrem devido a ruptura de:

“[...] um sistema de equilíbrio entre comunidades intrinsecamente antagonistas, provocada por um acontecimento: guerra, revolução,

---

<sup>12</sup> O Tribunal Oral Federal Nº 1 de La Plata, na Argentina, foi a primeira corte judicial a ter condenado alguém pelo crime de genocídio: o ex-chefe de polícia Miguel Etchecolatz, em 2006, e o sacerdote Cristián Von Wernich, em 2007, foram sentenciados pela consecução de crimes “no marco do genocídio”. Esses dois exemplos são exceções nos julgamentos de criminosos da ditadura iniciada em 1976, cujos têm sido, preferencialmente, imputados de terem perpetrado *crimes de lesa humanidade*, dentre muitas razões, devido a já discutida dificuldade em comprovar a intenção no extermínio das vítimas (CATOGGIO, 2010).

<sup>13</sup> A terminologia *internacionalização* significa difundir, para diferentes países, alguma medida econômica, educacional, política, ou mesmo de uma corporação multinacional. É possível utilizar o conceito para diversos temas, dependendo do objeto em análise, como foi realizado por este estudo com o terrorismo de Estado.

perseguição racial ou religiosa. Juridicamente, convém distinguir duas categorias de migrantes: as populações transferidas por decisão nacional (expulsão) ou por convenção internacional (troca, deslocação), e os refugiados que saem por sua própria vontade do país onde se lhes afigura que a sua vida já não está em segurança, que a sua liberdade ou as suas condições materiais de vida já não estão garantidas (GEORGE, 1977, 27-28).

No Cone Sul predominou a migração política, como resultado da repressão militar durante o período de vigência da Operação Condor, conhecido como os *Anos de Chumbo do Cone Sul*<sup>14</sup>.

O terrorismo de Estado implantado pelo regime militar argentino em 1976 na Argentina e o exílio político<sup>15</sup> dele resultante constituíram-se em duas manifestações da transformação ocorrida nas relações internacionais no continente.

O exílio político foi a única opção que restou aos opositores das ditaduras. Ao serem objeto de graves perseguições (ideológica, racial, política, etc.), que colocavam em risco suas vidas e a de seus familiares, decidiram abandonar o país, como recurso para a defesa de sua vida, de sua integridade. O escritor e jornalista húngaro Paul Tabori definiu o exilado como:

[...] uma pessoa obrigada a deixar ou permanecer fora de seu país de origem devido ao receio de ser perseguida ou por razões de raça, religião, nacionalidade, ou opinião política; uma pessoa que considera seu exílio temporário (mesmo que possa durar uma vida inteira), na esperança de retornar para sua pátria quando as circunstâncias permitirem (TABORI, 1972, p. 27, tradução nossa).

O *autoexílio* foi outra alternativa dos perseguidos políticos argentinos e de outras nacionalidades. A opção de autoexílio ocorreu quando os cidadãos tomaram consciência de que era impossível suportar a situação de terror que enfrentavam. Preferiram sair a permanecer no seu país, o que acarretou novos e maiores sofrimentos, principalmente, quando conviveram com a morte, e/ ou o desaparecimento de familiares ou amigos.

<sup>14</sup> A referência aos “Anos de Chumbo” caracteriza o interregno da democracia na América do Sul, relacionando-o com a extensa fase de radicalização política nessa região.

<sup>15</sup> O processo de emigração política de argentinos teve duas etapas: a) entre os anos de 1960 a 1975 – fase marcada também pela *fuga de cérebros*, ou emigração de profissionais qualificados; e b) entre os anos de 1976 a 1983 – durante o terrorismo de Estado produzido pela ditadura instaurada pela Junta Militar argentina (CALVELO, 2008). O período b) *entre os anos de 1976 a 1983* integra o objeto de estudo desta dissertação.

Os exilados, em geral, abandonam o país, em busca de um lugar seguro para viver, mas com a esperança do retorno em mente. A grande maioria aspirava poder regressar em breve, pois acreditavam que a fase pela qual o país estava passando terminaria logo. Apostavam e contavam com o reestabelecimento da democracia e o fim do Estado de exceção, no curto prazo.

Muitos exilados adquiriram o status de refugiado<sup>16</sup>, enquanto outros solicitaram asilo<sup>17</sup>, ao comprovar o risco de vida que corriam. Renato Zerbini Ribeiro Leão, coordenador geral do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), do Brasil, faz uma diferença entre as condições:

O asilo tem uma dimensão fundamentalmente política e diplomática, é uma faculdade discricionária do Estado. Já o refúgio é um instituto de proteção internacional ao qual os Estados [*signatários*] estão obrigados pela Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 das Nações Unidas” (STF, 2009, grifo nosso).

O asilado-refugiado conta com o apoio do Estado que o acolhe, enquanto que o exilado tem que assegurar sua própria sobrevivência econômica, social e legal para seguir vivendo no país de chegada (MALGESINI; GIMÉNEZ, 2001). O exilado é

---

<sup>16</sup> Em 1951, a Assembleia Geral da ONU sancionou a quem e sob quais circunstâncias dever-se-ia conceder-se asilo, estabelecendo o conceito clássico e restrito da condição de refugiado, no Art. 1º da Convenção de 1951 sobre o Estatuto do Refugiado: “[...] ‘refugiado’ se aplicará a qualquer pessoa: [...] c) Que em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele [...]” (ACNUR, 2005, p. 45). Todavia, naquela época o problema desse instrumento não se aplicava a todos. Protegia unicamente aos refugiados antes de primeiro janeiro de 1951, excluindo os que necessitassem de refúgio no período subsequente à assinatura, e não se estendia a cidadãos não europeus. Essas questões foram solucionadas com a celebração de um novo dispositivo: o *Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados*, assim se ampliou a proteção para qualquer indivíduo que se tornasse refugiado, eliminando a condição temporal de 1951. E com base nesse protocolo o ACNUR pôde aumentar sua área de influência e atuação internacional. A condição de refugiado pressupõe a ideia de uma coletividade, enquanto a de asilado é geralmente mais individual.

<sup>17</sup> Entende-se asilo como a “proteção que uma pessoa perseguida encontra em um lugar, no qual está segura de não ser vítima de coerção” (MALGESINI; GIMÉNEZ, 2000, p. 43, tradução nossa). A partir da Revolução Francesa o asilo passou a ser um direito da pessoa que o requeresse não estando mais vinculado ao lugar sagrado. Exemplifica-se isso com a Constituição da França de 1793, ao expressar a concessão de asilo aos estrangeiros banidos de suas pátrias por falta de liberdade, em seu Art. 120: um marco jurídico inédito para a época. A partir disso a dinâmica de asilo passou por outra alteração: o refugiado poderia buscar asilo em outro Estado, mas este Estado não era mais obrigado a concedê-lo. Assim, tornou-se um direito (discricionário) do governo, não sendo mais do indivíduo (FRANCE, 1793).



responsável por sua viagem e pelo custeio de sua subsistência no novo país onde passa a viver.

O exílio forçado ocorre por uma decisão do Estado. Durante a ditadura cívico-militar argentina de 1976, o governo ofereceu a determinados presos políticos a *opción* de permanecer no cárcere ou de abandonar imediatamente a Argentina. Dessa forma, o “*exilio es un mecanismo de exclusión institucional*”. E tem como propósito essencial “*revocar el pleno uso de los derechos de ciudadanía y [...] prevenir la participación del exiliado/ a en la arena política nacional*” (RONIGER, 2010a, p. 144). A partir disso, o nacional tem seus direitos civis e políticos eliminados. Subentende-se, então, que:

El exilio pone en evidencia una tensión subyacente entre el principio de pertenencia a una nación y el principio de ciudadanía. Ambos se confunden en el marco de los Estados-Nación, indisolublemente combinados bajo la lógica operativa del Estado y la socialización escolar y mediática. Pero, una vez que una persona es desterrada [...] voluntariamente por haber elegido el exilio para escapar de la falta de libertad o involuntariamente por ser expulsada del territorio nacional [...] se produce una ruptura entre el principio de ciudadanía sostenido por el Estado y el proyecto de nación que los exiliados han imaginado poder construir. Se disocian así los principios de nacionalidad y ciudadanía (RONIGER, 2010a, p. 145).

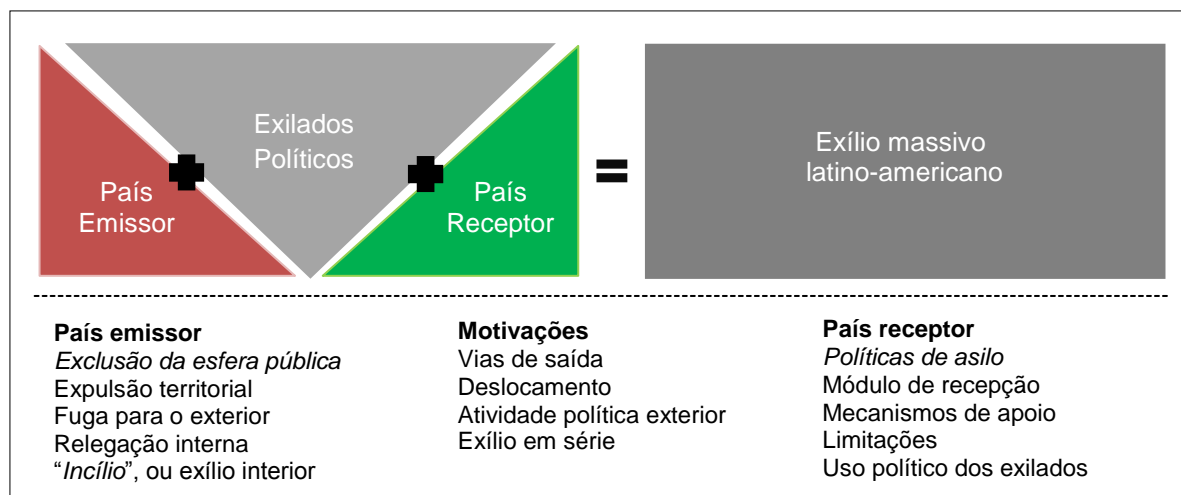
A emigração de muitos cidadãos latino-americanos não foi uma experiência iniciada na segunda metade do século XX. Roniger (2010b, p. 92) considera que “houve várias fases de estruturação do exílio” motivadas por conflitos sócio-políticos regionais. Seu “emprego massivo” não surgiu no século passado, tendo ocorrido, primeiramente, entre o fim do século XIX e o começo do XX.

Historicamente, as raízes do fenômeno são anteriores ao estabelecimento dos estados independentes, remontando ao período colonial, quando as autoridades se valeram da transferência e da expulsão de indivíduos como parte de suas políticas de povoamentos e defesa e, de forma paralela, como mecanismo de controle social, dirigido a inadaptados sociais, marginais, criminosos ou rebeldes (RONIGER, 2010b, p. 93).

O exílio na América Latina criou três atores: a) o país emissor (expulsor); b) os exilados políticos; e c) o país receptor (anfitrião). Cada um desempenhou uma função no processo de exílio. O governo de exceção (o país emissor) ao descobrir opositores ao seu regime expulsou-os (os exilados políticos). Dessa forma, os exilados protegeram-se em outros países (países receptores). A interação entre

esses três atores funciona como um ciclo, no qual cada componente exerce uma ação para compor o exílio político massivo, tal como ocorreu na América Latina (Figura 1).

Figura 1 – Os três atores do exílio político



Fonte: Inspirado em Roniger (2010b, p. 95).

Roniger (2010b, p. 101) define que surpreendentemente "[...] um fator fundamental, subjacente à crescente utilização do exílio político [...] foi o desenvolvimento de muitas das características modernas de uma sociedade civil nas diversas partes da América Latina". As sociedades passaram a exigir e lutar ativamente para defender e recuperar seus "direitos sociais e políticos, redistribuição igualitária e transparência institucional" (RONIGER, 2010b, p. 101). Disso resultou que a sociedade fracionou-se entre os que lutavam por mais democracia e os que pretendiam preservar o regime ditatorial, que recorreu a políticas de exclusão do primeiro grupo, visto como o inimigo a ser eliminado.

Os conflitos entre ambos os setores políticos e a divisão social produziu o efeito inesperado na democracia. As lideranças políticas compreenderam que os movimentos foram entendidos como focos revolucionários a conter pelas Forças Armadas nacionais. Os governos procuraram então formas de proteger os projetos políticos contra o "mal revolucionário" e encontraram na repressão violenta e no extermínio dos opositores a melhor tática a ser implementada.

[...] as Forças Armadas se perfilaram como fator de poder decisivo e, em muitos casos, assumiram direta ou indiretamente o poder com a missão de estabelecer uma nova ordem baseada nas doutrinas da segurança nacional.

É nessa etapa que a repressão ultrapassa limites anteriores de classe e se projeta não somente sobre os implicados diretamente na violência política, mas também sobre amplos segmentos da sociedade civil, vistos como focos ou sustentáculos da subversão da ordem estabelecida (RONIGER, 2010, p. 101).

No caso do exílio argentino, os expatriados argentinos passaram a integrar redes de solidariedade transnacionais<sup>18</sup> que apoiavam sua causa. A “dispersão [...] permitiu gerar amplas redes de solidariedade e centralizar cada vez mais a atenção da esfera pública internacional no exílio como reflexo das políticas de exclusão e de repressão empregadas nos países expulsos” (RONIGER, 2010b, p. 92). Essas associações cumpriram um papel de grande relevância no apoio e na mobilização da opinião pública mundial na defesa dos perseguidos políticos argentinos e dos direitos humanos desrespeitados pela ditadura militar que governou o país entre 1976 e 1983.

A característica transnacional adquirida pelo exílio alterou a estrutura tradicional do exílio político. Ele deixou de ser apenas uma relação entre o país expulsor, o exilado e o país anfitrião. Com o desenvolvimento das redes transnacionais de solidariedade a esfera internacional passou a integrar as circunstâncias que influenciaram o exílio, no século XX (Figura 2).

Figura 2 – Estrutura Quádrupla do Exílio Político



Fonte: RONIGER, 2010b, p. 105.

<sup>18</sup> A definição genérica de transnacionalismo “refere-se a múltiplos laços e interações interligando as pessoas ou instituições além das fronteiras dos Estados-nação” (VERTOVEC, 1999, p. 447).

A estrutura quádrupla do fenômeno do exílio se desenvolveu na América Latina e teve início na América Central e no Caribe. Na década de 1950 se desencadeou uma sequência de ditaduras na região, que resultaram no exílio caribenho. Os expatriados se organizaram politicamente nos países de destino.

A efervescente atividade dos exilados criou laços transnacionais nos principais centros de atividades do exílio caribenho, situados nesses momentos na Cidade do México, em San José da Costa Rica, em San Juan de Porto Rico, em Miami e em Nova York. Cerca de mil ativistas da Ação Democrática (AD) da Venezuela se concentraram no México [...]. Os dominicanos se distribuíram por toda a América Central e o Caribe, [...] sobretudo em San Juan e Nova York. Miami foi o tradicional bastião dos cubanos [...]. Os partidos arrecadavam fundos mediante contribuições voluntárias e, ocasionalmente, por meio de atividades e sorteios. Além de suas atividades políticas, os exilados se ocupavam da escrita, da docência e da oratória pública, em parte porque essa era sua maneira de se sustentar economicamente, mas também com a finalidade de projetar a causa no Caribe, na América Central e na América do Norte através dessas atividades. A AD foi a maior e mais bem organizada entidade de exilados da região [...] (RONIGER, 2010b, p. 105-108).

Entre as décadas de 60 e 70, os regimes de exceção estenderam-se a outros Estados sul-americanos, resultando no desenvolvimento de uma nova dinâmica emigratória, dando origem à formação de redes de solidariedade e de oposição política transnacional, desde os destinos de exílio.

A atuação dessas novas redes transnacionais de solidariedade fez a opinião pública mundial tomar conhecimento do drama dos exilados. A opinião pública internacional passou a engajar-se na luta pelos direitos humanos nos países sul-americanos, principalmente no Cone Sul. Os exilados sul-americanos e as diversas redes de solidariedade passaram a contar com o apoio de associações internacionais. Isso garantiu “[...] maior visibilidade do processo de ampliação do alcance do direito internacional humanitário e da proteção dos direitos humanos em nível global” (RONIGER, 2010b, p. 114).

O incremento desse apoio internacional, segundo Roniger (2010, p. 114) teve origem na “evolução do caráter transnacional [...] da Operação Condor”. A repressão generalizada e os assassinatos dela resultantes adquiriram contornos regionais. A “Operação Condor se estenderia para muito além das fronteiras de cada país da América Latina como desdobramento natural da impossibilidade de conter a oposição política”. A mobilização de organizações internacionais, principalmente da ONU e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), do

Conselho Mundial de Igrejas e da Igreja Católica, da Organização Internacional das Migrações (OIM), da Anistia Internacional, da Cruz Vermelha e de outras organizações comprometidas com a defesa dos direitos humanos em nível internacional transformou-as em aliadas dos defensores nacionais dos direitos humanos e da democracia. Essas organizações desempenharam um “papel decisivo [...] podendo [...] contestar de forma crescente as duvidosas explicações oferecidas pelos estados autoritários quanto ao seu desempenho humanitário” (RONIGER, 2010b, p. 115).

As redes de solidariedade fortaleceram a dimensão transnacional do exílio latino-americano. As associações internacionais auxiliaram os exilados a desenvolver atividades e manifestações em defesa dos direitos humanos, atraindo a atenção internacional para o drama da região. Essas redes transnacionais foram importantes canais de expressão e de comunicação dos exilados e de denúncia do terrorismo de Estado vigente na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Com a evolução do cenário mundial e a criação de redes transnacionais, a formação de comunicações e fóruns internacionais em que os problemas do direito internacional e os direitos humanos poderiam ser elaborados, a estrutura do exílio sofreu uma transformação básica. Uma vez que o elemento transnacional entra na equação do exílio como um fator de peso, os exilados políticos no exterior adquirem cada vez mais ressonância internacional e nacional à custa de âmbito delimitado pelas fronteiras nacionais. [...] os exilados somam potencialidade por meio das redes transnacionais, cuja presença permite a cristalização de coalizões políticas portadoras de nova voz na esfera internacional e com maior poder de pressão tanto sobre os estados expulsos quanto sobre os estados anfitriões [...] (RONIGER, 2010b, p. 104-105).

As associações desses emigrantes atuaram nos países onde viviam os exilados. Buscaram combater as ditaduras e uniram-se no exílio na luta pela democracia e pelo retorno das liberdades fundamentais em todos os países subjugados por regimes castrenses. Ajudaram os latino-americanos a criar uma coalizão antiditatorial para enfrentar e derrotar tais regimes cívico-militares. A união do grupo de associações internacionais e de exilados latinos facilitou o combate internacional e a superação do exílio massivo. O exemplo argentino é elucidativo:

[...] más tarde o más temprano los desterrados apostaron por proyectos de unidad. Con el tiempo, las organizaciones humanitarias o de carácter antiditatorial amplió más que las específicamente partidarias pasaron a concentrar el trabajo político y fueron la cara pública del exilio. Varios factores confluyeron en hacer de esta militancia antiditatorial y por la plena

vigencia de los derechos y libertades fundamentales, la más visible y la que marcó en buena medida y muy tempranamente la actividad política del exilio. La opción fue en principio una táctica que permitió optimizar una solidaridad internacional esquiva y un recurso de urgencia para salvar vidas u obtener la libertad de personas amenazadas en la Argentina (JENSEN, 2010, p. 39).

Na defesa dos direitos humanos e na denúncia das barbáries ocorridas na sua pátria, os argentinos contaram também com o apoio e a solidariedade de diversos países de todos os continentes.

A la elección de este camino [*do exílio*] también contribuyeron los hermanos chilenos y uruguayos que ya estaban en el exilio y que venían ensayando formas de denuncia de sus respectivas dictaduras y de solidaridad hacia las víctimas. Es importante tener en cuenta que si México reunió a exiliados conosureños y centroamericanos con no pocos exiliados o hijos de exiliados republicanos españoles [...] lo mismo se repitió en Europa, Francia, Suecia o España donde los argentinos formaron parte de comités latinoamericanos de denuncia y participaron en actos de solidaridad unitarios en contra de la garra dictatorial que se extendía por el subcontinente. *El Correo Catalán* informaba que el 13 de mayo de 1977 se había realizado en “Las Arenas” de Barcelona un multitudinario acto de denuncia de las dictaduras del Cono Sur y en homenaje a Pablo Neruda. La presencia de Aparcoa, Inti Illimani y músicos catalanes [...], asociaciones solidarias como Agermanament, la Lliga del Drets dels Pobles y las fuerzas políticas de la izquierda catalana, unió en un solo clamor a quienes denunciaban las desapariciones, la situación de los presos políticos, las muertes y las torturas que ocurrían en el Cono Sur, a los que exigían la autodeterminación de Cataluña [...] (JENSEN, 2010, p. 40-41, grifo nosso).

### 3 TERRORISMO DE ESTADO NA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XX

El terror busca crear en el seno de la sociedad, la sensación de que el poder del Estado es invencible, de que cualquier forma de resistencia es una estúpida e inútil osadía, que solamente conduce a la muerte, a la tortura y a la cárcel (IBARRA, 2001, p. 59).

Na segunda metade do século XX, em plena Guerra Fria, os aparatos de repressão das ditaduras latino-americanas continuavam a perseguir os opositores dos regimes *de facto*. Os governos militares, adeptos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), incorporaram a luta ao comunismo internacional às suas políticas interna e externa. Implantaram-se regimes de terror, passando os países a conviver com a insegurança e a violência, que contou com o apoio de parte do empresariado nacional e estrangeiro e também setores das classes médias. O clima de terror e de caos social levou à emigração de muitos cidadãos, objeto de perseguições e dos terrorismos dos Estados ditatoriais.

Este capítulo abordará o relacionamento entre a América Latina<sup>19</sup> e os Estados Unidos a partir do final da Segunda Guerra Mundial, que propiciou o surgimento de regimes militares em vários países latino-americanos, que contaram com a cumplicidade de atores da sociedade civil.

---

<sup>19</sup> Os países integrantes dessa região são aqueles de língua espanhola e portuguesa. São eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. O Haiti muitas vezes é incluído igualmente, pois divide a soberania com a República Dominicana sobre o território da ilha de *La Española*.

### 3.1 Antecedentes das relações entre EUA e América Latina

Na Conferência de Dumbarton Oaks<sup>20</sup>, em agosto de 1944<sup>21</sup>, líderes políticos mundiais se reuniram para discutir a paz e a segurança no sistema internacional. Os Estados Unidos da América (EUA), o Reino Unido e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – as principais lideranças políticas do mundo pós-guerra – decidiram sobre a criação de uma nova Organização Internacional (OI), que deveria assegurar os objetivos pacifistas e a segurança dos Estados, que a *Liga das Nações*<sup>22</sup> não havia conseguido implantar.

Antes do início da Conferência, em julho desse ano, o Brasil foi consultado pelos Estados Unidos sobre “as relações especiais que cogitavam estabelecer com a América Latina, findo o esforço de guerra” (CERVO, 2007, p. 54). O governo brasileiro concordou com o projeto norte-americano de criar uma organização internacional para a região, cujo fortalecimento oportunizou a abertura do continente à política norte-americana:

Abriam-se, assim, aos Estados Unidos as portas do continente, para moldar a futura Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) no quadro de sua estratégia global e para obter o consentimento dos governos do continente (CERVO, 2007, p. 54).

Essa posição não obteve unanimidade na região. O governo norte-americano não consultou todos os países latino-americanos sobre o futuro do sistema interamericano a ser criado. Tal circunstância gerou desconforto entre os governos, que desconheciam quais eram as verdadeiras intenções dos EUA ao propor a criação de uma OI de caráter regional.

Los Estados latinoamericanos se habían resentido por el hecho de que Estados Unidos no los hubiera consultado antes de concurrir a esta reunión, ya que existía el peligro de que se profundizara la división entre EUA potencia, ocupando un papel relevante en los asuntos mundiales, y una América Latina débil y temerosa de esa posición dominante, dadas las

---

<sup>20</sup> O nome da conferência foi inspirado em um bairro homônimo em Washington D.C., nos Estados Unidos, onde realizou-se a reunião, também chamada, formalmente, de *Washington Conversations on International Peace and Security Organization*.

<sup>21</sup> Período final da II Guerra Mundial, no qual se procurou iniciar, diplomaticamente, a elaboração da paz e as características do pós-guerra.

<sup>22</sup> Organização multilateral fundada em 1920 pelo o Tratado de Versalhes, decorrente do fim da I Guerra Mundial. Tinha como objetivo principal a tutela da paz e a manutenção do equilíbrio do cenário internacional. Sendo assim, o seu passado lhe confere o título de antecessora da Organização das Nações Unidas (ONU).



experiencias que habían vivido durante el período panamericano (PEDRAZA, 1994, p. 55).

Os problemas econômicos enfrentados no pós-guerra e a “exclusão” de diversos países da pauta de Oaks levaram aos Estados latino-americanos a reclamarem a realização de um encontro próprio para debater esses temas (PEDRAZA, 1994). Os governos latino-americanos desejavam esclarecer as novas circunstâncias surgidas na região com o fim da II Guerra Mundial e o projeto americano proposto para o subcontinente no pós-guerra (CERVO, 2007). Tal foi a justificativa para a exigência de realizar um encontro consultivo, negado até o momento, pelos Estados Unidos:

Estos, motivos de preocupación suficiente para los latino-americanos, los llevó a pedir una Reunión de Consulta con el fin de tratar el futuro del Sistema Interamericano a la luz del proyecto elaborado en Dumbarton Oaks, así como analizar los problemas económicos de post guerra. [...] Hasta el momento, EUA se había negado a tal Reunión, pero al tomar conciencia de que las relaciones se estaban deteriorando cada vez más, accedió a que se celebrara a principios de 1945 (PEDRAZA, 1994, p. 55-56).

No primeiro semestre de 1945 os Estados Unidos atenderam à demanda latino-americana e convocaram a Conferência de Chapultepec<sup>23</sup>. A *Conferencia Interamericana sobre Problemas de la Guerra y de la Paz*<sup>24</sup>, ocorreu no México, entre fevereiro e março desse ano, e serviu para incorporar na pauta regional os temas deliberados em *D. Oaks*, além de incluir dois outros assuntos considerados fundamentais para a América Latina:

1) *Conveniencia de resolver las controversias y cuestiones de carácter interamericano, preferentemente, según métodos y sistemas interamericanos, en armonía con los de la Organización Internacional General;* y 2) *Conveniencia de dar adecuada representación a América Latina en el Consejo de Seguridad.* Estos puntos tenían como principal propósito, reducir el papel predominante de las grandes potencias (PEDRAZA, 1994, p. 56, grifo do autor).

Tais propostas da América Latina destinavam-se a realizar uma mudança na segurança do sistema interamericano. As resoluções *VIII Asistencia Reciproca y Solidaridad Interamericana*<sup>25</sup> e *IX Reorganización, Consolidación y Fortalecimiento*

<sup>23</sup> Recebeu este título por ter sido realizada no secular *Castillo de Chapultepec*, na Cidade do México.

<sup>24</sup> A Argentina foi excluída do encontro, devido à exigência norte-americana.

<sup>25</sup> Conhecida como *Ley de Chapultepec* afirmava que: “...la seguridad y solidaridad del Continente se efectúan lo mismo cuando se produce un acto de agresión contra cualquiera de las naciones

*del Sistema Interamericano* sugeriam uma segurança coletiva<sup>26</sup> para a região. Os Estados americanos se comprometiam, com isso, a proteger uns aos outros em situações beligerantes ocasionadas por Estados não americanos. O acordo estimulava a criação de um instrumento de proteção multilateral, um “escudo continental”, contra ataques de qualquer inimigo externo à região, mas, essa deveria ser previamente aprovada pelo futuro *Conselho de Segurança*:

EUA insistió en incluir que *“La Declaración y la Recomendación anteriores establecen un acuerdo regional para tratar asuntos concernientes al mantenimiento de la paz y seguridad internacionales susceptibles de acción regional en este hemisferio. Tal acuerdo y actos y procedimientos pertinentes **deberán ser compatibles con los principios y propósitos de la Organización General Internacional, cuando ella se establezca.**”* Esto, que ya había sido tratado en las propuestas de Dumbarton Oaks, significaba que ninguna organización de carácter regional podía tomar ninguna medida sin la autorización del Consejo de Seguridad de la Organización Mundial (PEDRAZA, 1994, p. 57, grifo do autor).

A segurança coletiva em situação de guerra, segundo os EUA, exigia a criação de um bloco político-militar. Na Conferência de Chapultepec, os norte-americanos alertaram os militares latinos para os “perigos” do comunismo (ABRAMOVICI, 2001). Antecipavam-se as sublevações que, previa-se, ocorreriam no período da Guerra Fria e, para tanto, devia-se fortalecer a segurança regional, preventivamente à emergência do novo inimigo:

[...] queja reflejada la tendencia de EUA a crear un **bloque político-militar** bajo su control, particularmente en los principios del Acta de Chapultepec [...] donde se encuentran no sólo los postulados aprobados en las Conferencias Panamericanas en tiempos de paz, sino también las Resoluciones de Consulta de tiempos de guerra. Estas Resoluciones fueron originadas por situaciones extraordinarias y se extendían al período post bélico (PEDRAZA, 1994, p. 57, grifo do autor).

Entre abril e junho de 1945, na Conferência de São Francisco, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), com a missão de assegurar a paz mundial e garantir a segurança dos Estados no sistema internacional. A conferência *“remarcó la diferencia de poder entre EUA y América Latina y fue una muestra de lo que los problemas de la guerra fría provocarían en ellos”* (PEDRAZA, 1994, p. 62).

---

*americanas por parte de un Estado no Americano, como cuando el acto de agresión proviene de un Estado contra otro u otros Estados Americanos...”* (PEDRAZA, 1994, p. 57).

<sup>26</sup> Que em 1947 fundamentaria a criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e, na IX Conferência Pan-americana de Bogotá em 1948, a instituição da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A visita de Sir Winston Leonard Spencer-Churchill, em 1946, aos EUA impactou a política americana. Em 6 de março, na cidade de Fulton, no estado do Missouri, Churchill discursou<sup>27</sup> ao lado do presidente norte-americano Harry. S. Truman, alertando que as considerações que formulava eram pessoais e não tinham caráter oficial<sup>28</sup>. Inicialmente, o ex-chefe do governo britânico enalteceu a potência americana, destacando suas qualidades. Em seguida, elencou as responsabilidades estadunidenses no sistema internacional, atribuindo-lhe a responsabilidade de conter a expansão do que se cunhou chamar de *cortina de ferro* soviética:

Uma sombra desceu sobre o cenário até bem pouco iluminado pela vitória aliada. Ninguém sabe o que a Rússia Soviética e sua organização comunista internacional pretendem fazer no futuro imediato, ou quais os limites, se os há, de suas tendências expansionistas e de proselitismo. [...] De Stettin no Báltico até Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro foi baixada através do Continente Europeu. Atrás dela estão as capitais dos antigos Estados da Europa Central e Oriental. Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sofia, todas essas famosas cidades e as populações à volta delas estão na esfera soviética e sujeitas, de uma forma ou outra, não apenas à influência soviética, mas a um controle intenso e cada vez mais forte em Moscou. Só Atenas, com suas glórias imortais, é livre de decidir seu futuro numa eleição observada pelos britânicos, americanos e franceses. [...] Quaisquer que sejam as conclusões que possamos tirar desses fatos – e fatos realmente o são – sem dúvida não estará entre elas a de que essa é a Europa libertada que lutamos para conseguir. Nem que encerre os elementos essenciais de uma paz permanente (MAGNOLI, 1988, p. 13-14).

O discurso é um marco do início da Guerra Fria e definiu, explicitamente, que o novo inimigo comum do Ocidente “passava do nazi-fascismo à União Soviética e seus países aliados” (PASCUAL, 1997, p. 27).

Em 1946, o governo americano propôs o Plano Truman, chamado de *Plano de Cooperação Militar de Repúblicas Americanas*, voltado ao desenvolvimento de um exército único no continente, sob a administração norte-americana. Ele foi recusado pelos governos latino-americanos, que temiam tornarem-se totalmente dependentes do poderio norte-americano<sup>29</sup>. A solução encontrada pelos EUA para

<sup>27</sup> Oficialmente, intitulado *The Sinews of Peace* (Nervos da Paz), o discurso de Winston Churchill ficou popularmente conhecido como *Iron Curtain Speech* (Discurso da Cortina Ferro).

<sup>28</sup> Churchill havia deixado o cargo de Primeiro-Ministro britânico em julho de 1945, logo após ter sido derrotado nas novas eleições para o cargo.

<sup>29</sup> O argentino Luis D. Pedraza, Dr. em Ciência Política e Relações Internacionais, explica que caso o projeto de um único exército fosse aceito as “*fuerzas armadas de los veinte países latino-americanos perderían su carácter nacional y se convertirían en parte de un enorme ejército y de una poderosa flota de EUA. Las necesidades de defensa latinoamericanas serían supeditadas a objetivos de política exterior de la estrategia de la fuerza, realizada por EUA*” (PEDRAZA, 1994, p. 58).

vinculá-los, mesmo que indiretamente, foi através de diversos acordos bilaterais de assistência militar:

[...] por lo menos en forma indirecta, estableció un sistema de **acuerdos militares bilaterales**; el envío a los países, en base a acuerdos, de misiones militares; intercambio de oficiales; la fundación de escuelas militares especiales para cadetes latino-americanos; envío de instructores, etc. (PEDRAZA, 1994, p. 58, grifo do autor).

No dia 11 de março de 1947, o presidente Truman, no Capitólio, anunciou a Doutrina Truman, que passou a nortear a política externa norte-americana durante a Guerra Fria:

*No presente momento praticamente todas as nações devem escolher entre formas de vida alternativas. Muito frequentemente essa escolha não é livre. Uma forma de vida é baseada na vontade da maioria e distingue-se por instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantias à liberdade individual, liberdade de expressão e eleição, e ausência de opressão política. Uma segunda forma de vida é baseada na vontade de uma minoria, imposta pela força à maioria. Recorre ao terror e à opressão, a um rádio e a uma imprensa controlados, a eleições decididas de antemão e à supressão das liberdades pessoais. Creio que os Estados Unidos devem apoiar aos povos livres que resistem à tentativa de servidão por minorias armadas ou a pressões externas. Creio que devemos ajudar os povos livres a forjar seus destinos com suas próprias mãos. (...) Os povos livres do mundo olham para nós esperando apoio na manutenção de sua liberdade. Se fracassarmos na nossa missão de liderança, talvez ponhamos em perigo a paz e o mundo e certamente poremos em perigo a segurança da nossa própria nação (MAGNOLI, 1988, p. 26, grifo do autor).*

A nova responsabilidade que os EUA auto atribuíam-se no cenário internacional era a de libertar os povos que viviam na tristeza da opressão soviética e assegurar a adesão desses Estados ao modelo da “democracia americana”.

O fundamento operacional da Doutrina Truman está na noção de *containment* (conterção), desenvolvida pelo conselheiro da embaixada americana em Moscou George Frost Kennan. O fundo dessa noção encontra-se na convicção da existência de uma “tendência expansionista” intrínseca ao Estado Soviético e derivada de um antagonismo inconciliável com o mundo capitalista. [...] Tratava-se de isolar o Estado soviético através de diques geopolíticos sólidos, num sistema dinâmico e concebido em escala planetária. Ressurgia, desse modo, um pouco mais sofisticada, a idéia do *cordon sanitaire* (MAGNOLI, 1988, p. 27-28, grifo do autor).

Essa estratégia norte-americana, mais tarde, estendeu-se à América Latina, para salvaguardar a segurança continental. As iniciativas prepararam o terreno para a posterior fase de terror que instaurou-se em diversos países latino-

americanos, particularmente, naqueles que participaram da criação da Operação Condor.

### 3.2 A Guerra Fria e o bipolarismo na América Latina

Após a II Guerra Mundial o sistema internacional ficou dividido em dois blocos ideologicamente antagônicos, dando origem a um forte bipolarismo na balança de poder internacional. No hemisfério ocidental passaram a preponderar os ideais liberais como a economia de mercado, a propriedade privada, a democracia, o lucro, o individualismo, típicos do *capitalismo*. A emergente superpotência no Ocidente eram os Estados Unidos, maiores defensores desse ideário. No hemisfério oriental, a União Soviética era a defensora e promotora do *socialismo*, da propriedade pública/ coletiva, da administração estatal dos meios de produção e do controle da divisão dos bens, da maior oferta de oportunidades igualitárias (de todos os tipos).

Essa nova fase das relações internacionais, conhecida como *Guerra Fria*, foi marcada pela rivalidade entre os dois blocos, pelo desencadeamento de uma corrida armamentista (nuclear) e pela luta pela ampliação das respectivas zonas de influência política.

Durante os anos 1950 e 1960 novos acontecimentos se tornaram emblemáticos do acirramento das relações de conflito entre o Leste e o Oeste. A inclinação declarada de Cuba para o socialismo, desde o fim dos anos 50, as dificuldades na Guerra do Vietnã (1959) e a crise dos mísseis na ilha cubana (1962), levaram o governo norte-americano a repensar sua estratégia política mundial e continental.

Na América Latina, o debate ideológico teve seus desdobramentos em decorrência das incertezas e iniquidades sociais predominantes na maioria dos países. Os EUA insistiam na proteção dos interesses econômicos de suas multinacionais<sup>30</sup> e do sistema capitalista na região, para isso contaram com o apoio de grandes e pequenos empresários nacionais que também opunham-se às opções políticas de setores de sindicalistas, de operários, de intelectuais e de estudantes. Na cruzada ideológica para atrair aliados na luta anticomunista, a política externa

---

<sup>30</sup> Neste caso, refere-se às indústrias, empresas que possuem sedes em vários países.

norte-americana ampliou sua zona de influência no continente, utilizando os mais diversos recursos, desde os mais “sedutores”, até os mais violentos.

### 3.2.1 *Anticomunismo latino-americano*

Na X Conferência Interamericana<sup>31</sup> realizada em Caracas, na Venezuela, em março de 1954, os Estados Unidos deram início à difusão de seu projeto anticomunista. Seu objetivo era reunir o maior número possível de aliados entre os governos latino-americanos, para combater a expansão do comunismo. Ao término das reuniões “os Estados Unidos obtiveram dos países americanos [...] a aprovação de resoluções anticomunistas” (CERVO, 2007, p. 136), contidas na *Declaração de Caracas*. O documento opunha-se a que qualquer Estado da região fosse conquistado por forças comunistas<sup>32</sup> e se caso isso viesse a ocorrer, “a delegação americana [...] não seria autorizada a aprovar qualquer ajuda oficial do governo americano para as tarefas da repressão, que haveria de ser custeada com recursos próprios dos países latino-americanos” (CERVO, 2007, p. 137). A reunião e o tratado firmado representaram o alinhamento ideológico, militar e econômico entre as lideranças políticas das três Américas, nos primórdios da Guerra Fria.

Enquanto os Estados Unidos viam na conferência a oportunidade de obter apoio dos participantes na condenação do governo guatemalteco, alguns países a viam como uma oportunidade de encaminhar resoluções de caráter econômico-social, como a fixação dos preços internacionais das mercadorias, o aumento de sua participação nos mercados norte-americanos e a obtenção de assistência técnica e econômica para seu desenvolvimento (CPDOC-FGV, entre 1990 e 2012).

A necessidade “do mercado e dos dólares norte-americanos para acionar sua economia” (CERVO, 2007, p. 145) aumentou a dependência dos países latino-americanos, a partir da cúpula de 1954. Muitos governos latino-americanos exportavam produtos primários e manufaturados para vários países, que ainda se reconstruíam dos prejuízos da Segunda Grande Guerra. O EUA, que havia saído do conflito como uma superpotência, era considerado um forte parceiro comercial da região. Na América Central, no Brasil e no Equador, os americanos eram os

---

<sup>31</sup> A reunião foi convocada pelo governo estadunidense, logo após o governo guatemalteco de Jacobo Arbenz “[...] ter desapropriado cerca de 255 mil acres de propriedade da companhia norte-americana *United Fruit*, na Guatemala [...]” (CPDOC-FGV, entre 1990 e 2012). Cf. ANEXO B.

<sup>32</sup> Pois, isso feriria os princípios de soberania e de integridade compartilhados pelos Estados americanos.

principais importadores e, no Chile, principal comprador de cobre<sup>33</sup>. Isso os transformava no principal destino das exportações latino-americanas, criando uma profunda dependência entre as economias da região e o mercado norte-americano. As divisas resultantes dessas transações aqueciam o incipiente desenvolvimento industrial dos países, tornando o comércio com os Estados Unidos uma condição necessária para o desenvolvimento da região:

Todos nessa parte do continente dependiam dos Estados Unidos, enfim, e disputavam os favores norte-americanos: capitais com que implantar os elementos do desenvolvimento interno – sobretudo industrial –, créditos para financiar o comércio exterior, mercado para exportação de seus produtos, suprimento de conhecimentos, tecnologias e equipamentos, e segurança contra a subversão comunista da ordem vigente (CERVO, 2007, p. 148).

As relações comerciais, pois, tornaram o alinhamento ideológico-político com a superpotência americana, uma exigência, que no futuro abriu espaço para as negociações no campo da segurança militar continental.

### 3.2.2 *As ditaduras latino-americanas*

As ditaduras latino-americanas, inspiradas na Doutrina de Segurança Nacional (DSN)<sup>34</sup>, foram a resposta aos perigos apontados pelos EUA, do avanço de um novo inimigo “oculto”: o comunismo internacional.

A DSN foi o instrumento comum a todas as ditaduras para a formulação e justificativa de políticas repressivas na guerra constante, “justa” e “lícita” contra tal inimigo, em comum. Ela declarava a necessidade de preservar os valores cristãos e ocidentais no continente, como afirma-se no discurso do Gral. argentino Juan Carlos Onganía: “estamos alinhados na causa comum da América: defender nosso sistema de vida ocidental e cristão contra os embates do totalitarismo vermelho” (SÁBATO, 1984, p. 342). A DSN foi “incorporada como o fundamento teórico justificador da proteção da sociedade nacional a partir da edificação de um Estado que precisava esconder sua essência antidemocrática” (PADRÓS, 2005, p. 26). A Doutrina foi a

---

<sup>33</sup> As exportações do cobre chileno para os EUA atingiam 90% do total deste setor.

<sup>34</sup> A DSN foi desenvolvida pelo governo norte-americano em 1947, juntamente da Doutrina Truman que determinou o início da Guerra Fria. A partir disso, a DSN pautou permanentemente esse confronto ideológico “invisível” (PASCUAL, 1997).

fonte de inspiração dos regimes políticos de exceção responsáveis pela implantação de regimes de terror no interior dos Estados (PADRÓS, 2004).

A iniciativa de criação de uma segurança militar coletiva na região proposta pelo governo norte-americano teve como antecedente o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Este documento, assinado em setembro de 1947, entrou em vigor em 03 de dezembro de 1948, e foi ratificado por treze países, até a data de sua promulgação<sup>35</sup>. O TIAR pretendeu unificar as Forças Armadas latino-americanas e fortalecer o bloqueio americano do avanço do comunismo na região:

A superpotência procurou garantir a manutenção da rede militar que subordinava as Forças Armadas dos diversos países americanos, através do TIAR, conformando uma espécie de força de reserva que devia desempenhar funções regionais a serviço da estratégia global daquela (PADRÓS, 2007, p. 15).

As escolas de treinamento militar existentes na América Latina pretendiam fortalecer a segurança coletiva no Continente. Estes estabelecimentos de formação e preparação militar, inspirados no modelo norte-americano, foram a origem de escolas militares criadas em diversos países que criaram instituições de ensino como a “Escola Nacional de Guerra do Paraguai, Escola Superior de Guerra da Colômbia, Escola de Altos Estudos Militares da Bolívia, Academia de Guerra do Chile, Escola Superior de Guerra do Brasil” (PADRÓS, 2007, p. 16).

A *School of the Americas* (SOA) e a *US Army Caribbean School* (USCARIB) foram dois outros importantes instrumentos de treinamento internacional das Forças Armadas latino-americanas. Localizavam-se no Canal do Panamá e foram criadas no final da década de 40 (a primeira em 1946 e a segunda em 1949). A USARCARIB em Fort Gullick “[...] tinha cursos sobre doutrina militar americana e oferecia treinamento aos militares e policiais latino-americanos” (BATTIBUGLI, 2006, p. 146). A SOA informava seus alunos sobre técnicas de segurança e oferecia aperfeiçoamento aos oficiais militares em estratégias de contraguerrilha, tendo formado mais de 60.000 alunos. O resultado das ações dessas escolas foi o aumento da ingerência norte-americana no campo da segurança dos países.

---

<sup>35</sup> Contou com muitos signatários, no entanto, somente treze países o haviam ratificado após a data de sua promulgação. Somente mais tarde outras nações o aderiram.



A evolução dessa relação com os militares da região possibilitou crescente interferência nos assuntos castrenses internos, a partir da construção de uma rede de instrumentos a ser acionada imediatamente, diante de conjunturas instáveis e que, ao mesmo tempo, podia funcionar em períodos menos tensos, como mecanismo de acompanhamento, de vigilância e/ ou de controle sobre os acontecimentos regionais (PADRÓS, 2007, p. 16).

A política anticomunista norte-americana implantada nas mais diversas instâncias dos órgãos de segurança dos governos latino-americanos estimulou a formação de planos contra as lideranças políticas nacionalistas, consideradas simpáticas às ideias comunistas e dos aliados soviéticos. Os corpos diplomáticos<sup>36</sup> apoiavam os militares, assim como os grupos econômicos locais (o empresariado argentino, por exemplo), as multinacionais (tais como Ford, Mercedes-Benz) e as agências de informação<sup>37</sup>. Da articulação desses atores resultaram os golpes de Estado para depor governos simpatizantes dos ideais comunistas. Justificava-se, com isso, organizar uma contrarreação, um bloqueio, econômico-político-militar contra qualquer influência comunista. Isso significava:

[...] confiar os negócios às duras regras do mercado, que não realizavam o anseio do desenvolvimento, e submeter as relações interamericanas conduzidas pelo Estado ao objetivo exclusivo, autônomo e não negociável de martelar os comunistas e seus simpatizantes (CERVO, 2007, p. 148).

O anticomunismo levou as Forças Armadas latino-americanas a recorrerem aos golpes cívico-militares contra Estados nacionais democráticos, para enfrentar o perigo comunista, inimigo da ordem estabelecida e que colocava em risco os interesses de diversos grupos sociais e empresariais em todos os países. Os militares, ao organizarem os golpes, contaram com o apoio de muitos civis, temerosos do avanço comunista, como era anunciado pelos militares golpistas. Criou-se na história contemporânea da América Latina, durante a segunda metade do século XX<sup>38</sup>, um período de virulência ditatorial dos Estados, com altos graus de repressão, que resultou em diferenciados terrorismos de Estado.

El siglo XX latino-americano registra numerosos episodios de golpes de Estado, regímenes autoritarios y dictaduras militares. Abundan, asimismo, movimientos sociales y políticos de envergadura y revoluciones sociales con

<sup>36</sup> Destarte, também, chamados de auxiliares da tecnocracia militar.

<sup>37</sup> O serviço de *Inteligência* do país.

<sup>38</sup> Considerando-se a virulência ditatorial no continente latino-americano, a Costa Rica foi a exceção da região. Ao longo do século XX vivenciou dois períodos de ditadura: o da Família Tinoco (1917-1919) e o do governo militar presidido por José Figueres (1949-1950).

mayor y o menor éxito. En una espasmódica y conflictiva historia política, en este período se escenifica el uso del terrorismo de Estado en distintos países, lo que ha dejado un legado de violaciones de los derechos humanos que repercuten personal y conflictivamente en las vivencias de generaciones posteriores (BIELOUS; PETITO, 2010, p. 17).

A caça aos opositores foi ilimitada e difusa, envolvendo muitos indivíduos, vitimando milhares de cidadãos em muitos países num processo brutal. A Guatemala é um exemplo dessa realidade. O golpe militar de 1954 derrubou o governo democrático guatemalteco, desencadeando uma fase de terror nacional. No primeiro ano do golpe pelo menos 3.000 assassinatos políticos prenunciaram as mais de quatro décadas de extermínio étnico de opositores ao regime. Com o armistício de 1996, a paz voltou ao país, quando então, contabilizou-se o assassinato e o desaparecimento de mais de 200.000 pessoas (FEIERSTEIN, 2009). O episódio guatemalteco integra a lista de casos latino-americanos considerados, quase unanimemente, como genocídio<sup>39</sup>. O abuso de poder de governos autoritários configurou uma repressão violenta e sangrenta, coincidindo no aniquilamento de parcelas da população:

Durante la segunda mitad del siglo XX, América Latina experimentó numerosas experiencias de aniquilamiento de masas de población, la mayoría de ellas inscriptas en el mismo patrón, lo que se diera en llamar la Doctrina de Seguridad Nacional, una reformulación de los escenarios del conflicto internacional desarrollada fundamentalmente por los Estados Unidos y consistente en la creencia de que la región latinoamericana era uno de los ámbitos privilegiados de la lucha contra el comunismo, y que dicha lucha no tenía fronteras territoriales sino ideológicas (FEIERSTEIN, 2009, p. 9).

### 3.2.3 *A virulência ditatorial na América do Sul*

A partir da década de 50, diversos países da América do Sul passaram a conviver com a dura realidade instaurada por ditaduras cívico-militares. Os sucessivos golpes castrenses contaram com o apoio e o financiamento de empresas nacionais e estrangeiras e de outros defensores dos interesses do capital estrangeiro. A história dessas ditaduras teve início nas Repúblicas da Venezuela (1952), da Colômbia (1953), do Paraguai (1954) e da Argentina (1955)<sup>40</sup>. No início

<sup>39</sup> Devido ao impacto proporcional de cerca de 10% da população total exterminada no país.

<sup>40</sup> As Forças Armadas argentinas bombardearam a *Plaza de Mayo*, na capital, em 16 de junho de 1955, depondo o presidente Juan D. Perón. Em setembro oficializou-se a ditadura autodenominada

da década de 60, ocorreram os golpes na Argentina (1962), Equador (1963), Brasil (1964) e Bolívia (1964). Na segunda metade da década de 60, uma nova ditadura implantou-se na Argentina (1966) e no Peru (1968). Em 1973 foi a vez do Uruguai e do Chile, e o Suriname (1980) foi a última peça no dominó ditatorial sul-americano.

No Cone Sul<sup>41</sup> as Juntas Militares uniram-se em um plano supranacional para perseguir e derrotar os “comunistas” na sub-região. As Forças Armadas da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai construíram uma estratégia transnacional para perseguir os “subversivos” e evitar uma revolução comunista, como a ocorrida em Cuba no final da década de 50. O plano foi denominado *Operação Condor* e contou com a aquiescência norte-americana, até quando isso foi de sua conveniência. A Operação Condor funcionou entre as décadas de 70 e 80, coincidindo com o período mais intenso de internacionalização do terror na região.

O “subversivo” foi definido, pelo Gral. brasileiro Breno Borges Fortes, na X Conferência dos Exércitos Americanos, em 1973:

O inimigo [...] usa mimetismo, se adapta a qualquer ambiente e usa todos os meios, lícitos e ilícitos, para lograr seus objetivos. Ele se disfarça de sacerdote ou professor, de aluno ou de camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual avançado, [...]; vai ao campo e às escolas, às fábricas e às igrejas, à cátedra e à magistratura [...]; enfim, desempenhará qualquer papel que considerar conveniente para enganar, mentir e conquistar a boa fé dos povos ocidentais. Daí porque a preocupação dos Exércitos em termos de segurança do continente deve consistir na manutenção da segurança interna frente ao inimigo principal; este inimigo, para o Brasil, continua sendo a subversão provocada e alimentada pelo movimento comunista internacional. (JORNAL DA TARDE, 1973, p. 10 apud COIMBRA, 2000, p. 10).

O movimento revolucionário cubano no fim da década de 50 havia favorecido o surgimento de grupos armados de esquerda, semelhantes aos da região do Cone Sul. A revolução cubana de 1º de janeiro de 1959<sup>42</sup> inspirou às esquerdas sul-americanas na busca de soluções para a crise política e econômica que enfrentavam suas sociedades, que deveriam passar pela tomada do poder

---

*Revolución Libertadora* (1955-1958), organizada por militares que também foram chefes dos golpes de Estado posteriores no país. Com isso, deu-se continuidade ao ciclo autoritarista castrense iniciado na década de 30 do século XX (ARGENTINA, 2010b).

<sup>41</sup>Esta região tradicionalmente compreende Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. Porém, em certos casos, estudiosos, optando por uma definição mais ampla, convencionam incluir ao grupo de países a Bolívia, o Brasil e, raramente, o Peru, dependendo do objeto de análise em questão.

<sup>42</sup> Isso resultou no fim do regime ditatorial de Fulgencio Batista e a ascensão ao poder do *Ejército Rebelde*, liderado por Fidel Castro. A partir disso, o país insular passou por reformas econômico-políticas introduzindo o comunismo como política estatal.

(PAREDES, 2004). É nesse contexto que surgiram na Argentina, no Uruguai e no Chile, respectivamente, os grupos guerrilheiros ERP, “[...] Montoneros, Tupamaros y MIR” (PAREDES, 2004, p. 4), formando, mais tarde, em agosto de 1973, a *Junta Coordinadora Revolucionaria* (JCR). Esses grupos tornaram-se os principais inimigos perseguidos pela Operação Condor.

A conexão repressiva interestatal resultante do Plano Condor teve sucesso graças à articulação multinacional das classes militares dos países participantes e, principalmente, de suas agências de serviço secreto. Instituições como a chilena *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) e a argentina *Servicio de Inteligencia del Estado* (SIDE) informavam todos os governos das ações dos militantes e opositores dos governos, visando impedir o alastramento do comunismo em seus países. As informações repassadas entre as agências secretas estatais contribuíram para o sucesso das buscas de suspeitos e perseguidos políticos, assim como no intercâmbio e na entrega dos presos às polícias nacionais de dentro do bloco. A integração velada desse sistema repressivo garantiu o “êxito” das ações militares executadas no âmbito da região e fora dela.

As empresas nacionais e estrangeiras sediadas nesses países, também, auxiliaram na organização e financiamento da Operação Condor. No Brasil, empresários nacionais e empresas multinacionais também desempenharam papel relevante no período ditatorial. Em 1969, o exército brasileiro criou a Operação Bandeirantes (OBAN) em São Paulo, que “[...] se nutriu de verbas fornecidas por multinacionais, como o Grupo Ultra<sup>43</sup>, Ford, General Motors” (COIMBRA, 2000, p. 12).

No Uruguai “*sólo los grandes intereses financieros e industriales multinacionales y un reducido grupo de industriales nacionales agrupados en la Cámara de Industrias han apoyado al régimen, a través de su representante Vegh Villegas*” (MAGGILOLO, 1976, p. 14).

As agências de informação secretas chilena e paraguaia “dispunham das linhas aéreas estatais (LAN CHILE, Líneas Aereas Paraguayas)” e encobriam as ações “com empresas comerciais e indústrias fantasmas” (SOUZA, 2011, p. 164).

---

<sup>43</sup> Henning Albert Boilesen, dinamarquês naturalizado brasileiro, foi o presidente responsável pelo Grupo Ultra, também conhecido como Ultragás. O documentário “Cidadão Boilesen” (de 2009), do diretor Chaim Litewski revela com maiores detalhes a participação dessa empresa na OBAN.

Era “[...] comum a utilização de empresas públicas para dar suporte e cobertura às ações repressivas [...]” (PADRÓS, 2005, p. 711).

A multinacional do terror fez desaparecer centenas de pessoas e vitimou milhares de cidadãos sul-americanos (FEIERSTEIN, 2009). A perseguição implacável contra comunistas, esquerdistas, revolucionários, sindicalistas e opositores, em geral, inovou seus métodos, com adoção de acentuado grau de torturas, que acabou incluindo indivíduos que nada tinham a ver com isso. A “*cifra de asesinados-desaparecidos, sólo en el Cono Sur, superaría los 50 mil*” (CALLONI, 1999, p. 16), como consequência da onda de terrorismo estatal.

[...] las dictaduras del cono sur se confabularon para realizar la famosa “Operación Cóndor” [...] que articuló los esfuerzos represivos de las mismas y que tuvo entre sus dividendos la desaparición de 141 uruguayos, 98 de los cuales fueron apresados y desaparecidos en Argentina, 35 en el Uruguay, seis en Chile y dos en Paraguay (IBARRA, 2001, p. 54),

A repressão instaurada pelos regimes ditatoriais integrados à Operação Condor motivou o aumento de emigrados políticos. A perseguição sistemática aos adversários gerou insegurança nos cidadãos dos países subjugados pelos regimes militares nessas sociedades. Torturas, assassinatos, desaparecimentos e outras violações dos direitos humanos, criaram um clima de medo e de instabilidade social intolerável, o que levou muitos militantes sul-americanos a emigrarem para assegurar sua sobrevivência.

O golpe de 1976 na República Argentina, deflagrado em 24 de março, instaurou uma nova ditadura militar, desencadeando um massivo processo de exílio. As Forças Armadas argentinas interromperam o mandato constitucional da vice-presidente María Estela Martínez de Perón<sup>44</sup> e a Junta Militar assumiu o poder:

[...] el general Jorge Rafael Videla (Ejército), el almirante Emilio Eduardo Massera (Marina) y el brigadier Orlando Ramón Agosti (Aeronáutica)”. [...] El mismo miércoles 24, la Junta tomó las siguientes medidas: instaló el Estado de sitio; consideró objetivos militares a todos los lugares de trabajo y producción; removió los poderes ejecutivos y legislativos, nacionales y provinciales; cesó en sus funciones a todas las autoridades federales y provinciales como así también a las municipales y las Cortes de Justicia nacionales y provinciales; declaró en comisión a todos los jueces; suspendió la actividad de los partidos políticos; intervino los sindicatos y las confederaciones obreras y empresarias; prohibió el derecho de huelga; anuló las convenciones colectivas de trabajo; instaló la pena de muerte para

---

<sup>44</sup> Assumido em 1973, depois do falecimento de Juan Domingo Perón no mesmo ano.

delitos de orden público e impuso una férrea censura de prensa, entre otras tantas medidas. [...] Amplios sectores sociales recibieron el golpe militar en forma pasiva, otros lo apoyaron, otros lo impugnaron y unos pocos lo resistieron (ARGENTINA, 2010a, p. 21).

O terrorismo instaurado pela Junta Militar deu origem a, pelo menos, 13.000 assassinatos<sup>45</sup>, aproximadamente, 9 mil desaparecimentos forçados (SÁBATO, 1984) e à elevação do número de exilados. O *Proceso de Reorganización Nacional*, assim denominado pela Junta, o novo governo, transformou o país numa sociedade aterrorizada, que foi abandonada sempre que possível<sup>46</sup>.

Essa ditadura militar criou novas formas de terror, superando-se, em sua virulência e amplitude, das demais ditaduras sul-americanas. O encarceramento sem direito a julgamento, as intermináveis sessões de tortura física e psicológica, as violações corporais de todos os tipos, o sequestro de filhos e netos de prisioneiros, seguido da entrega desses às famílias de militares e de outros cidadãos, os “voos da morte”<sup>47</sup>, e demais atentados caracterizaram o aparelho repressivo argentino nesse período. O Estado criou uma estrutura burocrática e policialesca de grande magnitude. Foram construídos mais de 500 campos de concentração, distribuídos em todo território nacional e prédios de empresas foram utilizados para prender os militantes.

A cumplicidade de grupos civis, tais como setores do empresariado, da mídia e da Igreja católica, deu à ditadura o caráter cívico-militar. Os crimes contra a humanidade, enquanto aniquilamento massivo, coletivo e o politicídio (o assassinato de um grupo político) de argentinos foi fruto de um processo que resultou da associação de dois setores da sociedade argentina (empresários e militares) que recorreram ao terrorismo de Estado, para proteger seus interesses da ameaça que representavam todos aqueles indivíduos que combatiam a opressão política e o terror instalado no país.

---

<sup>45</sup> Os organismos de direitos humanos estimam outras cifras. Segundo esses, as vítimas oscilariam entre 20.000 e 30.000 pessoas (FEIERSTEIN, 2009).

<sup>46</sup> A Argentina viveu mais uma fase de repressão militar, institucionalizando um terror muito maior dessa vez.

<sup>47</sup> Do alto de helicópteros prisioneiros vivos (sedados) eram jogados no *Río de la Plata* ou na costa argentina (ESQUIVEL, 2009).

#### 4 TERRORISMO DE ESTADO ARGENTINO E SUA INTERNACIONALIZAÇÃO

Las Fuerzas Armadas desarrollarán durante la etapa que hoy se inicia, una acción regida por pautas perfectamente determinadas. Por medio del orden, del trabajo, de la observancia plena de los principios éticos y morales, de la justicia, de la realización integral del hombre, del respeto a sus derechos y dignidad; así la República llegará a la unidad de los argentinos y a la total recuperación del ser nacional [...] (Trecho do manifesto escrito pela Junta Militar. In: ARGENTINA, 1980, p. 11).

O golpe militar<sup>48</sup> ocorrido em março de 1976 na Argentina organizou a repressão política e institucionalizou a prática de crimes políticos contra membros da sociedade argentina. Os cidadãos argentinos não deixaram de estudar, de trabalhar, de relacionar-se entre si. Mas, o período do *Proceso de Reorganización Nacional* dificultou o convívio social, disseminando o medo, a insegurança e um intenso grau de violência causado pelos desaparecimentos, pelas torturas, pelos assassinatos e outras atrocidades.

Aqueles que permaneceram no país viveram um ininterrupto estado de insegurança, de temor por sua integridade física e sua sobrevivência. Aqueles que conseguiram abandonar o país, na condição de exilados, ou foram expulsos pela Junta Militar, no exterior, passaram a integrar organizações de solidariedade, que seguiram lutando pelo reestabelecimento da democracia no país e pela solidariedade internacional contra o desrespeito dos direitos humanos na Argentina.

O Estado argentino internacionalizou o terror, primeiramente, com a Triple-A, ao aderir a Operação Condor em 1975 e, secundariamente, com a ditadura civil-militar iniciada em 1976, continuando a colaborar com tal conexão repressiva

---

<sup>48</sup> Muleiro (2011) discute que o golpe militar de 1976 na Argentina também contou a participação de civis, revelando uma parte polêmica da história recente argentina, pouco conhecida.

internacional. No entanto, a Argentina possui alguns antecedentes históricos e correntes doutrinárias que permitem compreender o raciocínio de construção do inimigo “subversivo” e os crimes contra a humanidade (ou o genocídio, segundo as ONGs argentinas e internacionais de Direitos Humanos, e/ou politicídio) produzidos contra os mesmos, principalmente, entre os anos 1976 e 1983<sup>49</sup>.

#### 4.1 A Argentina pré-ditadura de 1976 a 1983

A violência estatal contra os cidadãos que desafiaram o poder do Estado é um fato recorrente na história argentina.

##### 4.1.1 O golpe de 1966

A repressão militar da ditadura de 1976 teve um prenúncio, menos radical, no ano de 1966. No dia 28 de junho de 1966, o General Juan Carlos Onganía depôs o presidente Arturo Umberto Illia, dando início ao período denominado *Revolución Argentina*<sup>50</sup>. Um mês mais tarde (29/07/1966), Onganía decretou a invasão, por forças policiais, de quatro faculdades da *Universidad de Buenos Aires* (UBA). Nesse ato de violação da autonomia universitária foram presos docentes e alunos e cerraram-se institutos de pesquisa de vanguarda da ciência latino-americana<sup>51</sup>. Esses eventos ficaram conhecidos como a *Noche de los Bastones Largos* (“Noite dos Cassetetes<sup>52</sup>”), origem do processo de *fuga de cérebros*<sup>53</sup>, que atingiu proporções inéditas naquele país. Tais acontecimentos provocaram a renúncia de 1.378 professores universitários, que se demitiram ou partiram para o exílio, em países onde poderiam continuar suas investigações científicas e ter acesso a centros mais avançados de pesquisas, fugindo da ditadura militar instaurada no país (SEOANE, 2006).

<sup>49</sup> Para ter uma aproximação quantitativa de prisioneiros e de assassinados, pertencentes somente ao campo popular, que fez esse regime civil-militar cf. ANEXO C.

<sup>50</sup> A ditadura “*Revolución Argentina*” vigorou na Argentina entre 1966 e 1973, sendo o quinto processo de ditadura militar na história contemporânea do país.

<sup>51</sup> Destruuiu-se também o primeiro computador da América Latina construído para realizar complexas operações matemáticas: a *Clementina*, pertencente ao *Instituto de Cálculo*, da *Facultad de Ciencias Exactas*, da *Universidad de Buenos Aires* (UBA).

<sup>52</sup> Outros autores costumam traduzir para o português como *Noite dos Bastões Compridos*, para se referirem ao comprimento dos cassetetes utilizados pelos policiais argentinos.

<sup>53</sup> Originária do termo inglês, *Brain Drain*, a fuga de cérebros define-se como uma migração temporária ou definitiva ao exterior, de quantidades importantes de profissionais altamente qualificados (cientistas, engenheiros, etc.).



A repressão ocorrida na segunda metade de 66 não atingiu os níveis de violência que marcaram a atuação do Estado argentino de 76. A destruição sistemática do grupo de “inimigos subversivos” não ocorreu nos anos 60, possibilitando aos cidadãos argentinos permanecer no país, vivendo normalmente, diferentemente da ditadura dos anos 1976-83. A *Noche de los Bastones Largos* pode ser compreendida como um antecedente da violência política do Estado argentino contra seus inimigos, mas o terror não foi estendido a toda a sociedade. Não houve desaparecimentos de pessoas e não teve a mesma intenção de “varrer” os inimigos da história do país (ARGENTINA, 2010a).

O caos social ocasionado pela repressão estatal do período da *Revolución Argentina* persistiu até o início de 1973<sup>54</sup>. O terceiro governo *de facto*, desse regime militar, iniciado em 66, do General Alejandro Augustín Lanusse, comandou o país até 25/05/73, quando então assumiu o novo presidente, democraticamente eleito, Héctor José Cámpora. Sua posse representou o fim da quinta ditadura na Argentina.

O mandato de Cámpora foi efêmero, tendo permanecido no poder durante quase dois meses, quando ele e seu vice-presidente renunciaram, no começo de julho de 73.

O sucessor de Cámpora foi Raúl Alberto Lastiri, presidente da Câmara de Deputados. Conforme legislação constitucional argentina, Lastiri assumiu o cargo de Presidente da nação em 13 de julho de 1973, convocando imediatamente novas eleições nacionais. O resultado final do processo eleitoral, em setembro, foi a vitória esmagadora (com 62% dos votos) da chapa política Perón-Perón, integrada pelo candidato à presidência Juan Domingo Perón e sua vice Maria Estela Martínez de Perón (vulgo *Isabelita Perón*), que assumiram o país em 12 de outubro de 1973.

#### 4.1.2 O governo do casal Perón

O processo de internacionalização do terror na Argentina teve, como um de seus principais antecedentes, durante o governo do casal Perón, a criação da organização clandestina *Alianza Anticomunista Argentina* (Triple-A). Esta foi um

---

<sup>54</sup> No início de maio de 2012, Julio Alak, *Ministro de Justicia y Derechos Humanos* da Argentina, declarou que o fuzilamento de 19 presos políticos, que resultou no politicídio de 16 desses (em 22 de agosto de 1972), conhecido como “Massacre de Trelew”, foi o embrião repressivo do terrorismo de Estado na Argentina (PÁGINA/12, 2012).

grupo parapolicial ilegal de extrema direita fundado no interior do governo argentino e coordenado pelo *Ministerio de Bienestar Social*<sup>55</sup> (atual *Ministerio de la Salud*), pelo ministro argentino José López Rega<sup>56</sup>. Esta organização terrorista agia violenta e clandestinamente, e era integrada por ex-policiais, especialistas em segurança e agentes do *Servicio de Inteligencia del Estado* (SIDE) – o serviço secreto argentino (LARRAQUY, 2007).

Sua principal função era eliminar opositores ao governo que a polícia federal, legalmente, não conseguia localizar. As operações eram financiadas com recursos próprios do Estado argentino, mesmo não sendo reconhecidas oficialmente pelo mesmo até 1974. Existe um debate em aberto sobre o presidente Juan Perón ter ou não autorizado a criação da Triple-A, mas sabe-se que esta contou com o apoio oficial da presidência argentina somente após sua morte, em 01/07/74, quando então sua vice-presidente, Isabelita Perón, assumiu a presidência do país. Dessa forma, Isabelita autorizou as operações da organização que, destarte, tornou-se paraestatal<sup>57</sup>, para suprimir os movimentos de esquerda (Montoneros, ERP) no país e desencadeou uma fase de crimes hediondos (ROSTICA, 2011).

Com isso, teve início a implantação de um estado de temor e insegurança social no país. A perseguição aos chamados inimigos “subversivos” resultou numa primeira “onda emigratória”.

A organização parapolicial de López Rega aliou-se a outros atores internacionais na contenção contra a guerrilha. Relacionou-se com os Estados Unidos, através das embaixadas americanas na Espanha e na Argentina, essa última dirigida pelo embaixador Robert Charles Hill. Além de manter contatos com a *Organisation de l'Armée Secrète* (OAS), “[...] Hill possibilitó su encuentro con los jefes de los escuadrones de la muerte que actuaban en Guatemala y otros lugares de América Latina” (CALLONI, 2009?), dentre esses, o guatemalteco Máximo Zepeda, que colaborava com a CIA e era especialista no aniquilamento de militantes

---

<sup>55</sup> O armamento da Triple-A era guardado no *Ministerio de Bienestar Social*, que funcionava como uma base virtual, servindo de local para preparar os veículos com essas armas (ROSTICA, 2011).

<sup>56</sup> Também conhecido por seus adversários como *El Brujo* (o bruxo, feiticeiro) durante o último governo de Juan Perón e, principalmente, durante o de Isabel Perón. Era “[...] ex-policia, ex-mordomo do casal Perón, astrólogo, ministro de Perón, líder da Triple A [...] e eminência parda do governo” (PALACIOS, 2009). O apelido de *brujo* devia-se ao “gosto pelas práticas esotéricas” (ROMERO, 2006, p. 190).

<sup>57</sup> A Triple-A é comumente conhecida como *parapolicial* e, por isso, o adjetivo *paraestatal* torna-se adequado unicamente a partir da ascensão de Isabelita Perón como presidente da Argentina em 1974.

comunistas (LARRAQUY, 2007). Essas conexões externas esclarecem o relacionamento internacional da Triple-A.

Rodolfo Walsh [...] preparó una investigación para la conducción montonera sobre la conexión de la CIA con la Triple A. [...] focalizó en la relación del comisario Villar con los jefes policiales del Uruguay, el Brasil, Chile, Bolivia y el Paraguay, que componían un comando que incluía la participación de oficiales y suboficiales de la Policía Federal Argentina. [...] Walsh indicó que el comando dependía del Departamento de Asuntos Extranjeros de la policía, al mando del comisario inspector Juan Gattei, y tenía como jefe de operaciones al inspector Juan Pietra, y al inspector Rolando Nerone como jefe de inteligencia. Walsh marcaba el nexo entre la AAA y la inteligencia norteamericana a través del comisario Gattei, egresado de la escuela de policía de la CIA en 1962, e informó que Gattei y el comisario Antonio Gestor "estaban sometidos a la autoridad de Mr. Gardener Hathaway, *station chief* de la CIA en la Argentina". [...] Walsh concluía: "Si la hipótesis consignada sobre la conducción de la CIA en las operaciones de las AAA fuera exacta, la jefatura real recaería en el oficial de dicho servicio que atiende a López Rega" (LARRAQUY, 2007, p. 223).

A participação do Comissário de Polícia Alberto Villar contribuiu, também, na internacionalização do terrorismo das três AAA contra os comunistas no Cone Sul. Em 29 de fevereiro de 1974, aconselhado por López Rega, Juan Perón nomeou Villar<sup>58</sup> para reincorporar e chefiar a *Policia Federal Argentina*. No dia seguinte a sua nomeação, em 30/02/74, foi redigida a primeira lista com o nome de inimigos "subversivos" do Estado argentino condenados à morte, tais como advogados, jornalistas, políticos, militares, sindicalistas, militantes populares (como Julio Troxler, Silvio Frondizi e Roberto Jorge Quieto) e clérigos nacionais e estrangeiros. O novo chefe da Polícia Federal argentina foi, portanto, extremamente importante, pois matinha contatos com outros policiais sul-americanos, além de trabalhar em conjunto com esses na captura de "criminosos" procurados em todos os regimes ditatoriais dessa região, favorecendo as operações da Triple-A no subcontinente, e futuramente na Operação Condor.

Villar tenía una visión internacionalista para la aniquilación del marxismo y la guerrilla, los "enemigos internos", de acuerdo con la Doctrina de Seguridad Nacional. Por ese motivo [...] como subjefe policial, estableció un acuerdo secreto con los organismos de seguridad de Bolivia, el Uruguay y Chile para perseguir a los refugiados de esos países que escapaban de la represión militar. El acuerdo facultaba a los policías extranjeros para actuar ilegalmente en la Argentina contra los exiliados; creaba una central de

---

<sup>58</sup> Villar já havia trabalhado com Perón durante os anos 50 e era muito influenciado pelas estratégias militares de contraguerrilha francesa, ensinadas por ex-combatentes do exército francês, na Guerra da Argélia.

informaciones con una base de datos de militantes de izquierda, sumaba agregaduras legales o "especialistas en la lucha antinarcóticos" en las embajadas para tareas de espionaje, etcétera. De este modo, a través del Departamento de Asuntos Extranjeros (DAE) de la Policía Federal, la Argentina empezó a colaborar en forma activa con las dictaduras del Cono Sur, en un anticipo de lo que luego se conocería como el Plan Cóndor. Los efectos de esa política represiva se precisarían en el curso de 1974, cuando aparecieron decenas de cadáveres de exiliados que durante el gobierno peronista habían buscado refugio en la Argentina (LARRAQUY, 2007, p. 214-215).

A Triple-A antecedeu a perseguição nacional e internacional de inimigos “subversivos” do Estado argentino, e de outras ditaduras do Cone Sul, e, também, na Operação Condor. Com a Argentina sendo governada pelo regime democrático Perón-Perón instalado no final de 1973, muitos latino-americanos, fugindo das atrocidades dos governos ditatoriais, em seus países de origem, procuraram refúgio e asilo em Buenos Aires e outras cidades argentinas. Foi o caminho tomado por muitos uruguaios para escapar da ditadura de Bordaberry no Uruguai; de muitos chilenos que buscaram fugir das malhas da ditadura de Pinochet, de brasileiros refugiados no Chile; e de outros latino-americanos. Esses migrantes quando localizados pela Triple-A eram capturados, torturados, exterminados, desapareciam, ou eram entregues às autoridades policiais de seus países de origem, onde, geralmente, tinham o mesmo fim.

A oficina “*Automotores Orletti*”<sup>59</sup>, alugada por agentes do SIDE, funcionava como um dos centros clandestinos de detenção (CCD) para onde os prisioneiros ilegais eram levados e sofriam intensas sessões de tortura. Muitas dessas sessões, segundo depoimento de sobreviventes, contavam com a presença de interrogadores brasileiros, de José Niño Gavazzo<sup>60</sup> e de outros militares uruguaios membros do *Organismo Coordinador de Actividades Antisubversivas* (COCA), instrumento da repressão política no Uruguai; colaboradores da Operação Condor (CALLONI, 2009?). Segundo o *Instituto Espacio para la Memoria*<sup>61</sup> (Argentina), pelo CCD Orletti passaram, pelo menos, 200 vítimas, em sua grande maioria de nacionalidade uruguiaia, assim como argentinos, chilenos, bolivianos, paraguaios, brasileiros e, inclusive, cubanos.

<sup>59</sup> Localizada na rua *Venancio Flores* 3519/21, no bairro *Floresta*, de Buenos Aires.

<sup>60</sup> Em cena do documentário *Condor* (2007) uma sobrevivente uruguiaia relata a participação e o encontro com Gavazzo logo que fora capturada.

<sup>61</sup> Outras informações disponíveis em: <<http://www.institutomemoria.org.ar>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

O número de vítimas da Triple-A é somente uma aproximação. O jornalista Ignacio González Jansen estimou que a Triple-A, entre o período de julho a setembro de 1974, cometeu 220 atentados (dentre assassinatos e sequestros). Isso equivale a uma média de quase 3 atentados diários, ou “[...] 60 asesinatos, uno cada 19 horas, y 44 víctimas resultaron con heridas graves [...]”. E “como cifra global al accionar de la organización terrorista se le atribuyen más de 1500 crímenes” (HAUSER, 2006), dentre diversos assassinatos de refugiados latino-americanos, certas vezes sob tutela da ONU e do Estado argentino, e inimigos comuns da Operação Condor.

Com o golpe de Estado de 1976, a Triple-A foi diminuindo sua capacidade de ação coletiva, até desaparecer completamente, assim como os movimentos de esquerda na Argentina. “Tras el golpe de 1976, la Triple A comenzó a llamarse Comando Libertadores de América. Fue absorbida por los militares y concretamente por la SIDE (GASPARINI, 2011, p. 222 apud ROSTICA, 2011, p. 27).

Além da Triple-A, outras circunstâncias foram moldando as bases para o golpe de Estado de 76 da Junta Militar, ao longo de 1975, o último ano do governo peronista. Em fevereiro desse ano, Isabelita Perón, através do decreto 261/75, solicitou ao General Acdel Vilas a organizar o *Operativo Independencia*, destinado a exterminar os opositores “subversivos”, localizados na província de Tucumán, onde muitos guerrilheiros concentravam-se. Essa operação fez uso de práticas de tortura nos interrogatórios realizados pelo SIDE, perpetrou sequestros e desaparecimentos de pessoas<sup>62</sup>, e praticou outras violações de direitos humanos, constituindo-se no politicídio de milhares de pessoas. Nessa operação militar, o general Vilas “inauguró el que, al menos hasta hoy, es el primer centro clandestino de detención, ‘La Escuelita’, en Famaillá, por donde pasaron la mayor parte de los desaparecidos de la provincia” (AMATO, 2010).

Em setembro de 1975, Isabelita Perón ausentou-se da presidência argentina, por motivos de saúde, e, provisoriamente, Ítalo Argentino Luder<sup>63</sup> assumiu

---

<sup>62</sup> A Comissão de Investigação das Violações de Direitos Humanos de Tucumán estima que pelo menos 75% dos desaparecidos nessas imediações não eram guerrilheiros, mas, sim, trabalhadores rurais nas plantações de cana-de-açúcar e trabalhadores da indústria açucareira e operários do setor de construções.

<sup>63</sup> Ítalo Luder (1916-2008) foi advogado e senador pelo Partido Justicialista. Em julho de 1975 foi eleito *Presidente de la Cámara de Senadores*, cargo que, segundo o Art. 58 da *Constitución de la Nación Argentina*, o posicionava como o próximo na linha sucessória presidencial, caso o Presidente

o poder. Luder, então, como presidente interino, assinou três decretos que serviram de base para a construção da identidade do inimigo “subversivo” e o embrião do terrorismo de Estado, que a ditadura cívico-militar exerceu a partir de 1976:

- a) Decreto 2770/75 – criou o *Consejo de Seguridad Interna*, constituído por representantes do poder Executivo e das Forças Armadas, responsável pela perseguição e eliminação dos inimigos “subversivos”;
- b) Decreto 2771/75 – expandiu o controle nacional sobre os funcionários policiais e penitenciários de todas as províncias, que, passariam a estar a serviço do *Consejo de Seguridad Interna*;
- c) Decreto 2772/75 – oficializou o poder das Forças Armadas para executar operações militares e de segurança nacional, assegurando seu financiamento pelo Ministério da Economia.

A partir de então, as Forças Armadas argentinas tinham todos os instrumentos legais<sup>64</sup> necessários a seu favor para exercer o controle da segurança nacional e combater a subversão no país. Curiosamente, nessa época,

[...] los dos grupos guerrilleros más activos ya estaban en retroceso franco. El Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) pronto sería totalmente diezmado, y la capacidad operativa militar de Montoneros, el numeroso grupo de la guerrilla peronista de izquierda, marchaba hacia su ocaso político y, sobre todo, militar (MULEIRO, 2011, p. 26).

A preparação do golpe de 24 de março já estava concluída no final de 1975. Em dezembro daquele ano, as Forças Armadas já haviam estabelecido que o poder governamental seria repartido em 33%, para cada uma das três forças, divisão válida, também, aos ministérios, secretarias e subsecretarias. Essa decisão era “[...] una ley para evitar que el peso de un caudillo omnipresente y su posterior debilitamiento arruinaran el proyecto de poder. También para algo más decisivo: que nadie se quedara afuera de un pacto de silencio criminal” (MULEIRO, 2011, p. 15).

Fica assim evidente que o terrorismo de Estado estava sendo preparado e organizado desde 1975.

---

ou Vice-presidente estivessem impossibilitados de exercer sua função: “Artículo 58.- El Senado nombrará un presidente provisorio que lo presida en caso de ausencia del vicepresidente, o cuando éste ejerce las funciones de presidente de la Nación” (ARGENTINA, 1994?, p. 9).

<sup>64</sup> Para consultar os decretos aprovados por Isabelita Perón e Luder cf. ANEXO D.

En la historia más reciente, con el último golpe militar se puede ver como por medio de una construcción normativa, que luego va a legitimar las peores atrocidades, se está abriendo camino a una nueva concepción de lo peligroso, es decir del sujeto peligroso. No es casual que en los últimos suspiros de la democracia de Isabel de Perón se dejen sentadas las bases para la aniquilación de personas que vendría después. Es en definitiva la necesidad de construir una legitimidad del poder de castigar, es en definitiva el uso de nuevos términos que permitieran que el gobierno de turno interpretara y llenara de contenido para definir a sus enemigos. En la época en la que acontece el último golpe militar ya Argentina posee varios antecedentes históricos sobre la existencia de instrumentos legales en los que se busca erradicar prácticas o acciones “terroristas” o “antisubversivas” (BATTISTINI, 2009, p. 2).

### E a inspiração doutrinária do terrorismo de Estado na Argentina foi

[...] la doctrina francesa elaborada en la guerra contra Argel, a mediados del siglo XX. Los escuadrones de la muerte, fueron grupos de militares entrenados con la misión de aniquilar a la organización político-militar del FLN que multiplica los atentados terroristas en la capital argelina. La estructuración de un plan de exterminio, las terminologías y los medios utilizados son réplicas de aquellos grupos de tarea (BATTISTINI, 2009, p. 7).

## 4.2 O golpe de Estado de 24 de março de 1976

As múltiplas motivações para o golpe militar na Argentina podem ser resumidas no:

[...] caos econômico de 1975, a crise de autoridade, as lutas facciosas, a presença cotidiana da morte, a ação espetacular das organizações guerrilheiras [...] e o terror semeado pelo Triplo A, tudo isso criou as condições para a aceitação de um golpe de Estado, que prometia restabelecer a ordem e assegurar o monopólio estatal da força. A proposta dos militares – que pouco fizeram para impedir que o caos chegasse a esse extremo – ia além. Consistia em cortar o mal pela raiz, que, segundo o diagnóstico, estava na própria sociedade e na natureza irresoluta de seus conflitos (ROMERO, 2006, p. 196).

A caótica situação interna na Argentina preocupava também a embaixada norte-americana em Buenos Aires. Em outubro de 1975, a missão americana, chefiada por Robert Charles Hill<sup>65</sup>, informou ao governo norte-americano sobre o deterioramento da situação política da Argentina. Em telegrama enviado no dia 10 de outubro informava que o governo de Isabelita era fraco, questionado

<sup>65</sup> Foi embaixador dos Estados Unidos da América na Argentina entre 1974 e 1977.

internamente e instável politicamente. Também, destacava o poder das organizações classificadas como “terroristas”, justificava porque os EUA deveriam preocupar-se com tal situação nesse país e concluía afirmando que a tomada do poder pelas Forças Armadas argentinas era a única solução.

O governo americano preocupava-se com tal situação política, pois ela provocava sérios riscos aos investimentos de empresas norte-americanas, estimados em U\$ 1,5 bilhão de dólares. A Argentina, como um dos quatro países mais ricos e maiores da América Latina, era de grande importância para os Estados Unidos. A Argentina era também um membro-chave na Organização dos Estados Americanos<sup>66</sup>, logo um provável aliado norte-americano.

Face à deterioração da situação social e política argentina, a representação diplomática americana considerava favorável um golpe de Estado, argentino.

Durante el período que va desde finales de 1975 hasta marzo de 1976, la embajada norteamericana consideraba la posibilidad de un golpe de Estado como una alternativa entre varias otras, y no necesariamente la preferida por el liderazgo de las Fuerzas Armadas locales. [...] La presencia de fuerzas “insurgentes” no era desatendida, pero se valoraba en un contexto en que las hipótesis más fuertes eran las que preveían un desorden agudo y prolongado, una lucha de “todos contra todos”. La posibilidad de un golpe militar se evaluaba, en este marco, sea como un medio para “restablecer el orden”, sea como factor catalizador de las luchas en curso. En un análisis de septiembre de 1975 el embajador Robert Hill reportaba a Washington que [...] las Fuerzas Armadas eran contrarias a una interrupción del orden democrático, según él porque pesaban las experiencias previas frustradas, y solamente recurrirían a una acción de este tipo de considerar que no había otra alternativa posible. [...] Hill estimaba probable que una intervención de las Fuerzas Armadas ocurriría únicamente en una situación de extremo deterioro del orden político y económico (NOVARO, 2011, p. 27).

O governo norte-americano sabia que o golpe estava sendo organizado pelas forças militares argentinas e acompanhava sua preparação através dos relatórios<sup>67</sup> elaborados por suas agências secretas e pela missão diplomática em Buenos Aires.

Assim como o governo americano, parte dos argentinos supunha que haveria uma provável intervenção das forças militares como solução à crise vivida

---

<sup>66</sup> Para maior detalhamento sobre as informações contidas no telegrama diplomático, cf. ANEXO E.

<sup>67</sup> Outros documentos secretos desclassificados, bem como, materiais audiovisuais estão disponíveis no sítio cibernético do *Centro de Investigaciones Políticas* (CIPOL): <<http://www.cipol.org/colecciones.php>>. Acesso em: 10 ago. 2011. Cf. ANEXO F.



pelo país, mas não esperavam que, juntamente, desencadear-se-ia uma tragédia nacional ainda maior (HEREDIA, 2001).

Devido ao aumento dos enfrentamentos políticos, no dia 24 de março de 1976, o governo de Isabelita Perón foi derrocado, através do golpe operado pela Junta Militar argentina, instalando-se uma nova fase da política argentina: o *Proceso de Reorganización Nacional* (PRN).

[...] a Junta de Comandantes assumiu o poder [...]. Além disso, criou os instrumentos legais do chamado Processo de Reorganização Nacional e nomeou como presidente da nação o general Videla, que também continuou à frente do Exército até 1978 (ROMERO, 2006, p. 196).

Em documento oficial da Junta Militar<sup>68</sup>, no dia do golpe, explicitavam-se os propósitos do regime civil-militar, do PRN, que eram:

Restituir los valores esenciales que sirven de fundamento a la conducción integral del Estado, enfatizando el sentido de moralidad, idoneidad y eficiencia, imprescindibles para reconstituir el contenido y la imagen de la Nación, erradicar la subversión y promover el desarrollo económico de la vida nacional basado en el equilibrio y participación responsable de los distintos sectores a fin de asegurar la posterior instauración de una democracia republicana, representativa y federal, adecuada a la realidad y exigencias de solución y progreso del Pueblo Argentino (ARGENTINA, 1980, p. 7).

No discurso da Junta Militar o propósito central era salvar a Argentina do “mal e do atraso causado pela subversão”, restaurando a ordem e a segurança nacionais. Para tanto, criaram os instrumentos e práticas que levaram a tamanho terrorismo de Estado e a continuação do processo de internacionalização do terror. O uso do assassinato político, da prática da tortura para obtenção de informações, do desaparecimento forçado e de outras violações de direitos humanos, trataram de coisificar os inimigos do Estado, e, principalmente, apagar da história argentina os vestígios desses e da subversão, a qualquer custo. Com isso, o regime recorreu à violência política, ao longo dos sete anos de ditadura, e integrou-se à Operação Condor para aumentar sua eficiência para além de suas fronteiras.

O governo do PRN foi constituído por quatro Juntas Militares<sup>69</sup>, com um integrante de cada uma das Forças Armadas. A primeira governou entre 1976 e

---

<sup>68</sup> Para consultá-lo cf. ANEXO G.

1979, tendo sido liderada pelo General Jorge Rafael Videla, pelo Brigadeiro Orlando Ramón Agosti e pelo Almirante Emilio Eduardo Massafra. A segunda foi constituída pelo General Roberto Eduardo Viola, pelo Brigadeiro Omar Domingo Rubens Graffigna e pelo Almirante Armando Lambruschini e governou o país entre os anos 1979 e 1981. Entre 1981 e 1982, ocuparam o poder o General Leopoldo Fortunato Galtieri, o Brigadeiro Basilio Arturo Ignacio Lami Dozo e o Almirante Jorge Isaac Anaya. Entre 1982 e 1983, o General Cristino Nicolaides, o Brigadeiro Augusto Jorge Hughes e o Almirante Rubén Oscar Franco compuseram o último mandato da Junta Militar.

A partir da segunda metade dos anos 70, dois fatos tornaram-se emblemáticos e decisivos para o futuro do PRN.

Entre os dias 1º e 25 de junho de 1978, a Argentina sediou a XI Copa Mundial de Futebol. Os militares argentinos tentaram mostrar ao mundo, através dos mais de 6.000 repórteres e outros meios de comunicação presentes no evento, que não existia ditadura no país. Essa Copa foi utilizada pelos militares para conquistar legitimidade e projeção internacional e para neutralizar o impacto das denúncias da repressão e de crimes políticos constantemente veiculados no exterior pelos exilados e seus aliados (MULEIRO, 2011). Durante quase um mês, a Junta Militar utilizou o campeonato internacional para veicular uma propaganda política favorável ao regime civil-militar<sup>70</sup>, instrumentalizando uma paixão nacional pelo futebol, para transmitir a imagem de um país unido e em paz.

Por outro lado, para os exilados argentinos, o Mundial de 78 representou a ocasião ideal para expandir a denúncia do que chamavam naquele momento de genocídio argentino e para atrair maior atenção internacional para os crimes da ditadura militar na Argentina. Na França, criou-se o *Comité para el Boicoteo de la Copa del Mundo de Fútbol en Argentina* (COBA), sustentado por militantes de esquerda argentinos e, principalmente, franceses, que exigiam a transferência da sede do campeonato internacional ou que a seleção nacional francesa não

---

<sup>69</sup> O contingente total das três Forças Armadas, em 1976, superava os 120 mil homens. Dividia-se em: a) Exército com 80 mil homens; b) Marinha com 30 mil integrantes; e c) Aeronáutica com 18 mil indivíduos.

<sup>70</sup> Nesta época, milhares de cidadãos argentinos estavam desaparecidos; haviam sido assassinados, estavam presos sem direito a julgamento judicial oficial; e/ ou haviam emigrado do país. Em agosto de 1976, o General Omar Actis, responsável pelo comitê de organização da Copa Mundial de 78 na Argentina, foi assassinado, em circunstâncias, ainda hoje, mal esclarecidas pelos ditadores políticos, e passou a integrar o número de óbitos do regime.

participasse do evento. Para isso, o COBA organizou numerosas atividades<sup>71</sup> de oposição ao torneio mundial, atraindo a participação isolada de algumas organizações de exilados. No início de 1978, vendeu mais de 120 mil exemplares de periódico próprio e popularizou o lema “*¿El mundial de fútbol previsto en Argentina en junio de 1978 se hará entre los campos de concentración?*” (ARGENTINA, 2010a).

Além do COBA, organizações e personalidades políticas internacionais apoiaram a contrapropaganda da Junta Militar argentina no Campeonato de 1978. A “[...] *AI, Cambio 16, The New York Times y a Felipe Gonzáles, Santiago Carrillo, Olof Palme y Willy Brandt [...]*” (JENSEN, 2010, p. 59) auxiliaram os exilados na denúncia das violações contra os direitos humanos.

Sin duda, el Mundial de Fútbol celebrado en el país en junio de 1978 desempeñó un rol central en la instalación del “tema argentino”. Si bien para entonces el régimen militar acumulaba varias sanciones de la comunidad internacional (AI, Parlamento Europeo, Naciones Unidas), la popularidad del fútbol hizo que se hablara de la Argentina durante casi un mes y que incluso en las páginas de la prensa deportiva se colaran referencias a los “campos de concentración” y a los “desaparecidos”. Los exiliados respondieron a la política de la Junta Militar que se planteó el Mundial como un escaparate para mostrar la “verdadera Argentina”. Contrarrestar la “gran operación de propaganda política” del régimen era prioritario si quería mostrarse el “genocidio argentino” [...] (JENSEN, 2010, p. 49-50).

Embora o COBA e as autoridades internacionais tenham trabalhado, durante os primeiros meses de 1978, em prol da contrapropaganda da Copa Mundial na Argentina, o campeonato realizou-se no país. A seleção argentina de futebol foi a grande vitoriosa e, com isso, a Junta Militar garantiu a transmissão da mensagem de uma nação argentina unida e pacífica, diferente da realidade, fazendo com que os exilados e suas organizações continuassem com sua campanha antidictatorial<sup>72</sup>.

A vitória em jogo da seleção argentina contra a peruana, sob o placar de 6 a 0, foi um pacto político, descoberto recentemente. Amparados pela Operação Condor, um mês antes do começo do campeonato esportivo internacional, os ditadores argentino, Jorge Rafael Videla, e peruano, Francisco Moralez Bermudez Cerrutti, negociaram a vinda para a Argentina de 13 prisioneiros políticos peruanos,

<sup>71</sup> Para analisar alguns registros de manifestações contra o regime civil-militar argentino cf. ANEXO H.

<sup>72</sup> Meses mais tarde, o COBA influenciou muitos especialistas a não participarem do Congresso Internacional do Câncer de 1978, que seria, também, celebrado na Argentina, entre 5 e 12 de outubro (ARGENTINA, 2010a).

inimigos da ditadura peruana; um empréstimo e o envio, pela Argentina, de trigo ao Peru. Em troca, o time peruano deveria perder a partida na Copa Mundial de 78, tal como aconteceu:

Segundo publicou o jornal argentino *El Tiempo*, [...] o ex-senador peruano Genaro Ledesma, revelou [...] que a vitória de 6 x 0 da Argentina contra o Peru na Copa de 1978 [...] havia sido pactuada entre os ditadores dos dois países e fazia parte de um acordo maior de cooperação entre os dois governos. Pela versão, o ditador argentino Jorge Videla aceitou no âmbito do Plano Condor receber 13 prisioneiros peruanos que, em Lima, lideravam greves para derrubar o regime de Morales Bermudez [...], porém, o argentino solicitava que os peruanos deixassem a Argentina vencer a partida no Mundial. [...] O ex-senador Ledesma insiste que sabe dos detalhes da história porque ele mesmo foi um dos prisioneiros alvo da troca em 1978. Naquele ano, Ledesma foi sequestrado pelo regime peruano. Os detentos foram enviados para o norte da Argentina em um avião militar no dia 25 de maio de 1978. De lá, foram trasladados para a Buenos Aires e, depois de algumas semanas, foram autorizados a viajar como exiliados para Paris. A partida entre os dois times ocorreria no dia 21 de junho daquele ano. Com essa saída para a França, os prisioneiros evitaram serem atirados ao mar, uma prática do governo argentino. "Videla nos aceitou como prisioneiros de guerra na condição de que o Peru permitisse o triunfo da Argentina na Copa do Mundo", disse o ex-senador ao jornal argentino. "Isso tinha importância para Videla. Ele precisava do triunfo para limpar a má imagem da Argentina no mundo", afirmou Ledesma. O acordo não terminaria aí. No mesmo ano, Videla fez empréstimos ao governo de Morales Bermudez e enviou um carregamento de 14 mil toneladas de trigo ao Peru (CHADE, 2012).

O segundo fato significativo para o PRN foi a visita da *Comisión Interamericana de Derechos Humanos* (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA) à Argentina, em agosto de 1979. Essa visita e suas recomendações serviram para tornar pública a situação de desrespeito dos direitos humanos na Argentina. O relatório produzido pela Comissão em 1980<sup>73</sup> apoiou as denúncias feitas no exterior e reforçou os critérios da opinião pública internacional, o que contribuiu para o desgaste do regime civil-militar na Argentina que, três anos mais tarde, abandonou o poder (JENSEN, 2010).

---

<sup>73</sup>O relatório intitulado *Informe Sobre la Situación de Los Derechos Humanos en Argentina* foi apresentado no dia 11 de abril de 1980. A versão em espanhol encontra-se disponível em: <<http://www.cidh.org/countryrep/argentina80sp/indice.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

### 4.3 Os algozes e as vítimas do terrorismo de Estado

O regime político autoritário e terrorista instaurado na Argentina contou com a colaboração de membros da sociedade civil do país e eclesiástica. O êxito do aparato de repressão foi resultante da estreita cooperação que planejou e executou o golpe contra todos aqueles indivíduos e movimentos políticos considerados inimigos da pátria.

#### 4.3.1 *Militares*

As forças militares argentinas foram, profundamente, influenciadas, primeiro pela doutrina militar francesa e depois pela política externa norte-americana, durante o período da Guerra Fria. Na declaração, de 04/01/1981, do General Ramón Juan Alberto Camps ficaram claras as influências no meio militar argentino e na origem do processo de internacionalização do terror argentino:

[...] Na Argentina recebemos primeiro a influência francesa, e depois a norte-americana, aplicando cada uma delas em separado e depois juntas, tomando conceitos de ambas, até que chegou um momento em que predominou a norte-americana [...] França e EUA foram os grandes difusores da doutrina antissubversiva. Organizaram centros, particularmente os Estados Unidos, para ensinar os princípios antissubversivos. Enviaram assessores, instrutores. Difundiram uma quantidade extraordinária de bibliografia (SÁBATO, 1984, p. 342).

A experiência francesa de tortura foi introduzida na Argentina nos anos 50<sup>74</sup> por militares franceses terroristas, derrotados na Guerra da Argélia (1954-1962). Estes militares integraram a *Organisation de l'Armée Secrète* (OAS), instituição militar que criou e implantou um sistema de torturas e interrogatórios nessa guerra. Viajaram primeiro para a Espanha e, depois, para Argentina, pois haviam sido sentenciados à pena de morte na França. Outros foram contratados expressamente para ensinar suas doutrinas aos militares argentinos. A chegada desses ideais franceses à Argentina resultou da experiência do Coronel argentino Carlos Jorge Rosas, na Escola Superior de Guerra de Paris.

[...] Los contactos se incrementan a partir de la estadía del coronel Rosas en Francia (1953-1955) como alumno en la Escuela Superior de Guerra de París, lo cual fue el inicio de un importante intercambio de oficiales y asesores, el establecimiento de una misión militar francesa – en el Estado

---

<sup>74</sup> Para Muleiro (2011) os primeiros contatos formais ocorreram nos anos de 1957 e 1958.

Mayor del Ejército y en la Escuela Superior de Guerra – y visitas al más alto nivel político y militar (como las del presidente Charles de Gaulle en 1964 y del jefe del Estado Mayor francés, general André Demetz, en mayo de 1960). La elaboración e instrumentación del plan de seguridad interior denominado “Conmoción interna del Estado” (CONINTES) entre 1958-1960 y los reglamentos del Ejército argentino destinados a la lucha contra “fuerzas irregulares” y de operaciones contra la “subversión” [...] muestran la compenetración alcanzada entre los asesores franceses destacados en la Argentina y los oficiales argentinos (RANALETTI, 2005, p. 300-301).

Na Argentina, os militares franceses contaram com a proteção do governo argentino e, posteriormente, receberam a anistia do governo francês. Eles foram os responsáveis pela difusão das ideias anticomunistas e católicas, que culminaram na elaboração de sofisticadas estratégias e táticas de guerra contrarrevolucionária<sup>75</sup> e de interrogatórios de prisioneiros. Suas ideias e experiências influenciaram a adoção de violentas práticas de torturas e métodos de interrogatório de prisioneiros nos Centros Clandestinos de Detenção (CCD), empregados pelos militares e seus colaboradores, que caracterizaram o terrorismo de Estado argentino, a partir de 1976<sup>76</sup>.

As primeiras sessões de tortura tinham por objetivo o “amaciamento” do recém-chegado e estavam a cargo de pessoal indeterminado. Uma vez estabelecido que o prisioneiro podia proporcionar alguma informação de interesse, começavam as sessões a cargo de interrogadores especiais. Isto quer dizer que nem sequer se fazia uma avaliação prévia visando a estabelecer se a pessoa a ser sequestrada possuía realmente elementos de alguma significação para seus captores. Devido a esta metodologia indiscriminada, foram aprendidos e torturados tanto membros dos grupos armados, quanto seus familiares, amigos ou companheiros de estudo ou trabalho, militantes de partidos políticos, sacerdotes ou leigos comprometidos com os problemas dos humildes, ativistas estudantis, sindicalistas, líderes comunitários e – num insolitamente elevado número de casos – pessoas sem nenhum tipo de prática sindical ou política. Bastava figurar numa agenda de telefones para passar imediatamente a “alvo” dos tristemente célebres “Grupos de Trabalho” (SÁBATO, 1984, p. 49).

A violência<sup>77</sup> cometida por esses militares tinha como resultado a morte, sob diversas formas, de suas vítimas.

<sup>75</sup> Estratégias aprendidas inicialmente na *I Primeira Guerra da Indochina*, durante o período de 1946 a 1954, entre França e o ex-território colonial da Indochina Francesa, região do sudeste asiático (atuais países do Camboja, Laos e Vietnã).

<sup>76</sup> Segundo dados da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina (CONADEP).

<sup>77</sup> Os filmes *Imagining Argentina* (2003) e *Cordero de Dios* (2008) exemplificam, em diversos momentos, como ocorreram as violações de direitos humanos, as sessões de tortura e os crimes cometidos pela Junta Militar argentina contra os encarcerados, bem como o trauma causado às vítimas na época e na volta à democracia.

[...] morte em consequência da tortura, do choque elétrico (“picana elétrica”), da imersão, da asfixia e também a morte massiva, coletiva ou individual, premeditada, por lançamento ao mar e por fuzilamento. [...] Houve milhares de mortos. Nenhum dos casos fatais teve sua definição por via judicial ordinária ou militar; nenhum deles foi a derivação de uma sentença. [...] são homicídios qualificados. [...] o regime [...] organizou o crime coletivo, um verdadeiro extermínio massivo, patenteado hoje no mórbido achado de centenas de cadáveres sem nome, no testemunho dos sobreviventes dando contra dos que morreram em atrozes suplícios (SÁBATO, 1984, p. 154).

A classe militar e os aparatos policiais encarregados da segurança nacional incorporaram, também, a “pentagonização”, isto é, a capacitação de oficiais militares em escolas militares norte-americanas (como a Escola das Américas no Panamá); o fornecimento de armamentos e a criação de relações de reciprocidade com os Estados Unidos (PADRÓS, 2005). Através da pentagonização pretendia-se padronizar a ação das forças repressivas dos militares latino-americanos, voltados à defesa dos interesses estadunidenses na região e à eliminação dos denominados “comunistas”.

Em essência, a “pentagonização” da América Latina foi a expressão da ampliação gradual de uma complexa rede de relações, subordinadas ao poder norte-americano, que compreendeu: intercâmbio de informação, fornecimento de equipamentos militares e munição, treinamento diverso para fins de segurança interna, instrução para ações encobertas, acesso às escolas militares estadunidenses criadas ou reconvertidas para esses fins, oferta de linhas de financiamento específicas, etc. Dessa rede, participaram setores, protagonistas e instituições que, em cada um dos países do Cone Sul, estavam vinculados às funções de segurança e informação. Portanto [...] apontava para as forças de segurança estatais (corpos policiais, militares) ou paraestatais (paramilitares) e consistia na instrumentalização das mesmas para manutenção do *status quo* local e proteção dos interesses das corporações norte-americanas e dos seus associados, através dessas redes (PADRÓS, 2007, p. 14).

Os EUA consideravam de fundamental importância contar com a colaboração dos militares argentinos para frear a expansão do comunismo e para proteger seus interesses econômicos e políticos na região. O êxito da expansão das ações anti-subversivas na região, através da Operação Condor – conteúdo do próximo capítulo –, garantiu a continuidade e a segurança dos interesses econômicos das grandes empresas argentinas, norte-americanas e de seus outros sócios na Argentina.

#### 4.3.2 *Civis*

No dia 24 de março de 1976, o golpe contra o Estado democrático foi visto pela opinião pública como sendo de natureza militar, assim como seu novo governo. Mas, a partir de 29 de março, ficou claro que o novo governo militar contaria, igualmente, com a participação de civis. O primeiro foi o economista, e um dos maiores empresários argentinos, José Alfredo Martínez de Hoz<sup>78</sup>, nomeado *Ministro de Economía y Finanzas Públicas*, cargo exercido até 1981. O segundo foi o professor Ricardo Pedro Bruera, responsável pelo *Ministerio de Cultura y Educación*.

Segundo o documento preparado pelo Ministério de Educação argentino sobre o terrorismo de Estado na Argentina, “*no hay golpe de Estado sin algún tipo de apoyo civil y el golpe de 1976 no fue excepción*” (ARGENTINA, 2010a, p. 61). Os outros civis que colaboraram com o regime militar foram empresários nacionais e de multinacionais, diplomatas e clérigos.

Os militares argentinos contaram com o apoio financeiro e, outras formas de financiamento, direto dos setores empresariais nacionais interessados na execução da política e de ações repressivas. Os empresários que colaboraram com recursos para a criação dos centros de tortura tinham relação estreita com a ditadura. A cumplicidade encoberta de representantes de grupos econômicos foi, não só através da ajuda pecuniária, como também através do fornecimento de informações sobre trabalhadores suspeitos, empréstimo de locais para execução de torturas, etc.

Existiu uma “[...] *complicidad entre grandes empresas y fuerzas armadas*” (BASUALDO, 2006, p. 1). Documentos hoje conhecidos, graças aos estudos de pesquisadores independentes e organizações de direitos humanos, comprovam o grau de colaboração que ocorreu entre o empresariado industrial argentino e empresas estrangeiras com as Forças Armadas. Os casos mais conhecidos foram as empresas ACINDAR, ASTARSA, DÁLMINE SIDERCA e LEDESMA. No setor midiático os jornais argentinos Clarín e La Nación foram também cúmplices eficazes da repressão, supostamente como medida de sobrevivência ao novo regime de governo. Além dessas empresas, Papel Prensa, Loma Negra, La Veloz Del Norte

---

<sup>78</sup> “Joe”, como era conhecido, dirigiu as empresas *Buenos Aires Compañía de Seguros, Ítalo Argentina de Electricidad, Petrosur, ACINDAR, Rosafin*, dentre outras. Havia trabalhado também como professor universitário, advogado, político e foi Ministro da Fazenda na gestão do presidente, *de facto*, José María Guido, entre 1962-63 (MULEIRO, 2011).



S.A., Banco De Italia e outras foram “*cómplices y beneficiarias del terrorismo de Estado*” (GINZBERG, 2012). Elas elaboravam listas de trabalhadores sindicalizados, opositores ao regime, e as encaminhavam aos órgãos de repressão. Era comum o desaparecimento de funcionários suspeitos de militância política, em partidos de esquerda, ou em movimentos guerrilheiros (REBOSSIO, 2012). Os empresários, também, autorizavam que em suas instalações funcionassem centros de operação do terror (WINTER e GINIGER, 2011; BASUALDO, 2006).

Empresas estrangeiras como a norte-americana, Ford Motors e, a alemã, Mercedes-Benz, especialmente esta última, não agiam de forma diferente.

[...] fue la empresa Mercedes-Benz, la que donó un aparato de neonatología a la “maternidad” que se había instalado en el cuartel para que las compañeras dieran a luz sus hijos que luego serían apropiados. El gerente Tasselkraut es uno de los apropiadores y el jefe de seguridad Lavallén (servicio de inteligencia) [...]. También se sospecha que los directivos de la empresa podrían haber apropiado a otros tres bebés. [...] Tasselkraut daba las direcciones de compañeros que desaparecieron. En total, la empresa tuvo 14 desaparecidos, casi todos en Campo de Mayo, con la complicidad de José Rodríguez de SMATA, y del Ministro de Trabajo Ruckauf que dictó la orden de aniquilar la “guerrilla fabril” en 1975. Mercedes Benz aportó el 1% de todas sus ganancias para financiar el terrorismo de estado (WINTER e GINIGER, 2011, p. 7).

No dia 24 de março de 2012 comemoraram-se os 36 anos do golpe de Estado militar. As homenagens ocorridas em todo o país foram marcadas por manifestações de repúdio aos atos cometidos, as declarações e os discursos contra os militares foram organizados pelas *Abuelas de la Plaza de Mayo, Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas, Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio* (H.I.J.O.S.) e *Madres de Plaza de Mayo-Línea Fundadora*. No discurso oficial lido por várias pessoas enfatizou-se a participação direta ou indireta de empresários, ainda não julgados:

Los empresarios se llenaron los bolsillos y vaciaron los del pueblo, de la mano del FMI y los organismos internacionales de crédito. Por eso es que hoy volvemos a decir bien fuerte: ¡LOS GRUPOS ECONÓMICOS TAMBIÉN FUERON LA DICTADURA! ¡EXIGIMOS JUICIO Y CASTIGO YA! Porque fueron parte de los que instigaron, financiaron y se beneficiaron con el golpe de Estado de Videla. Se enriquecieron con la dictadura y fueron partícipes: sin ellos el genocidio no hubiera sido posible. Eran las empresas al servicio del capital y la exclusión, en contra del pueblo. Eran Ford, Mercedes Benz, Acíndar, Clarín, La Nación, Loma Negra, La Veloz del Norte, Astarsa, Fiat, Tensa, Techint, Dálmine Siderca, Pérez Companc, Celulosa Argentina, Macri, Techint, Bidas, Alpargatas, Papel Prensa, Banco de Italia, City Bank,

Lozadur, First National Bank, Chase Manhattan Bank, Bank Boston y La Cantábrica, entre otras. Muchas de esas empresas cambiaron de dueños, otras no. Muchas dejaron de existir, otras no. Y muchas siguen perpetuando lógicas patronales en contra de los trabajadores (H.I.J.O.S., 2012).

Em janeiro de 2012, o primeiro empresário argentino imputado de ter colaborado ativamente no PRN foi Marcos Jacobo Levin, dono da La Veloz Del Norte S.A.<sup>79</sup>: acusado de conduzir automóveis de sua empresa, acompanhado de policiais argentinos, para sequestrar seus funcionários sindicalistas e encaminhá-los a uma delegacia, onde sofriam tortura, até confessarem algum ato contra o regime, para que Levin pudesse despedí-los. Ainda em aberto, o inquérito busca:

[...] indagar al empresario por el secuestro y tortura de 12 empleados de La Veloz del Norte, la mayoría chóferes y alguna azafata. Todos ellos estuvieron en una comisaría de Salta, que funcionó como centro clandestino de detención de la dictadura. Las víctimas denunciaron que policías a bordo de coches de la empresa los secuestraron por la calle o en las oficinas de la empresa. Algunas veces estaba el propio Levin dentro del automóvil. Después los llevaban a la comisaría, donde los torturaban para pedirles los nombres de los integrantes del sindicato de chóferes. También los vejaban para que confesaran que supuestamente habían estafado a la firma donde trabajaban. Una vez que firmaban ese reconocimiento, solían toparse con su patrón en el destacamento policial, según sus denuncias. Se supone que así Levin conseguía la autorización legal para despedir sin indemnización a los sindicalistas, que en teoría estaban protegidos por la ley (REBOSSIO, 2012).

Outro grupo de civis vítimas do terrorismo de Estado foram padres católicos, que trataram de proteger e confortar as vítimas do período ditatorial, e acabaram sofrendo igualmente as consequências da violência das garras da repressão militar.

O terrorismo de Estado perseguiu com significativo furor os religiosos que estavam comprometidos com a causa dos mais carentes e com aqueles que sustentavam uma atitude de denúncia frente à violação sistemática dos Direitos Humanos. Assim foi que sacerdotes, religiosos e religiosas, seminaristas, catequistas, etc., e membros de outras confissões, sofreram o açoite do sequestro, vexações, torturas e, em muitos casos, a morte (SÁBATO, 1984, p. 259).

Todavía, alguns membros do clero católico, também, colaboraram com a repressão na Argentina. O argentino Christian Federico Von Wernich, ex-capelão da

---

<sup>79</sup> Uma das companhias de transporte coletivo mais importantes da Argentina, localizada na Província de Salta.

*Policía de la Provincia de Buenos Aires*, hoje com 74 anos, foi acusado de ter cometido crimes de lesa humanidade, no marco do genocídio. O processo contra o religioso iniciou-se em 2003 e condenou-o à reclusão perpétua, na prisão de Marcos Paz, na região metropolitana de Buenos Aires. O sobrevivente dos chamados *vuelos de la muerte*<sup>80</sup>, Adolfo Pérez Esquivel<sup>81</sup>, relatou a jornal argentino, que o ex-militar Adolfo Scilingo<sup>82</sup> confessou-lhe “[...] que Von Wernich tranquilizaba a los repressores diciéndoles que ‘habían dado una muerte cristiana’ a los detenidos que arrojaban a las aguas del Río de la Plata adormecidos” (PÁGINA/12, 2007). Esquivel informou, também, que no retorno à pista de pouso, após terem matado os detidos, Von Wernich esperava os militares com uma missa preparada. Em outubro de 2007, o Tribunal da cidade de La Plata condenou-o novamente pelos crimes de homicídio, tortura e cárcere ilegal:

En rigor [...] el Tribunal Oral Federal Nº 1 de La Plata condenó a Von Wernich como “partícipe necesario en la privación ilegal de la libertad de 34 personas y coautor de la aplicación de tormentos de 31, además de coautor del homicidio de siete personas, cometidos en el marco del genocidio”. En aquella oportunidad, el Episcopado repitió un pronunciamiento anterior en el que había señalado que si miembros de la Iglesia participaron de la represión, lo hicieron bajo su responsabilidad personal (MEYER, 2012).

---

<sup>80</sup> Partindo da ESMA à noite, preferencialmente às quartas-feiras, os voos *da morte* iniciavam-se com o trajeto de prisioneiros, acompanhados por oficiais e suboficiais, até o aeroporto *Aeroparque Jorge Newberry*, dentro de Buenos Aires, ou ao *Aeropuerto de Ezeiza*. Os voos também ocorreram na base aeronaval de *Punta Indio*, na cidade de Verónica, onde se localizava outro centro clandestino de detenção. Os automóveis adentravam uma passagem vigiada por oficiais da Aeronáutica argentina. Após descerem, médicos aplicavam injeções com soníferos nos prisioneiros, justificadas como “injeção contra febre”. Em seguida, a tripulação habitual (dois oficiais, um médico, um cabo, um suboficial e os prisioneiros e, às vezes, convidados especiais) embarcava em aviões do tipo FIAT Albatros, ou Skyvan PA-51 (pertencente à *Prefectura Naval Argentina*). Quinze minutos depois, durante os voos, os prisioneiros, desacordados, eram despidos, enquanto os suboficiais aguardavam as ordens do comandante para abrir a porta do avião e jogar um a um céu abaixo. Foram encontrados os registros completos de, pelo menos, 2.758 voos, realizados entre 1976 e 1978. Esse violento método foi aplicado igualmente em outras partes do país como o *Campo de Mayo* (a 30km de Buenos Aires) e na cidade de Rosário, dentre outras (MARTÍNEZ, D., 2011, 2009). Muitas histórias relacionadas ao método seguem ainda ocultas. Cf. ANEXO I.

<sup>81</sup> Esquivel foi o ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 1980 e fundador do *Movimiento Ecueménico Paz y Justicia* em 1973, que em 1974, tornou-se *Servicio Paz y Justicia* (SERPAJ), uma organização que luta pela defesa e educação dos direitos humanos na Argentina e no restante da América Latina. Cf. o sítio institucional: <<http://www.serpaj.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

<sup>82</sup> O ex-oficial da Marinha argentina encontra-se, atualmente, na Espanha, cumprindo pena máxima de 30 anos, embora tenha sido condenado a 640 anos de prisão, desde 2005, pela acusação de ter cometido crimes contra a humanidade. Adolfo Esquivel contou ao jornal argentino *Página/12* que Scilingo confessou-lhe ter participado de dois voos *da morte*, nos quais atirou aproximadamente 30 prisioneiros ao mar (PÁGINA/12, 2007).

Outros sacerdotes e freiras católicos auxiliaram a Junta Militar no sequestro de bebês, filhos de detidas nascidos nos CCD e de desaparecidos. O advogado americano e ex-subsecretário de Direitos Humanos do Departamento de Estado dos EUA, Elliot Abrams, recentemente, declarou que o governo norte-americano conhecia o plano do rapto de recém-nascidos, levado adiante entre 1976 e 1983. Informações, hoje conhecidas, comprovam a existência de mais de uma forma de participação da Igreja Católica argentina, durante esse período.

Estados Unidos sabía que la dictadura argentina tenía un plan organizado para apropiarse de los hijos nacidos en cautiverio de los detenidos y desaparecidos. [...] Elliot Abrams [...] aseguró [...] que, por sus funciones en la administración Reagan, en aquellos años se enteró de que había “muchos niños” apropiados ilegalmente por “familias leales” al régimen, y que él mismo sugirió a los militares que “la Iglesia podía ayudar” a resolver ese “problema terrible”. [...] “había muchas juntas militares en América Latina pero yo no recuerdo otro tema como este” de sustracciones de niños, y estimó que el de Argentina “fue el peor caso” de violaciones a los derechos humanos con chicos ocurrida en los países del sur del continente. [...] “Sabíamos que no eran sólo uno o dos niños, sino que existía un patrón, un plan, porque había mucha gente que estaba siendo asesinada o encarcelada” (CNN, 2012).

#### **4.4 A internacionalização das redes de solidariedade**

O exílio político de um grande número de perseguidos pelo regime ditatorial argentino foi o caminho seguido por eles e suas famílias, para sobreviverem às perseguições, torturas, capturas ilegais e insegurança provocada pela ditadura do *Proceso de Reorganización Nacional* (PRN). Alguns escolheram o exílio num país vizinho, mas a maioria preferiu países mais distantes da Argentina. Os principais destinos do exílio argentino na América Latina foram o México, o Brasil e a Venezuela. Na América do Norte foram os Estados Unidos que receberam grandes ondas emigratórias de argentinos. Na Europa destacaram-se a Espanha e a Itália, a França, a Suécia e outros países europeus. No Oriente Médio, muitos argentinos judeus migraram para Israel.

Como resposta e denúncia dos crimes de lesa humanidade cometidos pela ditadura de 76, foram criadas inúmeras redes internacionais de solidariedade aos perseguidos e aos exilados políticos argentinos, consideradas pelos militares “[...] como o resultado de uma ‘campanha antiargentina’” (SÁBATO, 1984, p. 327).

Além das organizações (internacionais) do exílio, formaram-se também entidades políticas nacionais em defesa das vítimas da repressão e de seus familiares, de amigos e de compatriotas, como a pioneira organização *Madres de la Plaza de Mayo*.

O certo é que a solidariedade que acompanhou nosso povo durante o recente processo assinalado pelo trágico desrespeito aos valores da vida e à liberdade, compromete profundamente nossa gratidão dos homens, instituições e países que não-la deram. Devemos lembrar que essa mobilização da consciência universal teve seu ponto de partida na inédita e heroica façanha das Mães da Praça de Maio que, com a força de sua dor, deram ao mundo um exemplo ímpar de defesa do direito à vida (SÁBATO, 1984, p. 327).

As associações de apoio às vítimas e exilados argentinos foram de dois tipos: a) as criadas no território argentino e b) as criadas no exílio. Ambas chamaram a atenção da opinião pública internacional para o drama argentino, durante o período de exceção.

Com relação ao exílio, Franco (2008) explica que:

[...] las organizaciones argentinas, comenzaron a crearse poco antes o poco después del golpe, a medida que aumentaba la escalada represiva en el país [...] iban llegando nuevos emigrados. La gran mayoría de los que se integraban a estos nuevos comités eran militantes o ex militantes en Montoneros, el PRT-ERP, Peronismo de Base, Poder Obrero, Política Obrera y diversos grupos de izquierdas – no siempre vinculados a la lucha armada-, así como en organizaciones sindicales o religiosas. [...] muchos conservaron su pertenencia orgánica a los grupos partidarios de origen, pero encausaron su acción en el seno de los nuevos comités pluripartidarios. En cambio, no fue frecuente el proceso inverso de politización de actores sin militancia política previa y que la hubieran iniciado en Francia ya sea dentro de partidos políticos o en las organizaciones del exilio (FRANCO, 2008, p. 92-93).

#### 4.4.1 Organizações de solidariedade criadas na Argentina

Algumas das principais organizações de solidariedade às vítimas criadas na Argentina foram: *Madres de la Plaza de Mayo*; *Comisión Argentina de Derechos Humanos*; *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas*; e *Comisión de Solidaridad de Familiares de Presos, Muertos y Desaparecidos por Razones Políticas en la Argentina*.

Treze meses após o golpe de Estado na Argentina, familiares de vítimas da ditadura militar criaram a *Asociación Madres de la Plaza de Mayo*<sup>83</sup>. Em 30 de abril de 1977, 14 mulheres, lideradas por Azucena Villafor de Vicenti<sup>84</sup>, tornaram público o desaparecimento de seus filhos, sequestrados pelo aparelho genocida<sup>85</sup> do terrorismo de Estado na Argentina<sup>86</sup>. Elas iniciaram a luta de familiares pelo direito de ter alguma informação das vítimas, que a Junta Militar procurou apagar da história do país.

A associação das *Madres* caracteriza-se pela instituição de três símbolos do movimento da luta de defesa pelos direitos humanos das vítimas argentinas, durante e após o período militar: a) os *pañuelos blancos* (lenços brancos) amarrados na cabeça<sup>87</sup>; b) rituais próprios – como as marchas em volta da pirâmide da *Plaza de Mayo*<sup>88</sup> no centro de Buenos Aires e outras cidades argentinas, desafiando a proibição de realizar manifestações em via pública e c) deram visibilidade aos desaparecidos. Elas transformaram um drama pessoal num problema coletivo, comum a muitas famílias argentinas (Figura 3).

<sup>83</sup> Desde 1986, esta associação encontra-se dividida em duas organizações: *Asociación Madres de Plaza de Mayo* e *Asociación Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora* (cf. ANEXO J).

<sup>84</sup> No início de dezembro de 1977 houve o sequestro de 12 integrantes das *Madres*. Azucena, junto das outras fundadoras María Eugenia Ponce de Bianco e Esther Ballestrino de Careaga, e das freiras francesas Alice Domon e Léonie Duquet e mais outros sete ativistas de direitos humanos se tornaram vítimas diretas do regime militar. Foram sequestrados por representantes da Marinha na *Iglesia Santa Cruz*, onde costumavam reunir-se, e levados para a ESMA (*Escuela de Mecánica de la Armada*), onde foram torturados. As três fundadoras, tempo depois, foram jogadas vivas ao mar. No dia 20 desse dezembro, seus corpos foram encontrados na praia de *Santa Teresita*, enterrados como indigentes e reconhecidos somente há poucos anos atrás.

<sup>85</sup> As *Madres* também consideram que o terrorismo estatal da Junta Militar argentina resultou no processo de genocídio.

<sup>86</sup> Segundo informações da seção *Quiénes Somos* do sítio cibernético institucional. Disponível em: <<http://www.madresfundadoras.org.ar/pagina/quinessomos/13>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

<sup>87</sup> Inicialmente, elas utilizavam *pañales* (fraldas) que simbolizavam a ausência de seus filhos. Logo depois, passaram a utilizar os lenços brancos, que continham, geralmente, bordados os nomes dos desaparecidos.

<sup>88</sup> As próprias *Madres* contam que a ideia das marchas surgiu em resposta à ordem militar que ordenava-lhes “circulem”. (ARGENTINA, 2010a). Desde então, elas circulam todas as quintas-feiras, entre 15h30min e 16horas, onde ecoam as seguintes frases “*Con vida los llevaron, con vida los queremos*”, “*Aparición con vida*” (Com vida os levaram, com vida os queremos; Aparição com vida, tradução nossa).

Figura 3 – As Mães da *Plaza de Mayo*

Outras organizações foram fundadas na Argentina durante a década de 70, como a *Comisión Argentina de Derechos Humanos* (CADHU), criada em 23 de abril de 1976, pelo ex-Secretario (ministro) de *Derechos Humanos* da Argentina, Eduardo Luis Duhalde.

A internacionalização da CADHU ocorreu com a criação do núcleo em Madri (Espanha) e de filiais em diferentes destinos dos exilados, como Washington (EUA), Paris (França), Genebra (Suíça), Cidade do México (México), e outras. Cada filial era coordenada por um importante advogado<sup>89</sup> de prisioneiros políticos, antes de emigrarem. Dessa forma, a organização passou a ter “[...] *una mayor actividad jurídica ante tribunales internacionales [...]*” (FRANCO, 2008, p. 94), em defesa de todas as vítimas da repressão militar na Argentina, especialmente, e, também, os argentinos prejudicados no âmbito do terrorismo de Estado internacional da Operação Condor, do qual a ditadura argentina fazia parte.

<sup>89</sup> No último capítulo deste estudo será possível conferir os testemunhos de alguns dos advogados fundadores da CADHU.

A organização *Familiares de Detenidos y Desaparecidos por Razones Políticas en la Argentina*, denominada como *Familiares*, foi fundada por familiares de vítimas do regime militar em setembro de 1976.

En enero de 1976 surge, como respuesta a la desaparición simultánea de 24 personas en Córdoba, el primer grupo de familiares. [...] en Buenos Aires, los familiares que nos conocíamos por nuestras gestiones ante los organismos oficiales, empezamos a reunirnos en el local de la Liga Argentina por los Derechos Humanos (LADH) en Esmeralda 77. Allí recibimos la primera delegación de Amnesty Internacional, ante la cual denunciamos la situación de miles de detenidos-desaparecidos en nuestro país. Nuestras reivindicaciones, en ese momento, ya tenían como punto primero y fundamental la Aparición con Vida de los desaparecidos. En setiembre de 1976 se constituye como organismo Familiares en Capital Federal, al contar con un lugar de reunión permanente ofrecido por la LADH dentro del local en que funcionaba. Poco después, viajábamos al interior del país — a Mendoza, Santiago del Estero, Tucumán, Mar del Plata, Corrientes, Chaco, Rosario — para ponernos en contacto con otros familiares e instarlos a organizarse. Con toque de queda, con peligro de nuestra seguridad personal (recibidos en muchos casos con desconfianza o recelo y siempre con miedo), logramos sin embargo que la lucha se iniciara en otras ciudades, abriendo nuevos frentes (FAMILIARES, 1988).

Os argentinos ao chegarem ao exílio, como aconteceu com a CADHU e outras redes de solidariedade internacionais, estabeleceram núcleos similares<sup>90</sup> como a COSOFAM, para denunciar as atrocidades cometidas pela ditadura argentina. Com inspiração na *Familiares*, criaram a *Comisión de Solidaridad de Familiares de Presos, Muertos y Desaparecidos por Razones Políticas en la Argentina* (COSOFAM), que caracterizava-se por reunir “*exclusivamente a ‘afectados’, es decir, víctimas directas de la represión o sus familiares. Por tanto, no podían participar en él quienes no tuvieran esa condición*” (FRANCO, 2008, p. 99). Apresentava-se como uma organização apartidária, não excluindo militantes e simpatizantes de partidos de esquerda.

#### 4.4.2 Organizações de solidariedade criadas no exílio

Na França, os exilados argentinos criaram organizações comprometidas com a sua situação e com a campanha pelo fim da ditadura na Argentina.

Su política de acción y comunicación estuvo directamente dirigida y modelada por la ‘lucha antidictatorial’ contra el régimen militar y la tarea de

<sup>90</sup> Alguns desses núcleos surgiram em grandes metrópoles como a Cidade do México, Barcelona, Amsterdã, Bruxelas, Londres, Paris, Roma, etc.



‘solidaridad’ y ‘denuncia’ en favor de las víctimas de la represión. En términos cuantitativos, este sector conformaba una minoría activa frente a una gran mayoría de emigrados políticos sin participación ni actividad pública de ningún tipo (FRANCO, 2008, p. 89-90).

A condição de exilado, obrigatoriamente, não os levava a atuar politicamente. O grupo de exilados políticos, muitas vezes, era inferior ao do total de emigrados políticos, pelo menos na França, dadas as características políticas dos exilados que viviam nesse país.

En comparación con lo que ocurrió en otros destinos, especialmente México y España, las organizaciones creadas en Francia fueron pocas, tanto en su número como en la cantidad de sus miembros. El nivel de participación en ellas fue siempre muy relativo y estuvo limitado a los grupos políticamente activos antes de la emigración. Estas diferencias están ligadas, primero, al factor cuantitativo global y al hecho de que en ese número había un porcentaje importante de emigrados que no había tenido actividad política previa en la Argentina y que tampoco la tuvo en Francia. En segundo lugar, dentro del sector que tuvo actividad militante muchos optaron por no prolongarla en el exilio y, tercero, las estructuras partidarias tuvieron una presencia escasa en Francia, dada la casi ausencia de dirigentes de primera línea allí instalados. En ese sentido, París fue un lugar de paso, de alta circulación de esos dirigentes y un espacio importante para ciertas actividades partidarias, pero no un ámbito de instalación de esas estructuras, lo cual, lógicamente, redundó en el escaso peso de los efectivos militantes – constituidos más bien por “militantes de base” – en las llamadas “organizaciones del exilio” locales (FRANCO, 2008, p. 90-91).

Desde o início dos anos 1970, em Paris foram criados três comitês de solidariedade e de natureza humanitária. Na época, as associações contavam com mais participantes franceses do que argentinos e dividiam-se em três: O *Comité de Défense des Prisonniers Politiques Argentins* (CODEPPA), criado em 1972<sup>91</sup>; o *Groupe de Solidarité avec le Peuple Argentin* (GSPA), de 1974<sup>92</sup>; e o *Centre d’Information sur l’Argentine en Lutte* (CISAL)<sup>93</sup>. O objetivo desses comitês era denunciar e repudiar a repressão vigente na Argentina. “*Todos ellos denunciaban la represión desde un discurso clasista y anticapitalista, con especial énfasis en la denuncia del imperialismo, del gobierno francés y de su complicidad con el argentino*” (FRANCO, 2008, p. 91-92).

<sup>91</sup> Contou com o apoio de personalidades artísticas como, por exemplo, Jean-Paul Sartre e Régis Debray.

<sup>92</sup> Graças à iniciativa de um médico argentino residente na França.

<sup>93</sup> Integrado unicamente por franceses.

No final de 1975, duas novas organizações surgiram. Em outubro, as três entidades citadas reuniram-se e formaram o *Comité Argentin d'Information et Solidarité* (CAIS) para representar os exilados. Este era integrado por “[...] *membros de Montoneros, PRT, otros grupos de la izquierda trotskista y algunos independientes*” (FRANCO, 2008, p. 95).

Enquanto as supracitadas organizações eram integradas por argentinos e franceses, o *Comité de Soutien aux Luttes du Peuple Argentin* (CSPLA)<sup>94</sup> era, predominantemente, uma iniciativa de um grupo de ativistas políticos franceses. Esse organismo foi o mais representativo e durável de defesa da causa argentina no exílio francês. Foi, também, um importante articulador do boicote à Copa Mundial de 1978, na Argentina (FRANCO, 2008).

Além dessas organizações, também foram criadas outras mais identificadas com a profissão ou a religião dos exilados, como: a *Trabajadores y Sindicalistas Argentinos en el Exilio* (TYSAE), a *Groupe d'Avocats Argentins Exilés en France* (GAAEF), a *Unión de Periodistas Argentinos Residentes en Francia* (UPARF), a *Commission des Ligues Agraires en Exil* (CLAE) e a *Communauté Chrétienne des Exilés Argentins à Paris* (CCEAP). As que tiveram mais atuação política foram a TYSAE<sup>95</sup> (1977) e a UPARF (1978). A primeira era mais ligada ao movimento operário e a última aos jornalistas.

No México os exilados também criaram organizações próprias. Em fevereiro de 1976<sup>96</sup>, os argentinos exilados fundaram o *Comité de Solidaridad con el Pueblo Argentino* (COSPA), popularmente também conhecido como *Casa Argentina*. Este resultou da iniciativa do líder argentino Rodolfo Puiggrós<sup>97</sup>, que contou com o apoio de diversas personalidades políticas da esquerda mexicana<sup>98</sup> e a ajuda

---

<sup>94</sup> Traduzidos respectivamente como: Comitê de Defesa dos Prisioneiros Políticos Argentinos; Grupo de Solidariedade com o Povo Argentino; Centro de Informação sobre a Argentina em Luta; Comitê Argentino de Informação e Solidariedade; e Comitê de Apoio às Lutas do Povo Argentino (tradução nossa).

<sup>95</sup> A TYSAE contou com sedes nas cidades suecas de Estocolmo, Uppsala e Mälmo; nas espanholas Madri e Tarragona, na Cidade do México, em Paris, nas italianas Roma e Turim, dentre outras.

<sup>96</sup> Portanto, antes do golpe de Estado de março de 1976. A crise que se instalara na Argentina com o terror e a perseguição da organização estatal Triple-A fizeram com que muitos argentinos emigrassem mesmo antes da subsequente ditadura civil-militar.

<sup>97</sup> Rodolfo José Puiggrós (1906-1980) foi escritor, jornalista, ex-reitor da Universidad de Buenos Aires (UBA) e também um importante ativista político.

<sup>98</sup> Como “*Elena Poniatowska, Adriana Lombardo, Pablo González Casanova, Leopoldo Zea, Julio Labastida, Cuauhtémoc Cárdenas, Enrique Ramírez y Ramírez, José Revueltas, Renato Leduc, Angélica A. Vda. de Siqueiros e Herberto Castillo*”, conforme Yankelevich (2010, p. 119).

declarada do governo mexicano. Essa organização, de intensa militância política, abrigou diferentes segmentos políticos, como Montoneros (a grande maioria da organização), PRT-ERP<sup>99</sup>, maoístas, trotskistas e outros militantes de esquerda. Quando a Junta Militar argentina derrocou a presidente María Estela Martínez de Perón, a Casa Argentina anunciou que o novo governo aumentaria a repressão (iniciada durante o governo da presidente deposta) e, conseqüentemente, o número de torturados, de prisioneiros e de assassinados políticos. Os fatos provaram isso, o que transformou a Casa Argentina em espaço de acolhimento solidário e de incansáveis denúncias do aprofundamento do terrorismo de Estado. Essa organização política foi essencial para o exílio argentino e foi a primeira<sup>100</sup> a denunciar na imprensa mexicana, o genocídio que estava sendo cometido pelo governo ditatorial na Argentina<sup>101</sup>.

A Casa Argentina significou também um ponto de encontro, de conforto, de alento dos argentinos exilados. Reuniam-se nesta Casa para diminuir a saudade da pátria. Organizavam festas aos sábados à noite, oficinas com atividades recreativas, como teatro e música, às sextas-feiras, aos sábados e aos domingos. Oferecia, também, apoio psicológico através da equipe *Trabajadores de la Salud Mental* (TSM)<sup>102</sup>, dentre outras iniciativas solidárias.

Em 1977, um grupo de exilados argentinos no México fundou oficialmente a segunda organização do exílio argentino nesse país. A *Comisión Argentina de Solidariedad* (CAS), dirigida por Esteban Righi<sup>103</sup> até 1980, promoveu o encontro de “*gente con una militancia de izquierda desarrollada, en unos casos, en un peronismo de matriz camporista, pero también había militantes o simpatizantes de organizaciones políticas de cuño marxista o socialista*” (YANKELEVICH, 2010, p. 138). Além da denúncia internacional dos crimes cometidos na Argentina e do auxílio

<sup>99</sup> A sigla PRT-ERP corresponde à organização política *Partido Revolucionario de los Trabajadores-Ejército Revolucionario del Pueblo*.

<sup>100</sup> Para maior detalhamento sobre as ações e o *modus operandi* da COSPA cf. Yankelevich (2010).

<sup>101</sup> Publicada em 12/11/1976, no diário mexicano *El Día*, a notícia foi intitulada de “*Las calles de Buenos Aires, objetivos militares. Se ha llegado al genocidio: 24.000 desaparecidos, 17.000 presos, 1.050 ejecutadas y 800 muertos en la tortura. Dramáticos relatos sobre tormentos*” Yankelevich (2010, p. 120); comenta que talvez esses tenham sido os primeiros depoimentos publicados de vítimas das Forças Armadas argentinas.

<sup>102</sup> A equipe de psicoterapeutas exilados, composta por Marie (Mimi) Langer, Ignacio Maldonado, Silvia Bernmann, Mara La Madrid e Beatriz Aguad, formou o TSM, garantindo o atendimento psicoterapêutico a adolescentes, adultos e crianças, vítimas oriundas de diversos regimes ditatoriais latino-americanos.

<sup>103</sup> O argentino Esteban Justo Antonio Righi é o atual Procurador-Geral da Argentina.

prestado aos perseguidos recém-chegados, a CAS converteu-se, também, num local de intercâmbio cultural com a sociedade mexicana e com a América Latina, em geral. Essa organização teve como objetivo principal discutir questões políticas, mas também estimular atividades culturais, organizadas por artistas, intelectuais e acadêmicos argentinos.

La fundación de esta otra organización remite a los vínculos que se lograron establecer con el ex presidente Luis Echeverría. A diferencia del Cospa, la CAS tuvo como plataforma preocupaciones políticas y culturales de un dispar núcleo de intelectuales, y de hecho el nexa con Echeverría tuvo su origen en círculos del ambiente universitario. A comienzos de 1977, el ya ex presidente mexicano había establecido el Centro de Estudios Económicos y Sociales del Tercer Mundo (Ceestem), en esa institución trabajaron varios exilados latinoamericanos, entre ellos la argentina Haydée Birgin. Pero además, el Ceestem tenía un espacio dedicado a la venta de libros administrado por la Librería Gandhi. En el origen de aquella Librería del Tercer Mundo, como se llamó, estuvo el argentino Ricardo Nudelman, a la sazón gerente de la Gandhi. De suerte que Birgin y Nudelman fueron los responsables de informar a Echeverría de la existencia de otro grupo de exiliados distinto al Cospa. [...] De inmediato, el diligente ex mandatario ordenó buscar una casa, adelantar el alquiler por seis meses, remodelarla y amueblarla. [...] Bajo el mecenazgo echeverriano [...] la CAS insauró su sede (YANKELEVICH, 2010, p. 138-139).

Além da COSPA e da CAS, as mais importantes organizações de solidariedade e denúncia das vítimas argentinas no exílio no México, como mencionado anteriormente, os exilados nesse país contaram com o apoio de outros organismos com sede na Argentina e em outros países, como as filiais mexicanas da CADHU, do COSOFAM e do TYSAE.

Finalmente, foram importantes também o *Grupo de Arquitectos e Ingenieros Argentinos en el Exilio en México* (GAIAM), o *Frente Argentino de Cineastas* (FRACIN), a *Unidad y Resistencia Argentina en el Exilio* (URAE), a *Comunidad de Cristianos Argentinos en el Exilio* (CCAIE) e a *Juventud Argentina en el Exilio* (JAE)<sup>104</sup>.

Todas essas organizações foram uma resposta à ditadura militar argentina e à internacionalização do terror levada avante pela sua participação na Operação Condor, e esses organismos cumpriram assim um importante papel junto à opinião pública internacional.

---

<sup>104</sup> A JAE se destacou entre as demais, devido ao empenho de quinze adolescentes, filhos de exilados, que exigiam justiça aos familiares presos ou desaparecidos (YANKELEVICH, 2010).

## 5 OPERAÇÃO CONDOR: O PROJETO INTERNACIONAL DO TERROR NA AMÉRICA DO SUL

Iremos até a Austrália, se necessário, para pegar os nossos inimigos (Cel. chileno Manuel Contreras. Em: DINGES, 2005, p.155).

Na linguagem da segurança da América Latina em meados da década de 70, *operação* era a palavra usada para sequestro, interrogatório sob tortura e extermínio (DINGES, 2005, p. 35).

Na América do Sul, e particularmente no Cone Sul, o processo de transnacionalização do terror revelou características que o tornaram objeto de condenações, que partiram das mais diversas organizações internacionais, de governos democráticos e de líderes internacionais. As teorias anticomunistas haviam sido apresentadas, pela primeira vez, aos militares latinos em 1945<sup>105</sup>, mas foi entre os anos 50 e 60 que elas começaram a gestar o desenvolvimento de estruturas governamentais baseadas no terror. A partir da década de 70, os governos da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Chile, do Paraguai e do Uruguai – e, segundo certos autores, também do Peru e do Equador –, uniram suas forças, com apoio do governo norte-americano, na perseguição e repressão transnacional dos opositores, fossem eles esquerdistas, revolucionários, simpatizantes e mesmo pessoas sem ativismo político. Com a criação da *Operação Condor* instaurou-se uma multinacional do terror que entrou na história, cuja atuação sul-americana ficou conhecida como os *Anos de Chumbo do Cone Sul*. Essa Operação foi responsável

---

<sup>105</sup> “Em fevereiro de 1945, durante a Conferência Panamericana de Chapultepec (México), os Estados Unidos lembraram aos militares latino-americanos sobre o perigo que constituía o comunismo. É nesta ótica que se tornam vigentes os acordos bilaterais de ajuda militar (a partir de 1951) destinados a fornecer aos oficiais latino-americanos um treinamento militar e uma formação teórica, na ‘Escola das Américas’ [...] e nos Estados Unidos” (GAUDICHAUD, 2003, p. 7-8, tradução nossa).

pela morte de um grande número de cidadãos e pelo massivo exílio político latino-americano, particularmente na Argentina, como exemplificará o último capítulo.

### 5.1 *Archivos del Terror*

A descoberta do acervo *Archivos del Terror*<sup>106</sup> em 1992, no Paraguai, possibilitou conhecer as origens da Operação Condor e sua atuação no Cone Sul entre as décadas de 70 e 80. No dia 22 de dezembro de 92, Martín Almada<sup>107</sup> encontrou<sup>108</sup> um vasto acervo de documentos da polícia secreta do país, até então desconhecidos, sobre a ditadura de Stroessner. Através deles foi possível estabelecer o vínculo da ditadura paraguaia com a organização da conexão repressiva internacional na região. “A descoberta de Almada é de longe a maior coleção de documentos anteriormente secretos da força de segurança de qualquer um dos países” (DINGES, 2005, p. 352-351) da<sup>109</sup> Operação Condor.

Na época de seu funcionamento, os militares eram obrigados a registrar cada ação ou decisão relativa ao combate à subversão no Paraguai, ou qualquer outro país do Cone Sul<sup>110</sup>. Esse fato levou ao armazenamento de passaportes de cidadãos nacionais e estrangeiros, fotografias, relatórios diversos sobre encarceramentos e também o nome de indivíduos que constavam como desaparecidos, entre outros. A descoberta desses relatórios favoreceu a comprovação da existência dessa *Operação* e do terrorismo transnacional de Estado exercido pelos seus protagonistas e colaboradores regionais e de outros países fora da região.

No total descobriram-se quatro toneladas de arquivos que representam uma verdadeira “bomba relógio”, tanto do ponto de vista da pesquisa histórica quanto do combate pela verdade e a justiça de milhares de famílias de

<sup>106</sup> Chamado também de *Archivos Cóndor*, hoje se encontram no *Centro de Documentación y Archivo*, em Asunción, no Paraguai.

<sup>107</sup> O educador Martín Almada é também ativista pelos direitos humanos e ex-vítima do Plano Condor. Cf. o seu site pessoal: <<http://www.martinalmada.org/>>.

<sup>108</sup> Os arquivos foram encontrados na cidade de *Lambaré*, a 20 km de *Asunción*.

<sup>109</sup> Utiliza-se a preposição *de* no feminino em referência ao gênero do termo *Operação*.

<sup>110</sup> Martín Almada argumenta que “*todos los Informes eran presentados por escrito, ampliado verbalmente. Esta preocupación por cumplir la orden del Dictador, explica la abundancia de documentos en los Archivos Secretos. Era el pulso del país en manos de bandas armadas, de ladrones y asesinos. La similitud con la época de Hitler, en que el aparato burocrático registraba todo...*” (ALMADA, 2001).

desaparecidos, assassinados e vítimas de diferentes ditaduras (GAUDICHAUD, 2003, p. 6, tradução nossa).

Essa densa documentação permitiu fazer a reconstrução do processo de criação e do funcionamento da multinacional do terror contra dissidentes nos países da região. A análise de alguns desses registros, disponíveis online<sup>111</sup>, foi de valor indiscutível e essencial para rastrear ao menos uma parte das origens, dos fundamentos, dos objetivos, das vítimas e de outras características do Plano Condor<sup>112</sup>, pois há muito ainda para ser desvendado.

## 5.2 A gênese e as características da Operação Condor

No segundo semestre de 1975 o militar chileno Juan Manuel Guillermo Contreras Sepúlveda organizou o primeiro encontro, secreto, destinado a reunir as principais lideranças político-militares dos serviços de inteligência da região do Cone Sul. Documento encontrado nos *Archivos del Terror* prova que em 29 de outubro daquele ano, o Coronel Contreras, então diretor da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA)<sup>113</sup>, fez um convite ao General Francisco Alcides Brites Borges, chefe da polícia (secreta) da República do Paraguai, para participar da *Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional*<sup>114</sup> (MÉNDEZ, 2006). Contreras convidou, também, representantes de outros países da região, como Argentina, Bolívia, Brasil e Uruguai, que enviaram assessores dos diretores de suas agências nacionais de informação. O Coronel Contreras antecipava que o encontro seria de grande importância, pois, significaria a “[...] *base de una excelente coordinación y un mejor accionar en beneficio de la Seguridad Nacional de nuestros respectivos*

<sup>111</sup> Algumas cópias dos arquivos originais estão disponíveis para consulta nos seguintes sítios cibernéticos: <[www.gwu.edu/~nsarchiv/](http://www.gwu.edu/~nsarchiv/)>; e <[http://www.aladin0.wrlc.org/gsd/collect/terror/terror\\_s.shtml](http://www.aladin0.wrlc.org/gsd/collect/terror/terror_s.shtml)>. Acessados em: 20 jan. 2012.

<sup>112</sup> Junto desses arquivos, inúmeros estudos de diferentes áreas das Ciências Humanas, auxiliam também a reescrever e compreender um pouco da história desse Plano, tais como: Abramovici (2001), Acosta (2007), Almada (2001), Calloni (1999), Cunha (2010), Cuya (1993), Dinges (2005), Fernandes (2009a), Gaudichaud (2003), Kriskche (2008), Mariano (2006), Méndez (2006), Padrós (2004, 2005, 2007), Paredes (2004), Reis (2009), Souza (2011).

<sup>113</sup> A principal agência repressiva da Condor possuía “*sus propios procedimientos de adiestramiento, de jerarquía y obediencia a la autoridad, [...] semejante a la CIA, [...] exigía un juramento de silencio y lealtad. A mediados de 1974, contaba con 600 agentes militares y empleados civiles, estos últimos eran el 20% del total, la mayoría reclutados en los barrios bajos entre asesinos y criminales. Ya en 1977 estaba compuesta por unos 9.300 agentes e informantes que rastreaban a opositores en todos los rincones de Chile y en el extranjero*” (MÉNDEZ, 2006, p. 19-20).

<sup>114</sup> Cf. cópia do documento original no ANEXO K.

*Países*” (CHILE, 1975, p. 1). A primeira reunião teve início no dia 25 de novembro<sup>115</sup> (CUNHA, 2010; KRISCHKE, 2008; CHILE, 1975), em Santiago, capital da República do Chile, e terminou no dia 01 de dezembro, quando ocorreu a criação formal da Operação Condor<sup>116</sup>. Nela estiveram presentes:

[...] coronéis, majores e capitães de seis países [...]. Eram todos funcionários do Serviço de Inteligência, a maioria com treinamento militar tradicional, alguns com formação policial, homens cujo trabalho consistia em derrotar aquilo a que se referiam por designações variadas, como *subversão*, *terrorismo* ou *comunismo internacional* (DINGES, 2005, p. 31, grifo do autor).

Os organizadores da conferência consideravam urgente a necessidade de conter uma iminente ação subversiva comunista no (sub) continente. Na reunião, também chamada de I Encontro Interamericano de Inteligência Nacional (DINGES, 2005), a proposta do Cel. Contreras<sup>117</sup> objetivava conter a disseminação do comunismo na região, através de ações de defesa integrada da segurança nacional das sociedades sul-americanas<sup>118</sup>. A integração dos sistemas de informação e de segurança nacionais facilitaria a caça e a repressão internacional dos “subversivos”, onde quer que estivessem. O êxito da operação asseguraria a preservação e manutenção dos ideais ocidentais sócio-políticos e principalmente econômicos, dos países da região.

O êxito da atuação repressiva transnacional da Condor exigia dos participantes algumas condições. A primeira era a reciprocidade política e de

<sup>115</sup> O auto do julgamento do ex-presidente Augusto Pinochet Ugarte, realizado em 1998, em Madrid, pelo juiz espanhol Baltasar Garzón, afirma que a primeira reunião aconteceu em outubro de 1975, discordando da data supracitada (ESPAÑA, 1998).

<sup>116</sup> O nome *Condor* é uma analogia à ave tradicional da região da Cordilheira dos Andes, o *Vultur gryphus*, que pode ter até 3,2 metros de envergadura e pesar mais de 12 kg, características que lhe conferem o título de maior ave de rapina do mundo. Divide essa qualificação com o Condor-da-Califórnia (*Gymnogyps californianus*). O Condor consegue permanecer no ar por muito tempo, percorre longas distâncias e grandes altitudes com velocidade acima de 80 km/h. Além disso, possui visão apurada, fazendo com que visualize facilmente os animais mortos de que se alimenta. Sua imponência é apropriada às reais ambições do Plano Condor, tornando pertinente a analogia, pois a *Condor* perseguiu, fez desaparecer e matou suas presas independentemente do território onde se encontrassem.

<sup>117</sup> No documentário *Condor (2007)* o diretor brasileiro entrevistou Manuel Contreras e lhe questionou diretamente sobre a existência do Plano Condor. Contreras negou o fato de um “plano” ter sido implementado, afirmando que na verdade não representara mais do que um banco de dados.

<sup>118</sup> Pois, Contreras entendia que o inimigo era comum aos demais parceiros regionais e por isso a integração da segurança era necessária.



segurança entre os países parceiros, que se comprometiam a repassar as informações sobre suspeitos e a unificar os serviços secretos nacionais.

La Subversión desde hace algunos años, se encuentra presente en nuestro Continente, amparado por concepciones políticas-económicas que son fundamentalmente contrarias a la Historia, a la Filosofía, a la Religión y a las costumbres propias de los países de nuestro Hemisferio. Esta situación descrita, no reconoce Fronteras ni Países, y la infiltración penetra todos los niveles de la vida Nacional. [...] Es para enfrentar esta Guerra Psicopolítica, hemos estimado que debemos contar en el ámbito Internacional no con un Mando centralizado en su accionar interno, sino que con una Coordinación eficaz que permita un intercambio oportuno de informaciones y experiencias además con cierto grado de conocimiento personal entre los Jefes responsables de la Seguridad (CHILE, 1975, p. 4).

Nesse mesmo encontro foram estabelecidas as medidas, que no futuro, asseguraram a ação e a execução do plano de segurança regional. O seu pleno funcionamento dependeu do desenvolvimento de uma base de dados, com informações pessoais e de organizações interligadas, direta e indiretamente, com atividades consideradas subversivas pelas agências secretas. Para imprimir velocidade ao intercâmbio dessas informações arquivadas, um sistema tecnologicamente moderno e diversificado de comunicação foi criado, utilizando serviços telegráficos – ou telex, chamado de *Condortel* (DINGES, 2005; MARIANO, 2006) –, computadores, microfilmagem, recursos criptográficos, chamadas telefônicas com dissimuladores de voz, além do sistema tradicional de correios. Simultaneamente, os países participantes do Plano não representariam atores marxistas, muito menos seus ideais. Organizaram outras reuniões de trabalho em diferentes cidades para avaliar a eficácia das estratégias adotadas, bem como reuniões de trabalho bilaterais em situações de urgência. Tais recursos completavam o aparelho de segurança multinacional que a Operação Condor fundou (CHILE, 1975).

O sistema repressivo transnacional da Condor também contou com o difuso apoio dos serviços da Inteligência norte-americana. Os governos norte-americanos durante a Guerra Fria recomendavam a unificação das agências de informações sul-americanas, que contavam com a supervisão da *Central Intelligence Agency* (CIA)<sup>119</sup>. A Condor passou a intermediar os contatos, interconectar as

<sup>119</sup> Agência Central de Inteligência civil e de informações de segurança nacional dos EUA. A CIA forneceu aos agentes latino-americanos verdadeiras “aulas de tortura”, através de manuais que

iniciativas entre os diferentes exércitos e fornecer a capacitação técnica, militar e ideológica aos parceiros sul-americanos. Além dela, o *Federal Bureau of Investigation* (FBI), outra agência de informações americana, participou veladamente da Condor. O próprio Cel. Contreras confessou que elas tinham acesso às informações produzidas, comprovando assim a participação ativa dos EUA na conexão repressiva construída pelos países do Cone Sul.

No documento final, a ser aprovado pelo presidente de cada país, havia uma referência sutilmente velada à esperada interação com a CIA e o FBI [...]. Mais tarde, Contreras diria publicamente que tanto a CIA como o FBI tinham conhecimento daquele banco de dados do Serviço de Inteligência e que contribuíram com informações para a sua atualização e buscaram informações nos dados armazenados (DINGES, 2005, p. 34).

A CIA, efetivamente, colaborou com os Estados sul-americanos<sup>120</sup>, participando ativamente: “*los patrocinadores de esta ofensiva terrorista fueron Richard Helms, entonces director de la CIA, y David Atlee Philips, jefe de la División del Hemisferio Occidental de la Agencia*” (MÉNDEZ, 2006, p. 22). Tais fatos revelam o grau de internacionalização da perseguição contra o “inimigo” na região.

O serviço de informação das seis ditaduras existentes no período foi fundamental para o êxito das operações contrarrevolucionárias. Elas formaram agências de Inteligência próprias, segundo moldes internacionalmente considerados mais seguros. Esses organismos visavam defender a segurança dos Estados contra os perigos criados pelos “inimigos vermelhos” e demais opositores. Elas operavam de forma transnacional via intercâmbio de informações e de sequestros de opositores políticos estivessem eles na área continental do Plano Condor, ou fora dela. A principal articuladora desses serviços secretos foi a chilena *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA). Na Argentina, tiveram papel destacado a organização parapolicial clandestina Triple-A (*Alianza Anticomunista Argentina*), até o golpe de Estado 1976, e o *Servicio de Inteligencia del Estado* (SIDE).

No Brasil, o Centro de Informações no Exterior (CIEEX) foi um exemplo da colaboração de um “país-membro” na troca de informações com seus parceiros na Condor. O governo de Castelo Branco criou o CIEEX em 1966 para servir, defender e

---

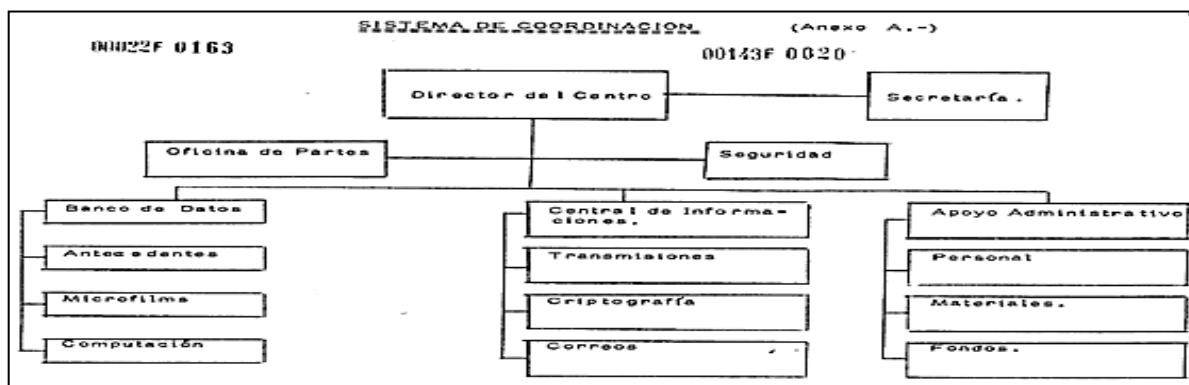
ensinavam o nível de choque elétrico que pode receber um corpo humano sem, portanto, levá-lo ao coma ou provocar a morte do mesmo (GAUDICHAUD, 2009).

<sup>120</sup> E seus principais colaboradores no Cone Sul foram, nesta ordem, os chilenos Augusto Pinochet e Manuel Contreras e o argentino Jorge Videla.

fazer a manutenção exclusiva do Estado repressivo nacional. O CIEX controlava e seguia o rastro de exilados brasileiros<sup>121</sup> “que ainda estavam na atividade política e não aceitavam a nova ordem, abastecendo a dita comunidade nacional de informações a par do que acontecia no exterior” (FILHO, 2009, p. 46). Além de brasileiros, também, buscavam localizar estrangeiros residentes no Brasil, considerados subversivos em seus países. “Também foram alvos políticos, empresários e até diplomatas de países socialistas ou comunistas em missão oficial dentro do território brasileiro” (SEQUEIRA, 2007). Essa agência brasileira ajudou a desarticular, de forma não violenta, grupos subversivos e esquerdistas dos países parceiros regionais, característica ímpar entre os serviços secretos da Condor.

O “bloqueio transnacional” ao comunismo na região era coordenado a partir de sua sede central, em Santiago, no Chile. Este centro contou com um diretor-geral (rotativo), responsável pelo controle das informações e ações regionais, auxiliado por uma Secretaria. Ambos trabalharam internacionalmente com o apoio de funcionários técnicos, com direito à imunidade diplomática. Isso tornou a estrutura da Operação Condor semelhante à de uma organização internacional<sup>122</sup>, conforme ilustra a Figura 4 logo abaixo:

Figura 4 – Organograma da Operação Condor



Fonte: CHILE, 1975, p. 10.

<sup>121</sup> Nos moldes da agenda Condor, a perseguição a brasileiros não fez distinção entre lideranças políticas ou militares, muito menos entre guerrilheiros e estudantes ou pessoas comuns que se opusessem ao regime. Dentre estes, citam-se como exemplo: os ex-presidentes João Goulart, Juscelino Kubitschek, Fernando Henrique Cardoso; o ex-governador Leonel Brizola; os deputados Miguel Arraes, Neiva Moreira, Márcio Moreira Alves; o ex-ministro e fundador da Universidade de Brasília, Darcy Ribeiro; o ex-almirante Candido Aragão; e os intelectuais Antônio Callado, Florestan Fernandes e Celso Furtado.

<sup>122</sup> Para alguns autores o funcionamento do Plano Condor se inspirou na *International Criminal Police Organization* (popularmente conhecida como INTERPOL), baseada na França, uma organização internacional contra crimes transnacionais. A Condor seria portanto a “INTERPOL DA SUBVERSÃO”. No entanto, a comparação é incorreta, principalmente, pelo fato de que a Condor não possuiu o requisito básico de toda organização internacional: a personalidade jurídica internacional, característica que a tornaria um ator amparado pelo Direito Internacional, com seus direitos e obrigações assegurados no sistema internacional de Estados.

O fracasso norte-americano na Guerra do Vietnã contribuiu para a formação do Plano Condor. As informações das circunstâncias dessa derrota<sup>123</sup> foram levadas ao encontro em Santiago, inquietando os militares que consideravam que inimigo análogo existia na região. Os militares acreditavam que o mesmo fracasso poderia ocorrer no Cone Sul, o que tornava imprescindível a existência de uma “organização contrarrevolucionária regional”.

Miguel Arraes, também, considerava que esse conflito na Ásia havia sido decisivo para a criação da Condor. O ex-presos político brasileiro<sup>124</sup>, explicava que “o Plano Condor decorreu do impasse na Guerra do Vietnã, que fez os Estados Unidos temerem novos confrontos. Mas a decisão do plano foi da extrema-direita do Cone Sul” (JORNAL DO COMMERCIO..., 2001). A combinação do fracasso asiático e a necessidade de combater o inimigo no Cone Sul fortaleceu o discurso relativo à urgência da “libertação política” da região (Idem). Face à eminência desse perigo, lideranças políticas dos países deram o aval que os militares precisavam para acionar a ação militar unificada de repressão à subversão.

O aniquilamento da ação “comunista” foi o objetivo perseguido pela Condor. A troca de prisioneiros, os sequestros, as perseguições internacionais, o uso do terrorismo psicológico de Estado e as torturas foram os recursos utilizados para o extermínio do inimigo e de seus aliados, onde quer que eles estivessem. Arraes afirma que os assassinatos políticos funcionavam como uma medida definitiva contra os subversivos e para um futuro processo de abertura política:

Uma espécie de condição para a abertura política era eliminá-los. Foi uma medida preventiva contra os fatos. Nós iríamos para a abertura, e para se ter uma abertura sem muito perigo essas pessoas teriam de desaparecer. Porque, se abrem, quem era que segurava? A mesma coisa aconteceu nos outros países. [...] Era uma prevenção diante de uma abertura que precisava ser controlada. Era o que se passava na cabeça da extrema-direita do Cone Sul. O desaparecimento dessas pessoas foi uma condição para a abertura. (JORNAL DO COMMERCIO..., 2001).

O conceito de *Fronteiras Ideológicas* na Guerra Fria foi, também, essencial para justificar a Condor. Este conceito foi “[...] o fundamento da criação da Operação Condor” (FERNANDES, 2009b, p. 839). No período da Guerra Fria, ele

---

<sup>123</sup> O Vietnã do Sul, aliado norte-americano, foi vencido em abril de 1975 pela “*guerra de guerrilhas* – guerra de rebeldes clandestinos que superavam em estratégia os exércitos tradicionais” (DINGES, 2005, p. 31-32, grifo do autor).

<sup>124</sup> Com o golpe militar brasileiro de 1964 Arraes acabou exilando-se na Argélia em 1965.

significou que não existia distinção entre a política interna e externa quando estava em perigo a segurança nacional de um país da região. Em outras palavras, *o inimigo do país vizinho era meu também*. A política externa brasileira esteve norteadada por este princípio desde o primeiro governo militar, de Castelo Branco no início da década de 1960, até o retorno à democracia no país.

A Escola das Américas teve um papel de destaque na história da montagem dessa conexão repressiva regional. Ela representou outra forma de intervenção americana que consistiu na formação de oficiais sul-americanos e estadunidenses, segundo os princípios da DSN (FERNANDES, 2009b). A instituição contribuiu para a formação de quadros militares para os governos autoritários, dos anos de chumbo do Cone Sul.

[...] sobre ela pesam sérias acusações de violação dos direitos humanos e de ter se tornado a maior base de desestabilização política da América Latina, uma vez que sua doutrina de combate ao inimigo interno no contexto da Guerra Fria favoreceu enormemente o estabelecimento de regimes de exceção, [...]. As acusações vão além e há evidências de que ao longo do tempo os militares latino-americanos foram treinados em técnicas de tortura e guerra psicológica, voltadas de forma direta contra os seus próprios cidadãos. Isso ficou claro com a divulgação de manuais de treinamento editados em espanhol e que eram empregados pela Escola. Neles se ensinavam técnicas de interrogação, tortura, execução, chantagem e captura dos parentes das pessoas que estavam sendo interrogadas (FILHO, 2009, p. 50).

Sem exceção, “[...] os regimes basearam-se em intensa repressão para a imposição de sua vontade política, colocando definitivamente a democracia para escanteio” (FILHO, 2009, p. 44). Com isso, desencadeou-se um período de desaparecimentos, de assassinatos, e de outra série de crimes contra a humanidade que produziram cicatrizes físicas e psicológicas em milhares de cidadãos do Cone Sul.

A Condor esteve dividida em três fases, a partir dos anos 70. Inicialmente, dedicou-se ao armazenamento de informações sobre pessoas e organizações consideradas subversivas, suspeitas de vínculo com o comunismo ou de desenvolverem atividades contra os regimes militares. Esse período é classificado como “*el intercambio de Inteligencia sobre exiliados políticos*” (MÉNDEZ, 2006, p. 17).

A partir do golpe de 1976 na Argentina, a Condor radicalizou sua ação repressiva que deu início à segunda fase, na qual ocorreram ações militares altamente secretas e violentas “contra os alvos no interior dos seis países-membros” (DINGES, 2005, p. 35).

Na terceira e última fase intensificou-se o grau de violência e estenderam-se as manobras repressivas para fora da América Latina, “para perseguir e assassinar inimigos que operavam a partir do exílio” (DINGES, 2005, p. 245). Grupos especiais formados nos países-membros da aliança viajavam para qualquer parte do mundo, objetivando eliminar militantes e simpatizantes pertencentes a organizações políticas clandestinas, com atuação no território dos países-membros da Condor<sup>125</sup>. De tal forma, essa última fase foi a mais radical em termos de crueldade e violência política.

O General chileno Carlos Prats González, exilado na Argentina, foi assassinado nesse país. Carlos Prats, junto de sua esposa Sofía Cuthbert, exilou-se em Buenos Aires, a partir do golpe de Pinochet, em 11 de setembro de 1973. Informava aos amigos exilados em outros países, que sabia que estava sendo espionado<sup>126</sup>, pois era visto como uma ameaça ao novo governo chileno, tinha muitos seguidores silenciosos no exército e “*conocía demasiados secretos y hablaba de la participación estadounidense en el golpe, e incluso Washington silenció la desaparición y tormentos de ciudadanos norteamericanos a manos de la dictadura*” (CALLONI, 1999, p. 47). Além disso, Prats tinha provas que comprovavam a articulação existente entre a CIA, a DINA e a Triple-A para assassiná-lo.

O casal não podia sair da Argentina por falta de documentos e o consulado chileno demorou na sua confecção, fazendo-os permanecer em Buenos Aires até a noite de 29 de setembro de 1974, quando foi assassinado. “*Tanto Chile como Estados Unidos negaron cualquier participación. Pero nadie tenía dudas sobre la mano que actuó y sobre quienes dieron la orden, así como sus cómplices*”

---

<sup>125</sup> Stella Calloni resume como funcionava a terceira fase: “[...] en el caso de que un terrorista o simpatizante de una organización terrorista de un país miembro [...] se encontrara en un país europeo, se enviaría un grupo especial [...] para localizar y vigilar al objetivo. Cuando hubiera terminado la operación de localización y vigilancia, se enviaría un segundo grupo [...] para llevar a cabo el castigo real contra el objetivo. Los grupos especiales serían provistos de documentación falsa de los países miembros del ‘Operativo Cóndor’” (CALLONI, 1998).

<sup>126</sup> Junto ao grupo de espiões chilenos, Prats se referia a Triple-A argentina, que tinha por hábito sequestrar, ameaçar e assassinar principalmente esquerdistas, intelectuais e sindicalistas de prestígio. Essa organização terrorista controlada pelo Estado argentino mantinha conexão direta com a CIA.

(CALLONI, 1999, p. 48). Somente em 1995 descobriu-se que os agentes chileno Enrique Arancibia Clavel e o norte-americano Michael Townley<sup>127</sup>, pertencentes à DINA, haviam sido os responsáveis pelo assassinato.

En diciembre de 1995 los ultraderechistas italianos Della Chiaie y Viscenso Vinciguerra admitieron en Roma ante la jueza Servini de Cubría que Arancibia Clavel y Michael Townley estuvieron involucrados directamente en el asesinato de Prats. Se conoció también que Townley ingresó a la Argentina el 10 de septiembre de 1974 reuniéndose con Arancibia Clavel y en la misma noche del atentado contra Prats, salió del país, al parecer vía Montevideo, y unas horas más tarde festejaba en Santiago de Chile la efectividad del atentado que costó la vida de Prats y su esposa (CALLONI, 1999, p. 51).

O assassinato do casal chileno em território argentino é um exemplo da forma de atuação adotada pelo Plano Condor e da rede de cooperação entre os governos norte-americano, chileno e argentino. As ditaduras não toleravam a presença de militantes de esquerda na região, nem de exilados políticos<sup>128</sup> *“de alto nivel, que denunciaban en forma permanente las atrocidades de la dictadura* (CALLONI, 1999, p. 47). Por isso, sua eliminação tornava-se imprescindível.

A *Operación Colombo* foi outro plano executado pela DINA com a ajuda de cúmplices na Argentina e em outros países (CALLONI, 1999). 119 militantes chilenos, em sua grande maioria do MIR, opositores do governo de Pinochet, desapareceram no Chile entre maio de 1974 e fevereiro de 1975. Poucos meses depois a DINA e a Triple-A forjaram uma farsa, publicando em jornais da Argentina e Brasil a notícia ilegítima de que esses esquerdistas haviam sido encontrados mortos após uma disputa interna. O objetivo era *“convencer a la ciudadanía y al mundo que los 119 [...] habían huido del país y se habían matado entre ellos por rencillas internas”* e, também, *“[...] responder ante la presión internacional por las reiteradas denuncias de desapariciones forzadas ocurridas en Chile”* (CEME, 2004?). Essa operação foi uma das primeiras iniciativas violentas orquestradas dentro da Condor e marcada pela colaboração entre seus serviços secretos:

<sup>127</sup> O americano Michael Vernon Townley Welsch era um informante da CIA. Com o golpe no Chile tornou-se um agente da DINA.

<sup>128</sup> Outro exemplo semelhante ocorreu em 19 dezembro de 1974: O coronel uruguaio Ramón Tralbal foi enviado como adido militar à Paris, após o golpe de Juan Bordaberry (1973), onde foi assassinado a tiros.

[...] la DINA y la Triple A [...] acordaron la Operación Colombo para *reaparecer mediáticamente* a 119 desaparecidos chilenos. Según el macabro plan, la DINA entregaría a la Triple A documentos falsos de chilenos muertos en campos de concentración, y ésta a su vez los dejaría junto a cadáveres irreconocibles en lugares públicos. Los muertos eran en realidad militantes de izquierda, secuestrados por la Triple A. Así se encontraron en distintos lugares de Buenos Aires cuerpos violentamente torturados, con algún documento que los identificaba y una nota en la que el MIR los ajusticiaba. En tanto, periódicos colaboracionistas de ambos países, divulgaron que esto era obra de una lucha interna de los miristas por la conducción del movimiento. De este modo 119 chilenos desaparecidos "aparecieron" muertos en Argentina en una lluvia de noticias falsas que hablaban de avistamientos de miristas en Tucumán o cruzando la cordillera para entrar o salir de Chile. En oposición estaban los testigos del secuestro en sus casas o en sus trabajos y los que los vieron en campos de concentración. Muchos de ellos nunca habían sido miristas. Además, dado el antisemitismo de la Triple A, habían seleccionado de la larga lista de documentos entregados por la DINA, un gran porcentaje de apellidos judíos (PAREDES, 2004).

Em 21 de setembro de 1976, outro atentado terrorista entrou para a lista da Condor. No bairro das embaixadas (*Embassy Row*) em Washington uma bomba, ativada por controle remoto, explodiu o automóvel do ex-ministro de Relações Exteriores e de Defesa do Chile, pelo partido da *Unidad Popular*, durante o mandato de Salvador Allende, o chileno Marcos Orlando Letelier del Solar, que morreu na explosão, acompanhado de sua assistente americana Ronney Moffit. Letelier havia sido a primeira autoridade política presa quando ocorreu o golpe militar em seu país, em 1973. A missão terrorista, organizada pela DINA, teve ajuda dos agentes americano Michael Townley (novamente) e de representantes do *Movimiento Nacionalista Cubano* (MNC), na execução do ataque<sup>129</sup>, como comprova-se abaixo:

[...] hoy se sabe que la colaboración de la DINA con la organización terrorista cubana fue mucho más íntima y también comprometió a todos los organismos de seguridad de las dictaduras sudamericanas (Chile, Bolivia, Argentina, Uruguay, Paraguay y Brasil) que conformaron el Plan Cóndor [...] (NARVÁEZ, 2008).

---

<sup>129</sup> O MNC foi um grupo cubano terrorista radicado em Miami, que se opunha ao governo de Fidel Castro. A morte de Letelier serviria para mostrar a extensão da força desse movimento. Os representantes do MNC presentes na ação foram: “*Felipe Rivero Díaz, José Dionisio Suárez, Orlando Bosch, José Ponjoan, Ricardo Pastrana, Vladimir Secen (croata pro nazi), Armando Santana Álvarez.*” (MÉNDEZ, 2006, p. 68).




### 5.3 Forças em confronto: militares, empresários e militantes

Face à Operação Condor houve o confronto entre três forças distintas: a) Estados-membros que criaram essa “organização transnacional do terror”, junto aos seus colaboradores; b) seus inimigos; e as c) vítimas do período.

#### 5.3.1 Os Estados-membros e os colaboradores

A iniciativa da criação da Operação Condor coube às cinco ditaduras civil-militares sul-americanas (Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai)<sup>130</sup> e a Argentina, ainda com um governo, constitucionalmente, democrático. A partir dos anos 50, uma sucessão de golpes castrenses antecedeu a Organização Condor. A sequência da instauração de governos de exceção teve início no Paraguai (1954), seguida pela Argentina (1955-58)<sup>131</sup>, a Bolívia e o Brasil (ambos ao longo de 1964). Em 1973, as democracias do Uruguai e do Chile sucumbiram aos golpes militares nacionais e a Argentina no primeiro semestre de 1976 quando a Junta Militar depôs o governo democrático, no poder e iniciou sua sexta ditadura militar (cf. Quadro 1).



Quadro 1 – As seis principais ditaduras da Operação Condor entre 1975-1980

País	Golpe de Estado e Duração do regime	Governo	Cifras das Vítimas
 <b>Argentina</b>	Golpe: 24/03/1976  7 anos (1976-1983)	O <i>Proceso de Reorganización Nacional</i> foi governado por quatro juntas militares:  1) <u>1976-1980</u> – Jorge R. Videla, Emilio E. Massera e Orlando R. Agosti; 2) <u>1980-1981</u> – Roberto E. Viola, Armando Lambruschini e Omar D. R. Graffigna; 3) <u>1981-1982</u> – Leopoldo F. Galtieri, Basilio L. Dozo e Jorge I. Anaya; 4) <u>1982-1983</u> – Cristino Nicolaidis, Rúben Franco e Augusto J. Hughes.	Cifras oficiais afirmam o desaparecimento de 18 mil pessoas, porém diversas organizações de direitos humanos estimam o total aproximado de 30 mil.

<sup>130</sup> Algumas iniciadas mesmo nas décadas de 1950, outras nos anos 60 e as últimas entre o início e a metade dos anos 70.

<sup>131</sup> No início da década de 60 a Argentina vivenciou outros dois ciclos ditatoriais em 1962-63 e 1966-73, *Dictadura de Guido* e *Revolución Argentina*, respectivamente. Para outras informações sobre a história contemporânea argentina cf. Romero (2006).

 <p><b>Bolivia</b></p>	<p>1º Golpe: nov/1964</p> <p>2º Golpe: set/1969</p> <p>3º Golpe: out/1970</p> <p>4º Golpe: ago/1971</p> <p>5º Golpe: jul/1978</p> <p>6º Golpe: nov/1978</p> <p>7º Golpe: nov/1979</p> <p>8º Golpe: jul/1980</p> <p>9º Golpe sem sucesso: jul/1982</p> <p>18 anos (1964-1982)</p>	<p>a) <u>1964-69</u>: Gral. René Barrientos O.;</p> <p>b) <u>1969-70</u>: Alfredo Ovando Candía;</p> <p>c) <u>1970-71</u>: Gral. José Juan Torres<sup>1</sup>;</p> <p>d) <u>1971-78</u>: Gral. Hugo Banzer Suárez;</p> <p>e) <u>Jul-Nov/1978</u>: Juan Pereda Asbún;</p> <p>f) <u>Nov/78-Ago/79</u>: David Padilla Arancibia;</p> <p>g) <u>01-16/nov/79</u>: Alberto Natusch Busch<sup>2</sup>;</p> <p>h) <u>1980-81</u>: Luis García Meza;</p> <p>i) <u>1981</u>: Celso Torrelio Villa;</p> <p>j) <u>1982</u>: Guido Vildoso Calderón.</p>	<p>Desde 2007, o <i>Ministerio de Justicia</i> boliviano tem revisto a documentação de 2.600 pessoas, declaradas como vítimas, requerentes de indenização, por terem sofrido perseguição, detenção, ou exílio ao longo dos anos das ditaduras militares entre 1964 a 1982<sup>3</sup>.</p>
 <p><b>Brasil</b></p>	<p>Golpe: 31/03/1964</p> <p>21 anos (1964-1985)</p>	<p>O regime militar no Brasil foi governado por vários presidentes:</p> <p>a) <u>15/04/1964-1967</u>: Mal. Humberto de A. Castelo Branco;</p> <p>b) <u>1967-1969</u>: Mal. Arthur da Costa e Silva;</p> <p>c) <u>31/08-30/10/1969</u>: Junta Governativa Provisória;</p> <p>d) <u>1969-1974</u>: Gral. Emílio Garrastazu Médici;</p> <p>e) <u>1974-1979</u>: Gral. Ernesto B. Geisel;</p> <p>f) <u>1979-1985</u>: João B. de O. Figueiredo.</p>	<p>Segundo a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), instituída em 1995 no Brasil, houve pelo menos 475 casos de desaparecidos e mortos durante o regime civil-militar brasileiro<sup>4</sup>.</p> <p>Já a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça brasileiro, criada em 2001, identificou dezenas de milhares de diferentes casos de vítimas que sofreram violações de direitos humanos; e até o ano de 2009, recebeu o total de 64.151 requerimentos de anistia, sendo que, pelo menos, 30.967 já foram reconhecidos como anistiados políticos<sup>5</sup>.</p>
 <p><b>Chile</b></p>	<p>Golpe: 11/09/1973</p> <p>Quase 17 anos (set/1973-mar/1990)</p>	<p>Junta Militar composta pelo presidente Gral. Augusto J. R. Pinochet Ugarte, César Mendoza, Josér Toribio Merino e Gustavo Leigh.</p>	<p>A <i>Comisión Valech</i> (ou <i>Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura</i>) criada em 2003, no Chile, apresentou um segundo relatório recentemente que revela que o total das vítimas do período ultrapassa a cifra de 40.000 pessoas, sendo que 3.065 foram mortas ou desapareceram entre setembro de 73 e</p>

			março de 1990 <sup>6</sup> .
 <b>Paraguai</b>	<p>Golpe: 04/05/1954<sup>7</sup></p> <p>Quase 35 anos (ago/1954-fev/1989)</p>	<p>General Alfredo Stroessner Matiauda</p>	<p>O relatório de 2008 da <i>Comisión de Verdad y Justicia</i> (CVJ) do Paraguai, reconheceu que o regime de Stroessner, através de seus crimes, tenha violado os direitos humanos de pelo menos 9.923 pessoas<sup>8</sup>. Mas, calcula-se que pelo menos 20.000 pessoas foram forçadas ao exílio.</p>
 <b>Uruguai</b>	<p>Golpe: 27/06/1973</p> <p>Quase 12 anos (jun/1973-fev/1985)</p>	<p>a) <u>1973-1976</u>: Juan María Bordaberry Arocena<sup>9</sup>;</p> <p>b) <u>Jun-Set/1976</u>: Pedro Alberto Demicheli Lizaso;</p> <p>c) <u>Set/1976-Out/81</u>: Aparicio Méndez Manfredini;</p> <p>d) <u>Set/1981-Fev/85</u>: Gregorio Conrado Álvarez Armelino.</p>	<p>Cifras atuais estimam que, pelo menos, 200 pessoas<sup>10</sup> tenham desaparecido durante o regime civil-militar no Uruguai.</p> <p>Em contraposição, o Governo Uruguaio publicou uma lista com 465 nomes de vítimas da ditadura entre os anos 1973-1985<sup>11</sup>.</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

<sup>1</sup> O terceiro golpe deflagrado pelo Gral. Rogelio Miranda organizou uma Junta Militar. Isso incentivou um contragolpe militar esquerdista que levou ao poder o Gral. José Juan Torres.

<sup>2</sup> Com a renúncia do governo efêmero de Busch, Lidia Gueiler Tejada assumiu constitucionalmente.

<sup>3</sup> Reportagem do jornal paraguaio **La Nación**, Fernando de la Mora, 14/03/ 2012. Disponível em: <http://www.lanacion.com.py/articulo/62892-victimas-de-dictaduras-en-bolivia-exigen-reparacion-mediant-e-huelga-.html>. Acesso em: 20 mar. 2012.

<sup>4</sup> BRASIL. **Direito à Memória e à Verdade**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 17.

<sup>5</sup> BRASIL; INGLATERRA. **A anistia na era da responsabilização**: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011, p. 283.

<sup>6</sup> A *Comisión Valech* levou em consideração os casos de detidos desaparecidos, executados, torturados e presos políticos reconhecidos, pelas quatro comissões estabelecidas, até então no país, para investigar os crimes da ditadura de Pinochet, excluindo as cifras de exilados e das famílias das vítimas. Outras informações encontram-se disponíveis em: <http://elpais.com/diario/2011/08/20/internacional/1313791208\_850215.html>. Acesso em: 02 mar. 2012.

<sup>7</sup> Eleições fraudulentas elegeram a Alfredo Stroessner em 11 de julho de 1954, sendo que este assumiu a presidência do Paraguai em 15 de agosto, do mesmo ano.

<sup>8</sup> CVJ. **Informe Final**: Anive haguã oiko. Asunción: 2008. Documentos Suplementarios: TOMO VIII (parte 1), p. 13. Disponível em: <http://www.verdadjusticia-dp.gov.py/documentos.html>. Acesso em: 15 mar. 2012.

<sup>9</sup> Foi também presidente, constitucionalmente eleito, entre 1972 e junho de 1973.

<sup>10</sup> Segundo reportagem do jornal espanhol EL PAÍS, de 17/01/2012. Disponível em: <http://internacional.elpais.com/internacional/2012/01/17/actualidad/1326824184\_803621.html>. Acesso em: 28 mar. 2012.

<sup>11</sup> Segundo reportagem do jornal espanhol PÚBLICO, de 02/09/2011. Disponível em: <http://www.pUBLICO.es/internacional/394149/uruguay-publica-un-listado-de-victimas-de-la-dictadura>. Acesso em: 28 mar. 2012.

Documento da CIA comprova que em 25 de agosto de 1975, ou seja, antes da reunião de Santiago ocorrida em novembro, o coronel chileno, esteve na sede da agência de informações, onde almoçou com Vernon Walters. Walters sugeriu a Contreras que fosse diretamente de Washington à Caracas, chegando em 27 de agosto. O motivo da visita à capital venezuelana era discutir com os funcionários da DISIP<sup>132</sup> (*Dirección General Sectorial de los Servicios de Inteligencia y Prevención*), a Inteligência venezuelana, um plano pioneiro de contenção regional do avanço do comunismo – que três meses mais tarde se tornaria a Condor. Contreras discutiu com os funcionários a possibilidade do intercâmbio de informações de exilados chilenos que se encontravam em Caracas. No entanto, o então presidente venezuelano, Carlos Andrés Pérez Rodríguez, não autorizou a inclusão de seu país no plano<sup>133</sup>, o que não impediu que a conexão repressiva da Condor contasse com colaboradores da Venezuela, através da DISIP. Esta auxiliou a Condor em ações na América Latina, como a tentativa de capturar o terrorista de nacionalidade venezuelana *Carlos, o Chacal*<sup>134</sup> (DINGES, 2005). O jornalista cubano José Luis Méndez Méndez comenta que a DISIP agiu mais do que pontualmente:

La cabeza rectora de esta tenebrosa organización sería la Dirección de Información Nacional de Chile teniendo en cuenta su historial represivo, y sus garras principales estarían en el Batallón 601 de la Inteligencia del ejército argentino y la DISIP de Venezuela. Su objetivo el movimiento revolucionario latinoamericano (MÉNDEZ, 2006, p. 22).

A Condor contou com dois novos cúmplices no final da década de 1970. As repúblicas andinas, Equador e Peru (MARIANO, 2006; MÉNDEZ, 2006; DINGES, 2005; PADRÓS, 2005; PAREDES, 2004; GAUDICHAUD, 2003; CUYA, 1993), entraram para a Condor em janeiro e abril de 1978 (DINGES, 2005). “Nunca antes se viu uma organização de terrorismo de Estado tão ampla (os seis fundadores e, já no final, acrescidos de Equador e Peru)” durar tanto tempo (CUNHA, 2010, p. 3).

<sup>132</sup> Os funcionários eram o diretor Rafael Rivas Vásquez e o comissário-geral Orlando García.

<sup>133</sup> “Pérez, um dos poucos chefes de Estado democraticamente eleitos à época no continente, era um fervoroso anticomunista, mas um opositor igualmente inflexível da destruição da democracia chilena por Pinochet” (DINGES, 2005, p. 165).

<sup>134</sup> Ilich Ramírez Sánchez, mais conhecido como *Carlos, o Chacal*, preso em 1994 na França, foi um dos mais famosos terroristas internacionais sul-americanos. “[...] Permaneceu livre por mais de vinte anos, cometendo atos de terror cada vez mais notórios, inclusive o sequestro dos ministros do óleo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) [...]. Numa ocasião, [...] se vangloriou [...] pela morte de 83 pessoas” (DINGES, 2005, p. 148).

A famosa campanha repressiva internacional do Condor [...] teve seu voo final em 1980, numa ação envolvendo guerrilheiros peruanos. O Peru tinha abandonado seu governo militar de inclinação esquerdista e, em 1980, era o membro mais recente do Condor [...]. Entre os prisioneiros desta, que é provavelmente a última operação, estava a famosa ativista política argentina Noemi Gianotti de Molfino, uma das fundadoras do grupo Mães da Plaza de Mayo (MIGUEL, 2005).

O *Movimiento Nacionalista Cubano* (MNC) pactuou em diversas investidas com a Condor. O MNC foi fundado pelos cubanos Felipe Rivero Díaz e Guillermo Novo Sampoll em 1959, exilados em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Foi uma organização terrorista declaradamente fascista “[...] *definiendo así una estrategia de terror contra funcionarios e instalaciones cubanos en el exterior y contra todo aquel que apoyara al gobierno de Cuba*” (MÉNDEZ, 2006, p. 8). O MNC participou em diversos atentados da Condor, colaborando, principalmente, com os objetivos da ditadura chilena:

El MNC se incorporó a este esquema y participó en varios atentados al servicio del régimen chileno; entre ellos, el asesinato del general Carlos Prats González y su esposa Sofía Cuthbert en Argentina, el intento criminal contra el líder democristiano Bernardo Leighton Guzmán y su esposa Ana Fresno en Roma y el asesinato de Orlando Letelier y Ronni Moffit —el 21 de septiembre de 1976— en Washington [...] (MÉNDEZ, 2006, p. 9).

Também os EUA, através de uma de suas principais agências de informações (CIA), teve uma atuação importante na América Latina. A CIA articulou-se com o governo militar chileno para desenvolver um bloqueio continental anticomunista, ampliando a internacionalização do terror.

La Operación Cóndor fue un engendro creado por la Agencia Central de Inteligencia de Estados Unidos con la participación de los aparatos de inteligencia de Chile, Argentina, Venezuela, Paraguay, Uruguay, Brasil y Bolivia en coordinación con el Movimiento Nacionalista Cubano [...] (MÉNDEZ, 2006, p. 5).

### 5.3.2 Os “subversivos” e suas organizações

Durante a primeira reunião de inteligência na capital chilena (25/11/75), o Coronel Contreras declarou aos participantes qual era o inimigo que a Operação Condor devia perseguir na América do Sul e no resto do mundo. O principal adversário era o comunismo, cujos militantes localizavam-se na América Latina e em

outros continentes. Para eliminá-lo os países deviam preparar-se para garantir e preservar os valores ocidentais, cristãos e liberais para esses países.

A subversão [...] não reconhece fronteiras nem países, e sua infiltração está penetrando em todos os níveis da vida nacional. A subversão tem desenvolvido uma estrutura de liderança que é intercontinental, continental, regional e sub-regional. Como exemplos, podemos listar a Conferência Tricontinental de Havana, a Junta Coordinadora Revolucionaria [JCR] para a América do Sul etc., e a todos movimentos é conferida uma aparência agradável a todos os tipos de comitês de solidariedade, congressos tribunais, encontros, festivais e conferências etc. Em contraste, os países que estão sendo atacados na frente militar, econômica, política (tanto dentro como fora de suas fronteiras) estão reagindo, quando muito, apenas com entendimentos bilaterais ou simples “acordos de cavalheiros” (DINGES, 2005, p. 33-34).

As Inteligências sul-americanas, sobretudo a chilena, organizaram uma contraofensiva para enfrentar os grupos guerrilheiros nacionais, e, também, regionalmente, que haviam criado uma organização revolucionária no continente (MARIANO, 2006). “[...] O Serviço de Inteligência chileno ficara sabendo que grupos clandestinos haviam-se reunido numa campanha internacional que combinava ataques armados e diplomacia internacional, com bases” (DINGES, 2005, p. 32) na América Latina e apoio na Europa. Esses serviços de informação se referiam ao que viria a ser mais tarde a *Junta Coordinadora Revolucionaria* (JCR).

O conhecimento da Argentina sobre a JCR é revelado num relatório de dez páginas datado de 28 de outubro de 1975, um mês antes do encontro do Condor. O relatório argentino contém uma descrição detalhada e precisa de uma das mais secretas reuniões fundadoras da JCR [...] e uma lista de decisões tomadas. A visão estratégica da guerra revolucionária marxista abraçada pela JCR está se tornando “cada vez mais importante” entre outros grupos esquerdistas na América Latina, diz o relatório, e lista onze outros países, inclusive os Estados Unidos, cujas organizações militantes “procuraram entrar em contato com essa organização revolucionária continental” (DINGES, 2005, p. 182).

A JCR<sup>135</sup> foi fundada no início da década de 70 para mobilizar os guerrilheiros do Cone Sul a combater a Condor e as ditaduras militares participantes. Em outubro de 1972, por iniciativa do líder chileno Miguel Enríquez<sup>136</sup>, representante do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), os principais chefes das organizações sul-americanas revolucionárias deram início à primeira cúpula

---

<sup>135</sup> Para maiores informações sobre a origem da JCR cf. ANEXO L.

<sup>136</sup> Para ler o comunicado sobre a morte do líder Miguel Enríquez cf. ANEXO M.

revolucionária, no Chile. Participaram do encontro, também, argentinos do *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) e os uruguaios do *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* (MLN-T/ Tupamaros). Os guerrilheiros bolivianos do *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) passaram a frequentar as reuniões regionais só em 1973 (DINGES, 2005)<sup>137</sup>. Os participantes desses movimentos acordaram enviar “quadros ao Chile para a realização de treinamento militar e ideológico em campos remotos nas montanhas do Andes, em Cajón del Maipo” (DINGES, 2005, p. 87). Com o amadurecimento da coligação, fundaram oficialmente a *Junta Coordinadora Revolucionaria*<sup>138</sup> em agosto de 1973, para organizar uma:

[...] estratégia comum para derrotar as ditaduras militares. [...] A JCR não era uma simples aliança, nem a reunião das organizações separadas. [...] A proposta [...] era que nenhum movimento revolucionário de um país ficasse subordinado ao de outro. Cada grupo lutaria de acordo com a sua agenda e seus métodos. [...] Cada organização-membro escolheria quando e como pegar em armas. Mas juntas elas criariam uma infraestrutura, um aparelho internacional que propiciaria apoio logístico, financeiro e militar mútuo. [...] A Junta Coordinadora, afirmava, adotaria a chamada de Che às armas: para “desenvolver uma guerra revolucionária sangrenta e prolongada que tornará o continente latino-americano o segundo ou o terceiro Vietnã do mundo” (DINGES, 2005, p. 86-89).

O poder revolucionário da JCR era uma incógnita para os participantes da Condor, o que aumentava o temor de seus inimigos e a urgência de extirpá-los da região. O trecho abaixo revela a fonte das informações sobre ela e seus futuros planos:

Um telegrama secreto de quatro páginas da embaixada em Santiago resumia as informações da Inteligência dos Estados Unidos: Em julho de 1975, a JCR traçou um plano para uma importante operação de guerrilha contra a Argentina, o Chile e a Bolívia, com a participação do MIR a ser iniciada em novembro-dezembro de 1975 com o assassinato de quatro altas personalidades do governo, cuja identidade era dada em código. [...] Um longo relatório encontrado no Arquivo do Paraguai, do final de 1975, dedica [...] descrição da atividade recente da JCR, especialmente de sua rede na

<sup>137</sup> Os líderes argentinos do ERP presentes nas diversas reuniões eram Mario Roberto Santucho, Luis Mattini, Domingo Menna e Enrique Gorriarán Merlo. Os tupamaros uruguaios eram representados por Efraín Luis Martínez Platero e William Whitelaw. Os bolivianos do ELN contavam com Osvaldo Chato Peredo e o major Rubén Sánchez.

<sup>138</sup> Essa nova organização devia ser a concretização da visão estratégica de Che Guevara. Em 1966, pouco antes de deixar Cuba para levar a causa revolucionária à África e ao resto da América Latina, Che declarou num discurso a uma plateia de revolucionários de todo o mundo, reunidos em Havana, que os grupos armados na América Latina deviam se unir para “formar algo semelhante a *Juntas de Coordinación* (conselhos ou comissões coordenadores revolucionários) a fim de tornar o trabalho repressivo do imperialismo ianque mais difícil e de facilitar a própria causa” (DINGES, 2005, p. 88).

Europa. Tanto o relatório argentino como o paraguaio misturam organizações de guerrilha aliadas da JCR com organizações de solidariedade e de direitos humanos na Europa e em outras partes. [...] Os relatórios de Inteligência, sem exceção, fazem poucas tentativas de distinguir entre as forças da guerrilha armada da JCR e seus aliados nas organizações políticas, solidárias e até ligadas à Igreja (DINGES, 2005, p. 182-3).

### 5.3.3 As vítimas

Entre as décadas de 1970 e 1980 a investida contra o comunismo internacional pela Operação Condor causou danos irreparáveis às sociedades sul-americanas. As ditaduras cívico-militares perseguiram, torturaram e assassinaram milhares de pessoas. A Condor não diferenciava suas vítimas, ou seja, lesava e vitimava tanto civis quanto autoridades políticas sul-americanas. Cada país integrante dessa conexão repressiva supranacional adotou um grau maior ou menor na opressão e na defesa da segurança internas. Essa violência internacional, a partir dos anos 70, fez desaparecer milhares de cidadãos e levou um grande número de pessoas ao exílio<sup>139</sup>:

[...] A mediados de los setenta las fuerzas represivas del Cono Sur habían controlado la situación con un saldo de cuatro millones de exiliados en países vecinos, 50.000 asesinatos, al menos 30.000 desaparecidos, 400.000 encarcelados y 3.000 niños asesinados o desaparecidos. (PAREDES, 2004, p. 6).

No Paraguai e na Argentina as juntas militares executaram, fizeram desaparecer e torturaram muitos de seus cidadãos. A organização *Agrupación de Familiares de Detenidos y Desaparecidos del Paraguay* estima que o regime tenha assassinado entre três e quatro mil presos políticos, além de ter capturado e torturado muitos outros (FEIERSTEIN, 2009). Durante o período democrático, antes do golpe de 1976 na Argentina, a quantidade de exilados sul-americanos cresceu de 533.850 para 753.428. De acordo com os dados do ACNUR houve a concessão de asilo para 1.075 exilados somente no país argentino:

---

<sup>139</sup> Os destinos finais do exílio sul-americano produzido durante os anos de chumbo da Operação Condor foram “México, Panamá, Venezuela, Perú, Cuba, entre otros, y países de Europa y nórdicos debieron abrir sus puertas a millones de refugiados” (CALLONI, 1999, p. 16).



La huida de bolivianos y chilenos hacia Argentina se sumó a la de los uruguayos. [...] En Argentina, la cantidad de inmigrantes limítrofes ascendió de 533.850 a 753.428 entre 1970 y 1980. El ACNUR [...] le prestó un gran apoyo y entre junio y septiembre de 1976, trasladó de la Argentina a 1.075 exiliados, mientras otros 1.511 le pidieron amparo. El mayor contingente fue el chileno, durante 1974 ingresaron por Mendoza 107.800. El Diario *Los Andes* registró el cruce de la cordillera a pie de miembros del MIR, que se reunieron con Montoneros. Estos últimos, junto a tupamaros cruzaron hacia Chile y numerosos chilenos y argentinos se organizaron para presionar una redemocratización formando sindicatos, estudiantiles, partidos políticos, uniones vecinales y entidades culturales. Esta intensa actividad preocupó a Pinochet y los vio como sus principales enemigos, así surgió Cóndor (PAREDES, 2004).

A descoberta de acervos documentais encontrados, no Paraguai e na Argentina, permitiu revelar que a Condor voou para muito mais longe e alto do que se imaginava. Muitos dados e histórias, todavia, não foram localizados. Essas circunstâncias dificultam a quantificação do número real de vítimas. Dois casos emblemáticos, o de Martín Almada e o do sequestro dos uruguaios, ambos destacam o transnacionalismo da Operação Condor.

O paraguaio Martín Almada é um dos sobreviventes do período. No final de 1974 foi preso em sua residência, e incriminado como “terrorista intelectual”, por um tribunal militar integrado por agregados militares da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, em decorrência de sua tese intitulada “*Paraguay: Educación y dependencia*”<sup>140</sup>, que chegou ao conhecimento do governo de Stroessner. Os militares o torturaram durante um mês. Sua esposa, Celestina Pérez, foi também interrogada e forçada a escutar ao telefone os gemidos de Almada, torturado em outro recinto. Poucos dias depois, descobriu-se que ela havia sofrido um ataque cardíaco fulminante e falecera. Almada ficou preso quatro anos e teve seus bens confiscados. Em 1978, recuperou a liberdade e embarcou para o exílio no Panamá, e depois para Paris, onde permaneceu até 1989.

O sequestro do casal de uruguaios<sup>141</sup> em Porto Alegre, no Brasil, revelou a participação brasileira, na Operação Condor até então velada. A professora

<sup>140</sup> Na qual defendeu que no Paraguai a educação só beneficiava a classe dominante e que estava a serviço do subdesenvolvimento e da dependência de sua população. O trabalho foi inspirado na educação libertadora do brasileiro Paulo Freire.

<sup>141</sup> A título de esclarecimento, os dois uruguaios não eram um casal como muitos jornais, revistas e outras obras literárias noticiaram na época ou reproduzem até hoje. Ambos viviam apenas juntos. Portanto, o termo *casal*, quando referido a essas duas vítimas uruguaias, corresponde, simplesmente, a ideia de uma dupla formada por um homem e uma mulher.

uruguaia Lilian Celiberti<sup>142</sup> vivia exilada com Universindo Rodríguez Díaz, junto dos dois filhos pequenos. No dia 12 de novembro de 1978, foram levados por um comando de policiais brasileiros, para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) gaúcho, que trabalhou em cooperação com os militares uruguaios nessa operação (CARDOSO, 2000). Em sala separada, Lilian foi torturada em um pau-de-arara. A mídia da época ao descobrir o caso o noticiou, dando ao episódio repercussão internacional. O casal foi levado clandestinamente ao Uruguai, onde ficou preso durante cinco anos (FORTES, 2010).

A efetividade, a presteza e o grau de integração internacional da Condor revela essa ação em solo brasileiro. A partir disso, comprova-se que o êxito de sua repressão foi o resultado da estreita colaboração das seis ditaduras pertencentes à Condor e dos seus respectivos aparelhos nacionais de segurança, voltados a perseguir e a eliminar todos os opositores desses regimes militares, que governavam os países da região. Isso colaborou para o incremento do fluxo de emigrados, de refugiados, de asilados e de exilados políticos sul-americanos, assim como exemplifica o próximo capítulo através do caso argentino.

---

<sup>142</sup> Cf. Condor (2007) para assistir o depoimento de Celiberti.

## 6 O GOLPE DE 1976 E O EXÍLIO: A VISÃO DE SUAS VÍTIMAS

Irse. Quedarse. Volver. Estar lejos y sentir que el océano Atlántico nunca fue tan inmenso y que el país propio nunca fue un dolor tan cercano. Exilio. Ésa es la historia [...] de quienes se fueron del país por razones políticas durante los años de terrorismo de estado (FRANCO, 2008, p. 17).

O processo de internacionalização do terror iniciado na Argentina na década de 1970 produziu resultados dolorosos à sociedade. A primeira ação que conduziria a esse processo foi a adesão à Operação Condor, durante o regime democrático do governo peronista. Nessa época, havia sido criada a Triple-A, uma organização parapolicial terrorista que disseminou o terror a toda a população do país. Essa organização clandestina motivou uma primeira fuga de argentinos, para o exterior.

O golpe militar de 1976 instaurou o *Proceso de Reorganización Nacional*, que implantou o terror estatal como instrumento de governo. A violência política do governo anterior foi “sofisticada”, recorrendo à utilização dos campos clandestinos de detenção, nos quais milhares de pessoas foram torturadas e assassinadas; ao desaparecimento de milhares de argentinos; ao sequestro de crianças recém-nascidas nos centros de tortura e ao arremesso ao mar de muitos detidos vivos. Esses fatos caracterizaram os crimes de lesa humanidade, que o regime militar cometeu, desencadeando um massivo exílio argentino. Esse teve uma longa

duração e representou um intenso “*movimiento colectivo de expulsión de población*” (JENSEN, 2010, p. 20)<sup>143</sup>.

Neste capítulo, apresenta-se uma reconstituição das experiências do exílio de diversas pessoas, com o auxílio dos testemunhos do drama de sete exilados argentinos, sobreviventes do período, entrevistados<sup>144</sup> em Buenos Aires e em Estocolmo<sup>145</sup>. Através desses relatos poder-se-á conhecer uma impactante fase de suas histórias pessoais, nos anos de chumbo da história contemporânea argentina<sup>146</sup>.

## 6.1 As origens da repressão na Argentina

Os entrevistados revelam distintas opiniões sobre as origens da repressão política na Argentina, mas coincidem que os crimes contra a humanidade, no marco do genocídio, ou mesmo de um politicídio, de integrantes da sociedade argentina, considerados “subversivos” foram os responsáveis pela diáspora argentina<sup>147</sup>.

Segundo “Mateus<sup>148</sup>”, a repressão remontava ao golpe no *Campo de Mayo* (1955) e foi a expressão de um projeto gradual da burguesia contra o operariado, que reivindicava melhorias sociais, mais emprego, distribuição de renda e mudanças na sociedade. Embora lamentando o rumo que a história contemporânea argentina tomou, julga que não poderia ter sido diferente:

Eso en realidad comienza mucho antes. Yo creo que hay un proyecto de modificar socialmente la Argentina desde el propio golpe de 1955. En realidad con el golpe que cae en el medio de 1966. Digamos, es un proyecto que en lo económico lo que pretende es transferir los ingresos a un solo sector y además la integración al famoso mercado mundial. [...] en los años setenta hubo un avance ciertamente de los sectores populares, donde lo que se pretendía era que éramos subversivos. Si por subversivo significa cambiar el orden social existente yo era un subversivo. Y eso es lo que se buscaba, se buscaba que socialmente se fuera diferente. Pero eso existe en

<sup>143</sup> Tal período contribuiu, consideravelmente, para o aumento da população total de argentinos no exterior. Cf. ANEXO N.

<sup>144</sup> Para consultar o questionário elaborado cf. o APÊNDICE A.

<sup>145</sup> Nesta reconstituição da história do exílio político argentino, através de depoimentos das vítimas, seus nomes são fictícios, a fim de preservar o seu anonimato. Para ler as transcrições das entrevistas completas cf. APÊNDICE B.

<sup>146</sup> Esta análise do exílio argentino não tem a intenção de destacá-lo como tendo sido o maior, ou o mais importante caso sul-americano, muito menos ideia semelhante.

<sup>147</sup> O termo diáspora é empregado para referenciar a verdadeira fuga de argentinos para diversas partes do mundo.

<sup>148</sup> Entrevista (3) com o advogado argentino “Mateus”, em 15 de junho de 2011, em Buenos Aires.

otras fuerzas que precisamente buscan todo lo contrario [...]. Fundamentalmente, es la gente más poderosa del campo argentino. [...] Yo creo que esa es la razón definitiva que se llega al golpe de 76. A pesar de después poder meter alguna cuestión en el medio, podemos decir que Isabelita era un títere y que políticamente no servía para nada y que más vale que tendría que haber regentado un burdel. [...] pero para mí el nudo está en otro lado. Porque en 1976 por casualidad [...] lo que se pretende restablecer es que el reparto del ingreso nacional sea diferente y además integrado. [...] Eso conllevó un sistema de que se generó un poderosísimo ejército de desempleados. Poderosísimo. Y eso solamente era posible con el aniquilamiento de los principales dirigentes y activos medios del sector de la clase trabajadora. [...] por eso es la razón que en 1976 es un plan de aniquilamiento. Esa es la razón. Por qué con esas personas vivas no hubiese podido desarrollarse ese esquema ideado por Martínez de Hoz. O sea, la burguesía, digamos, agraria, la tenía muy clara, sabía que para imponer esto había que matar gente. Más tarde o más temprano. Había que liquidarlos. Pero además este un proyecto que se une, digamos, a un proyecto que se imparte desde el propio centro capitalista. Porque no hay casualidad que el Plan Cóndor se desarrolla en todo el Cono Sur. ¿Y en beneficio de quién? En beneficio de la Globalización, que era como te la están imponiendo y yo creo que no había otra forma que esa.

“Cristina<sup>149</sup>” concorda com “Mateus” ao explicar que a repressão iniciada em 1976 na Argentina foi a manifestação do conflito, existente desde 1955, entre a classe operária (pró-socialista) e a classe burguesa (capitalista). Acrescenta que os métodos “sofisticados” de tortura e de interrogatório, adotados pelos militares argentinos, foram aprendidos com os militares franceses da guerra da Argélia e o extermínio, ou desaparecimento coletivo foram soluções criadas pela repressão argentina para impedir a vitória dos “inimigos”. Ela considera que a posterior colaboração dos Estados Unidos foi decisiva para a preparação da Inteligência argentina, para o futuro golpe que se delineava no horizonte.

Para mí siempre fue un problema de clase. Los intereses del sistema capitalista que basados en la ganancia.... Cuando en el año 1955 lo derrotan a Perón la clase trabajadora venía con muchas conquistas [...] además de un gobierno peronista, ya habían venido inmigrantes de Europa que traían en sí las luchas que habían tenido y sabían cómo hacer valer su trabajo. Pero en esa época tuvieron grandes reivindicaciones en las condiciones de trabajo, en el trabajo mismo, donde la gente se sentía digna. A partir de la derrota de Perón, septiembre de 55, el sistema, entiende que va a empezar una resistencia por parte de la gente, por parte de los trabajadores, que iba a significar luchas. Entonces empiezan a planificar esa represión sistematizada desde antes que aparecieran las organizaciones armadas. Y el objetivo no era derrotar a las organizaciones armadas, sino bajar el salario de la gente, de acuerdo con los intereses de los grandes monopolios internacionales y argentinos. Los capitales argentinos siempre fueron, por lo menos, socios de los capitales extranjeros. Entonces, había una intención por parte de todas las organizaciones que estaban en contra

<sup>149</sup> Entrevista (6) com a pesquisadora argentina “Cristina”, em 17 de junho de 2011, em Buenos Aires.

de los monopolios, y se expresaban por un país socialista. Una primera forma distinta de entender lo que era el socialismo, que no se llegó a transitar ese camino... Y ellos ya sabían que iba a pasar eso. Entonces trataban que la gente no se organice por presiones muy altas sobre coordinadoras de base, desde empresas, de fábricas, de barrios. Y todo eso lo trataron de resolver matando, desapareciendo. Entonces, el origen de la represión, de alguna manera, es esa. O sea, [...] coaprendizaje de lo que fue la guerra en Argelia, porque muchos franceses vinieron en Argentina. Esta el caso de Lopez Aufranc que fue uno de tantos que fueron a Francia, a Argelia y ahí, bueno, aprendieron a reprimir. [...] Entonces, la tortura era rápida para conseguir información rápida. Bueno los *yankees* se sumaron después y hacían los cursos con los franceses, así se fueron conformando, con base en la inteligencia. Porque ahí instrumentaron los organismos de inteligencia. Para justamente armar los interrogatorios mejor.

Para “Felipe<sup>150</sup>”, a repressão política na Argentina, a partir de 1976, teve suas origens na década de 60 e surgiu devido à

[...] necesidad de instaurar un régimen económico social al servicio de las transnacionales y de los sectores más concentrados de la economía. No tiene origen con el peronismo de los años 40, 50, ni por casualidad. De hecho, muchos de los perseguidos políticos se reivindicaban como peronistas. También había peronistas que cooperaban con la dictadura, como había radicales. Pero el tema es otro. El tema es que indudablemente, después de la ardua lucha contra la dictadura de 66, 73 que ya venía planteando un régimen de seguridad nacional... no fue un régimen de seguridad nacional para la seguridad nacional. Sino para que, los sectores hegemónicos no tuvieran la resistencia que tenían. Y durante toda esa época, especialmente, de 1968 con el Cordobazo, cada vez tendía más a izquierdizarse, aún desde el peronismo, la clase obrera. Entonces, la función de clase obrera, con estudiantado y con sectores culturales, o intelectuales o profesionales era explosiva para los intereses del imperialismo y de la pseudoburguesía argentina, que es dependiente.

Para “Vicente<sup>151</sup>”, a repressão política na Argentina foi também o resultado da reação da classe dominante, que ambicionava conter uma iminente revolução social, liderada pela classe operária e “subversiva”. Foi a resposta à crise político-econômica vivida pelo país, iniciada antes dos anos 1970, mas que eclodiu em 1976.

Fue un proceso de degradación creciente de la situación institucional argentina. Fue la reacción de la clase dominante frente a una creciente resistencia de sectores trabajadores, obreros, estudiantiles a medidas de tipo reaccionario. Y se expresó en un plan previsto, organizado, sistemático, para evitar lo que se temía que podría llegar a ser un estallido de matriz incluso revolucionaria y esa secuencia es la que determinó el golpe militar. Entonces, es una combinación de un deterioro de las condiciones

<sup>150</sup> Entrevista (5) com o advogado argentino “Felipe”, em 17 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>151</sup> Entrevista (1) com o jornalista argentino “Vicente”, em 10 de junho de 2011, em Buenos Aires.

institucionales del país a partir de que el sector dominante de la economía, el poder más concentrado de ese momento teme por sus inversiones y por sus mecanismos de explotación económica y política y social y trata de frustrar ese camino de luchas crecientes que venía la Argentina desde el año, por lo menos, 68, 69 [...].

Diante dos relatos acima, compreende-se que a repressão política na Argentina, instaurada em 24 de março de 1976, tinha origens antigas. A partir do golpe militar de setembro de 1955, que depôs o governo Juan Perón, o conflito entre a classe operária<sup>152</sup> e a burguesia<sup>153</sup> acirrou-se, deflagrando uma sucessão de outros golpes militares, até eclodir no terrorismo de Estado de 1976, que no transcurso dos anos foi internacionalizando a violência política, através da conexão repressiva da Operação Condor, cuja ditadura civil-militar argentina também integrou.

## 6.2 O exílio argentino

O número de exilados políticos argentinos é de difícil quantificação<sup>154</sup>. Há distorções dos registros migratórios, quando se comparam as comunidades de migrantes argentinos em cada país, onde eles passaram a viver (YANKELEVICH, 2010). As estatísticas dos departamentos de imigração desses países de destino não diferenciavam as motivações das migrações; somente era feito quando se tratava de asilados ou refugiados. Além disso, muitos argentinos possuíam dupla nacionalidade (da Espanha e da Itália<sup>155</sup>). Por isso,

[...] la tarea de delimitar cuantitativamente el universo de la emigración argentina entre 1974 y 1983 resulta particularmente difícil, tanto por el tipo de fuentes disponibles como por las dificultades que esas fuentes presentan para discriminar los motivos políticos dentro del universo general de la emigración (YANKELEVICH; JENSEN, 2007, p. 402).

<sup>152</sup> Influenciada pelos ideais do socialismo.

<sup>153</sup> Pressionada pelo capital estrangeiro e por atores como os Estados Unidos.

<sup>154</sup> Iniciado nos primeiros anos da década de 1970 e terminado no começo dos anos 1980.

<sup>155</sup> A dupla-nacionalidade foi um fator contribuinte e facilitador à entrada na Europa, muitas vezes, para passar de um destino europeu transitório até o destino final, ou o inverso. Quando os argentinos com dupla-nacionalidade chegavam como exilados no destino final eram registrados pela nacionalidade do país, e não pela nacionalidade argentina, pois não eram considerados imigrantes argentinos, mas sim italianos ou espanhóis, na maioria dos casos. E quando tinham a oportunidade de naturalizar-se no destino final, finalmente, não eram contabilizados como estrangeiros.

Além disso, entre 1977 a 1981, a *Dirección Nacional de Migraciones* (DNM)<sup>156</sup> não registrou o número de migrantes, o que torna árdua a tarefa de contabilizar o volume dos emigrantes argentinos, segundo Yankelevich e Jensen (2007).

A própria natureza do exílio dificulta sua quantificação:

[...] debido a que la persecución política determinó la salida del país o bien se logró una salida con la condición de turista. De este modo, aunque los registros oficiales no hubieran sufrido esta suspensión temporal, las estadísticas de emigración no ofrecerían la posibilidad de discriminar los casos de exilio político. Tampoco estos registros ofrecen la posibilidad de discriminar a los ciudadanos argentinos que salieron desde las cárceles al exilio haciendo uso de la “opción”<sup>157</sup> de permutar el arresto por la salida del país (YANKELEVICH e JENSEN, 2007, p. 402-3).

O registro do número de argentinos que retornaram ao país com a abertura da democracia foi feito por distintas agências. Na década de 80, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em parceria com o *Comité Intergubernamental para las Migraciones*<sup>158</sup> (CIM) criou programas de retorno, durante o primeiro ano do governo democrático de Raúl Alfonsín, quando contabilizou-se o retorno de 2.000 famílias argentinas, que haviam saído do país por razões políticas (YANKELEVICH e JENSEN, 2007).

A partir de 1984, especialistas no tema apontavam o retorno de meio milhão de cidadãos argentinos, como o mais provável. Segundo Yankelevich (2010, p. 25) os números “[...] *varían entre 400.000, un valor conjetural derivado del análisis de fuentes censales nacionales, y 300.000 a 500.000, magnitud elaborada con información proveniente de datos censales de los países receptores*”. Não existem, números confiáveis sobre o exílio argentino: “[...] *en Argentina suele aceptarse que fue alrededor del 1% de la población la que marchó como consecuencia de la violencia estatal y paraestatal*” (JENSEN, 2008, p. 146-147).

Os organismos ou redes de solidariedade internacional não financiaram, total ou parcialmente, a fuga da maioria dos argentinos. Esta migração não foi

<sup>156</sup> Organismo argentino responsável por todas as questões migratórias na Argentina (Cf. sítio cibernético institucional: <<http://www.migraciones.gov.ar/accesible/?institucional>>. Acesso em: 10 mar. 2012).

<sup>157</sup> A “opción” era oferecida pelo Executivo e propiciava unicamente duas escolhas: ou permanecer na cadeia, ou sair imediatamente da Argentina.

<sup>158</sup> Em 1980, o *Comité Intergubernamental para las Migraciones Europeas* (CIME) transformou-se no CIM, e mais tarde, em 1989, na atual Organização Internacional para as Migrações (OIM).



coordenada, nem financiada por organizações políticas, humanitárias nacionais ou internacionais, salvo em casos excepcionais, com os que recebiam refúgio em países estrangeiros. O abandono do país constitui-se numa emigração massiva e teve sua origem em decisões individuais, ou ações coletivas. Tratou-se de *“un fenómeno de carácter personal o familiar, preparado y decidido [...], que cristalizó en una salida permanente de perseguidos a lo largo de casi una década”* (YANKELEVICH, 2010, p. 24).

O número de asilados argentinos foi muito menor que o de exilados. Diferente do gigantesco número de exilados argentinos, o de asilados é praticamente irrelevante e restrito a casos particulares. Em outras palavras *“el número de asilados políticos es poco significativo teniendo en cuenta la cantidad total de los que salieron de Argentina por motivos políticos”* (LATTES e OTEIZA, 1987, p. 25 apud YANKELEVICH e JENSEN, 2007, p. 403). “Vicente<sup>159</sup>” confirma isso:

Nosotros estábamos en condición de exilados, no asilados. Prácticamente no hubo asilados argentinos. Asilados estuvieron, creo los que habían permanecido refugiados en la Embajada Mexicana en Buenos Aires... que tampoco sé si efectivamente ellos salieron en calidad de asilados, pero yo no sé si tenían la condición de asilados, que eran el ex presidente (*Héctor José*) Cámpora, la familia Vaca Narvaja, eran unas treinta personas.

### 6.3 A reconstituição do exílio

As informações obtidas através das entrevistas foram agrupadas em quatro eixos temáticos:

- a) *Eixo 1 – O pré-exílio.*
- b) *Eixo 2 – A decisão de emigrar.*
- c) *Eixo 3 – Destino e vida no novo país.*
- d) *Eixo 4 – O retorno à pátria.*

#### 6.3.1 *Eixo 1 – O pré-exílio*

O antecedente mais próximo da decisão de partir para o exílio político é a intensificação da repressão na sociedade argentina. O aumento da perseguição aos

---

<sup>159</sup> Entrevista 1, 10 de junho de 2011, Buenos Aires.

opositores do regime militar e o temor pelo futuro do país levou um grande número de pessoas a tornarem a difícil decisão de deixar o país, para salvar suas vidas.

Pesquisadores como Silvina Jensen afirmam que a emigração política na Argentina começou durante o governo democrático de Juan Domingo Perón, no seu terceiro mandato e continuou com a ascensão da vice-presidente María Estela Martínez de Perón, à Presidência argentina, após o falecimento do antecessor argentino:

El éxodo no comenzó el día del golpe. Fue en el marco de la violencia originada por el accionar de bandas parapoliciales y paramilitares que hicieron su aparición en los últimos meses del gobierno de Juan D. Perón y alcanzaron su clímax bajo la presidencia de su esposa María Estela Martínez, que el lento goteo de exilios comenzó a perfilarse (JENSEN, 2010, p. 18).

A violência política foi sendo implementada antes do golpe militar de 24 de março de 1976:

[...] la represión al movimiento popular había comenzado antes del golpe. De hecho, el último gobierno peronista no sólo había amparado a grupos de extrema derecha que eliminaban o amedrentaban a la oposición de izquierda, sino que en 1975 había habilitado la acción represiva de las FFAA en la llamada “guerra contra la subversión” (JENSEN, 2010, p. 44).

Para a Triple-A, criada durante o governo peronista do início da década de 70, bastava existir a suspeita de subversão para dar início à intimidação de uma pessoa. Muitos indivíduos, considerados “subversivos”, sentiram-se ameaçados. Caso exercesse alguma atividade suspeita de ser “subversiva”, ou mantivessem algum tipo de contato com pessoas ligadas aos movimentos de oposição, passavam a ser objeto de perseguição sistemática.

O jornalista “Vicente<sup>160</sup>”, hoje com 63 anos, era ativo militante sindical há uma década:

Empecé muy joven... Pertenecí en un grupo político que primero fue la *Juventud Socialista*. Después fue el *Partido Socialista Argentino*, así se denominaba, y luego en distintas fracciones a la izquierda de ese propio partido. O sea, es un partido que tuvo varios desplazamientos y yo siempre los fui a acariciar, desde joven. Yo empecé en la *Juventud Socialista* a los

---

<sup>160</sup> Entrevista 1, 10 de junho de 2011, em Buenos Aires.

15 (años)... Muy temprano. Yo tuve 11 años de militancia política y sindical antes de irme del país y después de vuelta desde el (19) 84 hasta ahora.

“Vicente” declaró possuir posições de esquerda desde sua juventude:

Yo tuve algunas convicciones políticas de izquierda siempre [...], desde muy joven. A los 14 años ya hacía actividades en el colegio secundario. A los 15 ya tenía actividad política. Así que fueron las convicciones [...]. No hay una explicación. Soy de una familia de clase media baja, no era una familia muy politizada, familia común, no tenía un perfil de demasiada politización. Tenía un hermano que [...] que era de la Juventud Comunista, con lo cual eso puede haber influido, pero yo nunca fui comunista, sino socialista. Eran convicciones que tenía desde joven. Yo creo que es bastante espontáneo. Porque hay mucha gente que llega a la política por la vía familiar, pero este no es el caso, salvo lo que te decía, la experiencia de mi hermano, que sí era un activista político. Así que no hay un fundamento más que en la sangre, efectivamente.

A história do advogado “Mateus<sup>161</sup>” é semelhante. Atualmente, com 65 anos, manteve contatos com grupos políticos, sendo que sua maior militância foi no campo político-sindical, pois lutava para contribuir com as mudanças sociais necessárias à sociedade argentina. Sentia-se ameaçado por sua militância, posição política e carreira profissional, mas não a abandonou nunca. Ele também considera que a repressão teve início muito antes do golpe de 76, precisamente, em 1974:

Yo sentí mucho más riesgo desde 1974 en adelante. Es decir, en marzo de 74 apareció la Triple-A. [...] Y el primer asesinato por la Triple-A fue Rodolfo Ortega Peña, que era abogado y amigo de (*Eduardo Luis*) Duhalde. Yo estaba en contacto con esa gente, en contacto sumamente estrecho, de alguna manera era un marco de referencia. Ambos dos fueron profesores míos en la Facultad de Derecho, donde di y rendí una de las últimas materias. A partir de ahí, digamos, el temor tenía mucho más asidero, no? Pero de cualquier manera seguí haciendo trabajos, seguí participando en las luchas sindicales, en la época de las coordinadoras que se formaron en 1975, donde se logró desplazar, que si bien no era el objetivo inmediato se logró desplazar al factor de la Triple-A que era López Rega. A partir de ahí hubo un mayor cuidado. En algunos momentos debí ser un poco gitano: cambiar de domicilio en función de lo que yo entendía que había que cuidarnos.

“Mateus<sup>162</sup>” descreve minuciosamente como ocorreu a perseguição, da qual foi vítima:

Empezó con todo un grupo. Yo trabajaba en el Diario Clarín. Ahí había una representación sindical de mucha fuerza. [...] Y desde julio de 1974, uno notaba que por ejemplo, te sentías seguido, vigilado. Porque cuando tú vas

<sup>161</sup> Entrevista 3, 15 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>162</sup> Idem.

en un medio de transporte y yo te veo a ti. Paso. Bajo de ese transporte. Me voy a otro, me voy a otro y en el tercero te vuelvo ver a vos. ¡Qué casualidad! Y después te veo a los dos o tres días. Entonces trato de vincular como es el seguimiento, porque no eras el único que podías seguirme. Tenías postas, de relevos. Ya por entonces yo ya no vivía con mis padres, que vivían a treinta kilómetros de la Capital Federal, en Morón, en los afuera digamos. Y en las afueras era más complicado. Yo tenía un pequeño cochecito. Y, bueno, llegué a comprobar que muchísimas veces me siguió un automóvil mucho trayecto, pero mucho. No era más una vueltita, no. Pegamos la ruta por acá y lo tenía. Me iba por allá y lo tenía. Me iba por allá y lo tenía. A partir de ahí, con la gente que más experiencia tenía, me indicaron que no tenía que hacer el mismo recorrido todos los días. Por ejemplo, me indicaron, digamos, en buscar guaridas. Como intentar, digamos, perderse, escaparse, de esa situación... Eso fue más patente desde julio de 1974.

“Diego<sup>163</sup>” e Cristina<sup>164</sup>, hoje com 66 e 65 anos, respectivamente, são outros dois exemplos de ativistas políticos. “Diego<sup>165</sup>” fez parte do Partido Comunista, mas como ele mesmo diz foi “*con poca militancia*”, que não ultrapassou dois anos. “Cristina<sup>166</sup>” participou das “*Fuerzas Armadas de Liberación*” durante, aproximadamente, seis anos, com o objetivo de defender a educação argentina, que sofria a intervenção militar desde o período da segunda metade dos anos 60, com o governo de Onganía.

“Rafael<sup>167</sup>”, professor argentino de 63 anos, iniciou o ativismo político de esquerda durante a adolescência, continuando mais tarde:

[...] me hice activista. En el año 67 fui elegido Secretario del Centro de Estudiantes, ahí empiezo a militar un poco más abiertamente muy poco tiempo. Después yo rompo con la Juventud Comunista, aunque sigo identificándome con el Marxismo, el Socialismo. Yo sigo militando y estudiando el '66, '67 y '68 que fueron años muy bravos. En el año 69 estoy muy cansado de todo esto. Un hecho muy importante para mí, fue que hubo una Asamblea en que hablo un chico que hace muchísimo tiempo no lo veía y él dice que le causaba un gran desprecio la gente que estaba ahí, que se dedicaban a hablar mucho y no hacían nada, que eran caprichosos de la pequeña burguesía, que si tenían un problema iban donde papá y mamá y pedían dinero y de esa forma no se iba a arreglar este país, sino que las soluciones están fuera de la universidad. Yo lo busqué a la salida y nos dimos cita un día viernes, a las 16h30 de la tarde, y me lleva a Vericia, es una ciudad satélite industrial, donde están los grandes frigoríficos porcinos que tenían 8000 obreros y montones de gente que vivía en los alrededores, era gente muy pobre y donde se industrializaba la carne, que era un punto importante y como era un punto de importancia nacional está ocupada por la Marina. Entonces me lleva a los barrios obreros y me dice “Esto es lo que

<sup>163</sup> Entrevista (4) com o pesquisador “Diego”, em 16 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>164</sup> Entrevista 6, 17 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>165</sup> Entrevista 4, 16 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>166</sup> Entrevista 6, 17 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>167</sup> Entrevista (7), com o professor “Rafael”, em 17 de outubro de 2011, em Estocolmo.

hay que modificar, no la universidad". Eso sonaba como música, fuimos a un café y me dijo: si vos queréis hacer algo debéis romper con tu familia económicamente y buscar trabajo en una fábrica y mudarte a un barrio obrero. Tenía 20 años y medio, era marzo, en una semana fui a buscar trabajo a la fábrica y conseguí entrar. Alcancé a estar 2 meses y vivo el Cordobazo, la primera insurrección obrera y me arrestó, me llevaron a la Marina, no encontraron antecedentes míos y después estuve trabajando en diferentes fábricas, fui dirigente de una fábrica muy importante en el año 71 que fue donde se hizo una huelga que fue una de las más largas de la historia de Argentina, con 89 días de huelga se llamaba Petroquímica Sudamericana, era la dictadura militar, la única huelga del país. Yo entro en contacto con el Franquismo por primera vez y la crítica y la lucha.

Outras pessoas não desempenhavam funções importantes em organizações políticas e mesmo assim corriam riscos. O fato de exercer sua profissão e, esta, não ser contrária aos (crescentes) grupos “subversivos”, era motivo de suspeita deste profissional. Esse foi o princípio do estado de insegurança e constante temor, vivido pela sociedade argentina. O advogado argentino “Felipe<sup>168</sup>”, atualmente com 80 anos, que não pertencia a nenhum grupo político, afirma:

Simplemente mi actividad era profesional. Profesional, pero solidaria. Es decir, profesional sin cobrar honorarios en apoyo a los perseguidos políticos. Y en algunos momentos, de algún perseguido político brasileño que vino clandestinamente a la Argentina y acá desapareció. Y que había pertenecido en ese momento a la Columna Prestes.

Razões de solidariedade e convicções políticas levaram “Felipe<sup>169</sup>” a ajudar perseguidos políticos, que eram seus clientes.

Evidentemente, una convicción política. El hecho de que no perteneciera a ningún grupo político no significa que no pensara en política y que no tuviera ideología política. Mi ideología siempre fue socialista. Socialista en serio, no como el Partido Socialista. Eso es lo que me llevó a comprometerme como muchos otros, no? Durante la dictadura del 66 al 73 y de la defensa de los presos políticos entre el 66 y el 73. Y ahí quedé marcado. Y ahí en ese momento fue cuando fui Secretario-General de la Asociación Gremial de Abogados [...]

Cidadãos sem vínculos políticos com movimentos de oposição, igualmente, foram vítimas da repressão, sendo presos pelo desaparecimento de algum conhecido, familiar, etc., o que provocava um sentimento de perigo constante.

<sup>168</sup> Entrevista 5, 17 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>169</sup> Idem.

A antropóloga “María<sup>170</sup>” relata que o seu círculo de amizades foi diminuindo e por isso amigos a aconselharam a deixar o país: “*Yo, la represión, no tuve... cada vez se iba deteniendo a más gente, a más gente, del entorno mío. Entonces el consejo de mis amigos, mis amigos pensantes, era que yo tenía que irme.*”

A militância política fazia parte de diversos setores da sociedade argentina e foi uma constante na vida de muitos argentinos, antes de emigrarem. Dos sete argentinos entrevistados, cinco desempenharam algum tipo de ativismo político ou estiveram vinculados à política de esquerda, o que os colocou na condição de suspeitos, segundo as normas estabelecidas desde o período do governo Perón e durante o regime civil-militar da Junta, em 1976. A militância política foi a causa de muitas perseguições e prisões, que obrigaram muitos argentinos a partir da Argentina, na condição de exilados políticos (Cf. Quadro 2).

Quadro 2 – Militância política dos entrevistados

Argentino entrevistado	Participou de algum grupo político
“Cristina”	Sim ( <i>Fuerzas Armadas de Liberación</i> )
“Diego”	Sim
“Felipe”	Não
“María”	Não
“Mateus”	Sim
“Rafael”	Sim
“Vicente”	Sim ( <i>Juventud Socialista, Partido Socialista Argentino, e outros</i> )

Fonte: elaborado pelo autor.

### 6.3.2 Eixo 2 – A decisão de emigrar

O abandono do país foi a única alternativa para fugir da repressão. Muitos argentinos, presos no último governo Perón, ou mesmo em liberdade, sofriam os efeitos diretos ou indiretos da perseguição. Isso levou-os a abandonar o país de forma legal, ou clandestinamente. Outros, durante o governo de Isabel Perón, saíram da prisão com a condição de deixar o país, após receberam o que ficou

<sup>170</sup> Entrevista (2), com a antropóloga “María”, em 13 de junho de 2011, em Buenos Aires.

conhecido como a *opción*, segundo “Rafael<sup>171</sup>”. Outros conseguiram ser liberados de centros de clandestinos de detenção com o compromisso de deixar o país imediatamente. Essas eram as modalidades nas quais conseguiam emigrar (YANKELEVICH, 2010).

“Vicente<sup>172</sup>” sentia-se, permanentemente, ameaçado pela repressão durante essa fase terrível, angustiante, na qual o número de desaparecidos e vítimas elevava-se, antes do golpe militar de 24 de março de 76. Ele conseguiu emigrar meses depois do golpe, em agosto do mesmo ano:

[...] Yo era integrante de una conducción del Sindicato de Periodistas de la Ciudad de Buenos Aires. Y varios de los compañeros nuestros, muy cercanos, ya empezaban a ser secuestrados, y finalmente son desaparecidos, obviamente. Entonces, en mi casa vivía un periodista, colega y amigo, que desapareció. En la empresa, que era una agencia de noticias italiana donde yo trabajaba desaparecieron tres. Entonces, era un clima que inexorablemente iba a ser depuesto. Un mes antes del golpe de Estado, la empresa donde yo era sindicalista que es el diario más importante de Argentina, que es el diario El Clarín, ahora que era enfrentado al gobierno, me despiden, por actividad sindical. Así estaban dadas todas las condiciones para que uno no quisiera quedar. El riesgo era evidente, era inexorable. Era seguro. Entonces el golpe de Estado fue en marzo del 76, y sólo logré estar hasta mediados de agosto de (19) 76. Ahí la situación ya era desesperante, porque ya había desaparecido mucha gente, muchos colegas, no tenía ningún sentido en quedarse. Por eso me fui. Con la idea de que se van los exiliados, de que es por unos dos meses, pero después pasan dos años.

As condições de insegurança, decorrentes do terrorismo do Estado argentino, eram tais que a única forma para manter-se vivo era exilar-se, conforme descreve “Vicente<sup>173</sup>”:

Era una situación desesperante. [...] extrema. Precisamente te digo [...] que yo ya no pude volver ni si quiere a mi casa. [...] Por actividad sindical nos habían despedido del empleo. Estábamos desocupados. La represión ya había secuestrado a varios del grupo nuestro, que era una conducción semi-clandestina del Sindicato de los Periodistas de Buenos Aires. [...] estaba sin empleo, con persecución, con desaparición de gente de mi grupo. No había ninguna posibilidad de tener un empleo y ya no teníamos tampoco casa, porque gente que vivía en mi casa había desaparecido. [...] Cuando alguien que vivía en una casa era tomado preso, desaparecido, ya nadie podía volver a esa casa. Entonces, llegó una situación en los primeros meses: el golpe fue el 24 de marzo. Había pasado abril, mayo, junio, julio, agosto. El 16 de agosto ya no tenía escapatoria. No tenía trabajo, no tenía casa, y corría peligro de vida y libertad.

<sup>171</sup> Entrevista 7, 17 de outubro de 2011, em Estocolmo.

<sup>172</sup> Entrevista 1, 10 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>173</sup> Idem.

“Felipe<sup>174</sup>” não sofreu intimidação direta, nem ameaças, mas sim seus colegas de profissão, o que imaginava que poderia acontecer-lhe:

[...] No, no me sentía amenazado. Yo recibía las amenazas como Secretario-General de la Gremial. Las tres A, es decir, la Alianza Anticomunista Argentina, [...] dejaba todas las noches, o todas las tardes, o todas las mañanas en la entrada del edificio de Oficina, [...] un sobre dirigido al señor Secretario de la Asociación Gremial de Abogados, doctor, [...] y adentro las condenas a muerte de los diferentes socios de la Gremial de Abogados. De hecho, en la Gremial de Abogados, llegamos a tener unos 200 y pocos socios, y tenemos 100 desaparecidos. Desaparecidos o muertos, sí? Así que, desde el 1966, ya también teníamos amenazas, pero esas amenazas eran oficiales, digamos así, no? Y después del 74, cuando se desata la actividad de las Tres A, de la Alianza Anticomunista Argentina, en ese momento sí, por supuesto, estábamos permanentemente... éramos cadáveres en uso de licencia.

“Mateus<sup>175</sup>” relata que a sensação de insegurança e medo, provocada pela perseguição coletiva, levou-o a emigrar em agosto de 76, quando já não havia mais condições profissionais e pessoais para permanecer em Buenos Aires:

Primero, Clarín nos despidió. Nos cesanteó a todo el activo sindical – 59 personas –, en principio el 02 de febrero de 1976. Un mes antes del golpe. Con el golpe todos los organismos oficiales, como Ministerio del Trabajo, una Delegación Regional, fue intervenida por militares. En el caso de la delegación de San Martín se hizo cargo un capitán de la Marina, que, este, también nos tenía ahí en la mira, como expiados. Hasta que en una oportunidad, en agosto de 1976, me dicen que existe sobre el escritorio, del capitán de Marina, un legajo, una carpeta referida a mi persona, que era del Servicio de Informaciones de la Marina. Esto fue el último día que trabajé en el Ministerio del Trabajo. [...] Me enfermé y busqué un poco, digamos, de asesoramiento de mis compañeros inmediatos (directos) de qué hacer. A esto se suma que el gremio de prensa al cual yo pertenecía y formaba parte de una conducción junto con Oscar González, de una conducción paralela, porque el gremio estaba intervenido, ante la desaparición de algunos compañeros, vimos que no nos quedaba demasiada alternativa de dónde meternos acá. Y eso, digamos, fue en una parte, lo que decidió nuestra salida. Pues salimos, tres o cuatro juntos. Y por otro lado asumiendo, digamos, un compromiso de llegar al exterior y comenzar a trabajar en la denuncia internacional.

“María<sup>176</sup>”, que não tinha mais nada que, realmente, a segurasse na Argentina, nem amigos, nem família, nem trabalho, tomou a difícil decisão de emigrar de seu país, no ano de 1977:

---

<sup>174</sup> Entrevista 5, 17 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>175</sup> Entrevista 3, 15 de junho de 2011, em Buenos Aires.



[...] todos mis amigos se habían partido. Entonces no quedaba otra solución más que irse. Pero, este, por otro lado era la muerte civil, porque ya no podría conseguir trabajo en ninguna parte. Yo la única vez que me fui y que pasó por mi cabeza de irme, fue en 76 y 77. Yo me fui en el mayo de 77.

“Diego<sup>177</sup>”, avisado por um amigo de que corria risco de vida se permanecesse na Argentina, decidiu deixar o país: *“A mí me avisó un amigo, que tenía contacto con los militares, que tenía que irme urgente del país. Que me daban unos días para irme. Y como teníamos casa, hijos, yo me fui primero. Y, 15, 20 días, un poco más, se fue mi mujer”*.

O caso de “Cristina<sup>178</sup>” foi diferente. Seu protagonismo político fez com que fosse presa em 1971<sup>179</sup>, enquanto lutava em defesa da educação. Nessa época, a repressão era sistemática e executada pelos aparelhos do terrorismo do Estado argentino:

Estuve desde fines de junio del 71 al 25 de marzo del 73, bajo la dictadura de Lanusse [...]. Y cuando estaba presa, que estuve en La Plata, en Rawson y en Devoto. En Rawson se dio la fuga de Trelew, la matanza. O sea que el proceso no fue todo. Digamos que hubo que la cárcel era diferente, la matanza se daba, la represión era algo sistemático, o sea, lo que yo pienso y creo [...] es que hay una línea que recorre varios años anteriores y en donde se ve que estaba sistematizada la represión, una línea de terrorismo de Estado.

Em 1973, “Cristina<sup>180</sup>” foi libertada e, a partir de 1975, passou para a clandestinidade, a solução encontrada para conseguir sobreviver e permanecer na Argentina. Continuou militando até quanto pôde. Os seus antecedentes políticos e “criminais” a comprometiam com a “subversão” e podia estar na mira da Triple-A e dos demais órgãos de repressão. Permaneceu três anos nessa condição, até que em 1978 emigrou, dado o agravamento da repressão e das muitas perdas pessoais:

Yo acá vivía clandestina. A partir del 75, cuando ellos matan a mi marido, y un poco antes también porque ya estaba cambiando... Después que muere Perón, los militares y los parapoliciales empiezan a actuar y todos los que

<sup>176</sup> Entrevista 2, 13 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>177</sup> Entrevista 4, 16 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>178</sup> Entrevista 5, 17 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>179</sup> Em junho de 1971 a Argentina passou a ser presidida pelo governo militar *de facto* de Alejandro Agustín Lanusse Gelly até o final dessa ditadura, em 1973. Lanusse foi o sucessor do Gral. Onganía, que havia iniciado o período “*Revolución Argentina*”, em junho de 1966.

<sup>180</sup> Entrevista 5, 17 de junho de 2011, em Buenos Aires.

teníamos antecedentes estábamos con problemas. Pero, ya era común que uno se cambiara de casa cada seis meses. Entonces viví 3 años como clandestina, militando. Militando. Yo no me quería ir. Pero estaba cada vez peor la situación y ahí me tuve que ir. Porque me estaban buscando. Me enteré que habían ido a direcciones en donde yo estuve viviendo y que me estaban buscando. Y partí con mi hijo. Mis padres estuvieron presos, fue en el 71, los fueron a detener y estuvieron un par de días detenidos.

No início dos anos 70, “Rafael<sup>181</sup>” foi dispensado pela fábrica Petroquímica Sudamericana, na qual havia participado de manifestações grevistas, durante quase 90 dias. Seu nome passou a constar na lista de perseguidos políticos das forças repressivas argentinas em 1973. Mais tarde, sua primeira esposa passou a ser ameaçada de morte, dado o seu ativismo sindical. O seguinte depoimento evidencia que não havia alternativa, a não ser sair da Argentina.

Tenía 20 años y medio. Era marzo. En una semana fui a buscar trabajo a la fábrica y conseguí entrar. Alcancé a estar 2 meses y vivo el Cordobazo – la primera insurrección obrera – me arrestó. Me llevaron a la Marina. No encontraron antecedentes míos. Después estuve trabajando en diferentes fábricas. Fui dirigente de una fábrica muy importante en el año 71, que fue donde se hizo una huelga que fue una de las más largas de la historia de Argentina – con 89 días de huelga – se llamaba Petroquímica Sudamericana. Era la dictadura militar, la única huelga del país. Yo entro en contacto con el Franquismo por primera vez y la crítica y la lucha. Yo me caso con una chica que estudiaba medicina y deja medicina y es dirigente metalúrgica y llega la democracia de Perón en el 73. En ese periodo, me echan de la última fábrica, la de la huelga de 89 días y ya estoy en la lista negra y ya no puedo trabajar en ninguna otra fábrica, entonces me vuelvo a la universidad y empiezo a trabajar en contaduría, contabilidad, economía y empiezo a trabajar en una fundación muy grande, de un capitalista muy grande que se llama David Gravi que fue raptado por los Montoneros... empieza un periodo muy fuerte en la democracia 74-75. Yo estoy de incógnito tratando de sindicalizar fábricas desde afuera, mi mujer seguía dirigente en fábrica y con amenazas de muerte sino dejaba la fábrica... En el 76 un semana antes del golpe, yo veo que el golpe viene, pero el partido comunista obrero estaba loco, decían no va haber golpe... [...] Estuve prácticamente 4 años en la cárcel, del 76 hasta enero del 80 [...].

“Rafael<sup>182</sup>” não conseguiu fugir. Foi preso e mantido em prisão, durante praticamente quatro anos (de 1976 até janeiro de 1980), sendo que “*antes de caer preso, vivía escondido, yo no era legal*”. Na cadeia foi “[...] *torturado muchas veces, estuve 3 meses en un campo de concentración como desaparecido, ahí fui torturado, después pasé a la cárcel, fui torturado también psicológicamente con psicólogos preparados para quebrarnos*”, prova da colaboração de profissionais civis

<sup>181</sup> Entrevista 7, 17 de outubro de 2011, em Estocolmo.

<sup>182</sup> Idem.

com a repressão na Argentina. Exclama: “*Yo no me exilié, me exiliaron. Me fueron*”. Em 1978, próximo dos trinta anos, a Junta Militar lhe ofereceu a “*opción*”, e ele optou por abandonar imediatamente a Argentina. Tentou ir para os Estados Unidos, Alemanha e Holanda, mas todos recusaram o seu pedido de entrada “[...] *porque los militares dijeron que yo era comunista, pero Suecia me aceptó*”.

As motivações que determinaram o momento e levaram à decisão de emigrar, foram diversas. Constata-se isso através dos depoimentos: o terror iminente durante o período 1966-75 e pelos militares a partir de 1976, o caos social, as privações profissionais, as perdas pessoais e muitas outras circunstâncias fizeram parte do cotidiano de muitas famílias argentinas. Elas foram determinantes na decisão de emigrar, como ocorreu com os entrevistados (Cf. Quadro 3).

Quadro 3 – Motivações para a decisão de exilar-se

Argentino entrevistado	Razão para partida
“Cristina”	Perseguição política declarada, perdas pessoais, clandestinidade
“Diego”	Perseguição política declarada
“Felipe”	Temor de ser atingido pela violência da repressão
“María”	Conselho de amigos e temor do terrorismo vivido no país
“Mateus”	Perseguição política declarada
“Rafael”	No cárcere recebeu a <i>Opción</i>
“Vicente”	Temor de ser atingido pela violência da repressão

Fonte: elaborado pelo autor.

### 6.3.3 Eixo 3 – Destino e vida no exterior

Onde esses migrantes buscaram exilar-se? Os argentinos, em geral, não emigraram diretamente para o país de destino final. Muitas vezes, eles passaram por

diversos países até chegarem no qual estabelecer-se-iam, onde poderiam recomeçar suas vidas. Dessa forma, o exílio argentino constituiu-se numa autêntica diáspora argentina.

Os cidadãos argentinos se espalharam por vários pontos do mundo. No continente latino-americano os destinos mais frequentes foram:

- a) México – principal direção do exílio argentino.
- b) Estados Unidos – segundo Martínez, E. (2009), este país acolheu um menor número de argentinos.
- c) Brasil<sup>183</sup>, Cuba, Peru, Chile e Venezuela – muitas vezes, foram destinos transitórios ou intermediários até o destino final. Alguns desses países foram também destinos finais de argentinos, principalmente, dada a proximidade regional.

No continente europeu destacaram-se:

- a) Espanha – o maior país do exílio argentino e de outros latino-americanos, dado o elevado número de exilados que fixaram residência em seu território e na comunidade autônoma da Catalunha (Barcelona)<sup>184</sup>.
- b) Bélgica, França, Holanda, Itália<sup>185</sup>, Suécia<sup>186</sup> e Suíça<sup>187</sup> acolheram menores levas de argentinos (MARTÍNEZ, E., 2009; YANKELEVICH, 2010);

---

<sup>183</sup> No ato do golpe militar argentino, deflagrado em março de 1976, o Brasil já tinha um governo militar, iniciado em 1964, circunstância que fez com que milhares de brasileiros tivessem que exilar-se também. Em 1976, acreditava-se que o perigo iminente e a violência política abusiva da ditadura brasileira havia passado (entre 1970-1974). Isso tornava o Brasil um destino de transição para o exterior, isto é, um lugar de passagem até conseguir viajar para o exílio em algum país europeu ou latino-americano. Porém, para outros argentinos, o Brasil poderia ser um destino para fincar raízes e recomeçar suas vidas. Os motivos eram vários: a localização geográfica e a proximidade com a Argentina tornariam a viagem menos custosa; a extensão geográfica; e a não exigência de passaporte (a carteira de identidade era suficiente) diminuía a burocracia de quem necessitava sair às pressas. Segundo Quadrat (2007), essas circunstâncias fizeram com que muitos argentinos se escondessem nesse país, bem como, uma maioria de jovens argentinos pobres, entre seus 18 e 19 anos, integrantes da Juventude Peronista.

<sup>184</sup> O censo populacional espanhol de 1970 contabilizou a primeira cifra total de argentinos no território do país. O número global de argentinos encontrados chegou a 7.784. Nessa época, no caso da Catalunha, era impossível precisar um valor do total de argentinos, pois os estrangeiros não apareciam discriminados pela nacionalidade de origem nessa comunidade autônoma. No entanto, isso mudou com o censo populacional espanhol de 1981. A partir dessa pesquisa, a Catalunha registrou o número de 2.976 argentinos. Isso significa que no início dos anos 80 eles representavam 8,6% do total de estrangeiros nessa região autônoma e 92,5% do total de sul-americanos (ou 2.753 de argentinos) na cidade de Barcelona (YANKELEVICH e JENSEN, 2007).

<sup>185</sup> Recentemente, descobriu-se a colaboração do ex-diplomata italiano Enrico Calamai, que trabalhou no Consulado da Itália, em Buenos Aires, durante os anos 70, com os exilados argentinos. Calamai

No Oriente Médio, houve uma menor quantidade de argentinos, os que emigraram para Israel<sup>188</sup>.

Dentre o grupo de entrevistados, três se exilaram no México, um na Venezuela, outro na Espanha, um na Holanda e outro na Suécia.

O jornalista “Vicente<sup>189</sup>” e os advogados entrevistados, “Mateus<sup>190</sup>” e “Felipe<sup>191</sup>”, exilaram-se no México.

A República Mexicana foi um destino importante para os exilados argentinos (e de outras nacionalidades<sup>192</sup>). Até essa época, a população de argentinos no México era relativamente pequena, mas, após 1976, houve um crescimento da comunidade argentina, que estendeu-se até os anos 80<sup>193</sup>.

A escolha dos destinos pelos exilados, muitas vezes, estava condicionada à presença de algum familiar ou conhecido no país de destino, ou pela semelhança cultural e de idioma. Na Espanha e no México criaram-se as principais comunidades de argentinos, nesta exata ordem, devido à familiaridade linguística e mesmo cultural (ARGENTINA, 2010a). A semelhança de idiomas geralmente facilitava a adaptação, a realização de estudos de nível superior, a obtenção de empregos, o desenvolvimento de relacionamentos ou vínculos com cidadãos do país.

“Vicente<sup>194</sup>”, partiu para o México ao ser convidado por amigos argentinos exilados, que já viviam nesse país, para participar de um evento profissional na

auxiliou, aproximadamente, 400 ítalo-argentinos a fugirem com vida da Argentina, em direção à Itália. Além disso, na mesma entrevista, concedida ao repórter do jornal *Página/12*, também revelou a aproximação entre o Vaticano, representado pelo Papa João Paulo II, a partir de 1978, e o regime do Gral. Jorge Videla (PIGNOTTI, 2012).

<sup>186</sup> A Suécia foi o destino de uma quantidade substancial de exilados latino-americanos. A partir da década de 70, mais de 20.000 chilenos exilaram-se no território sueco, sendo este então, intitulado como a maior comunidade de chilenos na Europa (Cf. PADILLA, 2008, 2011). O total de indivíduos da comunidade de chilenos é seguido pelo da comunidade de colombianos (4.670), de uruguaios (2.447) e de argentinos (2.433), além de outros grupos de latino-americanos com expressividade populacional (Cf. LEIVA, 2002?).

<sup>187</sup> O trabalho de Ferrari (2005) comenta o exemplo de alguns argentinos exilados na Suíça.

<sup>188</sup> Segundo o trabalho de Davidi (2009), entre os anos 1973 e 1978, chegaram a Israel entre 450 e 500 argentinos, chilenos e uruguaios. Na Argentina, a *Delegación de Asociaciones Israelitas de Argentina* (DAIA), registrou aproximadamente 1300 judeus que desapareceram durante o regime militar.

<sup>189</sup> Entrevista 1, 10 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>190</sup> Entrevista 3, 15 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>191</sup> Entrevista 5, 17 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>192</sup> Além de argentinos havia diferentes quantidades de brasileiros, uruguaios, chilenos, haitianos, paraguaios, guatemaltecos, salvadorenhos, nicaraguenses na mesma condição de exilados.

<sup>193</sup> Segundo Yankelevich (2010, p. 26-27) o crescimento da comunidade de exilados argentinos no México merece atenção especial, pois é um “país donde, [...] la participación de extranjeros en el total de la población es muy reducida”. Cf. ANEXO O.

<sup>194</sup> Entrevista 1, 10 de junho de 2011, em Buenos Aires.

Finlândia. Neste evento tornou-se pioneiro na denúncia internacional da situação dos direitos humanos e dos crimes que estavam ocorrendo na Argentina. No final do Congresso tomou a decisão de exilar-se no México:

Recibí una invitación para irme a un Congreso Internacional de Periodistas que se hacía en Finlandia, pero que se tramitaba a través de unos colegas que ya estaban en México exiliados de antes. Y ellos me mandan la invitación para mí y para otro compañero del mismo gremio, que no logra ir porque lo desaparecen. Yo logré llegar. Entonces, pude salir primero a Mendoza, después a Chile, después a Perú, después a México, después hasta La Habana, después hasta Moscú y después a Finlandia, al Congreso. Yo hago la primera denuncia internacional, que haya registro por lo menos, de la situación de los derechos humanos de los periodistas en la Argentina. Yo hago mi curso en el congreso este de Finlandia en el mes de septiembre de 1976. Y ahí denuncio las desapariciones, los secuestros de periodistas. Yo ya no podía volver. Entonces, tengo que elegir entre tres opciones de vías personales para ir. O en México, o España o Venezuela. Pero por qué? Porque en estos tres lugares ya habían exiliados, conocidos míos, periodistas. Yo elijo México. Una elección que no tiene mucha explicación. Yo soy hijo de españoles, mis padres eran españoles, pero no elijo España. Tampoco Venezuela. Bueno, fue una decisión que no tiene mucha explicación. Yo vuelvo a México en octubre de 1976. Ya en el mes de octubre del 76 había una pequeña comunidad de argentinos exiliados en México [...].

O advogado “Mateus<sup>195</sup>” comenta sua saída da Argentina e o motivo de seu estabelecimento no México:

[...] Me enfermé y busqué un poco de asesoramiento de mis compañeros inmediatos (directos) de qué hacer. A esto se suma que el gremio de prensa al cual yo pertenecía y formaba parte de una conducción junto con un compañero, de una conducción paralela, porque el gremio estaba intervenido, ante la desaparición de algunos compañeros, vimos que no nos quedaba demasiada alternativa de donde meternos acá. Y eso, digamos, fue en una parte, lo que decidió nuestra salida. Pues salimos, tres o cuatro juntos. Y por otro lado asumiendo, digamos, un compromiso de llegar al exterior y comenzar a trabajar en la denuncia internacional. Ahora, nosotros también salíamos con una información de concurrir a un congreso de periodistas, donde se criaba la Federación Latinoamericana de Periodistas. [...] Y bueno, participamos ahí en México y después nos tuvimos que irnos ubicando en la realidad que era un exilio largo y que tenía que vivir.

“Felipe<sup>196</sup>” relata sua decisão de exilar-se no México. Destaca as dificuldades para deixar o país sem ser descoberto pelas autoridades migratórias, que, certamente, o entregariam às autoridades militares.

<sup>195</sup> Entrevista 3, 15 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>196</sup> Entrevista 5, 17 de junho de 2011, em Buenos Aires.

Cuando se produce el Golpe Militar de 1976, con los que quedábamos vivos en la Argentina, entre otros, con el doctor (Eduardo Luis) Duhalde, Secretario de Derechos Humanos, fundamos en la Argentina, el 23 de abril de 1976, la *Comisión Argentina de Derechos Humanos* (CADHU) para tener una personería que nos permitiera denunciar los crímenes de la dictadura. Inmediatamente, por vías que nosotros sabíamos cuáles eran las que teníamos que emplear. Clandestinas siempre. Tomamos contacto con la vicaría de solidaridad, por supuesto, con (*Dom Evaristo*) Arns, con Europa – la Comisión Internacional de Juristas, en fin, con todos los organismos que podían respaldarnos y empezamos a denunciar todos los hechos: la persecución a los obreros, la persecución a los intelectuales, etc. Pero se fue cerrando el círculo y, en mayo de 76, secuestraron y desaparecieron a dos de los fundadores con nosotros, de la CADHU. Y por casualidad no caímos todos, porque cambiamos el lugar de cita. [...] Hicimos todo lo posible para tratar de tener noticias de ellos. No las tuvimos, estoy hablando de los doctores Mario Ángel Hernández y Roberto Sinégavia. Y después de organizar a todo un conjunto de argentinos que se quedaban en Argentina, que decidieron quedarse a conciencia de que podían matarlos, no mataron a todos, dejamos una base acá para estar alimentados de la realidad argentina en el exilio. Y una parte de nosotros, todos pasamos por Brasil. Una parte de nosotros se fue a Europa y yo me fue a México, porque se entendió que era necesario también tener una base en América Latina. Y en México había una gran cantidad de exiliados, más o menos, unos 8 mil. Lo cual nos permitía tener algún tipo de sustento propio. [...] Y allí nos nucleamos. Y desde allí yo establecí la sede de México de la Comisión Argentina de Derechos Humanos (CADHU) [...]. Eso fue a partir de agosto de 76. En el camino yo entré con mi hermoso documento falso a Brasil. Pero, yo, como en 75, había viajado a Europa, con mi documento verdadero, a esa época, para hacer denuncias contra el gobierno argentino, y volví por vía de Brasil, pero volví por Foz de Iguazú, sin mostrar al salir de Brasil mi pasaporte, con lo cual aparentemente yo me había quedado en Brasil desde 1975, desde febrero de 75 hasta noviembre de 75. Entonces, con eso, gracias al apoyo y el auxilio de un miembro de la Comisión Internacional de Juristas, brasileño, doctor Heleno Cláudio Fragoso que tenía sus oficinas en Rio de Janeiro – yo lo conocía porque se había venido a Buenos Aires a hacer un informe sobre la situación en Argentina – este, lo fue ver a él y le entregué mi pasaporte ya falsificado, pero con la entrada brasileña. Entonces, él me hizo expulsar. Pago la multa él y me devolvió el pasaporte con “cinco días tienes que irse del país”. Al día siguiente ya me fui. Es decir, con eso me fui al consulado mexicano, saqué la visa de turista y me fui al Aeropuerto Galeão, mostré ahí, y dice *bye, bye* y partí raudamente. Con 300 dólares en el bolsillo, que alcanzaba para dormir 3 días, más o menos. Esa es la historia [...].

A antropóloga “María<sup>197</sup>” emigrou para a Venezuela em maio de 1977, onde sentiu-se acolhida pelo povo venezuelano, muito afável e bondoso. Isso favoreceu sua integração nessa sociedade. Na mesma época, a Venezuela buscava estimular diferentes áreas profissionais e, para isso, necessitaria de mão-de-obra qualificada, como ela. Essa circunstância favoreceu encontrar um emprego, dada sua ampla experiência como matemática:

---

<sup>197</sup> Entrevista 2, 13 de junho de 2011, em Buenos Aires.

Del 77 al 83 estuve en Venezuela. Y ahí, afortunadamente, pude actuar tanto en Matemática, como en el tema que yo me había estado ocupando acá, en la Argentina, que era seguro de salud; que en Venezuela estaba poco desarrollado, estaba siempre a imagen y semejanza de E.E.U.U. [...] Los venezolanos en general son afables, pero acá eran particularmente afables, porque yo no tenía familia. Venezuela estaba muy ávida y muy necesitada de gente muy calificada, y entonces abrió sus puertas. Y yo trabajé en la Fundación Ayacucho, donde existía un sistema de becas impresionante. Y después trabajé en los temas de salud que era lo que ya conocía. Y entonces yo les diseñé varios sistemas, inclusive con compañías de seguro. (*El exilio*) Era muy fácil por los propios venezolanos. Bueno, supongo que no dependía de mí. Los venezolanos me ayudaban mucho a sentirme muy protegida, muy, muy... a hacer parte de la sociedad, aunque... yo era como soy ahora, no cambié mucho...

O pesquisador “Diego<sup>198</sup>” partiu para a Espanha, em 1976, às pressas ao ser avisado de que deveria abandonar, urgentemente, a Argentina. Com 31 anos de idade, emigrou sozinho, mas poucos dias depois chegaram sua esposa e filhos. Inicialmente enfrentou muitas dificuldades, pois possuía poucos contatos e recursos financeiros limitados. Ao conseguir emprego como jornalista científico sua situação começou a melhorar. Mais tarde trabalhou como jornalista, chegando a atuar na *Radio Nacional da España*.

[...] Y como teníamos casa, hijos, yo me fui primero. Y, 15, 20 días, un poco más, se fue mi mujer. Llegué sin dinero y con algunos conocidos y nada más. Algunos contactos. Y lo primero que conseguí fue como periodista científico. Periodista en Ciencia y Tecnología. Trabajé en una revista del *Instituto de Cultura Hispánica*, así se llamaba entonces. Y trabajé en la Radio Nacional de España. Y después trabajé en periódicos, escribiendo textos sobre ciencia, y eso. Al principio tuve dificultades. Pero la verdad es que me arreglé muy rápido, muy bien.

Com 28 anos de idade, a pesquisadora “Cristina<sup>199</sup>” abandonou La Plata em meados de 1978 em direção, temporária, à cidade do Rio de Janeiro. Através do auxílio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), após três meses, chegou à Holanda, na condição de exilada.

Partí el 78. Fui a Brasil. Crucé la frontera por Iguazú. Entré con documentación falsa y fui a Cáritas. Teníamos el dato de que en Cáritas, en Rio (de Janeiro), estaba la oficina de la ACNUR. Y fuimos allí. Hicimos un relato, que nos pedían, de por qué estábamos yéndonos del país y perseguidos por qué. Y ahí nos dieron, después de tres meses, exilio en Holanda. [...] Los argentinos en Holanda, éramos alrededor de 300 con niños incluidos. Estaba Ruy Prino el Alto Comisionado de Naciones Unidas,

<sup>198</sup> Entrevista 4, 16 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>199</sup> Entrevista 6, 17 de junho de 2011, em Buenos Aires.



en Rio de Janeiro. En Holanda, nosotros, con mis compañeros, yo fui con mi hijo, participábamos de una estancia de solidaridad, por Argentina, que es una entidad política. No, nunca tuvimos allí ningún problema. Problema lo teníamos acá [...].

“Rafael<sup>200</sup>” viveu algumas experiências semelhantes às de “Cristina”. Viveu na clandestinidade, ou seja, o exílio interno, até ser preso pelas forças repressivas do regime civil-militar argentino. No cárcere, após algum tempo, não conseguiu-se provar que era culpado e a Junta Militar concedeu-lhe a “*opción*”. Com isso, “Rafael” optou por emigrar em 1978, da cidade argentina de La Plata, em direção ao exílio na Suécia, após ter sido aceito pelo governo sueco.

Dentre todos os entrevistados, “Cristina<sup>201</sup>” e “Rafael<sup>202</sup>” vivenciaram uma experiência comum à época: o exílio interno (ou *encilio*, em espanhol)<sup>203</sup>, ou seja, a permanência do cidadão no país natal, que tenta sobreviver, geralmente, de forma clandestina, para não cair nas malhas da repressão.

Muitos perseguidos optaram por permanecer na Argentina e tiveram que suportar viver num clima de terror e de insegurança. Outros muitos viveram escondidos, esquivando-se dos “caçadores de subversivos”, a serviço da ditadura (cf. Quadro 4).

Quadro 4 – *Encilio* e Exílio

Argentino entrevistado	Viveu o exílio interno?	País de Exílio
“Cristina”	Sim, em La Plata	Holanda
“Diego”	Não	Espanha
“Felipe”	Não	México
“María”	Não	Venezuela
“Mateus”	Não	México

<sup>200</sup> Entrevista 7, 17 de outubro de 2011, em Estocolmo.

<sup>201</sup> Entrevista 6, 17 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>202</sup> Entrevista 7, 17 de outubro de 2011, em Estocolmo.

<sup>203</sup> A condição do *encilio* surge quando o indivíduo não consegue abandonar seu país, por múltiplas razões, como recursos financeiros; pois deixar um país requere ao menos alguma soma de dinheiro para custear gastos como transporte e alimento. Outros decidem “*encilarse*” por escolha própria. Segundo a política argentina, Delia Bisutti: “*Siempre se habla del exilio externo, pero los que nos quedamos, porque no pudimos irnos o porque no quisimos, acareamos un exilio interno muy duro de sobrellevar*” (SION, 2010).

“Rafael”	Sim, em La Plata	Suécia
“Vicente”	Não	México

Fonte: elaborado pelo autor.

Nesses relatos, expressam-se sentimentos variados, mas todos revelam o quão difícil era permanecer em solo argentino durante esses anos. A tristeza das perdas humanas, emocionais, financeiras e o desejo de preservar suas vidas e de seus familiares e amigos, eram sentimentos encontrados, que tornavam a partida para o exílio uma decisão dramática e de extrema valentia.

#### 6.3.4 Eixo 4 – O retorno à pátria

A Argentina iniciou o processo de transição à democracia ao final dos anos 70. Para tanto, foram importantes as pressões dos organismos internacionais de defesa dos direitos humanos, da opinião pública internacional e o apoio de diversos Estados democráticos e o gradual enfraquecimento da ditadura militar. O fracasso na Guerra das Malvinas<sup>204</sup> precipitou o processo de redemocratização com a queda da Terceira Junta Militar.

No segundo semestre de 1983, a Junta Militar convocou eleições nacionais para 30 de outubro, quando foi eleito o Presidente Raúl Ricardo Alfonsín<sup>205</sup>, assumindo a presidência em 10 de dezembro do mesmo ano.

O dia 10/12/83 foi uma data emblemática para a Argentina, não somente pela vitória de Alfonsín nas eleições, mas, principalmente, porque representou o término oficial do exílio argentino e o fim do regime civil-militar, iniciado em 1976 (JENSEN, 2008).

Com a reabertura política, muitos exilados argentinos voltaram imediatamente. “Diego<sup>206</sup>” havia vivido na Espanha, durante oito anos e retornou definitivamente em 1984. No entanto, viajou primeiro brevemente em 1980, à Argentina, “para ver como tudo estava” e, novamente, em 1983, para as eleições nacionais. Seu regresso à Argentina foi difícil e cheio de dúvidas, pois a sociedade era diferente daquela em que haviam vivido antes do exílio:

<sup>204</sup> As tropas militares inglesas e argentinas enfrentaram-se entre 2 de abril e 14 de junho de 1982, resultando na derrota dos militares argentinos.

<sup>205</sup> Representante do partido *Unión Cívica Radical*.

<sup>206</sup> Entrevista 4, 16 de junho de 2011, em Buenos Aires.

Yo no volví a la Argentina hasta 1980. En 1980, hice un viaje, para ver cómo estaba todo. Y después decidimos quedarnos a vivir en España. Y cuando la Guerra de Malvinas, pensamos que la información que venía de España era distinta de la que tenía la gente de acá. Pensamos inmediatamente que Argentina iba a perder esa guerra y que seguramente eso terminaría con los militares. Y entonces pensamos que probablemente habíamos tomado una mala decisión. Pero no se había mucho para allá. Todavía, un año y pico más, cuando presentó Alfonsín yo vine en 83. Yo vine en 83 a votar. Y voté a Alfonsín. Y en 84 ya estaban muy alborotados y quisimos volver. Yo no me volví (inmediatamente) porque, para mayor, tenía hijos y... [...] No podía llevar a mi familia, ir y venir. Pero yo me sentí muy mal cuando volví. No me gustó nada. Tardé más de dos años a acostumbrarme de vuelta. Me arrepentí mucho de vuelto. Ahora ya me acostumbré.

Para muitos exilados, o reencontro com a Argentina foi emocionante, mas ainda com muitos temores. Um grande número de argentinos havia desaparecido ou estava morto. Essa dura realidade provocava uma mescla de tristeza, de dissabores e saudades dos tempos prévios ao exílio, como lamenta “Cristina<sup>207</sup>”: “[...] *tenía tristeza porque había mucha gente que ya no estaba. Que estaba muerta*”.

Junto a sua esposa, “Mateus<sup>208</sup>” voltou à Argentina no final do ano de 1983, logo após a eleição de Alfonsín. O casal retornou como visitantes para analisar a situação do país, pois desejavam avaliar se seria viável reestabelecer seus vínculos na terra natal. Mais tarde, tomaram a decisão de regressar definitivamente e pôr fim aos longos nove anos de exílio no México:

...Yo vuelvo en abril de 85. Pero desde de la democracia yo llegué a Buenos Aires, de visita, el día siguiente instaurado el gobierno de Alfonsín. Con contacto familiar, me había casado en México con una argentina, teníamos un hijo. Bueno, venimos a ver que hacíamos del proyecto personal. Y resolvimos regresar [...].

“María<sup>209</sup>”, depois de cinco anos de exílio na Venezuela, regressou em 1983, após o retorno à democracia e de receber uma oferta de trabalho.

En [...] 83 volví porque me ofrecieron un contrato en un banco. Bueno, un banco no era lo más apropiado para mí, y luego entré de asesora del Ministro de Ciencia y Tecnología, y ahí fue subsecretaria de Ciencia y Tecnología. El 10 de diciembre de 83 asumieron los funcionarios de gobierno de Alfonsín. Entonces, yo estuve todo el período de Alfonsín, yo estuve en la secretaria de Ciencia y Tecnología como subsecretaria.

<sup>207</sup> Entrevista 6, 17 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>208</sup> Entrevista 3, 15 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>209</sup> Entrevista 2, 13 de junho de 2011, em Buenos Aires.

Contudo, retornar não era simplesmente fazer as malas e voltar ao país natal. Foi um processo complexo, custoso e fatigante. O exílio havia dado a oportunidade para que os exilados reorganizassem suas vidas. Muitos constituíram ou ampliaram os membros de suas famílias; desenvolveram suas carreiras e criaram novas relações sociais. Isso tornava o fato de voltar, imediatamente, doloroso e praticamente impossível. Muitos demoraram longo período de tempo para “se desenraizar” do exílio.

“Vicente<sup>210</sup>”, após oito anos de exílio no México voltou para o seu país natal. O regresso definitivo demandou-lhe um esforço de um mês e alguns dias, até organizar tudo. Como não formou família no exílio, como uma grande parte dos exilados fez, o caso de “Vicente” foi uma exceção, relacionada à rapidez do retorno definitivo.

[...] volví inmediatamente. El presidente Alfonsín asumió el diez de diciembre de 1983. Y yo volví el primero de febrero 1984. O sea, el tiempo necesario para hacer el equipaje. Desmontar la casa. Mandar por vía marítima los libros. Así que yo volví inmediatamente. Los trámites básicos me demoraron un mes y medio. Así que yo el día que estuvo Alfonsín yo ya estaba haciendo mis trámites para volver.

As múltiplas dificuldades que o processo de retorno do exílio envolvia – questões burocráticas, pessoais, familiares, inclusive profissionais – são relatadas no testemunho de “Mateus<sup>211</sup>”:

[...] Y a partir de ahí comenzamos a trabajar en el regreso. Que es bastante arduo. Porque imagínate que por ahí bibliotecas más importantes que esta, en números, estaban todos mis libros de ocho años. Cualquier libro sin ningún tipo de censura, que acá no podías, en el momento que me fuí. No podías tener *El Capital*, las obras escogidas de Lenin no las podías tener. Y lo primero que compramos, cuando nos fuimos, era de la Editorial del Progreso, una editorial del partido comunista, compramos en Perú, en Tacna, las obras escogidas de Marx y Engels, que acá no estaban a la venta. Bueno, mandar todo eso, comenzar a enviarlo desde México por correo en cajas donde caben seis botellas de cerveza, de litro, esa era la medida de llegar que te admitía el correo mexicano y ahí vos ponías los libros, etiquetabas y que se yo y teníamos que ir hasta el norte de la ciudad y enviarlos y acá lo recibía un cuñado mío. Eso bueno, más lograr la venta de un departamento que habíamos comprado. Terminar el primer grado de mi hijo, o sea, hacerlo más en una fecha donde él concluía una parte de su enseñanza. Todo eso.

<sup>210</sup> Entrevista 1, 10 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>211</sup> Entrevista 3, 15 de junho de 2011, em Buenos Aires.

Muitos argentinos temeram sofrer represálias, daquelas pessoas que haviam permanecido na Argentina ou dos remanescentes órgãos de repressão. A ditadura havia acabado, porém, muitos argentinos receavam que os articuladores genocidas e os ex-colaboradores do regime civil-militar, ainda não punidos, pudessem colocar suas vidas em risco outra vez.

“Felipe<sup>212</sup>” não retornou, imediatamente, ao seu país, dado o temor de represália ou possível acusação judicial. Esperou algum tempo até ter certeza de que não havia nenhuma lide político-judicial vinculada a sua pessoa:

No. Venimos con un finalidad concreta. Antes de llegar acá, un abogado que había quedado en Argentina, amigo, hombre más grande que nosotros, interpuso un recurso de *habeas corpus* para averiguar y ahí salió que yo no tenía ninguna captura. Lo cual era mentira. Porque yo tenía cuatro. Yo descubrí después, ya en la función pública. Entonces como no tenía ninguna captura me hice dar pasaporte provisorio en el consulado argentino, insultando al cónsul por supuesto, que era quien nos había maltratado toda la dictadura y que ahora quería hacerse el bueno. [...] Y volví con el pasaporte provisorio, que lo tienes que dejar a la entrada del país, y que ya después ya no sirve para nada más. Pero ellos tenían la posibilidad de hacerme un pasaporte falso más tarde después sin ningún problema.

“Cristina<sup>213</sup>”, exilada na Holanda desde 1978, relata que os argentinos mantinham a esperança de retornar logo. Os exilados acompanhavam as notícias do seu país através dos veículos de comunicação disponíveis na época, como rádio, periódicos e cartas. Esperavam que as atrocidades ocorridas na Argentina e o subsequente exílio acabassem logo. Com o início da, paulatina, reconstrução da democracia, seu filho, também exilado, regressou primeiramente e “Cristina” voltou, mais tarde, em março de 1984, quando teve a certeza de que os militares já haviam, realmente, deixado o poder e a segurança havia sido reestabelecida.

Yo siempre compraba el diario *El País*, que llegaba hablando de España. Escuchaba radio de Chile... Bueno, me relacionaba con los familiares, con las madres, que siempre llegaban por allá y organizábamos para que pudieran explicar la situación que tenían acá. Y uno tenía relaciones políticas, pero en realidad me fui para volver en cuanto podía. Y no tenía pasaporte y en el consulado lo gestioné. Me tardaron en el consulado argentino en Holanda. Me tardaron, pero, bueno, ahí lo conseguí y después, en marzo de 84 volví. Mi hijo volvió un poco antes y fue a vivir con el padre de mi nuevo compañero, por una cuestión de tiempo, por el estudio, no? Y nosotros, a marzo de 84. Ya cuando se habían ido los militares. Y teníamos

<sup>212</sup> Entrevista 5, 17 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>213</sup> Entrevista 6, 17 de junho de 2011, em Buenos Aires.

la causa sobreseída. Yo en realidad me fui para volver. O sea, mi interés estaba acá. Mi interés político, personal... [...] Fui tres meses a México, antes, cuando estaba en Holanda, porque cuando todavía no había seguridad de poder volver. Pero en México no me pude quedar. Me tuve que volver a Holanda. Era muy inseguro y yo me quería quedar legal. Pero para mí, mi proyecto político estaba acá. Allá, en Holanda, milité con la solidaridad con organismos, las personas, las madres, los familiares de los presos.

O desejo de retornar significava a vontade de retomar a vida interrompida, de voltar às origens, de recuperar hábitos, costumes comuns, triviais – como o de sentar-se em bares, de confraternizar com conhecidos – como comenta “Cristina<sup>214</sup>”: *“Tenía ganas de sentarme en una plaza. Extrañaba eso de sentarme en un bar, porque acá hay muchos bares”*.

Segundo “Mateus<sup>215</sup>”, gradualmente, os exilados passaram a conviver com a ideia de que o exílio seria longo: *“te diría que vos te vas dando cuenta que, si pensabas que volverías en seis meses o en un año, en realidad al ratito no más de caminar nos dábamos cuenta que esto era para mucho más”*.

Ele<sup>216</sup> relembra que a maioria desejava rever os familiares, os amigos, os colegas, reexperimentar sabores, tradições e rever símbolos nacionais:

Primero, en lo personal fue una emoción enorme la posibilidad de volver a encontrarme con mis padres, que me habían venido a visitar, encontrarme con algunos amigos que habían quedado acá y tercero yo soy porteño. Entonces, de repente digo que el Obelisco que ves ahí es una mierda que no sirve para nada, pero es el símbolo de tu ciudad digamos y fundamentalmente por el contacto familiar volvíamos.

“Rafael<sup>217</sup>” não teve sequer interesse em regressar à Argentina antes de 2003. *“[...] después del año 2003 cuando todo empieza a cambiar estaba con muchas ganas de volver, pero tengo un hijo sueco de 23 años y no puedo dejarlo acá [Suécia]”*. Voltou, a partir desta data, para visitar sua pátria. Desde que exiliou-se em 1978, vive em Estocolmo, na Suécia, e tem planos de mudar-se para a Espanha, onde possuiu sua segunda casa.

O retorno não foi fácil, para nenhum exilado. Foi possível com o processo de reestabelecimento da democracia, em 10 de dezembro de 1983 (cf. Quadro 5).

<sup>214</sup> Entrevista 6, 17 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>215</sup> Entrevista 3, 15 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>216</sup> Idem.

<sup>217</sup> Entrevista 7, 17 de outubro de 2011, em Estocolmo.

Quadro 5 – O retorno dos exilados argentinos\*

Argentino entrevistado	País de Exílio	Duração do exílio	Retornou em dez/1983
“Cristina”	Holanda	6 anos	Não
“Diego”	Espanha	8 anos**	Sim
“Felipe”	México	7 anos	Não
“María”	Venezuela	5 cincos	Sim
“Mateus”	México	7 anos	Sim
“Rafael”	Suécia	6 anos***	Não
“Vicente”	México	8 anos****	Não

Fonte: elaborado pelo autor.

\*O retorno demorou mais tempo do que se esperava, considerando-se apenas os sete anos de ditadura civil-militar, período oficial do PRN. Acrescentando-se a perseguição política e a repressão desencadeada pela Triple-A, a partir de 1973, o processo argentino de emigração política na década de 1970 aumenta mais dois anos.

\*\*Regressou somente em 1984.

\*\*\*O exílio argentino acabou oficialmente em 10/12/83, por isso contabilizou-se a duração total de seis anos para o argentino “Rafael” (exilado desde 1978). No entanto, ele não voltou à Argentina antes do ano de 2003.

\*\*\*\*Regressou somente em 1984.

O quadro acima revela que nem todos os entrevistados retornaram à Argentina com a eleição de 1983. Alguns temiam que a recente volta à democracia poderia não ser definitiva, pois, todo o aparato repressor do Estado ainda estava intocado.

A felicidade da volta tinha um sabor amargo e escondia um sentimento de melancolia. Regressar ao país natal era o desejo desde a partida, mas, voltava-se a um país comovido pela perda de muitos seres queridos. Fosse pelo desaparecimento, pelo aniquilamento massivo, pelas torturas, pela memória do exílio interno, ou, pelo sequestro de bebês –, filhos de presas políticas –, os argentinos, *enciliados* ou exilados, não eram mais os mesmos.

A Argentina e os exilados haviam mudado. Para a maioria, foi muito difícil adaptar-se à nova realidade. A ditadura havia transformado o país. Muitas pessoas estavam desaparecidas. Milhares haviam sido assassinados. A memória sobre os fatos estava viva. As violentas consequências impostas pelo PRN à sociedade argentina haviam instalado um profundo desejo de justiça, que persiste até hoje,

presente nos julgamentos de criminosos dessa ditadura. Essas circunstâncias dificultaram enfrentar a realidade do novo país, conforme comenta “Diego<sup>218</sup>”:

[...] me sorprendió mucho cuando vi, es que yo me fui de Argentina con un conjunto de valores y de imágenes sobre la Argentina más allá de los militares. Cómo era este país... qué futuro tiene... Una serie de imágenes construidas al largo de mis 32 años antes de irme, 31 años... Y todo eso se cambió mucho mirando España. Yo volví [...] con otra imagen completamente distinta de la Argentina. Por eso me chocó mucho volver. Porque lo que encontré no se adecuaba a la nueva imagen que yo tenía y la nueva imagen del mundo volvía a meterme en una situación provinciana. Volví a encontrarme con mis amigos que yo había dejado acá, que ya no habían evolucionado. Entonces, era muy difícil. Ellos seguían pensando como antes y yo ya pensaba de otra manera. Entonces, incluso la familia, mismo difícil volver a retomar... Porque para la gente que no se fue uno vuelve al punto en que se estaba antes. Pero 8 años después cambió y cuesta mucho explicarles qué cambió. ...yo pensaba que este país iba a mejorar, va a ser menos provinciano, cuando los miles de argentinos que se fueron vengan y les cuenten que el mundo es distinto, que hay otros conflictos, que hay otras tendencias, que hay otras realidades, que no somos el ombligo, en fin, que hay que mirar otras perspectivas y otras miradas. Pero muchísimos de los argentinos que volvieron, volvieron y fue como se hubieron olvidado de lo que vieron afuera. Sí volvieron a la situación de 76. Sí volvieron a retomar la lucha de 76 como si no hubieron estado afuera. Eso me sorprendió mucho. Mucha gente, mucha gente volvió como si no hubiera estado afuera. Y yo operaba que cuando vuelvan todos que estuvieron afuera se va a entrar oxígeno a esta sociedad. En parte sí ocurrió. Pero en parte no. Muchos volvieron retomando la historia como decía San Tomás de Aquino. Decía que: “como decíamos ayer”, después de haber estado 10 años proscrito. Mucha gente volvía “como decíamos ayer” Pero para mí ayer quedaba 8 años atrás. Y había otras miradas. Eso es.

Surgiu, então, um novo processo a ser vivido pelos exilados argentinos: o *desexílio*<sup>219</sup>. O *desexílio* é um processo coletivo, que corresponde ao retorno a seu país de indivíduos exilados, que têm de lidar com a adaptação de suas memórias e o conflito com a nova realidade social do país.

As acusações contra os que retornavam do exílio tornaram o *desexílio* mais complicado para muitos. Argentinos, como outros latino-americanos, “*tuvieron que enfrentar un tácito silenciamiento del exilio cuando no la embestida de acusaciones de usufructo de exilios dorados o la reducción del exilio a una experiencia inherente a la condición humana*” (LEIVA, 2002?). Muitos ex-exilados argentinos, foram acusados, injustamente, por compatriotas que haviam permanecido no país durante o regime militar, de terem vivido uma vida mais fácil no exterior. Esse “julgamento informal” pode ser interpretado como um resquício da

<sup>218</sup> Entrevista 4, 16 de junho de 2011, em Buenos Aires.

<sup>219</sup> Termo cunhado pelo escritor uruguaio Mário Benedetti (1920-2009).



ideología do *Proceso de Reorganización Nacional*, que os exilados eram “covardes”, “subversivos” e “anti-argentinos”:

Los reencuentros entre los de afuera y los de adentro no fueron fáciles. No pocos exiliados manifestaron encontrar indiferencia, incompreensión y hasta recelo y hostilidad. Los grupos solidarios con el exilio atribuían estas actitudes a la impregnación social del “discurso teórico del Proceso” que había convertido a todo exiliado en un “subversivo”, un “cobarde”. [...] el desconocimiento de la peculiaridad de esta emigración política que exacerbaba la sensación de pérdida y fractura y, por el otro, la incompreensión hacia aquellos que decidían regresar cuando muchos compatriotas estaban dispuestos a hacer las maletas para irse del país (JENSEN, 2008, p. 133)

## 7 CONCLUSÕES

A internacionalização do terror foi um instrumento político utilizado por muitos Estados no decorrer da segunda metade do século XX, no intento de conter inimigos considerados internacionais comuns a todos eles. A internacionalização do terror caracteriza-se pela integração internacional das Forças Armadas de vários países, de suas agências secretas de informações e de outros aparelhos de segurança, para perseguir e eliminar indivíduos ou grupos considerados comuns. A organização internacional criada por esses Estados terroristas desenvolve operações militares que ultrapassam as fronteiras dos países, para interrogar, torturar e capturar inimigos que estejam neles escondidos, ou que estejam exilados.

Os integrantes de uma “conexão multinacional do terror” também colaboram entre si com o repasse de informações sobre a localização de adversários políticos desses países e de seus colaboradores. A perseguição internacional dos inimigos pelo Estado terrorista não respeita nenhum limite legal para eliminar seus alvos.

A criação de um sistema de segurança transnacional regional foi consequência do novo cenário internacional, a partir do final dos anos 40. Com o fim da Segunda Grande Guerra, as relações internacionais no mundo passaram a constituir uma situação de poder entre duas superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética, representantes de dois modelos político-econômicos antagônicos. A balança de poder bipolar e a resultante Guerra Fria dividiu-o em dois blocos político-econômicos: o americano e o russo.

A partir de então o discurso ideológico e de segurança internacional disseminado pelos Estados Unidos teve grande impacto na política dos países da América Latina. A estratégia da política externa norte-americana visou atrair o apoio

dos Estados para combater o comunismo e desarticular uma possível “subversão” no continente, assegurando sua influência política regional e defendendo os interesses econômicos de suas empresas nesses países.

Foi a partir da Conferência de Chapultepec, ocorrida em 1945, que os Estados Unidos aproximaram-se dos governos latino-americanos e na X Conferência Interamericana, realizada em 1954, obtiveram a adesão incondicional a seu projeto anticomunista para a região. Esses fóruns foram indispensáveis para conscientizar os países sobre a imprescindibilidade da criação de uma área de segurança coletiva continental. Ela serviria para fortalecer e preparar a região para uma provável guerra contra a influência do comunismo internacional. Para tanto, os Estados Unidos estreitaram os laços políticos e militares com os Estados latino-americanos para evitar a “sublevação” de países no continente em defesa do comunismo, como ocorreu em Cuba.

Em razão disso, alastrou-se pela América Latina um confronto do discurso do bipolarismo que produziu uma intensa luta no campo das ideias. A “cruzada contra o comunismo” na América Latina deveria evitar a ascensão de governos “subversivos”. Era imprescindível a segurança internacional no continente para proteger suas empresas e garantir a permanência do capitalismo na região.

O discurso predominante no período da Guerra Fria foi determinante para o surgimento da Doutrina de Segurança Nacional na América Latina e a posterior internacionalização do terror. Os Estados Unidos precisavam evitar que uma revolução política ocorresse na região e “contaminasse” os países com as ideias comunistas, o que colocaria em risco os interesses de suas empresas. Essa Doutrina pautou a política nacional do bloco capitalista, até o início dos anos 90. Sua assimilação pelos parceiros políticos norte-americanos foi fundamental para produzir o repúdio ao comunismo e provocar sucessivos golpes de Estado.

Para tanto, a militarização da América Latina tornou-se uma condição *sine qua non* e foi encorajada pelos EUA. Ela teve início com a celebração de diversos acordos bilaterais, para vender armamentos de suas indústrias e modernizar com elas as Forças Armadas dos governos latino-americanos. Os governos deviam estar preparados para erradicar o comunismo da região e para sustar um possível levante comunista em seus territórios. Os Estados Unidos pretenderam transformar os militares latino-americanos em um escudo continental contra o comunismo.

Além de receberem ajudas materiais e financeiras para o combate ao comunismo, os militares da América Latina foram doutrinados em escolas militares norte-americanas. Estabelecimentos de ensino militar como a Escola das Américas, no Panamá, receberam enormes contingentes de alunos latino-americanos, que foram doutrinados e instruídos em técnicas de contra-guerrilha, no intuito de prepará-los para combater grupos guerrilheiros regionais, inimigos do capitalismo e da democracia, segundo os regimes cívico-militares. Esses institutos de ensino militar internacional foram fundamentais para a formação de classes militares, para a adoção de sofisticadas técnicas de tortura, de repressão e de contra-guerrilha.

Ao longo dos anos 1970 e 1980, avançou a internacionalização do terror, particularmente, na sub-região do Cone Sul. O intercâmbio entre os serviços de inteligência e as Forças Armadas nacionais da Argentina, do Brasil, da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai, coordenado pelo regime civil-militar chileno de Pinochet e da DINA (sua agência secreta) contribuiu para a criação da Operação Condor, no primeiro lustro da década de 70. A Operação significou uma verdadeira internacionalização do terrorismo estatal desses Estados, voltada à eliminação do comunismo internacional, vitimando milhares de cidadãos sul-americanos e produzindo um expressivo exílio regional. Sua criação foi uma decisão desses governos, clandestinamente, respaldada pelo governo norte-americano, através de suas agências de informação, principalmente da CIA. Os Estados-membros da Condor criaram um “bloco regional do terror”, que contou com o apoio de agências secretas de informação norte-americanas nas operações realizadas e com o auxílio, em certas situações, de outros parceiros extra-regionais, como, por exemplo, o DISIP – o serviço secreto venezuelano. Assim, a *Condor* resultou de uma articulação criminosa e transnacional, que desrespeitou todas as normas básicas do Direito Internacional e, principalmente, os direitos fundamentais do homem como, por exemplo, o direito à vida, à liberdade de expressão, à segurança e ao direito de migrar; sistematizando o uso do terror psicológico nas sociedades sul-americanas, durante muitos anos.

A internacionalização do terror marcou a história do Cone Sul recorrendo à perseguição, à tortura, aos desaparecimentos forçados. Constituiu-se em crimes contra a humanidade para a maioria dos estudiosos, enquanto para outros representou um genocídio, ou ainda um politicídio, contra opositores políticos e

muitas pessoas sem vinculação ou atividade política declarada, dizimando uma importante parcela das populações sul-americanas, assim como a argentina.

No Cone Sul, a internacionalização do terror do aparelho de Estado argentino tornou-se emblemática a partir de 1973. A democracia somente regressou à Argentina, efemeramente, com a eleição de Cámpora, e foi continuada pelo governo peronista, Perón-Perón. Paradoxalmente, o casal Perón, através das Forças Armadas e da agência secreta argentina aprovaram a participação da Argentina no Plano Condor.

O governo peronista já havia apoiado, clandestinamente, a criação da força parapolicial conhecida como Triple-A. Essa organização terrorista clandestina auxiliou a Polícia Federal argentina na perseguição de membros de grupos guerrilheiros – Montoneros e ERP –, de sindicalistas, de estudantes, de profissionais que exerciam alguma atividade política considerada comunista ou colaboravam com ela na Argentina. Essa organização atuou conjuntamente com regimes militares da região e cooperou em operações do Plano Condor, na Argentina.

Com o falecimento de Juan Perón em julho de 1974, Isabelita Perón, sua vice-presidente, assumiu o governo nacional e reconheceu a Triple-A. Dessa forma, a organização paraestatal imprimiu maior violência em suas operações paramilitares, tornando-se implacável no extermínio de inimigos políticos do Estado argentino. Isso ficou evidente com o assassinato e desaparecimento forçado de exilados políticos sul-americanos, alvos *da Condor* que residiam em Buenos Aires e em outras cidades argentinas, como comprova a morte do casal chileno, Carlos Prats e Sofia Cuthbert, em setembro de 1974. Ela também criou centros clandestinos de detenção (CCD), como a oficina mecânica *Automotores Orletti*, na capital *porteña*, onde ocorreram inúmeras sessões de tortura levadas a cabo por inquisidores argentinos e internacionais, como revelam sobreviventes desse terror.

A Triple-A operou com recursos financeiros do governo e treinamento internacional. Ela havia sido influenciada pelas doutrinas militares francesa de contraguerrilha, aprendidas em cursos militares ministrados na França e na Argentina, pela *Organisation de l'Armée Secrète*. Seus crimes contaram com o respaldo do governo americano, que preferiu observá-los sem intervir. A onda de crimes políticos e a insegurança nacional levaram muitos argentinos a emigrar, em busca de asilo e sobrevivência em outros países.

A instabilidade econômico-político-social predominante, particularmente, entre os anos 1974-1976, na Argentina, encaminhou-a para um novo golpe de Estado. A inaptidão política de Isabelita Perón preocupava os militares, a burguesia nacional, os investidores internacionais, e, principalmente, ao governo norte-americano. Todos temiam que o sindicalismo argentino e a subversão tomassem conta do país e que o caos social gerado pela criminosa repressão desenfreada da Triple-A persistisse, adquirindo proporções incontroláveis. Por isso, o golpe de Estado foi sendo preparado e no final de 1975 estava totalmente estruturado, contando com o apoio de parte da sociedade. Com a derrocada do peronismo pelas Forças Armadas, em 24 de março de 1976, ressuscitou-se o fantasma dos regimes autoritários nesse país.

O golpe de 24 de março de 1976 deu início a uma inesperada e inédita repressão política na Argentina. A população argentina esperava que o autodenominado *Proceso de Reorganización Nacional* (PRN) libertasse o país da criminalidade do governo anterior, mas não esperava que ela continuaria e sofisticaria a violência política na Argentina. O novo regime, com apoio civil da classe empresarial nacional e internacional, e de setores da Igreja Católica, sistematizou o uso da força e da violência por todo o território, visando varrer todo e qualquer vestígio ou presença “comunista” da história argentina. O novo governo aprofundou a cooperação com o Plano Condor em sua estratégia internacional anticomunista.

Segundo afirmam alguns dos ex-exilados argentinos, o golpe de 76 foi uma etapa necessária do processo de globalização capitalista na Argentina. Foi um passo imprescindível para evitar que as exigências sindicalistas dificultassem o andamento da consolidação do capitalismo que ocorria no país.

A particularidade do regime civil-militar argentino de 76, em comparação com os outros integrantes da Condor, foi sua organização e o alastramento da violência política por todo o território nacional argentino. O *Proceso de Reorganización Nacional* converteu o Estado argentino em um ator criminoso e terrorista, deslegitimando qualquer oposição política e criminalizando o comunismo internacional. Desenvolveu uma perseguição inflexível à classe de inimigos “subversivos”.

O Estado argentino institucionalizou a prática do interrogatório clandestino e da tortura através de centenas de CCDs espalhados por todo o território nacional – segundo John Dinges mais de 50% dos prisioneiros interrogados em território argentino acabavam sendo mortos<sup>220</sup>. Sistematizou a prática do desaparecimento forçado e do cárcere privado sem direito a julgamento formal. Fez uso de instrumentos criminosos, como o sequestro de bebês de prisioneiras políticas, com o objetivo de entregá-los à famílias de militares e de argentinos simpatizantes do regime militar, que, supostamente, os salvariam do “mal do comunismo” e lhes ensinariam costumes morais e cristãos, práticas particulares da ditadura argentina.

A doutrina militar francesa, além de outros tipos de tortura, apareceu, novamente, nos chamados “voos da morte”, utilizados pelos militares argentinos. O regime cívico-castrense argentino eliminou muitos prisioneiros políticos, em sua grande maioria, argentinos e, também, alguns estrangeiros, lançando-os ainda vivos e sedados ao mar, do alto de aviões, medida aprendida com ex-combatentes franceses da Guerra da Argélia, da efêmera OAS.

Portanto, a influência de doutrinas militares francesas e norte-americanas, e as técnicas violentas de contraguerrilha utilizadas pelas Forças Armadas argentinas, foram imprescindíveis para o sucesso da continuidade da internacionalização do terror na Argentina, nos anos 70 e 80.

O terrorismo de Estado argentino foi ímpar na região pelos delitos cometidos: a perseguição, o desaparecimento forçado e a tortura foram responsáveis pelas cifras dos crimes de lesa humanidade. Aproximadamente, houve 30.000 vítimas do regime político e 500.000 argentinos foram obrigados a fugir de sua pátria para garantir sua sobrevivência.

Milhares de argentinos exilaram-se, durante muitos anos em diversos países do mundo. Os principais destinos foram o México, Brasil e Venezuela – na América Latina; Estados Unidos – na América do Norte; Espanha, Itália, França, Suécia, Holanda, Suíça – na Europa; e Israel – no Oriente Médio. Nesses países criaram muitas comunidades de exilados argentinos que, em sua grande maioria, exerceram uma importante ação de protestos internacionais contra o regime civil-militar na Argentina. Esses exilados argentinos partiram com o sonho de retornar em

---

<sup>220</sup> O documentário Condor (2007) apresenta o depoimento do especialista americano em Operação Condor, John Dinges, que comenta a especificidade da Argentina, durante o minuto 50:31 do vídeo.

breve, questionando-se sobre quando poderiam retomar suas vidas, sem cogitar a possibilidade de viver um longo exílio, como realmente ocorreu.

A internacionalização do terror na Argentina também incentivou a formação de redes de solidariedade nacionais e internacionais. Familiares e amigos de vítimas do regime argentino formaram associações não governamentais para obter informações dos desaparecidos políticos, em um primeiro momento. Logo, desenvolveram um sistema extenso de denúncias da ditadura. Certas organizações ampliaram sua atuação para fora da Argentina, convertendo-se em atores internacionais, não convencionais, importantes, na luta pelos direitos humanos e que continuam atuando até os dias atuais.

Nas comunidades de argentinos exilados no exterior formaram-se associações de denúncias à ditadura argentina, de luta pelo retorno da democracia. Esses argentinos e simpatizantes estrangeiros da causa organizaram-se transnacionalmente, atraindo apoio da opinião pública internacional, para ampliar a acusação internacional dos crimes e das violações de direitos humanos que a Junta Militar argentina negava praticar. Os casos mais simbólicos desse movimento internacional antiditatorial ocorreram com a tentativa de boicote ao campeonato mundial de futebol que a Argentina sediou em 1978 e o boicote ao congresso internacional de medicina que ocorreria nesse mesmo ano.

Essas organizações internacionais de exilados argentinos e de colaboradores nos países de destino, também, solidarizaram-se com a causa argentina e suas vítimas.

Foi importante, igualmente, a visita da CIDH da OEA, em 1979, e a publicação, em 1980, do relatório elaborado por essa Comissão, que reconhecia os crimes do Estado argentino. Esse documento teve grande impacto na opinião pública internacional e aumentou a pressão externa pelo fim da ditadura argentina. Esses fatos, acrescidos da derrota das Forças Armadas argentinas na Guerra das Malvinas, travada contra o governo britânico em 1982, levou à queda da última Junta Militar argentina e contribuiu para o retorno à democracia, em dezembro de 1983, com a eleição do Presidente Alfonsín.

O terrorismo de Estado na Argentina, implantado pelo golpe de 1976, internacionalizou-se com o Plano Condor e deixou marcas profundas na sociedade. Em nenhum dos demais países da Condor atingiu os níveis de violência, nem a



quantidade de vítimas resultantes das práticas terroristas estatais. Os crimes contra a humanidade, ou o genocídio e o politicídio, além do exílio, provocados pelo regime ditatorial iniciado em 1976, passados 36 anos, ainda são chagas profundamente dolorosas na alma argentina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Obras literárias

ABRAMOVICI, Pierre. “Operação Condor”, cauchemar de l’Amérique Latine. **Le Monde Diplomatique**, Paris, p. 24-25, mai 2001.

ACNUR. Convenção de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados. In: ACNUR; IMDH. **Coletânea de Instrumentos de Proteção Internacional dos Refugiados**. Brasília: Servidéias Comunicação, 2005. p. 44-55.

ACOSTA, Yamandú. El sistema internacional del siglo XXI: entre el terrorismo de Estado y la democracia. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Maracaibo, v. 12, n. 036, p. 57-76, enero-marzo 2007.

ALMADA, Martín. **01 Las tensiones internas de la red Cóndor**. In: Asociación Americana de Juristas, ago. 2001. Disponível em: <[http://www.terrorfileonline.org/es/index.php/Almada%2C\\_Mart%C3%ADn\\_01\\_LAS\\_TENSIONES\\_INTERNS\\_DE\\_LA\\_RED\\_CONDOR](http://www.terrorfileonline.org/es/index.php/Almada%2C_Mart%C3%ADn_01_LAS_TENSIONES_INTERNS_DE_LA_RED_CONDOR)>. Acesso em: 23 jan. 2012.

AMATO, Alberto. Operativo Independencia, el plan para “aniquilar a la subversión”. **Clarín**, Buenos Aires, 17 jun. 2010. Disponível em: <[http://www.clarin.com/politica/Operativo-Independencia-plan-aniquilar-subversion\\_0\\_281971817.html](http://www.clarin.com/politica/Operativo-Independencia-plan-aniquilar-subversion_0_281971817.html)>. Acesso em: 18 mar. 2012.

ARGENTINA. **Pensar la dictadura**: terrorismo de Estado en Argentina. Buenos Aires: Ministerio de Educación de la Nación, 2010a. 185 p.

ARGENTINA. **Bombardeo del 16 de junio de 1955**. Investigación histórica del Archivo Nacional de la Memoria. Buenos Aires: Secretaría de Derechos Humanos, 2010b. 238 p.

\_\_\_\_\_. **Documentos básicos y bases políticas de las Fuerzas Armadas para el Proceso de Reorganización Nacional**. Buenos Aires: Junta Militar, 1980. Disponible em: <<http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/documentos/EL000162.pdf>>. Acceso em: 12 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Constitución de la Nación Argentina**. [1994?] Disponible em: <[http://www.mininterior.gov.ar/asuntos\\_politicos\\_y\\_alectorales/dine/infogral/archivo\\_egislacion/Constitucion\\_argentina.pdf](http://www.mininterior.gov.ar/asuntos_politicos_y_alectorales/dine/infogral/archivo_egislacion/Constitucion_argentina.pdf)>. Acceso em: 10 mar. 2012.

BASUALDO, Victoria. Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina: los casos de Acindar, Astarsa, Dálmine Siderca, Ford, Ledesma y Mercedes Benz. **Revista Engranajes de la Federación de Trabajadores de la Industria y Afines (FETIA)**, nº 5 (edición especial), p. 1-21, marzo 2006.

BATTIBUGLI, Thaís. **Democracia e segurança pública em São Paulo (1946-1964)**. 318 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Cap. 5.

BATTISTINI, María C. **La construcción legal del enemigo en la última dictadura militar argentina**. In: Congreso Nacional de Sociología Jurídica “Legalidad y legitimidad: confrontaciones sociales en torno al Derecho”, X, 2009, **Córdoba**. Disponible em: <[http://www.sasju.org.ar/xcon/Xarchivos/Xcongreso/Comision\\_3/BattistiniLACONSTRUCCINLEGALDElenemigo.pdf](http://www.sasju.org.ar/xcon/Xarchivos/Xcongreso/Comision_3/BattistiniLACONSTRUCCINLEGALDElenemigo.pdf)>. Acceso em: 24 jul. 2011.

BIELOUS, Silvia D.; PETITO, Gonzalo V. **Tramitando el pasado**. Violaciones de los derechos humanos y agendas gubernamentales en casos latinoamericanos. México: FLACSO, 2010. caps. 1 e 2, p. 17-110.

CALLONI, Stella. **La Triple A, la CIA y la Operación Cóndor**. [2009?]. Disponível em: <[http://www.terrorfileonline.org/es/index.php/Stella\\_Calloni.\\_La\\_Triple\\_A,\\_la\\_CIA\\_y\\_la\\_Operaci%C3%B3n\\_C%C3%B3ndor](http://www.terrorfileonline.org/es/index.php/Stella_Calloni._La_Triple_A,_la_CIA_y_la_Operaci%C3%B3n_C%C3%B3ndor)>. Acesso em: 16 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. **Los Años del Lobo: Operación Cóndor**. 2. ed. Buenos Aires: Continente, 1999. 221 p.

\_\_\_\_\_. **Los archivos del horror del Operativo Cóndor**. 1998. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/doc/condor/calloni.html>>. Acesso em: 01 fev. 2012.

CALVELO, Laura. **La emigración argentina y su tratamiento público (1960-2003)**. In: Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, III, 2008, Córdoba. Disponível em: <[http://www.mininterior.gov.ar/provincias/archivos\\_prv25/9\\_la\\_emigracion\\_argentina\\_y\\_su\\_tratamiento\\_publico.pdf](http://www.mininterior.gov.ar/provincias/archivos_prv25/9_la_emigracion_argentina_y_su_tratamiento_publico.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2010.

CARDOSO, Maurício. Ferida aberta. **Veja**, São Paulo, edição 1649, 17 maio 2000. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/170500/p\\_042.html](http://veja.abril.com.br/170500/p_042.html)>. Acesso em: 20 out. 2010.

CATOGGIO, Maria Soledad. **La última dictadura militar argentina (1976-1983): la ingeniería del terrorismo de Estado**. 2010. Disponível em: <[http://www.massviolence.org/IMG/article\\_PDF/La-ultima-dictadura-militar-argentina-1976-1983-la.pdf](http://www.massviolence.org/IMG/article_PDF/La-ultima-dictadura-militar-argentina-1976-1983-la.pdf)>. Acesso em: 10 jul 2012.

CEME (Centro de Estudios Miguel Enriquez). **Los 119 detenidos desaparecidos de la “Operación Colombo”**. [2004?]. Disponível em: <[http://www.archivochile.com/Derechos\\_humanos/119/ddhh1190017.pdf](http://www.archivochile.com/Derechos_humanos/119/ddhh1190017.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2012.

CERVO, Amado L. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007. caps. 2, 3, 4 e 5, p. 36-196.

CHADE, Jamil. Argentina 6 x 0 Peru ainda não acabou. **Estadão**, Genebra, 08 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,argentina-6-x-0-peru-ainda-nao-acabou-,832895,0.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

CHILE. **00143F0011**. Oct. 1975. Disponível em: <<http://dspace.wrlc.org/doc/get/2041/55385/143F0011-0022display.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

CLARIDGE, David. State Terrorism? Applying a definitional model. **Terrorism and Political Violence**, London, vol. 8, n. 3, pp. 47-63, 1996.

CNN. Funcionario de EE.UU. declara que la dictadura argentina tenía un plan para el robo de niños. **CNN**, 27 enero 2012. Disponível em: <<http://cnnespanol.cnn.com/2012/01/27/funcionario-de-ee-uu-declara-que-la-dictadura-argentina-tenia-un-plan-para-el-robo-de-ninos/>>. Acesso em: 14 abril 2012.

COIMBRA, Cecília M. B. Doutrinas de Segurança Nacional: Banalizando a violência. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000.

CPDOC-FGV. **X Conferência Interamericana**. [entre 1990 e 2012]. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/glossario/x\\_conferencia\\_interamericana](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/glossario/x_conferencia_interamericana)>. Acesso em: 15 jan. 2012.

CUNHA, Maria J. C. A Operação Condor. Lugar de fala e enquadramento na narrativa jornalística. **Revista Intercâmbio dos Congressos Internacionais de Humanidades** (UnB), Brasília, v. 02, p. 1-21, 2010. Disponível em: <<http://unb.revistainterambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/390/685.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

CUYA, Esteban. La "Operación Cóndor": El Terrorismo de Estado de Alcance Transnacional. **Memoria**, Nuremberg, n. 5, dic. 1993. Disponível em: <<http://www.derechos.org/koaga/vii/2/cuya.html>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

DAVIDI, Efraim. Exílio sul-americano en Israel (1973-1978). **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 5, n. 9, p. 193-215, 2009. Disponível em: <<http://tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/view/104/145>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

DINGES, John. **Os anos do Condor**: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 445 p.

ESPAÑA. **Auto**: Contra Augusto Pinochet. Procedimiento: Sumario 19/97. Terrorismo y Genocidio. Operativo Cóndor. Juzgado Central de Instrucción, n. 5, Audiencia Nacional, Madrid, 10 dic. 1998. Disponível em: <[www.fasic.org/doc/auto.pdf](http://www.fasic.org/doc/auto.pdf)>. Acesso em 22 jan 2012.

ESQUIVEL, Adolfo. **Vuelo de la muerte**. Las Cartas de Adolfo, 10 mayo 2009. Disponível em: <[http://www.elgritoargentino.com.ar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=132:vuelo-de-la-muerte&catid=20:las-cartasde-adolfo&Itemid=5](http://www.elgritoargentino.com.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=132:vuelo-de-la-muerte&catid=20:las-cartasde-adolfo&Itemid=5)>. Acesso em: 16 jan. 2012.

FAMILIARES, Organização. **Breve historia de Familiares**. Cómo nacimos. Sept. 1988. Disponível em: <<http://www.desaparecidos.org/familiares/historia.html>>. Acesso em: 29 fev. 2012.

FERNANDES, Ananda S. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira**: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). 274 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009a.

\_\_\_\_\_. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, Londrina, vol. 2, n. 4, p. 831-856, jul.-dez. 2009b.

FEIERSTEIN, Daniel (comp.). **Terrorismo de estado y genocidio en América Latina**. Buenos Aires: Prometeo Libros, Programa Naciones Unidas para el Desarrollo, 2009b. Cap. 1, p. 9-32.

\_\_\_\_\_. El carácter genocida del proceso de reorganización nacional. **Revista Páginas**, Rosario, v. 1, n. 1, 2008. Dossier Temático: La dictadura militar argentina (1976/83): investigaciones y debates. Disponível em: <<http://web.rosarioconicet.gov.ar/ojs/index.php/RevPaginas/article/viewFile/2/14>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

FEIERSTEIN, Daniel. **El genocidio como práctica social**. Entre nazismo y la experiencia argentina. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007. Cap. I, p. 31-86.

FERRARI, Pablo. **“La dictadura argentina y los refugiados”**. Algunos ejemplos de exiliados argentinos en Suiza. 37 f. Trabajo de bachillerato – Instituto Hofwil, Berna, 2005. Disponível em: <[http://www.pparg.org/pparg/documentos/represion/documentos\\_exilio/\\_b/contentFiles/La\\_dictadura\\_y\\_los\\_refugiados-Pablo\\_Ferrari.pdf](http://www.pparg.org/pparg/documentos/represion/documentos_exilio/_b/contentFiles/La_dictadura_y_los_refugiados-Pablo_Ferrari.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2010.

FILHO, Pio P. O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). **Rev. Bras. Polít. Int.**, Brasília, vol.52, n. 2, p. 43-62, 2009.

FORTES, Leandro. Lilian Celiberti encara o sequestrador. **CMI Brasil**, 05 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2010/02/464370.shtml>>. Acesso em: 26 out. 2010.

FRANCE. **Constitution**. 24 juin 1793, Paris. Disponível em: <<http://www.elysee.fr/pr esident/la-presidence/les-textes-fondateurs/les-constitutions-depuis-1791/les-textes-constitutionnels-anterieurs/la-constitution-du-24-juin-1793.8873.html>>. Acesso em: 12 jul 2011.

FRANCO, Marina. **El exilio**. Argentinos en Francia durante la dictadura. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina S.A., 2008. 336 p.

GASPARINI, Juan. López Rega. La fuga del brujo. Buenos Aires: Norma, 2011, p. 222 apud ROSTICA, Julieta. Apuntes sobre la “Triple A”. Argentina, 1973-1976. **Desafíos**, Bogotá, v. 23, p. 21-51, semestre II. 2011.

GAUDICHAUD, Franck. L’ombre du Condor. Contre-révolution et Terrorisme d’Etat International dans le Cône Sud. **Amnis**, n. 3, sept. 2003. Disponível em: <<http://amnis.revues.org/473#text>>. Acesso em: 21 out 2010.

GEORGE, Pierre. **As migrações internacionais**. Lisboa: Dom Quixote, 1977. 240 p. Cap. I, p. 27-43.

GINZBERG, Victoria. Con el eje en el poder económico. **Página/12**, Buenos Aires, **25 marzo 2012**. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-190404-2012-03-25.htm> |>. Acesso em: 25 mar. 2012.

HARFF, Barbara. No lessons learned from the Holocaust? Assessing risks of genocide and political mass murder since 1955. **American Political Science Review**, Washington DC., v. 97, n. 1, p. 57-73, Feb. 2003. Disponível em: <<http://www.brynmawr.edu/socialwork/GSSW/schram/harff.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. 8. Assessing Risks of Genocide and Politicide. In: MARSHALL, Monty G.; GURR, Ted R. **Peace and Conflict 2005**. College Park: Center for International Development and Conflict Management (CIDCM), 2005, p. 57-61. Disponível em: <<http://www.systemicpeace.org/PC2005.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2012.

HAUSER, Irina. Los que se adelantaron al terror del '76. **Página/12**, Buenos Aires, 24 dic. 2006. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-78189-2006-12-24.html>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

HEREDIA, Lourdes. Ecos del golpe. BBC, Buenos Aires, 23 marzo 2001. Disponível em: <[http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/specials/newsid\\_1238000/1238146.stm](http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/specials/newsid_1238000/1238146.stm)>. Acesso em: 10 fev. 2012.

H.I.J.O.S. **Discurso a 36 años del último golpe cívico-militar**. [2012]. Disponível em: <[http://www.hijos-capital.org.ar/index.php?option=com\\_content&task=view&id=915&Itemid=>](http://www.hijos-capital.org.ar/index.php?option=com_content&task=view&id=915&Itemid=>)>. Acesso em: 25 mar. 2012.

IBARRA, Carlos F. Dictaduras, tortura y terror en América Latina. **Bajo El Volcán**, Puebla, v. 2, n. 3, p. 53-74, 2001. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=28600304>>. Acesso em: 04 jan. 2012.



ICC (INTERNATIONAL CRIMINAL COURT). **Rome Statute of the International Criminal Court**. 1998. Disponível em: <<http://untreaty.un.org/cod/icc/statute/romeofra.htm>>. Acesso em: 05 jul 2012.

IZAGUIRRE, Inés (comp.). **Lucha de clases, guerra civil y genocidio en Argentina 1973-1983**: antecedentes, desarrollo, complicidades. Buenos Aires: Eudeba, 2009. 460 p.

JENSEN, Silvina. **Los exiliados**. La lucha por los derechos humanos durante la dictadura. Buenos Aires: Sudamericana, 2010, 212 p.

\_\_\_\_\_. Por qué sigue siendo políticamente incorrecto hablar de exilio? La dificultosa inscripción del exilio en las memorias sobre el pasado reciente argentino (1983-2007). **Revista Páginas**, Rosario, vol. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://web.rosarioconicet.gov.ar/ojs/index.php/RevPaginas/article/viewFile/1/13>>. Acesso em: 07 mar. 2012.

JORNAL DO COMMERCIO online. Arraes foi avisado sobre a Operação Condor. **Jornal do Comercio**, Recife, 11 mar. 2001. Disponível em: <[http://www2.uol.com.br/JC/\\_2001/1103/po1103\\_4.htm](http://www2.uol.com.br/JC/_2001/1103/po1103_4.htm)>. Acesso em: 18 out. 2010.

JORNAL DA TARDE, São Paulo, Caderno A, p. 10, set. 1973 apud COIMBRA, Cecília M. B. Doutrinas de Segurança Nacional: Banalizando a violência. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000.

KRISCHKE, Jair. O Papel Protagônico do Brasil na Operação Condor, p. 63-85. In: RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Relatório Azul 2008**. Porto Alegre: CORAG, 2008. 353p.

LARRAQUY, Marcelo. **López Rega**: El peronismo y la Triple A. 2. ed. Buenos Aires: Punto de Lectura, 2007. 560 p.

LATTES, Alfredo; OTEIZA, Enrique. Dinámica migratoria argentina (1955-1984): democratización y retorno de expatriados, 2 vols. Buenos Aires: CEAL, 1987 apud YANKELEVICH, Pablo; JENSEN, Silvina. Una aproximación cuantitativa para el

estudio del exilio político argentino en México y Cataluña (1974-1983). **Estudios Demográficos y Urbanos**, México D. F., vol. 22, n. 002, p. 399-442, mayo-agosto 2007.

LEIVA, María L. **Uruguayos en Suecia (1973-2000)**. Testigos y Testimonios. [2002?]. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/docs/8701.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

LEMKIN, Raphael. Genocide. **American Scholar**, vol. 15, n. 2, p. 227-230, Apr. 1946. Disponível em: <<http://www.preventgenocide.org/lemkin/americanscholar1946.htm>>. Acesso em: 25 set. 2011.

MAGGIOLO, Oscar J. Uruguay, tres años de dictadura. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 27, p. 74-84, nov.-dic. 1976.

MAGNOLI, Demétrio. **Da Guerra Fria à détente**: política internacional contemporânea. Campinas: Papirus, 1988. caps. 1 e 2, p. 13-76.

MALGESINI, Graciela; GIMÉNEZ, Carlos: **Guía de conceptos sobre migraciones, racismo e interculturalidad**. 2a ed. Madrid: Los libros de la Catarata, 2000. 400 p.

MARIANO, Nilson C. **Montoneros no Brasil**: terrorismo de estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MARTÍNEZ, Diego. Navegación nocturna. **Página/12**, Buenos Aires, 12 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-166061-2011-04-12.html>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Fuimos todos. **Página/12**, Buenos Aires, 06 sept. 2009. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/subnotas/131277-42284-2009-09-06.html>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

MARTÍNEZ, Elda G. Buscar un refugio para recomponer la vida: el exilio argentino de los años '70. **Deportate, esuli, profughe**, n. 11, p. 1-15, 2009. Disponível em: <ht

[tp://www.unive.it/media/allegato/dep/n\\_1speciale/01\\_Gonzalez.pdf](tp://www.unive.it/media/allegato/dep/n_1speciale/01_Gonzalez.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2011.

MÉNDEZ, José L. M. **Bajo las alas del Cóndor**. La Habana: Editorial Capitán San Luis, 2006. 187 p.

MEYER, Adriana. El genocida quiere público. **Página/12**, Buenos Aires, 24 enero 2012. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-186088-2012-01-24.html>>. Acesso em: 01 fev. 2012.

MIGUEL, Sylvia. Os voos do Condor revelados. **Jornal da USP**, São Paulo, ano XX, n. 728, 13-19 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2005/jusp728/pag0405.htm>>. Acesso em: 24 out. 2010.

MULEIRO, Vicente. **1976 El golpe civil**. Una historia del mal en la Argentina. 2ª ed. Buenos Aires: Planeta, 2011. 456 p.

NARVÁEZ, Luis. La batalla de Cuba contra el Plan Cóndor. **La Nación** (Chile), Santiago, 23 nov. 2008. Disponível em: <<http://www.lanacion.cl/noticias/site/artic/20081122/pags/20081122182051.html>>. Acesso em: 24 out. 2010.

NATIONS UNIS. **Convention pour la prévention et la répression du crime de génocide**. Adoptée par l'Assemblée Générale des Nations Unies le 9 déc. 1948. Disponível: <<http://www.un.org/millennium/law/iv-1.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2011.

NOVARO, Marcos. **Cables Secretos**. Operaciones políticas en la Argentina de los setenta. Buenos Aires: Edhasa, 2011. 236 p.

PADILLA, Fernando C. **Una vida para Chile**. La solidaridad y la comunidad chilena en Suecia 1970–2010. Estocolmo: Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, 2011. 146 p.

\_\_\_\_\_. **Chilenos en Suecia**: Crónica de un exilio. Estocolmo, 24 feb. 2008. Disponível em: <<http://www.chilenare.wordpress.com>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

PADRÓS, Enrique S. As escolas militares dos Estados Unidos e a pentagonização das forças armadas da América Latina. **Outros Tempos**, vol. 1 esp., p. 13-31, 2007. Disponível em: <[www.outrostempos.uema.br/vol\\_especial/dossieespecialart02.pdf](http://www.outrostempos.uema.br/vol_especial/dossieespecialart02.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Como el Uruguay no hay**: terror de Estado e segurança nacional. Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar. 876 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_. Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: os desaparecidos políticos. **História em Revista**, Pelotas, v. 10, p. 153-168, dez. 2004.

PÁGINA/12. Alak: “La Masacre de Trelew fue el embrión del terrorismo de Estado”. **Página/12**, Buenos Aires, 13 mayo 2012. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/ultimas/20-193957-2012-05-13.html>>. Acesso em: 15 maio 2012.

\_\_\_\_\_. Bendecía los vuelos de la muerte. **Página/12**, Buenos Aires, 12 sept. 2007. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/ultimas/20-91252-2007-09-12.html>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

PALACIOS, Ariel. Há 35 anos, ‘El Brujo’ tentava acordar o ‘Faraó’. **Estadão**, Ariel Palacios. Os Hermanos. História, Política, Política e Temperamento, 01 jul. 2009. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/ariel-palacios/ha-35-anos-el-brujo-tentava-acordar-o-fa/>>. Acesso em: 07 jul. 2011.

PAREDES, Alejandro. La Operación Cóndor y la Guerra Fría. **Universum**, Talca, v. 19, n. 1, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-23762004000100007&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-23762004000100007&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 30 out. 2010.

PASCUAL, Alejandra L. **Terrorismo de estado**. A Argentina de 1976 a 1983. 195 f. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. caps. I e II.

PECEQUILO, Cristina S. **Introdução às relações internacionais**: temas, atores e visões. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. cap. 3, p. 115-130.

PEDRAZA, Luis Dallanegra. **Relaciones políticas entre Estados Unidos y América Latina** ¿Predominio monroista o unidad americana? Buenos Aires: Edición del Autor, 1994. caps. VIII, IX e X, p. 49-68.

PERTICARA, Marcela. Introducción. In: SOPLA. **Migración y políticas sociales en América Latina**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2009. p. 9-14.

PIGNOTTI, Darío. “La diplomacia fue cómplice”. El Mundo. Entrevista a Enrico Calamai, conocido como el Schindler italiano. **Página/12**, Roma, 20 mayo 2012. Disponible em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-194428-2012-05-20.html>>. Acceso em: 20 maio 2012.

QUADRAT, Samantha. V. **Caminhos e descaminhos do exílio argentino no Brasil**. In: Encontro Regional Sudeste de História Oral – Memória e Política, VII, 2007, Rio de Janeiro. Disponible em: <[www.fiocruz.br/ehosudeste/templates/htm/viiencontro/textosIntegra/SamanthaVizQuadrat.pdf](http://www.fiocruz.br/ehosudeste/templates/htm/viiencontro/textosIntegra/SamanthaVizQuadrat.pdf)>. Acceso: 01 mar. 2012.

RANALLETTI, Mario. La guerra de Argelia y la Argentina. Influencia e inmigración francesa desde 1945. **Anuario de Estudios Americanos**, Sevilla, v. 62, n. 2, p. 285-308, jul.-dic. 2005.

REBOSSIO, Alejandro. Argentina imputa por primera vez a un empresario por crímenes de la dictadura. **El País**, Buenos Aires, 23 enero 2012. Disponible em: <[http://internacional.elpais.com/internacional/2012/01/23/actualidad/1327358088\\_076338.html](http://internacional.elpais.com/internacional/2012/01/23/actualidad/1327358088_076338.html)>. Acceso em: jan. 2012.

REIS, Ramiro J. dos. Metodologia de Terror de Estado no sequestro e cárcere dos uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz (1978-1983). **Antíteses**, Londrina, vol. 2, n. 4, p. 915-935, jul.-dic. 2009.

ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 309 p.

RONIGER, Luis. Exílio político y democracia. **América Latina Hoy**, Salamanca, vol. 55, p. 143-175, 2010a. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/308/30816738007.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no Século XX. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, 2010b. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582010000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582010000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 jan. 2012.

ROSTICA, Julieta. Apuntes sobre la “Triple A”. Argentina, 1973-1976. **Desafíos**, Bogotá, v. 23, p. 21-51, semestre II 2011.

SÁBATO, Ernesto. **Nunca mais**: informe da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina, presidida por Ernesto Sábató. Porto Alegre: L&PM, 1984. 348 p.

SCHILLING, Voltaire. **Os Estados Unidos e o início da Guerra Fria (1945-49)**. História por Voltaire Schilling: Mundo. [entre 1990 e 2012]. Disponível em: <[http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/guerra\\_fria.htm](http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/guerra_fria.htm)>. Acesso em: 14 out. 2010.

SEOANE, María. La historia oculta de aquella noche de los bastones largos. **Clarín**, 29 jul. 2006. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/diario/2006/07/29/elpais/p-01415.htm>>. Acesso em: 26 maio 2010.

SEQUEIRA, Claudio D. O serviço secreto do Itamaraty. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 jul. 2007. Disponível em: <[http://www.direitos.org.br/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=3616](http://www.direitos.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3616)>. Acesso em: 22 out. 2010.

SION. Los que nos quedamos llevamos un exilio interno. **SION**, Buenos Aires, 24 marzo 2010. Disponível em: <<http://www.elargentino.com/nota-83273-Los-que-nos-que-damos-llevamos-un-exilio-interno.html>>. Acesso em: 15 set. 2011.

SLANN, Martin; COMBS, Cindy C. **Encyclopedia of Terrorism**. Revised edition. New York: Facts on File Inc., 2007. p. 307-311.

SLEPOY, Carlos. ¿Crímenes de lesa humanidad o genocidio? **Página/12**, Buenos Aires, 12 mayo 2009. Disponível: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-124769-2009-05-12.html>>. Acesso em: 05 jul 2012.

SOUZA, Fabiano F. de. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. **Aedos**, Porto Alegre, n. 8, vol. 3, p. 159-176, jan.-jun. 2011.

STF (Supremo Tribunal Federal). Programa Fórum explica a diferença entre asilo e refúgio. **Notícias STF**, Brasília, 25 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=118174&caixaBusca=N>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

TABORI, Paul. **The anatomy of exile**. A semantic and historical study. London: Harrap, 1972. Chapter 1, p. 23-38.

VERTOVEC, Steven. Conceiving and researching transnationalism. **Ethnic and Racial Studies**, London, v. 22, n. 22, p. 447-462, 1999. Disponível em: <<http://www.transcomm.ox.ac.uk/working%20papers/conceiving.PDF>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

YANKELEVICH, Pablo. **Ráfagas de un exilio**. Argentinos en México, 1974-1983. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, El Colegio de México, 2010. 368 p.

\_\_\_\_\_; JENSEN, Silvina. Una aproximación cuantitativa para el estudio del exilio político argentino en México y Cataluña (1974-1983). **Estudios Demográficos y Urbanos**, México D. F., vol. 22, n. 002, p. 399-442, mayo-agosto. 2007.

WINTER, Jorge; GINIGER, Nuria. **Empresas y Terrorismos de Estado**. Acindar – Mercedes Benz – Ford – Papel Prensa – Tensa y Astarsa. Síntesis de las jornadas, IEM, Ciudad de Buenos Aires, 2011. Disponível em: <[http://www.soawlatina.org/folletto\\_empresas.pdf](http://www.soawlatina.org/folletto_empresas.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2012.

Documentários e filmes

ADEUS LÊNIN. Direção: Wolfgang Becker. Alemanha: Imagem Filmes, 2003. 1 DVD (118 min.), widescreen, color., alemão, português.

CONDOR. Direção: Roberto Mader. Brasil: Focus Filmes e Tabafilmes, 2007. 1 DVD (106 min), widescreen, color., português, inglês.

CORDERO DE DIOS: Agnus Dei. Direção: Lucía Cedrón. Argentina/ Francia: Les Films d'Ici/ Goa Films/ Lita Stantic Producciones, 2008. 1 DVD (92 min), widescreen, color., español.

IMAGINING ARGENTINA. Direção: Christopher Hampton. Espanha, Estados Unidos, Reino Unido: Universal Pictures, 2003. 1 DVD (107 min.), widescreen, color., espanhol, inglês, português.

LES ESCRADRONS DE LA MORT: L'École Française. Direção: Marie-Monique Robin. França: Idéale Audience International, 2004. 1 DVD (70 min), francês.



**APÊNDICE**

## APÊNDICE A – O questionário, as entrevistas e os entrevistados

O questionário contém três partes. Na primeira, procurou-se reunir informações pessoais (nome, sexo, estado civil, idade, profissão e residência atual, se o entrevistado havia sido exilado, familiar de vítima; e se havia participado dos golpes de 1966, de 1976, ou de ambos). Na segunda parte as perguntas buscaram obter informações sobre o perfil profissional do entrevistado. Na última parte, as quatorze perguntas formuladas foram referentes às situações de pré e pós-exílio.

Todos os depoimentos foram obtidos, através de respostas às perguntas formuladas. O questionário abaixo, elaborado previamente, foi enviado por e-mail à maioria dos entrevistados, segundo exigência dos mesmos, para poderem conhecer o teor do estudo e, obviamente, para aceitarem ser entrevistados.

As entrevistas foram registradas em arquivos de voz e tiveram duração média de uma hora e meia. As transcrições foram mantidas na língua vernácula, o espanhol, para que os relatos não perdessem sua precisão e originalidade (cf. APÊNDICE B).

Os sete argentinos ex-exilados foram entrevistados em Buenos Aires e Estocolmo. Os seis primeiros foram entrevistados, nos dias 10, 13, 15, 16 e 17 de junho de 2011, na *Ciudad Autónoma de Buenos Aires*, capital federal da Argentina, onde residem, desde que retornaram do exílio. Alguns meses mais tarde, no dia 18 de outubro de 2011, o sétimo argentino foi entrevistado em Estocolmo, Suécia, onde vive atualmente.

O grupo dos sete entrevistados esteve composto por homens e mulheres de diferentes profissões. Dos cinco homens entrevistados, dois são advogados, um é jornalista, outro é pesquisador, e o último, professor. As mulheres trabalham, atualmente, uma como antropóloga e outra como pesquisadora.

### **“Cuestionario acerca de la dictadura y exilio argentino entre 1966-83”**

#### **Datos personales del entrevistado**

**Primer nombre:** \_\_\_\_\_

**Sexo:** ( ) Femenino ( ) Masculino **Edad:** \_\_\_\_\_

**Estado civil:** \_\_\_\_\_ **Hijos:** ( ) Sí ( ) No \_\_\_\_\_

(Cont.) – Cuestionario acerca de la dictadura y exilio argentino entre 1966-83

**Profesión actual:** \_\_\_\_\_

**Email:** \_\_\_\_\_

(Cont.) – Cuestionario acerca de la dictadura y exilio argentino entre 1966-83

**Soy:** ( ) ex exiliado/ ( ) familiar de ex exiliado/ ( ) conocedor del tema

**Vivo:** ( ) en Argentina/ ( ) Fuera del país, qué país? \_\_\_\_\_

**Participación en los golpes de:** ( ) 1966 ( ) 1976 ( ) Los dos.

.....  
**Grupos de entrevistados**

**Grupo 1** – Intelectuales académicos ( )

**Grupo 2** – Obreros ( )

**Grupo 3** – Estudiantes, periodistas, artistas, etc. ( )

.....  
**Preguntas**

**1** ¿Usted perteneció a algún grupo político? ¿Cuál? ¿Cuánto tiempo militó?

**2** ¿Qué lo llevó a hacer parte de ese grupo?

**3** ¿Cuándo se sintió amenazado o perseguido?

**4** ¿Tenía convicción de lo que le podría pasar a Usted era por pertenecer a un grupo político o debido el hecho de ser conocido, o pariente de algún militante contra la dictadura?

**5** ¿Antes de exilarse, en qué trabajaba? O estudiaba? **SI TRABAJABA**, ¿Cuál era su profesión? ¿Trabajaba en que empresa? ¿Participó de alguna organización sindical? **SI ESTUDIABA**, ¿Qué nivel de estudios cursaba: secundario o terciario? ¿En qué escuela o universidad? Pública o privada? ¿En qué ciudad?

**6** ¿Dónde vivía? ¿Buenos Aires u otra ciudad?

**7** ¿Cuántos años tenía cuando se exilió?

**8** ¿Estuvo preso? ¿Fue torturado? ¿Por cuánto tiempo? ¿Dónde?

**9** ¿Por qué tuvo que exiliarse? ¿Durante cuánto tiempo estuvo fuera de Argentina? ¿En qué país? ¿En qué trabajó?

**10** ¿Necesitó pedir asilo en alguna embajada antes de salir o recurrir a la ACNUR (Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados)?

**11** ¿Vivió el incilio (exilio interno) antes del exilio (externo)? ¿Dónde? ¿Cuánto tiempo?

(Cont.) – Cuestionario acerca de la dictadura y exilio argentino entre 1966-83

**12** ¿Cuándo ocurrió la posibilidad de regresar a la Argentina, volvió inmediatamente o permaneció más tiempo en el exterior?

**13** ¿Cómo explica el origen de la represión en el período 76-83?

**14** Las experiencias vividas cambiaron su vida. ¿Cuáles fueron las más importantes?  
¿Cómo evaluaría hoy su experiencia en Argentina y en el exilio?

Fonte: Questionário desenvolvido pelo autor.

## APÉNDICE B – As entrevistas dos sete ex-exilados

<b>Entrevista 1</b>		
<b>Nombre:</b> “Vicente” ( <i>Entrevistado el 10 de junio de 2011, en Buenos Aires</i> )		
<b>Sexo:</b> ( ) Femenino	( x ) Masculino	<b>Edad:</b> 63 años
<b>Estado civil:</b> Soltero	<b>Hijos:</b> ( ) Sí	( x ) No
<b>Profesión:</b> periodista. Trabaja actualmente como funcionario del Gobierno Argentino		
<b>Soy:</b> ( x ) ex exiliado/	( ) familiar de ex exiliado/	( ) conocedor del tema
<b>Vivo:</b> ( x ) en Argentina/	( ) Fuera del país, qué país? _____	
<b>Participación en los eventos de:</b> ( ) 1966		
	( x ) 1976	( ) Los dos.

**Grupo 1 – Intelectuales académicos ( x )**

1) *¿Usted perteneció a algún grupo político? ¿Cuál? ¿Cuánto tiempo militó?* Empecé muy joven. Pertenecí en un grupo político que primero fue la Juventud Socialista. Después fue el Partido Socialista Argentino, así se denominaba, y luego en distintas fracciones a la izquierda de ese propio partido. O sea, es un partido que tuvo varios desplazamientos y yo siempre los fui a acariciar, desde joven. Yo empecé en la Juventud Socialista a los 15 (años)... Muy temprano. Yo tuve 11 años de militancia política y sindical antes de irme del país y después de vuelta desde el (19)84 hasta ahora.

2) *¿Qué lo llevó a hacer parte de ese grupo?* Yo tuve algunas convicciones políticas de izquierda siempre, de chico, desde muy joven. A los 14 años ya hacía actividades en el colegio secundario. A los 15 ya tenía actividad política. Así que fueron las convicciones. Convicciones. No hay una explicación. Soy de una familia de clase media baja, no era una familia muy politizada, familia común, no tenía un perfil de demasiada politización. Tenía un hermano que ya falleció que era de la Juventud Comunista, con lo cual eso puede haber influido, pero yo nunca fui comunista, sino socialista. Eran convicciones que tenía desde joven. Yo creo que es bastante espontáneo. Porque hay mucha gente que llega a la política por la vía familiar, pero este no es el caso, salvo lo que te decía, la experiencia de mi hermano, que sí era un activista político. Así que no hay un fundamento más que en la sangre, efectivamente.

3) *¿Cuándo se sintió amenazado o perseguido?* No. Yo era integrante de una conducción del Sindicato de Periodistas de la Ciudad de Buenos Aires. Y varios de los compañeros nuestros, muy cercanos, ya empezaban a ser secuestrados, y finalmente son desaparecidos, obviamente. Entonces, en mi casa vivía un periodista, colega y amigo, que desapareció. En la empresa, que era una agencia de noticias italiana donde yo trabajaba desaparecieron tres. Entonces, era un clima que inexorablemente iba a ser depuesto. Un mes antes del golpe de Estado, la empresa donde yo era sindicalista que es el diario más importante de Argentina, que es el diario El Clarín, ahora que era enfrentado al gobierno me despiden, por actividad sindical. Así que estaban dadas todas las condiciones para que uno no lo se quisiera quedar. El riesgo era evidente, era inexorable. Era seguro. Entonces el golpe de Estado fue en marzo del 76, y sólo logré estar hasta mediados de agosto de (19)76. Ahí la situación ya era desesperante, porque ya había desaparecido mucha gente, muchos colegas, no tenía ningún sentido en quedarse. Por eso me fui. Con la idea de que se van los exiliados, de que es por unos dos meses, pero después pasan dos años.

4) *¿Tenía convicción de lo que le podría pasar a Usted era por pertenecer a un grupo político o debido el hecho de ser conocido, o pariente de algún militante contra la dictadura?* Sí.

5) *Antes de exilarse, en qué trabajaba? ¿Cuál era su profesión?* Era periodista en el diario Clarín.

6) *¿Dónde vivía? ¿Buenos Aires u otra ciudad?* En Buenos Aires.

7) *¿Cuántos años tenía cuando se exilió?* Tenía 27 años.

8) *¿Estuvo preso? ¿Fue torturado? ¿Por cuánto tiempo? ¿Dónde?* No, no, no. Tuve detenciones breves, pero, no, no, no nunca judicializado. Eso no.

9) *¿Por qué tuvo que exiliarse? ¿Durante cuánto tiempo estuvo fuera de Argentina? ¿En qué país? ¿En qué trabajó?* Era una situación desesperante, extrema. Precisamente te digo, hubo un colega, amigo y compañero muy cercano que vivía en mi propia casa cuando fue secuestrado. De tal manera que ya no pude volver ni si quiere a mi casa. Entonces, te lo cuento como es. Por actividad sindical nos habían despedido del empleo. Estábamos desocupados. La represión ya había secuestrado a varios del grupo nuestro, que era una conducción semi-clandestina del Sindicato de los Periodistas de Buenos Aires. Entonces estaba sin empleo, con persecución, con desaparición de gente de mi grupo. No había ninguna posibilidad de tener un empleo y ya no teníamos tampoco casa, porque gente que vivía en mi casa había desaparecido. Cuando alguien que vivía en una casa era tomado preso, desaparecido, ya nadie podía volver a esa casa. Entonces, llegó una situación en los primeros meses: el golpe fue el 24 de marzo. Había pasado abril, mayo, junio, julio, agosto. El 16 de agosto ya no tenía escapatoria. No tenía trabajo, no tenía casa, y corría peligro vida y libertad. Recibí una invitación a irme a un Congreso Internacional de Periodistas que se hacía en Finlandia, pero que se tramitaba a través de unos colegas que ya estaban en México exiliados de antes. Y ellos me mandan la invitación para mí y para otro compañero del mismo gremio, que no logra ir porque lo desaparecen. Yo logré llegar. Entonces, pude salir primero a Mendoza, después a Chile, después a Perú, después a México, después hasta La Habana, después hasta Moscú y después a Finlandia, al Congreso. Yo hago la primera denuncia internacional, que haya registro por lo menos, de la situación de los derechos humanos de los periodistas en la Argentina. Yo hago mi curso en el congreso este de Finlandia en el mes de septiembre de 1976. Y ahí denuncio las desapariciones, los secuestros de periodistas. Yo ya no podía volver. Entonces, tengo que elegir entre tres opciones de vías personales para ir. O en México, o España o Venezuela. Pero por qué? Porque en estos tres lugares ya habían exiliados, conocidos míos, mis amigos periodistas. Yo elijo México. Una elección que no tiene mucha explicación. Yo soy hijo de españoles, mis padres eran españoles, pero no elijo España. Tampoco Venezuela. Bueno, fue una decisión que no tiene mucha explicación.

Yo vuelvo a México en octubre de 1976. Ya en el mes de octubre del 76 había una pequeña comunidad de argentinos exiliados en México. Antes había una comunidad mucho más grande, ya previamente, que eran los chilenos. Había también uruguayos y había brasileños, obviamente. Pero la comunidad fuerte era la chilena: la que había tenido mayor apoyo oficial del Estado mexicano por la política exterior de México, la solidaridad con los refugiados españoles en los años 40, por los chilenos después en el golpe de 73. Pero ya los argentinos teníamos un pequeño grupo ahí de gente que uno llegaba a México con visa de turista y la propia comunidad de exiliados se encargaba de facilitar; había como un pequeño dispositivo, o *lobby* de grandes exiliados, que con buenas relaciones políticas con el gobierno mexicano – gobierno mexicano que independientemente de su política interna, en lo que es su política externa, era un gobierno muy progresista y en general nos vimos facilitados para transformar esa visa de turista provisional que nos daban, en una visa transitoria para trabajar. Transitoria. No definitiva. El requisito se cumplía de la siguiente manera: uno tenía que conseguir un ofrecimiento de trabajo profesional, en mi caso como periodista, y una vez que tenía ese reconocimiento a través de, en ese momento un lugar que se llamaba la Casa Argentina y a través de un nexo informal, pero muy eficiente con el gobierno mexicano, estaba en manos de un, de quien había sido el gestor de la UBA, Rodolfo Puiggrós, él de alguna manera, era el nexo entre la comunidad argentina exiliada y las autoridades migratorias de México. Él fue el Rector Nacional de la Universidad de Buenos Aires, era el nexo entre los exiliados iniciados de esa época y el gobierno mexicano. A través de él se facilitaba, digamos, la transformación de tu visa de turista en una visa

para un trabajo temporario. De hecho, estuve 9 años, casi, y siempre tuve visas temporarias. Te renovaban esa visa, que se llamaba Fórmula Migratoria II (FMII), ese era el nombre burocrático.

No es permanente, o sea, si un hombre de negocios llegaba a hacer una inversión y se instalaba en México le daban la FM1. Pero nosotros como teníamos que acreditar un tiempo que no me acuerdo, 6 meses o un año, a hacer un trámite, uno de los grandes malestares, dificultades, era hacer ese trámite. Porque, si bien el gobierno Mexicano era muy abierto y solidario con los exiliados, el hecho de hacer el trámite y muchas veces los funcionarios del área de migraciones no eran del todo amables y los trámites eran engorrosos y bueno.. Tú sabes que las oficinas de migraciones en todo el mundo son un poco complicadas para los extranjeros, en todos los países, incluido en Argentina. Nosotros sufríamos un poco, pero el gobierno tenía muy buena predisposición con nosotros y segundo, había muchas oportunidades en el mercado laboral para gente con la calificación que en ese momento teníamos nosotros... En aquel momento habían como varios nichos en el mercado laboral y uno era el periodismo, donde el desarrollo de la profesión en Argentina estaba un poco más avanzado... Eso nos permitió encontrar en ese nicho de trabajo profesional, oportunidades de trabajo. De hecho, estuve en el mismo periódico, en el mismo diario, trabajando esos 7 años. El diario se llamaba UnoMásUno (hoy su sucesor es La Jornada). Esa es la parte migratoria.

La parte laboral es la que te digo ahora. Había buenas oportunidades laborales. En general a diferencia del exilio en España, y en Europa asegurado, donde argentinos que tenían una cierta calificación laboral tenían que de alguna manera descender y desempeñar tareas menores, incluso estar en la calle vendiendo objetos, muy típico del exilio. En México y en Venezuela no sucedió eso. Hasta donde yo sé de Venezuela y por lo que yo sé de México, en México los argentinos que tenían una calificación laboral era usualmente, no siempre, en un rol así pertinente. No había una devaluación del rol laboral. Incluso al revés. Había gente de una calificación media que avanzaba, digamos, en el estamento laboral y profesional hacía arriba. Había oportunidades muy positivas de desarrollo de una carrera profesional en México. Y eso es muy importante porque la comunidad argentina de exiliados no tenía, digamos, una situación de extrema tensión por la necesidad de la sobrevivencia. Salvo, excepciones que siempre hay. Salvo excepciones, todos teníamos un ingreso razonable que permitía afrontar los desafíos de la vida que quiere decir, tener, casa, ropa, comida, esparcimiento, libros, así que no hubo segmentos muy muy desfavorecidos. Otra cosa pasaba en el exilio de Europa, según me dijeron y yo pude ver donde fue más duro. Y la ventaja de México también era mucho el idioma. Era mucho el hecho de que tenía una gran tradición de recibir exiliados por la República Española, como te dije, y después los chilenos...

*10) ¿Necesitó pedir asilo en una embajada antes de salir o recurriste a la ACNUR (Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados)?* No, no, no, no. Nosotros estábamos en condición de exilados, no asilados. Prácticamente, no hubo asilados argentinos. Asilados estuvieron, creo los que habían permanecido refugiados en la Embajada Mexicana en Buenos Aires... que tampoco sé si, efectivamente, ellos salieron en calidad de asilados, pero no sé si tenían la condición de asilados, que como el ex presidente (*Héctor José*) Cámpora, la familia Vaca Narvaja, eran unas treinta personas.

*11) ¿Vivió el incilio (exilio interno) antes del exilio (externo)? ¿Dónde? ¿Cuánto tiempo?* No.

*12) ¿Cuándo ocurrió la posibilidad de regresar a la Argentina, volvió inmediatamente o permaneció más tiempo en el exterior?* Sí, yo volví inmediatamente. El presidente Alfonsín asumió el diez de diciembre de 1983. Yo volví el primero de febrero 1984. O sea, el tiempo necesario para hacer el equipaje. Desmontar la casa. Mandar por vía marítima los libros. Así que yo volví, inmediatamente. Los trámites básicos me demoraron un mes y medio. Así que, el día que estuvo Alfonsín, yo ya estaba haciendo mis trámites para volver.

*13) ¿Cómo explica el origen de la represión en el período 76-83?* Fue un proceso de degradación creciente de la situación institucional argentina. Fue la reacción de la clase dominante frente a un,

digamos, creciente resistencia de sectores trabajadores, obreros, estudiantiles a medidas de tipo reaccionario. Y se expresó en un plan previsto, organizado, sistemático, para evitar, digamos este, lo que se temía que podría llegar a ser un estallido, un deteñible de matriz incluso revolucionaria y esa secuencia es la que determinó el golpe militar. Entonces, es una combinación de un deterioro de las condiciones institucionales del país a partir de que el sector dominante de la economía, el poder más concentrado de ese momento teme por sus inversiones y por sus mecanismos de explotación económica y política y social y trata de frustrar ese camino de luchas crecientes que venía la Argentina desde el año, por lo menos, 68, 69. Estábamos ya ahí unos cuantos años ya de lucha creciente, de desarrollo muy pronunciado, la lucha de clases de los sectores de los estudiantes, de los obreros... y se corresponde, digamos, con el desarrollo de una estrategia de tipo internacional, pero que después se popularizó y se llamó Neoliberalismo y que ese conjunto de concepciones que nacen a fines de los años 40, básicamente las ideas neoliberales de la gente de Mont-Pelerin, Hayek (*principal teórico neoliberal*) y todos ellos que no habían logrado hasta el año 73 en Chile, instalar ninguna experiencia. En el año 73 hacen una experiencia, la primera. Y la Argentina es parte de esa también experiencia inicial de aplicación de políticas neoliberales en los países latinoamericanos como conejillos de indias. Y luego se despliega en otros países de la zona, como Argentina en el 76. Y eso es parte de los dispositivos de avance de las políticas neoliberales que están los golpes militares en estas zonas de continencia. Y esas experiencias después se materializan en 79 y 80 con Thatcher en Inglaterra y con Reagan en EE.UU. Eso es la experiencia de la política neoliberal que nació como teoría económica a fines de los años 40, después de la Segunda Guerra Mundial.

*14) Las experiencias vividas cambiaron su vida. ¿Cuáles fueron las más importantes? ¿Cómo evaluaría hoy su experiencia en Argentina y en el exilio?* Creo que la experiencia del exilio tiene un doble carácter. Es muy dolorosa y muy impactante en la evolución personal, política, ideológica de cada uno de nosotros. Es dolorosa por obvios motivos: la distancia, los amigos, la familia, la imposibilidad en aquella época de los medios de comunicación, que eran mucho más elementales; no existía la telefonía celular, no existía la computadora. Y además el sistema tradicional de comunicación, que era el teléfono, era caro y controlado por las autoridades; mientras el correo era barato, pero también controlado por las autoridades. No había una forma de comunicación. Eso creaba una cierta sensación de aislamiento, de distancia. Pero también la parte positiva, el hecho de vivir en una sociedad distinta, con matices, con mismo idioma, pero con idiosincrasias diferentes, muy diferentes; con otros códigos en la interrelación personal; con otros niveles de desarrollo, digamos, de las condiciones laborales, o sea, por ahí requirió una enorme capacidad de adaptación a una realidad muy distinta a la nuestra. Nosotros salíamos de un país que desde el punto de vista demográfico, social, étnico, es muy diferente. Nosotros salíamos de un país que en ese momento era bastante menos integrado a Latinoamérica, que ahora. Ahora por suerte es un país claramente latinoamericano. En este momento era un país de una gran ambigüedad, donde la cuestión latinoamericana no estaba abordada. Era un país muy centrado en una visión eurocéntrica, donde no había plena conciencia, ni si quiera de los sectores muy avanzados. Nosotros éramos el sector más avanzado. O sea, del punto de vista retórico, nosotros éramos latinoamericanistas. De un punto de vista del ejercicio práctico de nuestra vida social e incluso personal, era un país bastante referenciado en una situación ajena y,– lejana como era la de Europa. Ir a México en los años 70, implicó zambullirse plenamente en una estructura social, cultural latinoamericana. Esto fue el gran avance nuestro y gran aprendizaje. El otro tema, no menor, era que al estar en una tierra de exilio en donde había brasileños, uruguayos, chilenos, haitianos, paraguayos, guatemaltecos, salvadoreños, nicaragüenses exiliados, que en un sí había más... Eso también enriqueció porque estableció, digamos, la posibilidad de mirar la realidad de distintos ángulos. Y después México es un país que tiene una gran tradición cultural, en general, un gran desarrollo de la cultura, de las artes y también en tema de que había instituciones académicas muy desarrolladas, muy importantes. Menciono dos: CLACSO y Colegio de México. O sea, al estar CLACSO, al estar el Colegio de México, al estar muy ligada, digamos, la vida nuestra a las instituciones académicas, sea como profesores, o como



alumnos, nosotros interactuábamos mucho con las organizaciones académicas de México. Había instituciones espléndidas, por ejemplo, el Centro de Estudios del Tercer Mundo, que esto dirigía y había creado el ex presidente Luis Echeverría; el Colegio de México, CLACSO México, la UNAM (Universidad Nacional Autónoma de México), la UAM (Universidad Autónoma de México), entonces, el INAH (Instituto Nacional de Antropología Histórica). Bueno, todas esas instituciones a nosotros nos alentaban mucho a la capacitación... teníamos una participación directa en algunos casos. Yo fui profesor de la UNAM, por ejemplo. Pero muchos exiliados se hicieron sus licenciaturas o maestrías en la UNAM, en la UAM, en el INAH y además porque México, particularmente, tenía desarrollo en determinadas ciencias de áreas sociales, sobre todo específico, que eran muy desplegados que en Argentina. Por ejemplo, Antropología, el desarrollo de la carrera en México, era muy básico, muy importante. En Argentina, no, era una carrera todavía marginal. Pero claro por razones obvias, no? Eran distintas sociedades y etc. Y hasta un hecho que ahora digo que importaba: México era un país del hemisferio norte. Entonces, si uno mira las comunicaciones internacionales, además obviamente la cercanía con EE.UU y Canadá. Para nosotros que somos del sur, del sur, y que estamos en el hemisferio sur, sur, este, es un cambio significativo. La cercanía con América Latina era mucho más grande, la cercanía con Europa real y EE.UU también era más grande, porque era geográficamente más cerca. Si uno mira los itinerarios de la aviación es todo un enjambre en el norte, algunos vienen hasta acá, como suecos, de Chile, Argentina, Uruguay... Geográficamente, estábamos más interconectados con el mundo, el mundo de las ideas. Y todos pudimos desarrollar, en general, nuestras profesiones originales, o adquirimos habilidades más sofisticadas, más importantes, de mayor relevancia, de mayor ingreso, de mayor impacto, así que fue una experiencia positiva en ese sentido la de México. No creo que eso se haya repetido necesariamente en otras experiencias de exilio. Me parece que no. Los argentinos, interactuábamos bastante con el resto de la comunidad exiliada, pero también con los mexicanos. Se produjeron, digamos, este, parejas y familias binacionales, y hoy tenemos lo que nosotros llamamos los *argenmex*. Sabes que es una categoría muy usada. No existe la categoría de *argenmex* ni en Venezuela: *argenven*, no existe; *argenen*, en España, no existe; *argensuecia*, no existe. La única, digamos, característica bicultural, binacional asumida como propia, de todos los exiliados en todo el mundo, es la *argenmex*. Hoy hay muchos *argenmex* y es el caso en que nos encontramos, en alguna actividad, o académica, u oficial, o a lo que sea, y todavía utilizamos como pequeños datos equis de comunicación, o algunas palabras de el lenguaje cotidiano de México. Es decir que eso nos da una cierta complicidad simpática entre nosotros. Como hay algunas palabras de la argot mexicano que no tienen una traducción literal, entonces, nosotros sabemos que es como una especie de mecanismo de comunicación y usamos esas palabras. Por ejemplo, si yo me encuentro con un argentino que es académico, o funcionario, o artista, o empresario que vivió en México, y yo le digo “*Qué bole?*”, ya le estoy diciendo “Te acuerdas? Estuvimos exiliados juntos”. Bueno, hay como una mentalidad *argenmex*. Esta refleja también en gustos gastronómicos comunes, literarios, cinematográficos, etc. Digamos, hay como una especie de pequeña lógica, la fragmasonería argentino-mexicana. Y además porque por razones familiares en unos casos, por razones de trabajo, de gratitud, de simpatía en otros y por razones de muchas amistades conseguidas a lo largode tantos años, hay mucha comunicación entre argentinos y mexicanos en este sector de los antiguos exiliados. El hecho que nuestra actual embajadora (Patricia Vaca Narvaja) sea integrante de una de las familias emblemáticas del exilio argentino en México esta la pauta de cómo existe ese fenómeno de los argenmex, hay un grupo de acción política de jóvenes argentinos que se fueron muy chiquitos y que apoyan nuestro gobierno en México, es muy interesante.

### **COMENTARIOS EXTRAS**

**¿Qué fue el Plan Cóndor?**: El Plan Cóndor era la presión en términos de socialización por los poderes de facto de los distintos países del factor represivo, era digamos, un factor de acuerdo represivo común a los países del área. Había un espiral de lucha creciente encarnada por las fracciones de izquierda, en Argentina, atravesadas por el fenómeno del Peronismo. Siempre

Argentina es especial. Por eso es difícil para él que es argentino y también para él que no es argentino entender algunas cosas, y en ese itinerario de lucha creciente el Plan Cóndor explica la articulación de esfuerzos del Estado de Brasil, de Argentina, de Chile, de Paraguay y de Uruguay. Entonces manejaban en común información y represión. Por eso tenemos el caso de gente que fue secuestrada en Buenos Aires y trasladados a Uruguay y tenemos exiliados uruguayos que en Buenos Aires fueron asesinados, el famoso caso del General Praats, de Chile, asesinado en Buenos Aires, los casos de los argentinos secuestrados en Brasil. Hubieron varios casos e incluso el caso de madres de Plaza de Mayo que fueron secuestradas en Perú, o sea, era una articulación vasta, compleja y feroz para evitar la articulación que era muy incipiente entre los grupos insurgentes de la región. Había una mínima coordinación entre los grupos insurgentes de Chile, Argentina, Uruguay, no sé el caso de Brasil, pero esta fue un poco, la contrapartida, digamos, la respuesta del *statement* militar antojadizo y represivo al determinismo de coordinación que estaba en marcha.

**Desaparición de exiliados argentinos o peligro en el exilio en México:** Hubieron casos de conocidos, de aparición en México de comandos represivos argentinos. Hay un caso muy famoso, que fue develado por las autoridades mexicanas que expulsaron sus integrantes. La verdad es que hay que reconocer el profesionalismo de los servicios de inteligencia mexicanos porque ese profesionalismo nos daba una cierta tranquilidad de que no corríamos peligro, nunca vivimos un ambiente de zozobra, ni de angustia, ni de peligro. Desarrollamos nuestra vida con toda normalidad, teníamos una cierta simpatía de ciertos sectores de la comunidad y contábamos con la seguridad que nos daba México. Tuvo este importante y grave, que fue local, que fue muy focalizado y fue desmantelado por la inteligencia mexicana y expulsados sus integrantes que no pudieron..., no obstante que México era un enclave muy importante de la presencia argentina, no era un país de exilio *light*, era un país donde circulaban dirigentes insurgentes de relevancia, así que no teníamos ninguna zozobra, ningún peligro.

**Entrevista 2****Primer nombre:** "María" (*Entrevistada el 13 de junio de 2011, en Buenos Aires*)**Sexo:** ( x ) Femenino ( ) Masculino **Edad:** 85 años**Estado civil:** divorciada **Hijos:** ( x ) Sí ( ) No: 1 hija**Profesión actual:** Antropóloga**Soy:** ( x ) ex exiliado/ ( ) familiar de ex exiliado/ ( ) conocedor del tema**Vivo:** ( x ) en Argentina/ ( ) Fuera del país, qué país? \_\_\_\_\_**Participación en los eventos de:** ( ) 1966 ( ) 1976 ( x ) Los dos.**Grupo 1 – Intelectuales académicos** ( x )**Preguntas**

1) *¿Usted perteneció a algún grupo político? ¿Cuál? ¿Cuánto tiempo militó?* No.

2) *¿Que lo llevó a hacer parte de ese grupo?* No tuve militancia política.

3) *¿Cuándo se sintió amenazado o perseguido?* Yo de la represión no tuve... cada vez se iba deteniendo a más gente y a más gente, del entorno mío. Entonces, el consejo de mis amigos, mis amigos pensantes, era que yo tenía que irme.

4) *¿Tenía convicción de lo que le podría pasar a Usted era por pertenecer a un grupo político o debido el hecho de ser conocido, o pariente de algún subversivo o contra la dictadura?* No.

5) *Antes de exilarse, en qué trabajaba? O estudiaba?* En el año 66 era relativamente tranquilo, comparado con una década después. Yo en el 76 inclusive trabajé muchísimo, muchísimo en salud. Nos fuimos de la Facultad (*de Ciencias Exactas, UBA*). Yo estuve hasta el año 66 como jefa del Instituto de Cálculo. A mediados del 66 nos fuimos de la facultad y yo busqué trabajo y el más interesante y más apropiado era lo de salud. Desde 76, al extremo de que los coroneles intervinieron en la obra social donde yo estaba trabajando y ya llevaba un montón de años allí.

6) *¿Dónde vivía? ¿Buenos Aires u otra ciudad?* En Buenos Aires.

7) *¿Cuántos años tenía cuando se exilió?* Yo tenía 55 años.

8) *¿Estuvo preso? ¿Fue torturado? ¿Por cuánto tiempo? ¿Dónde?* No.

9) *¿Por qué tuvo que exiliarse? ¿Durante cuánto tiempo estuvo fuera de Argentina? ¿En qué país? ¿En qué trabajó?* Porque todos mis amigos se habían partido. Entonces no quedaba otra solución más que irse. Pero, por otro lado era la muerte civil, porque ya no podría conseguir trabajo en ninguna parte.

Yo la única vez que me fui y que pasó por mi cabeza de irme, fue en 76 y 77. Yo me fui en el mayo de 77. Del 77 al 83 estuve en Venezuela. Y ahí, afortunadamente, pude actuar tanto en Matemática, como en el tema que yo me había estado ocupando acá, en la Argentina, que era seguro de salud; que en Venezuela estaba poco desarrollado, estaba siempre a imagen y semejanza de EE.UU. Y entonces los seis años que estuve en Venezuela estuve muy, muy... Los venezolanos en general son afables, pero acá eran particularmente afables, porque yo no tenía familia. Venezuela estaba muy ávida y muy necesitada de gente muy calificada, y entonces abrió sus puertas. Y yo trabajé en la Fundación Ayacucho, donde existía un sistema de becas impresionante. Y después trabajé en los temas de salud que era lo que ya conocía. Y entonces yo les diseñé varios sistemas, inclusive con compañías de seguro.

(*El exilio*) Era muy fácil por los propios venezolanos. Bueno, supongo que no dependía de mí. Los venezolanos me ayudaban mucho a sentirme muy protegida, muy, muy... a hacer parte de la sociedad, aunque... yo era como soy ahora, no cambié mucho...

10) *¿Necesitó pedir asilo en una embajada antes de salir o recurriste a la ACNUR (Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados)?* No, no, no, no. Yo salí de forma legal. Yo primero me fui a Montevideo, después estuve en Brasil y después me fui a Venezuela. En Venezuela sí tenía conocidos. Salí con ayuda de los amigos. Yo ya llevaba muchos meses sin trabajar y entonces mis amigos me ayudaron y luego después, afortunadamente, pude rembolsarles lo que habían prestado. Pero ellos no se lo esperaban. Eran donaciones. Pero yo podía, porque trabajé muy, muy, muy, muy bien en Venezuela.

11) *¿Vivió el incilio (exilio interno) antes del exilio (externo)? ¿Dónde? ¿Cuánto tiempo?* No.

12) *¿Cuándo ocurrió la posibilidad de regresar a la Argentina, volvió inmediatamente o permaneció más tiempo en el exterior?* En el año 83 volví porque me ofrecieron un contrato en un banco. Bueno, un banco no era lo más apropiado para mí, y luego entré de asesora del Ministro de Ciencia y Tecnología, y ahí fui subsecretaria de Ciencia y Tecnología. El 10 de diciembre del 83 asumieron los funcionarios del gobierno de Alfonsín. Entonces, todo el período de Alfonsín yo estuve en la secretaria de Ciencia y Tecnología como subsecretaria.

13) *¿Cómo explica el origen de la represión en el período 76-83?* La represión era, bueno, si uno se ajusta a las cifras, eran 30.000 perseguidos. Eso era la represión... Usted ve que tengo la literatura, y bueno... Vamos a contestarle la pregunta con más precisión. Yo creo que la represión se centralizó entre los universitarios y los sindicalistas, no? Y los alrededores. Era mejor matar o torturar. Era mejor que dejar libre. Después de la tortura era lógico que esa gente odiara a los represores.

14) *Las experiencias vividas cambiaron su vida. ¿Cuáles fueron las más importantes? ¿Cómo evaluaría hoy su experiencia en Argentina y en el exilio?* El exilio no cambió mucho mi vida. No. Porque los venezolanos... Yo tengo amigos venezolanos y yo no les voy a ver por Chávez, no. Eso es otra historia. Yo no les voy a ver igual que no fui a la España de Franco, no? Pero yo tengo muy, muy buenos amigos antichavistas que nos carteamos, bueno, carteamos ahora con los emails y estamos muy unidos, inclusive alguno vino hasta acá en viaje de turismo.

### **COMENTARIO EXTRA**

**La Noche de los Bastones Largos cambió a su vida o no?** Sí, claro que cambió. La Noche de los Bastones Largos cambió totalmente a mi vida. Porque renunciamos al Instituto (*de Cálculo de la UBA*)... de los 70 que éramos, se quedaron siete. La base. La famosa Clementina, la devastaron completamente. Claro, de todos modos, ya estábamos en proceso de comprar otra. Porque muchos años... este, 1962, que habíamos comprado Clementina y ahí el 1966, la computación, la informática ya... y IBM cometió el error de no donar a la Universidad (UBA) una computadora. Entonces, se hizo una licitación y la ganó una compañía inglesa. Bueno, entonces, la computadora era no apta para trabajos comerciales, administrativos. Era más bien una computadora científica. La prueba está que en Manchester la tenían solamente para trabajos científicos. Calcule que, nosotros, cuando iniciamos en el año 62 y 63, las tareas eran diez minutos, nada más. Y después trabajábamos al final, en 1966, a 24 horas.

**Entrevista 3**

**Nombre:** "Mateus" (Entrevistado el 15 de junio de 2011, en Buenos Aires)

**Sexo:** ( ) Femenino ( x ) Masculino **Edad:** 65 años

**Estado civil:** casado **Hijos:** ( x ) Sí ( ) No: 2 hijos **Profesión actual:** Abogado

**Soy:** ( x ) ex exiliado/ ( ) familiar de ex exiliado/ ( ) conocedor del tema

**Vivo:** ( x ) en Argentina/ ( ) Fuera del país, qué país? \_\_\_\_\_

**Participación en los eventos de:** ( ) 1966 ( x ) 1976 ( ) Los dos.

**Grupo 1 – Intelectuales académicos** ( x )

**Preguntas**

1) *¿Usted perteneció a algún grupo político? ¿Cuál? ¿Cuánto tiempo militó?* Yo tuve contactos con un grupo político de la época, pero mis tareas centran en el campo de la militancia... eran en la militancia político sindical.

2) *¿Qué lo llevó a hacer parte de ese grupo?* Fundamentalmente, la idea de producir un cambio social.

3) *¿Cuándo se sintió amenazado o perseguido?* Yo creo que es por la militancia y por el lugar que uno ocupaba y la labor que uno realizaba. Y siempre hubo un riesgo, en la Argentina, muy común los ataques a las personas que están militando en determinado sector político, o en determinado sindicato. Yo sentí mucho más riesgo desde 1974 en adelante. Es decir, en marzo de 74 apareció la Triple-A, si la memoria no me falla. Y el primer asesinato por la Triple-A fue Rodolfo Ortega Peña, que era abogado y amigo de (Eduardo Luis) Duhalde. Yo estaba en contacto con esa gente, en contacto sumamente estrecho, era un marco de referencia. Ambos fueron profesores míos en la Facultad de Derecho, donde di y rendí una de las últimas materias. A partir de ahí, digamos, el temor tenía mucho más asidero, no? Pero de cualquier manera seguí haciendo trabajos, seguí participando en las luchas sindicales, en la época de las coordinadoras que se formaron en 1975, donde se logró desplazar, que si bien no era el objetivo inmediato se logró desplazar al factor de la Triple-A que era López Rega. A partir de ahí hubo un mayor cuidado. En algunos momentos debí ser un poco gitano: cambiar de domicilio en función de lo que yo entendía que había que cuidarnos.

(La persecución) Empezó con todo un grupo. Yo trabajaba en el Diario Clarín. Ahí había una representación sindical de mucha fuerza. De muchísima fuerza. Y desde julio de 1974, uno notaba que por ejemplo, te sentías seguido, vigilado. Porque cuando tú vas en un medio de transporte y yo te veo a ti; paso; bajo de ese transporte; me voy a otro, me voy a otro y en el tercero te vuelvo a ver a vos. ¡Qué casualidad! Y después te veo a los dos o tres días. Entonces trato de vincular como es el seguimiento, porque no eras el único que podías seguirme. Yo viví con mis padres, pero ya por entonces yo ya no vivía con ellos, que vivían a treinta kilómetros de la Capital Federal, en Morón, en los afuera, dónde era más complicado. Yo tenía un pequeño cochecito. Y, bueno, llegué a comprobar que muchísimas veces me siguió un automóvil mucho trayecto, pero mucho. No era más una vueltita, no. Pegamos la ruta por acá y lo tenía. Me iba por allá y lo tenía. Me iba por allá y lo tenía. A partir de ahí, con la gente que más experiencia tenía, me indicaron que no tenía que hacer el mismo recorrido todos los días. Por ejemplo, me indicaron, digamos, en buscar guaridas. Como intentar, digamos, perderse, escaparse, de esa situación... Eso fue más patente desde julio de 1974.

4) *¿Tenía convicción de lo que le podría pasar a Usted era por pertenecer a un grupo político o debido el hecho de ser conocido, o pariente de algún militante contra la dictadura?* No, no. Yo creo que es por la militancia y el lugar que uno ocupaba... y la labor que uno realizaba. Y siempre hubo un riesgo, en la Argentina, muy común. Los ataques, digamos, a las personas, que están militando en determinado sector político, o en determinado sindicato.

5) *Antes de exilarse, en qué trabajaba? O estudiaba? (En el Diario Clarín)* Era alguna cosa de periodismo, pero un empleado administrativo allí. Y trabajaba como abogado en el Ministerio del Trabajo de la Nación, en la Delegación Regional de San Martín (a 11 km de Buenos Aires).

Primero, Clarín nos despidió. Nos cesanteó a todo el activo sindical – 59 personas –, el 02 de febrero de 1976. Un mes antes del golpe. Con el golpe todos los organismos oficiales, como Ministerio del Trabajo, una Delegación Regional, fue intervenida por militares. En el caso de la delegación de San Martín se hizo cargo un capitán de la Marina, que también nos tenía ahí en la mira, como expiados. Hasta que en una oportunidad, en agosto de 1976, me dicen que existe sobre el escritorio, del capitán de Marina, un legajo, una carpeta referida a mi persona, que era del Servicio de Informaciones de la Marina. Esto fue el último día que trabajé en el Ministerio del Trabajo.

6) *¿Dónde vivía? ¿Buenos Aires u otra ciudad?* Buenos Aires.

7) *¿Cuántos años tenía cuando se exilió?* En los años 76 tenía 30.

8) *¿Estuvo preso? ¿Fue torturado? ¿Por cuánto tiempo? ¿Dónde?* No fui detenido. Tengo amigos secuestrados y desaparecidos, que hoy podíamos decir que están muertos, pues ni si quiere el cadáver apareció, y que estaban vinculados con el gremio de prensa.

9) *¿Por qué tuvo que exiliarse? ¿Durante cuánto tiempo estuvo fuera de Argentina? ¿En qué país? ¿En qué trabajó?* Me enfermé y busqué un poco, digamos, de asesoramiento de mis compañeros inmediatos (directos) de qué hacer. A esto se suma que el gremio de prensa al cual yo pertenecía, y formaba parte de una conducción paralela junto con un compañero, estaba intervenido. Ante la desaparición de algunos compañeros, vimos que no nos quedaba demasiada alternativa de donde meternos acá. Y eso, digamos, fue en una parte, lo que decidió nuestra salida. Pues salimos, tres o cuatro juntos. Y por otro lado asumiendo, digamos, un compromiso de llegar al exterior y comenzar a trabajar en la denuncia internacional. Nosotros, también, salíamos con una información de concurrir a un congreso de periodistas, donde se criaba la Federación Latinoamericana de Periodistas. Salimos por eso. Y bueno, participamos ahí en México y después nos tuvimos que irnos ubicando en la realidad que era un exilio largo y que tenía que vivir.

Yo, personalmente, viví del ejercicio de periodismo, habiendo trabajado en una revista de pesca, en un diario haciendo deportes, fútbol, porque eso me gustaba, y ganando algunos centavos en una página de cultura del diario nacional. Así un año, indocumentado. Tenía sólo en mi bolsillo una nota firmada por este Rodolfo Puiggrós que era el contacto de una parte de la colonia argentina, digamos, de la parte de la izquierda o más de izquierda de la colonia argentina con las autoridades mexicanas. Y con eso nota iba. Si me paraban yo mostraba esto y me decían que era una nota sencilla, que se sirva a pender al portador de la presente, que se encuentra tramitando o haciendo gestiones ante a la Secretaria de Gobernación, algo así como en el Ministerio del Interior, de acá. Y anduve con esa nota, por más de un año. Jamás me pararon. Yo no podría trabajar. Supuestamente, era un turista, pero sin plata. Entonces, tenías estas cosas, digamos, que acá llamarían changas, no? Picotear acá, picotear por allá. Esto que se llama. Por ahí me llegó una vez hacer unos comentarios de algunos libros. Ese tipo de cosas.

Y la legalidad me comienza a llegar, porque, en mi caso, yo logro hacer contacto con unos argentinos que estaban trabajando en la universidad, que estaban dando una materia que se llamaba *El Desarrollo de los Medios de Comunicación en México*. Y me dicen: “mira, yo me voy, querés, te presento”. Bueno, armé un currículum y me presenté. Y a partir de allí, después, de unos trámites burocráticos por un par de meses, tuve una formula migratoria legal para trabajar, solamente, en la universidad, en esa materia. El contacto allí me permitió ir teniendo otras materias. Y era profesor de asignaturas en un momento dado con 40 horas semanales. Después de allí hay un argentino que se hace cargo de una coordinación de planificación y comunicación en la presidencia de México, y, ahí, fuimos a trabajar muchos. Yo estaba a cargo de la síntesis periodística matutina, con un equipo como

de 20 jefes. Había que leerse todos los diarios y hacer recortes y hacer comentarios de equis notas que la presidencia nos pedía. Este era un trabajo de alguna manera clandestino, porque no tenía la aprobación de gobernación. Pero, la gobernación sabía quienes estaban en cada lado. No había ningún obstáculo. Y después pasé a seguir en la Facultad de Ciencia Política de la Universidad Autónoma de México (UNAM) y conseguí trabajar en la extensión académica de la propia universidad. Y trabajé en esos dos lugares, de la universidad, hasta volver a Argentina. Ahí se pasaron por lo menos seis años.

*10) ¿Necesitó pedir asilo en una embajada antes de salir o recurriste a la ACNUR (Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados)?* No, yo no pedí ayuda de organismos, como el ACNUR. Nosotros nos fuimos por nuestra cuenta, porque al haber sido despedidos de Clarín, cuando terminó la posibilidad de la lucha gremial inmediata yo mismo hice la demanda judicial de varios compañeros, incluyendo la mía, junto con otro abogado, para demandar a Clarín y que nos pagara la indemnización. Porque el motivo del despido era algo así como pertenecer a la guerrilla industrial. Bueno, esos juicios se radicaron y logramos conciliarlos, o sea, hacer un arreglo en el medio del juicio. Cobrar. Tener ese dinero y con ese dinero nosotros nos fuimos. Porque las vías eran tres, digamos: o tenías el dinero; o pedías el apoyo de alguna organización político-militar del momento – que era bastante difícil; o te ibas con el ACNUR, pero el ACNUR no te sacaba desde acá. En general se pedía la protección del ACNUR en Brasil, en Rio de Janeiro. Mucha gente argentina pidió la protección del ACNUR, y fueron vivir, generalmente, a los países nórdicos. Mucha gente fue a Suecia. También supe de gente que fue a Holanda. Aunque el mayor exilio argentino, si es Europa, se va a España, y si es América Latina se concentró en México. También hubo gente en Perú. Pero México y España eran los dos fundamentales.

*11) ¿Vivió el incilio (exilio interno) antes del exilio (externo)? ¿Dónde? ¿Cuánto tiempo?* No.

*12) ¿Cuándo ocurrió la posibilidad de regresar a la Argentina, volvió inmediatamente o permaneció más tiempo en el exterior?* Yo vuelvo en abril de 85. Pero desde de la democracia yo llegué a Buenos Aires, de visita, el día siguiente instaurado el gobierno de Alfonsín. Con contacto familiar, me había casado en México con una argentina, teníamos un hijo. Bueno, venimos a ver que hacíamos del proyecto personal y resolvimos regresar. Y a partir de ahí comenzamos a trabajar en el regreso, que es bastante arduo. Porque imagínate que por ahí hay bibliotecas más importantes que esta, en números, estaban todos mis libros de ocho años. Cualquier libro sin ningún tipo de censura, que acá no podías, en el momento que me fui. No podías tener *El Capital*, las obras escogidas de Lenin no las podías tener. Y lo primero que compramos, cuando nos fuimos, era de la Editorial del Progreso, una editorial del partido comunista, compramos en Perú, en Tacna, las obras escogidas de Marx y Engels, que acá no estaban a la venta. Bueno, mandar todo eso, comenzar a enviarlo desde México por correo en cajas donde caben seis botellas de cerveza, de litro, esa era la medida de llegar que te admitía el correo mexicano y ahí vos ponías los libros, etiquetabas y teníamos que ir hasta el norte de la ciudad y enviarlos, y acá, Buenos Aires, lo recibía un cuñado mío. Además, lograr la venta de un departamento que habíamos comprado. Terminar el primer grado de mi hijo, o sea, hacerlo más en una fecha donde él concluía una parte de su enseñanza. Todo eso.

*13) ¿Cómo explica el origen de la represión?* Eso en realidad comienza mucho antes. Yo creo que hay un proyecto de modificar socialmente la Argentina desde el propio golpe de 1955. En realidad con el que cae en el medio de 1966. Digamos, es un proyecto que en lo económico lo que pretende es transferir los ingresos a un solo sector y además la integración al famoso mercado mundial. Argentina era un país notable por la política de sustitución de importación que vino desarrollando desde 1943, o sea, conflicto de la Segunda Guerra Mundial. Eso fue lo que movió la generación de una cierta industria nacional muy precaria, muy primaria porque no, nunca se generó una industria de base. Además acá, siempre se entendió que en la División Internacional de Trabajo este es un país

para generar alimentos. Punto. Alimentos que son más caros para distribuir acá. Hoy les llamamos *Commodities*. Todo eso implica que en los años setenta hubo un avance ciertamente de los sectores populares donde lo que se pretendía era que éramos subversivos. Si por subversivo significa cambiar el orden social existente yo era un subversivo. Y eso es lo que se buscaba, se buscaba que socialmente se fuera diferente. Pero eso existe en otras fuerzas que precisamente buscan todo lo contrario, que quieren permanecer en las viejas ideas conservadoras, digamos anquilosadas de los años 30. Fundamentalmente es la gente más poderosa del campo argentino. Igual que ahora, en otra medida, en otra dimensión, con un agravante: que el campo está manejado por el sector financiero. Además que aquí el sector vinculado con el comercio internacional en un momento tuvo un proyecto propio. O su proyecto propio era dedicar todo en el agro y punto. A mi criterio acá no hay una burguesía nacional en el campo de la industria con pujanza como la de Brasil. Nunca nos han permitido. No la querían permitir. Es más, algunos enfrentamientos armados entre los propios militares, como en el año 1966 entre azules y colorados – que era el color que los distinguía. En realidad era quienes estaban en función de cierto desarrollo y quienes, por el contrario, estaban en función de conservar el *status quo* y no modificarlo. Yo creo que esa es la razón definitiva que se llega al golpe de 76. A pesar de después podernos meter alguna cuestión en el medio y podemos decir que Isabelita era un títere y que políticamente no servía para nada y que más vale que tendría que haber regentado un burdel. Todo lo que quieras, pero para mí el nudo está en otro lado. Porque en 1976, por casualidad, lo que se pretende restablecer es que el reparto del ingreso nacional sea diferente y además integrado. Mas una vez, amalgama mundial. Eso conllevó un sistema de que se generó un poderosísimo ejército de desempleados. Poderosísimo. Y eso solamente era posible con el aniquilamiento de los principales dirigentes y activos medios del sector de la clase trabajadora, más allá de que sean peronistas o no sean peronistas. Por acá, digamos, el populismo. Pero en el campo gremial siempre fue una punta de lanza de tratar de establecer un cierto equilibrio en esto del reparto del ingreso nacional, aunque suene anticomunista. Desde ya, con lo cual posiciones como la mía se hacían todavía mucho más difíciles.

Pero el nudo es ese, por eso la razón que en 1976 se impone un plan de aniquilamiento. Esa es la razón. Por qué con esos grados vivos no hubiese podido desarrollarse ese esquema ideado por Martínez de Hoz. O sea, la burguesía, digamos, agraria, la tenía muy clara, sabía que para imponer esto había que matar gente. No había otra. Más tarde o más temprano. Había que liquidarlos. Pero además este es un proyecto que se une, digamos, un proyecto que se imparte desde el propio centro capitalista. Porque no hay casualidad que el Plan Cóndor se desarrolla en todo el Cono Sur. ¿Y en beneficio de quién? En beneficio de la Globalización que era como te la están imponiendo y yo creo que no había otra forma que esa.

*14) Las experiencias vividas cambiaron su vida. ¿Cuáles fueron las más importantes? ¿Cómo evaluaría hoy su experiencia en Argentina y en el exilio?* El exilio a mí me cambió fundamentalmente que me permitió estudiar y estudiar libremente. Y, además, adentrarme en un campo dentro de la característica del estudio que acá era impensable. Me permitió el contacto con la realidad latinoamericana, que acá eso antes no era así. Porque acá, de alguna manera, deficiente o no, mirabas Europa y, fundamentalmente, lo que se miraba era París. Y hay otras realidades de lucha en América Latina que son muy dignas de tener en cuenta. Me puse en contacto con la existencia de los pueblos originarios, los indígenas, que acá no existen, o prácticamente no existen, o mejor dicho, en Buenos Aires no te llegaba. Entonces decías los Coyas allá, no, los Mapuches para allá. Es cierto que acá hubo la campaña del desierto llevada adelante por Roca, que, por casualidad, significaba quitarles las tierras a los pueblos originarios para incorporarlos a los cultivos y fueron corriendo la línea protegida. Eso también significaba el desarrollo del capitalismo y de extenderlo a todo el ámbito territorial.

La vuelta también me permitió ver que quizás el tema de la lucha armada debería haberse desarrollado, quizás, de otro modo. No la reniego. Pero el enfrentamiento, digamos, frente a un ejército regular no se puede llevar adelante con una vanguardia. Bueno, hoy estamos como estamos



y nos pensamos a aquel entonces, por lo menos yo, en que el procedimiento es nuevamente la lucha armada. No la reniego. Pues si para efectuar la revolución por las buenas no se dan: Mira lo que pasó en Chile. El socialismo que llega por la vía de las elecciones es corrido por los propios militares. Y era un gobierno elegido libremente. Entonces tiene su complicación. Creo que eso. Y después bueno yo descubrí la posibilidad, en lo personal, de fundar una familia, que la militancia por allá era esquiva para eso, porque vivías pensando en lo que hacías. Creo que, básicamente, es eso.

### **COMENTARIO EXTRAS**

**Sobre la salida de Buenos Aires y el viaje a México:** Hicimos la salida de Buenos Aires en un vuelo local que fue *Buenos Aires-Mendoza*. Teníamos arreglado a través de una gente amiga que no informasen en el sistema, que volábamos de Mendoza a Santiago de Chile – estaba la dictadura en Chile, pero mucha gente se fue por ahí – que no informasen que nosotros teníamos una reserva, la reserva que teníamos estaba a nombre de otras personas, que manejaban ellos. Ellos habilitaron nuestra reserva cuando el avión de la tarde, cinco horas después, que hacía también Buenos Aires-Mendoza, pero pasaba a Santiago, en el momento que nosotros abordamos el avión. Había mucho control en Mendoza, muchísimo, pero venía un control nuestro dentro del avión, que era el hermano de un compañero. Este no tenía nada que ver; tomó el vuelo en Buenos Aires. Él nos vio y ni nos hablamos. En Mendoza no era como hoy, que tenías una manga que no te pueden ver. Llegaba el avión, ponían la escalerilla y caminabas por la pista hasta un lugar que era en tránsito, donde bebías un café, te aplaudían y resbalón para arriba. Tomamos ese avión y bajamos en el (*aeropuerto*) Pudahuel. Había toque de queda. Teníamos bastante temor, con lo cual nos cuidábamos absolutamente de todo. Al día siguiente tratamos de tener la visa para venir a México, creyendo que la Embajada Suiza, que era quien representaba los intereses de México en Chile, nos iba a dar la visa. Pero, nos informaron que no, que si queríamos la visa teníamos que ir o a Argentina – ni pensarlo –, o a Perú. Cuando obtuvimos esa respuesta, al día siguiente fuimos al terminal de ómnibus y compramos boletos, hasta Santa María de Iquique, donde hicimos noche. Al día siguiente, al medio día, tomamos otro bus hasta Arica. En Arica, llegas a la Plaza Mayor, y ahí hay un servicio que llamémosle de Taxi, que te pasa a la frontera desde Arica hasta Tacna. Cruzamos la frontera. En el medio ahí nos hizo un control la policía o migración peruana e hicimos noche en Tacna. Ahí ya estuvimos mucho más tranquilos. Estuvimos un día, hasta que tomamos un vuelo a Lima. Y en Lima estuvimos dos días hasta poder contratar el vuelo de Aerolíneas Argentinas, porque algunos que tenían carnet de periodista en aquel momento pagaban la mitad. Entonces tomamos este vuelo desde Lima, Lima-Bogotá-México. El itinerario desde que salimos de Buenos Aires hasta que llegamos al Distrito Federal (*de México*) fueron siete días. Bueno, ahí después ya nos vinieron a esperar unos argentinos que sabían de nuestra llegada y nos fuimos ubicando ahí hasta poder alquilar algo en conjunto, cuatro de nosotros.

**La dificultad en el exilio:** Fue difícil, todo en un principio, porque técnicamente eras ilegal. Segundo, la plata que había llegado, entre el pasaje y los primeros meses, se gastó. Tercero, lo que tenía en principio, era conseguirme muy poca plata con esta de las changuitas. Y a más, uno también, mentalmente, por lo menos en mi caso personal, sí. No estaba preparado mentalmente como para un exilio tan largo, yo creía que iba a ser mucho más corto. ...con lo cual, te diría que vos te vas dando cuenta que, si pensabas que volverías en seis meses o en un año, en realidad, al ratito no más de caminar, nos dábamos cuenta que esto era para mucho más. Además estábamos en la labor de la denuncia internacional. Apunta que yo personalmente colaboré con la CADHU, Comisión Argentina de Derechos Humanos. Que el responsable de la CADHU en México era (*Carlos*) González Gartland. Y en España era (*Eduardo Luis*) Duhalde y en Francia era (*Rodolfo*) Mattarollo. Y te vas ubicando de tal modo que yo... vendí libros también, mi espíritu no era ser vendedor de nada, al contrario yo quería ser comprador. Hasta que, bueno, el contacto con la UNAM fue fructificando. Hasta que en la vida personal yo conocí a la que fue en principio mi mujer...

**Las relaciones con los mexicanos:** Eran bastante complicadas. Primero, el país, efectivamente, te abría las puertas. Porque podías estar, y podías estar ilegal, porque en el fondo estabas ilegal. O con ese papel que yo te cuento que era una legalidad, nula. Por el otro lado después hay mucho problema con el trabajo, sobre todo con alguien que no es conocido. Para que el gobierno mexicano te dejes estar tienes que llevar una propuesta de trabajo de alguien, de una empresa, de una universidad, de algo y la tienen que aprobar y solamente puedes trabajar ahí. Entonces, uno iba a entrevistas de trabajo y uno le decía sí me podía dar una carta de compromiso de trabajo, aunque no trabajase ahí, pero la carta de compromiso de trabajo me daba mayor legalidad. Y te decían que, “no mire, la carta no podemos, pero si usted consigue la radicación le damos trabajo inmediatamente”. ¿O sea, como el génesis, no? ¿Qué está primero? Si el huevo o el animal que lo pone. Entonces, esto era medio complicado. Yo te diría que en general era así, sobretodo la gente más vinculada con ideas progresistas, mucha más abierta, que era la que podía te vincular con algún trabajito, alguna changa, etc. Por ahí también es una dificultad personal el poder te vincular efectivamente con cosas más serias, o sea, con cosas que te den la documentación. Una vez que entré en esa etapa yo constituí la familia y fui legal en México, más o menos todo contemporáneamente. Y desde ahí además te desarrollas de otro modo. Es decir, pude trabajar, trabajé muchísimo. Muchas, muchas horas. Eso me permitió resolver el problema de vivienda. Pude viajar por México en automotor. Compartimos algunos viajes con amigos. Y después te diría que estábamos muy bien insertados. Pero el primer año fue hartó difícil. Por lo menos en mi caso.

El caso de mi mujer fue diferente. Yo la conocí allá. Fue una mina que fue echada de la universidad, de la Facultad de Medicina, de la Universidad de Buenos Aires, se enteró que quedaba cesanteada con otra, mucha gente, por el periódico. Bueno, se va a un congreso muy puntual, con una labor de organizarlo. Ahí tiene gente amiga que también había sido echada de la Facultad de Medicina de acá y le dicen “*vente a trabajar acá*”. Ella vuelve a Buenos Aires y tiene la novedad de que tenía ya la documentación para viajar. O sea, que desde el primer día era legal. Eso es excepcional. Por lo menos en nuestros casos. Que no fue el mío, no.

**Casos de persecución a otros argentinos en exilio en México:** Sí, sí, sí, sí yo no recuerdo nombres, pero sí hubo. Las Fuerzas Armadas argentinas enviaron gente a espiar, pero además tenían la idea de secuestrar gente. En un momento dado anduvo (*Mario*) Firmenich por México. No era muy público, pero se sabía que estaba. Y la Secretaria de Gobernación les detuvo a estos militares argentinos que iban o con función de espiar o con función de secuestrar y los molieron a palos y se los entregaron al Gobierno Argentino a quien se les dijo que nunca más, porque ellos no habían declarado que estaban adentro para eso. Esta es una. Dos: Montoneros decreta la contraofensiva. En la época del Mundial de Fútbol (1978) se secuestró gente – conozco por lo menos dos casos –, se secuestró gente en Guatemala. O sea, que de algún modo los estaban monitoreando desde México. Sabían por donde se salía. En general algunos salieron vía Guatemala por tierra, caminando. Llegaban por medio terrestre o aéreo a Panamá. Y desde Panamá volaban para acá (*Buenos Aires*). Sí, supe del caso de un periodista y de un odontólogo, pero desapareció más gente.

**El retorno y la impresión de rever a Argentina:** No pude estar en la asunción por dos razones: una porque trabajaba en la Universidad y las vacaciones comenzaban dos días después o cosa por el estilo y la segunda porque cuando reaccioné ya no había pasaje. Fue una emoción enorme de la posibilidad de volver a encontrarme con mis padres, que me habían venido a visitar, encontrarme con algunos amigos que habían quedado acá y tercero yo soy porteño. Entonces, fundamentalmente, por el contacto familiar volvíamos. Nosotros decidimos la vuelta estando acá de visita y volvemos a México y comenzamos a trabajar para volver. Callándose la boca. Porque no vas a decir en tu trabajo que quieres volver. En mi trabajo se querían matar porque yo les resolvía un montón de cuestiones en materia de prensa, pero yo se los dije quince días antes, ya con el pasaje en la mano. Sí sabían los amigos íntimos. Después, bueno, la suerte fue muy variada. Yo conseguí trabajo en el sindicato donde había militado prácticamente a los 6 o 7 días después de haber vuelto, mi mujer también.

**Entrevista 4****Primer nombre:** "Diego" (*Entrevistado el 16 de junio de 2011, en Buenos Aires*)**Sexo:** ( ) Femenino ( x ) Masculino **Edad:** 66 años**Estado civil:** casado **Hijos:** ( x ) Sí ( ) No: 3 hijos**Profesión:** Investigador del CONICET**Soy:** ( x ) ex exiliado/ ( ) familiar de ex exiliado/ ( ) conocedor del tema**Vivo:** ( x ) en Argentina/ ( ) Fuera del país, qué país? \_\_\_\_\_**Participación en los eventos de:** ( ) 1966 ( x ) 1976 ( ) Los dos.**Grupo 1 – Intelectuales académicos** ( x )**Preguntas**

1) *¿Usted perteneció a algún grupo político? ¿Cuál? ¿Cuánto tiempo militó?* Sí, en el Partido Comunista. Pero con poca militancia. No hacía nada por el Partido Comunista. (*Tiempo de militancia*) No mucho. Dos años.

2) *¿Qué lo llevó a hacer parte de ese grupo?* Porque nunca fui peronista. Y en una izquierda no había mucho más oferta. De todas maneras, tampoco me gustaba el Partido Comunista. Pero era demasiado esquemático y organizado, por eso me pareció el Partido Comunista, era un *light*.

3) *¿Cuándo se sintió amenazado o perseguido?* Sí. Emigré porque sabía que me iban a buscar. Emigré en junio de 1976. Lo que sentía sobre la dictadura cuando me fui? Pánico. Yo me fui porque tenía pánico. O sea, uno no hace juicios, por lo menos es mi opinión, juicios políticos. Cuando piensa que te van a matar lo primero que tienes es pánico. Y uno quiere salir de la situación sobre todo que no tenía ninguna razón personal para ser un mártir. Entonces, estaba harto de Argentina. Estaba harto. Habían muerto amigos. Tenía la hermana de mi mujer que estaba presa. Uno hermano de mi mujer era guerrillero. Gente que yo conocía había muerto. Otros habían desaparecido. Vivía con miedo. Entonces, el único que yo quería era irme.

4) *¿Tenía convicción de lo que le podría pasar a Usted era por pertenecer a un grupo político o debido el hecho de ser conocido, o pariente de algún militante contra la dictadura?* Sí.

5) *Antes de exilarse, en qué trabajaba? O estudiaba?* En un organismo científico que ya no existe, que se llamaba *Comisión Nacional de Estudios Geo-Heliográficos*. Y yo era el Director de Planes, de planificación.

6) *¿Dónde vivía? ¿Buenos Aires u otra ciudad?* No, yo nací en Santa Fe. Cuando salí estaba en Buenos Aires. Viví la vida adulta en Buenos Aires.

7) *¿Cuántos años tenía cuando se exilió?* Tenía 31 años en realidad, porque me fue antes de la fecha de mi cumpleaños.

8) *¿Estuvo preso? ¿Fue torturado? ¿Por cuánto tiempo? ¿Dónde?* No, no, no. Nunca estuve preso.

9) *¿Por qué tuvo que exiliarse? ¿Durante cuánto tiempo estuvo fuera de Argentina? ¿En qué país? ¿En qué trabajó?* Estuve exiliado en España entre 1976 y 1984 (8 años).

A mí me avisó un amigo, que tenía contacto con los militares, que tenía que irme urgente del país. Que me daban unos días para irme. Y como teníamos casa, hijos, yo me fui primero. Y, 15, 20 días, un poco más, se fue mi mujer. Llegué sin dinero y con algunos conocidos y nada más. Algunos contactos. Y lo primero que conseguí fue como periodista científico. Periodista en Ciencia y Tecnología. Trabajé en una revista del *Instituto de Cultura Hispánica*, así se llamaba entonces. Y

trabajé en la Radio Nacional de España. Y después trabajé en periódicos, escribiendo textos sobre ciencia, y eso. Al principio tuve dificultades. Pero la verdad es que me arreglé muy rápido, muy bien.

10) *¿Necesitó pedir asilo en una embajada antes de salir o recurriste a la ACNUR (Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados)?* No, no.

11) *¿Vivió el incillio (exilio interno) antes del exilio (externo)? ¿Dónde? ¿Cuánto tiempo?* No.

12) *¿Cuándo ocurrió la posibilidad de regresar a la Argentina, volvió inmediatamente o permaneció más tiempo en el exterior?* No volví a la Argentina hasta 1980. En 1980, hice un viaje, para ver cómo estaba todo. Y después decidimos quedarnos a vivir en España. Cuando hubo la Guerra de Malvinas, pensamos que la información que venía de España era distinta de la que tenía la gente de acá. Pensamos inmediatamente que Argentina iba a perder esa guerra y que seguramente eso terminaría con los militares. Entonces pensamos que probablemente habíamos tomado una mala decisión. Pero no se había mucho para allá. Todavía, un año y pico más, cuando presentó Alfonsín yo vine en 83, a votar y voté a Alfonsín. Y en 84 ya estaban muy alborotados y quisimos volver.

Yo no me volví (*inmediatamente*) porque tenía hijos y... Un hijo mío nació en España. Este es el único español. No podía llevar a mi familia, ir y venir. Pero yo me sentí muy mal cuando volví. No me gustó nada. No me gustó nada. Tardé más de dos años a acostumbrarme de vuelta. Me arrepentí mucho de vuelta. Ahora ya me acostumbré.

13) *¿Cómo explica el origen de la represión en el período 76-83?* Cuando llegué a España encontré un proceso político muy interesante a la recuperación de la democracia. Con contenidos ideológicos fuertes que acá no había. Pues el peronismo destroza los contenidos ideológicos. Acá la política es casuística, de lucha por el espacio de poder. Allí también se luchaba por el espacio de poder, pero había que reconstruir un país. Había que hacer salir los presos comunistas de la cárcel después de 15 o 20 años metidos en la cárcel. Salían con el puño alto. Y la gente pedía libertad, es decir, era todo como mucho más interesante que lo que yo había visto acá. Esto era una desintegración. Y aquello en España era una reconstrucción. Eso fue lo que yo vi muy fuerte, pues fue un proceso de la reconstrucción de una sociedad y como se reconstruía una democracia. Mientras, yo me estaba huyendo de un país que se había degradado y que estaba viviendo un proceso absolutamente lamentable. Por eso la gran política era represión, sino que además en ese tipo de gobierno la cultura, las inquietudes, se banalizan, se trivializan. La gente sólo quiere vivir aunque no esté amenazada de muerte. Se rebajan todos los contenidos intelectuales. Uno no tiene proyectos importantes. Entonces, a mi España me dio la oportunidad de sumarme algo muy vital, donde la gente que conocí estaba muy motivada, con buenos *feelings*, buenos sentimientos. Así que yo me sumé a eso. Me interesaba mucho más participar en el proceso español que juntarme con mis compatriotas. En el proceso español mucho. Es como se me hubiera convertido en un español en algún punto. Primero me acerqué al Partido Comunista que no me gustó y después me afilié al PSOE. Y sí trabajé mucho con la gente de PSOE. Bueno, después dar vuelta. Nos sentimos cómodos. Teníamos muchísimos amigos. Pero siempre te queda el hecho de que no eres de allí. Así que en 84, después que ya habíamos decidido en 82 que nos quedábamos a vivir en España, revimos la decisión y nos volvimos.

El peronismo en la Argentina ha siempre estado de todos los lados. Ha sido víctima de la represión y cómplice de la represión. Peronismo, lo que digo, es que vacía de contenido ideológico la política. Es tan pragmático que vacía de contenido ideológico la política y que tiene un hábito de construir un discurso que no se acompaña con los hechos. Yo no conocí el gobierno de Perón, porque era muy chico. Pero en el gobierno peronista que he visto tiene un discurso sobre la distribución de la riqueza y no hay ninguna práctica de distribución de la riqueza. La riqueza en este gobierno se está concentrando más que en otros gobiernos. Y los peronistas pueden ser neoliberales

como el en gobierno de Menem. Son los mismos peronistas que están en el gobierno de Kirchner, no son otras personas.

*14) Las experiencias vividas cambiaron su vida. ¿Cuáles fueron las más importantes? ¿Cómo evaluaría hoy su experiencia en Argentina y en el exilio?* Totalmente. Cambió mucho mi vida. A mí la verdad es que irme 8 años a España me abrió los ojos, a muchas cosas. Vi que el mundo era más grande que Argentina. Aprendí muchas cosas. Gané muchos amigos y entendí que el mundo es complejo, ancho. Mi vivencia personal, y eso me sorprendió mucho cuando vi, es que yo me fui de Argentina con un conjunto de valores y de imágenes sobre la Argentina más allá de los militares. Cómo era este país... qué futuro tiene... Una serie de imágenes construidas al largo de mis 31 años antes de irme... Y todo eso se cambió mucho viendo la España. Yo volví con otra imagen completamente distinta de la Argentina. Por eso me chocó mucho volver. Porque lo que encontré no se adecuaba a la nueva imagen que yo tenía y la nueva imagen del mundo volvía a meterme en una situación provinciana. Volví a encontrarme con mis amigos que yo había dejado acá, que ya no habían evolucionado. Entonces, era muy difícil. Ellos seguían pensando como antes y yo ya pensaba de otra manera. Entonces, incluso la familia, fue mismo difícil volver a retomar. Porque para la gente que no se fue uno vuelve al punto en que se estaba antes. Pero 8 años después cambió y cuesta mucho explicarles eso. Yo pensaba que este país iba a mejorar, va a ser menos provinciano, cuando los miles de argentinos que se fueron vengan y les cuenten que el mundo es distinto, que hay otros conflictos, que hay otras tendencias, que hay otras realidades, que no somos el ombligo, en fin, que hay que mirar otras perspectivas y otras miradas. Pero muchísimos de los argentinos que volvieron, volvieron y fue como se hubieron olvidado de lo que vieron afuera. Sí, volvieron a la situación de 76. Sí, volvieron a retomar la lucha de 76 como si no hubieron estado afuera. Eso me sorprendió mucho. Mucha gente, mucha gente volvió como si no hubiera estado afuera. Y yo operaba que cuando vuelvan todos que estuvieron afuera se va a entrar oxígeno a esta sociedad. En parte sí ocurrió. Pero en otra parte no. Muchos volvieron retomando la historia como decía San Tomás de Aquino. Decía que: “como decíamos ayer”, después de haber estado 10 años proscrito. Mucha gente volvía “como decíamos ayer”. Pero para mí ayer quedaba 8 años atrás. Y había otras miradas. Eso es.

#### **COMENTARIOS EXTRAS**

**La comunidad de exiliados argentinos en España:** Había una comunidad argentina... con la que yo trataba, tenía muy poco contacto. Excepto porque reproducía conflictos dentro del país y yo preferí integrarme en España. O sea, no quería vivir en España pensando todos los días en Argentina. Así que, de todas maneras, tenía un grupo muy grande de amigos argentinos, incluso algunos amigos a los que ayudé, pero no me interesaron nunca las agrupaciones de argentinos. No.

**La sociedad española:** Era muy receptiva. Todavía no se habían llegado tantos, no se había inventado lo de sudacas (*termo peyorativo*). Cuando llegué, la sociedad española era muy receptiva. Después ya cuando llegó mucho más gente fue mucho menos receptiva. Pero, en la época que yo llegué era “puertas abiertas”. Todos trataban de ayudar. Cuando yo llegué, todavía, llegué antes de las elecciones. Llegué cuando estaban nombrando los usuarios, cuando estaban nombrando los reyes. Todavía era posfranquismo. No había nada público. Lo que había era una buena actitud de la gente. Todos trataban de ayudarme. Todos. Allá me filíe al PSOE. Después de cuatro años de residencia pedí la doble nacionalidad y me la dieron. Así que tengo ciudadanía argentina y española. Y entonces me afilié al PSOE.

**Persecución a exiliados argentinos en España:** No supo de caso algún. No. Estando yo no. Después puede ser. Y eso que los argentinos hacían cosas para sobrevivir en el límite, algunos hacían cosas... Especialistas en violentar teléfonos públicos para hablar hasta Buenos Aires y cosas estas. Empezaron a tener algunas conductas menos simpáticas para los españoles. Pero a mí nunca me tocó eso. Nunca conocí... Yo nunca sentí el rechazo de los españoles.

### Entrevista 5

**Nombre:** "Felipe" (*Entrevistado el 17 de junio de 2011, en Buenos Aires*)

**Sexo:** ( ) Femenino ( x ) Masculino **Edad:** 80 años

**Estado civil:** divorciado **Hijos:** ( x ) Sí ( ) No: 4

**Profesión actual:** abogado

**Soy:** ( x ) ex exiliado/ ( ) familiar de ex exiliado/ ( ) conocedor del tema

**Vivo:** ( x ) en Argentina/ ( ) Fuera del país, qué país? \_\_\_\_\_

**Participación en los eventos de:** ( ) 1966 ( x ) 1976 ( ) Los dos.

**Grupo 1 – Intelectuales académicos ( x )**

### Preguntas

1) *¿Usted perteneció a algún grupo político? ¿Cuál? ¿Cuánto tiempo militó?* No. Simplemente mi actividad era profesional. Profesional, pero solidaria. Es decir, profesional sin cobrar honorarios en apoyo a los perseguidos políticos. Y en algunos momentos, de algún perseguido político brasileño que vino clandestinamente a la Argentina y acá desapareció. Y que había pertenecido en ese momento a la Columna Prestes.

2) *¿Qué lo llevó a hacer parte de ese grupo?* Evidentemente, una convicción política. El hecho de que no perteneciera a ningún grupo político no significa que no pensara en política y que no tuviera ideología política. Mi ideología siempre fue socialista. Socialista en serio, no como el Partido Socialista. Eso es lo que me llevó a comprometerme como muchos otros, no? Durante la dictadura del 66 al 73 y de la defensa de los presos políticos entre el 66 y el 73. Y ahí quedé marcado. Y ahí en ese momento fue cuando fui Secretario-General de la Asociación Gremial de Abogados. Que es distinto de la Asociación de Abogados – que es una cosa distinta –, y que el Colegio de Abogados – que también es una cosa distinta.

3) *¿Cuándo se sintió amenazado o perseguido?* Cuando me sentí amenazado? No, no me sentía amenazado. Yo recibía las amenazas como Secretario-General de la Gremial. Las tres A, es decir, la Alianza Anticomunista Argentina, dejaba todas las noches, o todas las tardes, o todas las mañanas en la entrada del edificio de Oficina, en dónde yo tenía la Oficina, un sobre dirigido al señor Secretario de la Asociación Gremial de Abogados, y adentro las condenas a muerte de los diferentes socios de la Gremial de Abogados. De hecho, en la Gremial de Abogados, llegamos a tener unos 200 y pico de socios y tenemos 100 desaparecidos. Desaparecidos o muertos, sí? Así que, desde el 1966, ya también teníamos amenazas, pero esas amenazas eran oficiales, digamos así, no? Y después del 74, cuando se desata la actividad de las Tres A, de la Alianza Anticomunista Argentina, en ese momento sí, por supuesto, estábamos permanentemente... éramos cadáveres en uso de licencia.

4) *¿Tenía convicción de lo que le podría pasar a Usted era por pertenecer a un grupo político o debido el hecho de ser conocido, o pariente de algún subversivo o contra la dictadura?* Sí.

5) *Antes de exilarse, en qué trabajaba? O estudiaba?* Era abogado.

6) *¿Dónde vivía? ¿Buenos Aires u otra ciudad?* Vivía en Buenos Aires. En el intervalo viví en un pueblo del interior del país. Pero, vine a Buenos Aires cuando se produjeron los secuestros. En mayo de 76 no volví a ese lugar, porque ponía en riesgo a las personas que me estaban alojando ahí. Entonces me quedé en Buenos Aires y salí desde Buenos Aires. Desde Buenos Aires, tomé un hermoso ómnibus hasta Paso de los Libres. Crucé la frontera. Cuando estuve en el lado brasileño fui hasta Curitiba en ómnibus y ahí tomé el avión a Rio de Janeiro.

7) *¿Cuántos años tenía cuando se exilió?* Tenía 45 años.

8) *¿Estuvo preso? ¿Fue torturado? ¿Por cuánto tiempo? ¿Dónde?* No, no, no. No me encontraron. Tenía capturas. Varias capturas, por supuesto, por cualquier cosa. En los lugares más exóticos. En cualquier hecho, más o menos significativo que ocurría en el país, algún ataque guerrillero a un regimiento, cosas por el estilo, aparecía la captura mía o la de Duhalde. Por qué? No sé, yo estaba en otra parte. Y incluso, durante muchas de esas capturas, fueron decretadas cuando yo estaba en Europa, haciendo denuncias.

9) *¿Por qué tuvo que exilarse? ¿Durante cuánto tiempo estuvo fuera de Argentina? ¿En qué país? ¿En qué trabajó?* Cuando se produce el Golpe Militar de 1976, con los que quedábamos vivos en la Argentina, entre otros, con el doctor (Eduardo Luis) Duhalde, Secretario de Derechos Humanos, fundamos en la Argentina, el 23 de abril de 1976, la *Comisión Argentina de Derechos Humanos* (CADHU) para tener una personería que nos permitiera denunciar los crímenes de la dictadura. Inmediatamente, por vías que nosotros sabíamos cuáles eran las que teníamos que emplear. Clandestinas siempre. Tomamos contacto con la vicaría de solidaridad, con Europa – la Comisión Internacional de Juristas, en fin, con todos los organismos que podían respaldarnos y empezamos a denunciar todos los hechos: la persecución a los obreros, la persecución a los intelectuales, etc. Pero se fue cerrando el círculo y, en mayo de 76, secuestraron y desaparecieron a dos de los fundadores, con nosotros, de la CADHU. Y por casualidad no caímos todos, porque cambiamos el lugar de cita. Una cosa bastante común. No en Relaciones Internacionales, sino en clandestinidad. Hicimos todo lo posible para tratar de tener noticias de ellos. No las tuvimos, estoy hablando de los doctores Mario Ángel Hernández y Roberto Sinegavia. Y después de organizar a todo un conjunto de argentinos que se quedaban en Argentina, que decidieron quedarse a conciencia de que podían matarlos, no mataron a todos, dejamos una base acá para estar alimentados de la realidad argentina en el exilio.

Y una parte de nosotros, todos pasamos por Brasil. Una parte de nosotros se fue a Europa y yo me fue a México, porque se entendió que era necesario también tener una base en América Latina. Y en México había una gran cantidad de exiliados, más o menos, unos 8 mil. Lo cual nos permitía tener algún tipo de sustento propio. No obstante, la política, aparentemente ambivalente, del gobierno mexicano que nos recibía, nos legalizaba, siempre cuando no nos metiéramos en política nacional. Cosa que cuidadosamente yo no hice, porque si no automáticamente se aplica el Artículo 33 de la Constitución Mexicana, que dice que en esa hipótesis te expulsan. Y allí nos nucleamos. Y desde allí yo establecí la sede de México de la Comisión Argentina de Derechos Humanos (CADHU) que era la organización que habíamos fundado en Argentina el 23 de abril. Eso fue a partir de agosto de 76. En el camino yo entré con mi hermoso documento falso a Brasil. Pero, yo, como en 75, había viajado a Europa, con mi documento verdadero, a esa época, para hacer denuncias contra el gobierno argentino, y volví por vía de Brasil, por Foz de Iguazú, sin mostrar mi pasaporte, con lo cual, aparentemente, yo me había quedado en Brasil desde febrero hasta noviembre de 75. Entonces, con eso, gracias al apoyo y el auxilio de un miembro de la Comisión Internacional de Juristas, brasileño, doctor Heleno Cláudio Fragoso que tenía sus oficinas en Rio de Janeiro – yo lo conocía porque se había venido a Buenos Aires a hacer un informe sobre la situación en Argentina – este, lo fue ver a él y le entregué mi pasaporte ya falsificado, pero con la entrada brasileña. Entonces, el me hizo expulsar. Pagó la multa él y me devolvió el pasaporte con “cinco días tienes que irse del país”. Al día siguiente ya me fui. Con eso me fui al consulado mexicano, saqué la visa de turista y me fui al Aeropuerto Galeão, mostré ahí, y dice *bye, bye* y partí raudamente. Con 300 dólares en el bolsillo, que alcanzaba para dormir 3 días, más o menos. Esa es la historia. Después yo permanecí en México hasta 84. Es decir, hasta un año después, casi, de... Hasta julio de 1984, o sea, siete meses después... ocho meses después de la llegada al gobierno de doctor Alfonsín.

Pero, con la solidaridad de los compañeros argentinos que ya estaban allí fui a vivir a la casa de uno que ya hacía varios meses que estaba y que ya tenía alquilado a una casa, con su mujer, sus hijos y todo. Yo me fui sólo. Me fui sin mi compañera y mi hija. Bueno, sencillamente, paso a paso, fui

siendo ayudado hasta que conseguí, por mediación de amigos mexicanos, que había hecho yo amigo de ellos, conseguí que me designaran profesor. Primero en un instituto agropecuario, en el Estado de Guerrero, a unos 200 km del Distrito Federal. Y después de eso me nombraron en el Instituto Politécnico Nacional, que es el equivalente a la universidad tecnológica. Pero es la segunda institución más importante de tipo universitario de México. Existía unos 500 mil alumnos, unas pequeñeces mexicanas, son así, no? Allá también, todo grande. Bueno, y ahí trabajé hasta 1984, en el Instituto Politécnico Nacional, como profesor, no docente, en materia de Relaciones Internacionales y en materia, especialmente, de Historia Económica Internacional. Cuando volvimos con Duhalde, fundamos el Instituto de Relaciones Internacionales acá. Nosotros fundamos nuestro Instituto de Relaciones Internacionales, el de los subversivos acá. Claro, esa era la denominación que nos daban acá.

Nosotros volvimos. Simultáneamente volvió, también, Duhalde. Él ya había vuelto antes. Y ya se había ido también. Y venimos para recordar el aniversario, el décimo aniversario del asesinato del doctor Rodolfo Ortega Peña; que había sido fundador de la Gremial de Abogados; que era socio de Duhalde y que fue asesinado el 24 de junio de 1974. Entonces venimos a tratar de reflotar todo lo que habíamos hecho antes. Hicimos actos con motivo del aniversario de Ortega Peña, reivindicamos su figura y reivindicamos toda nuestra generación. Esa es más o menos la historia.

Por qué me fui? Porque me mataban. De hecho, los compañeros que desde la Argentina alimentaban la información enviándonos por vía que nosotros sabíamos la información. Hasta el extremo que yo llegué en México a denunciar un secuestro producido un día antes, en Buenos Aires. Desaparecieron todos. Eran 34.

*10) ¿Necesitó pedir asilo en una embajada antes de salir o recurrir a la ACNUR (Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados)?* No. Por la política internacional del gobierno de México, que mientras nos recibía y nos protegía, en alguna medida, si nos portábamos bien nos permitía realizar actividad política argentina sin problema. Paralelamente, ellos no rompieron nunca relaciones con este gobierno argentino. No te olvides de la doctrina Estrada de la cancillería. La doctrina Estrada te permite tener relaciones con Stalin y Hitler al mismo tiempo. “Era un problema de ustedes, no mío”. Era mentira, porque incluso el gobierno mexicano no ignoraba que algunos de los exiliados se entrenaban militarmente en México, durante su exilio. Y hasta el ejército les prestaba armas. Mientras tenías desaparecidos mexicanos en la sede del ejército de México, de la Ciudad de México. Desaparecidos que aparecieron vivos 20 años después. Es decir, era ambivalente. Ambivalente. Parecido a lo que pasaba en Brasil. Brasil, más allá de haber colaborado con el Plan Cóndor – yo era suficientemente conocido y entré con documento falso, pero salí con mi nombre verdadero y vigiló mi salida la policía brasileña, y me dejaron salir. No me agarraron por las pestañas y me entregaron a los argentinos – o sea que, era una dictadura blanda. Y allá, era el sistema del PRI y el pensamiento mágico mexicano que es típico, no es? Siempre es mágico. Bueno, con las cosas más esotéricas.

En definitiva, hubo intentos de secuestro de exiliados argentinos en México. Y en algún momento yo advertí que había alguna vigilancia. Pero también como me vigilaban los mexicanos y yo sabía quién era el mexicano que me vigilaba, que era un típico lumpen, dicho sea de paso. Yo lo le llamé un día y dije “Che, venís, venís! Me están siguiendo. Quiero que me hagas contra seguimiento”. Yo no tenía problema que me siguieran. Actuaba todo públicamente, no? Bueno, moraleja: desistieron los argentinos. Por qué? Porque se sentían inseguros frente al gobierno mexicano. Ellos pretendieron secuestrar a la conducción, o atentar contra la conducción de Montoneros en México y fueron denunciados públicamente por argentinos montoneros que fueron con ellos supuestamente pasado de banco y que desde allá los denunció y la policía federal mexicana los tomó. Y les dio unas cuantas trompaditas y los recibió el Secretario de Gobernación, equivalente al Ministro del Interior, y les dijo: “Hoy van a irse en un avión de Aerolíneas. La próxima vez se van a ir en avión de Aerolíneas, pero en un cajón con los pies para adelante”. Así, con suavidad. Pero, así, objetivamente.



11) *¿Vivió el incilio (exilio interno) antes del exilio (externo)? ¿Dónde? ¿Cuánto tiempo?* No.

12) *¿Cuándo supo de la posibilidad de regresar a la Argentina, volvió inmediatamente o permaneció más tiempo en el exterior?* No. Venimos con un finalidad concreta. Antes de llegar acá, un abogado que había quedado en Argentina, amigo, hombre más grande que nosotros, interpuso un recurso de *habeas corpus* para averiguar y ahí salió que yo no tenía ninguna captura. Lo cual era mentira. Porque yo tenía cuatro. Yo descubrí después, ya en la función pública. Entonces como no tenía ninguna captura me hice dar pasaporte provisorio en el consulado argentino, insultando al cónsul por supuesto, que era quien nos había maltratado toda la dictadura y que ahora quería hacerse el bueno. No sé cómo se llamaba. Un funcionario. Pero bueno, se puede ser un funcionario de la dictadura en la situación de él y no actuar como actuaba él. No dando información, etc., etc.

Y volví con el pasaporte provisorio, que lo tienes que dejar a la entrada del país, y que ya después ya no sirve para nada más. Pero ellos tenían la posibilidad de hacerme un pasaporte falso más tarde después sin ningún problema.

13) *¿Cómo explica el origen de la represión en el período 76-83?* La necesidad de instaurar un régimen económico social al servicio de las transnacionales y de los sectores más concentrados de la economía. No tiene origen con el peronismo de los años 40, 50, ni por casualidad. De hecho, muchos de los perseguidos políticos se reivindicaban como peronistas. También había peronistas que cooperaban con la dictadura, como había radicales. Pero el tema es otro. El tema es que indudablemente, después de la ardua lucha contra la dictadura de 66, 73, que ya venía planteando un régimen de seguridad nacional, no fue un régimen de seguridad nacional para la seguridad nacional. Si no para que, los sectores hegemónicos no tuvieran la resistencia que tenían. Y durante toda esa época, especialmente, de 1968, con el Cordobazo, cada vez tendía más a izquierdarse, aún desde el peronismo, la clase obrera. Entonces, la función de la clase obrera, con estudiantado y con sectores culturales, o intelectuales o profesionales, era explosiva para los intereses del imperialismo y de la pseudo-burguesía argentina, que es dependiente.

14) *Las experiencias vividas cambiaron su vida. ¿Cuáles fueron las más importantes? ¿Cómo evaluaría hoy su experiencia en Argentina y en el exilio?* Obvio. La forma en que haces la pregunta apunta casi a una suerte de análisis psicoanalítico del asunto. Yo siempre fui un hombre de izquierda, que pensaba en términos de izquierda y sigo creyendo en los intereses de la clase trabajadora. Entonces, qué fue importante para mí? Mira, yo perdí mi pareja. Porque mi pareja no me acompañó. Estuve durante años sin ver mis hijos. Mi madre murió en la Argentina y yo no pude estar cuando ella murió. Y perdí mi despacho, mi estudio; yo tenía un estudio, bastante, importante. Y me robaron libros. Todo eso. Bueno, tuve que volver y empezar de nuevo. Pero no era otra vida, era la misma. Volví a ejercer la profesión. Fundamos el Instituto de Relaciones Internacionales y un partido político con Duhalde. Participamos en las elecciones, aliados a la izquierda unida, es decir a los trotskistas y comunistas, siendo una pata distinta de esa unión. Soy cabeza dura. Qué es lo más importante? Probablemente, lo más impactante, no más importante, es la pérdida de amigos. Nosotros éramos cada vez en uso de licencia y seguimos en uso de licencia. Ellos se les acabaron el uso de licencia y los mataron.

### **COMENTARIOS EXTRAS**

*¿La política mexicana de puertas abiertas a los exiliados argentinos servía para limpiar la imagen del gobierno mexicano en el escenario internacional?* En parte es verdad porque nosotros llegamos cuando estaba terminando su gobierno de Luis Echeverría Álvarez, responsable de la masacre de Tlatelolco. Porque él era Secretario de Gobernación cuando asesinaron en octubre de 1968 a los estudiantes universitarios en Tlatelolco. Sí, él quería limpiar su imagen. Pero además de eso, tenía un discurso latinoamericanista. Mantenía las relaciones con Cuba, de hecho todos los vuelos se hacían a

toda Latinoamérica-México-La Habana, en fin. Era una cosa distinta el señor, no? Y este hombre, efectivamente, tenía ese discurso. Un discurso que, para la Ciencia Política sería muy interesante, que se le pudo haber ocurrido decir en el discurso a la nación, como se hace en todos los países, como herencia británica: “Nos acusan de ser de izquierda. Eso es mentira. Dicen que somos de derecha. Eso es falso. No somos ni de izquierda, ni de derecha, sino todo lo contrario”. Resuelve ese problema lógico tú y te doy un premio Nobel. Ese era Luis Echeverría Álvarez. Como herencia de eso él lo deja porque en México se aplica el dedazo y se dice quién va ser el que se va a remplazar. Entonces eligen este (José López) Portillo. Portillo mantiene más o menos las mismas ideas políticas. Si hubiéramos venido después de López Portillo, quizás nos hubiera ido mal porque empezaron los gobiernos cada vez más pro-yankees.

**TERRORISMO DE ESTADO EN ARGENTINA:** En primero lugar, los regímenes de seguridad nacional, en el caso de la Argentina, se convirtió en una dictadura cívico-militar-terrorista, porque acá se aplicó el terrorismo de Estado. No, simplemente, agarro a alguien de la Columna Prestes y lo torturo, etc., etc., etc... Y de vez en cuando mato y desaparezco con alguno. Tampoco al estilo uruguayo. Digamos que lo nuestro (*argentino*) se caracterizó por el terrorismo a partir de la desaparición forzada de personas. En Uruguay la cantidad de desaparecidos es mínima y la cantidad de presos es comparativamente más grande, teniendo en cuenta la cantidad de habitantes que tiene Uruguay. Pero todos estos regímenes, sin excepción, responden al mismo cartabón, el mismo cálculo. Está decidido en un lugar que se llama Washington D.C., que en ese momento era el gran custodio del imperialismo a nivel mundial. En el caso particular de América Latina, éramos el patio trasero.

**PLAN CÓNDOR:** Plan Cóndor, por ejemplo, se materializa en esa reunión famosa en Santiago de Chile, etc., después de una reunión en Montevideo. Pero el Plan Cóndor existió siempre en el sentido de que así como nosotros nos sentíamos solidarios con los que luchaban en Bolivia, o en Brasil, o en Uruguay, o en Chile, o en Venezuela, o en Colombia; ellos se sentían solidarios con los otros fascistas. Se intercambiaban prisioneros: Pires Cerdeira que nunca supimos que lo que había pasado con él, indudablemente, quien se lo llevó era algún agente brasileño. Pires Cerdeira acá no hacía nada en la Argentina. Ni entrenaba guerrillero, ni tenía relación con guerrillero, ni nada. Aquí hay varias cosas. Uno – en cuanto a la metodología – los franceses (la *Organisation de l'Armée Secrète*), en cuanto a la uniformidad, homogeneidad en la respuesta al fenómeno subversivo SOA (*School of the Americas*).

**Entrevista 6****Nombre:** "Cristina" (*Entrevistada el 17 de junio de 2011, en Buenos Aires*)**Sexo:**  Femenino       Masculino      **Edad:** 65 años**Estado civil:** casada      **Hijos:**  Sí       No: 1 hijo.**Profesión:** Investigadora**Soy:**  ex exiliado/       familiar de ex exiliado/       conocedor del tema**Vivo:**  en Argentina/       Fuera del país, qué país? \_\_\_\_\_**Participación en los eventos de:**  1966       1976       Los dos.**Grupo 1 – Intelectuales académicos** **Preguntas**

1) *¿Usted perteneció a algún grupo político? ¿Cuál? ¿Cuánto tiempo militó?* Sí. Las Fuerzas Armadas de Liberación. Por cinco años más o menos, seis.

2) *¿Qué lo llevó a hacer parte de ese grupo?* Porque en aquella época, el año 1968 o 69, hubo un cambio de gobierno en la dictadura militar, que fue el de (Juan Carlos) Onganía. Empezaron a intervenir también a las universidades. Los ingenios, o sea, todos los lugares del país. Cosa que hacía que si uno quería estudiar, recibirse no podías si estabas trabajando por ejemplo. Y la enseñanza en Argentina siempre se destacó por ser gratuita para los argentinos y para los extranjeros también. Había muchos extranjeros en La Plata estudiando. Y entonces fue un criterio político de defender la educación. Y en esta organización, que tenía una postura que acompañaba ese criterio en ese tema y estaba de acuerdo en la misión y me incorporé. En general desde ese lugar inicié la militancia estudiantil en que ingresé. Y después también estuve en acuerdo con la línea política que tenía que se diferenciaba, en ese momento, de otras que yo no era peronista, venía más del marxismo que del leninismo, y lo que planteaba era que no había partido revolucionario y que había que construirlo. Y que de alguna manera había que mostrar que el poder estaba esclarecido por intereses económicos y militares, no? Se acompañaban. Bueno, en ese momento ya había las dictaduras militares. Por lo tanto que había que ir mostrando que se lo podía combatir. Para que no esté tan fuerte y llevar a cabo sus políticas. Este era un poco la idea de esta organización y de otras distintas que había también. Yo caigo presa en mediados del 71. Y salgo en libertad con la amnistía en el año 73.

3) *¿Cuándo se sintió amenazado o perseguido?* Bueno, hubo muchas manifestaciones por el año de 1968, por el Mayo Francés. También en La Plata y Buenos Aires, pasó algo similar, pero otros motivos. Se venía un grado de confrontación cada vez mayor.

4) *¿Tenía convicción de lo que se podría pasar a Usted era por pertenecer a un grupo político o debido el hecho de ser conocido, o pariente de algún militante contra la dictadura?* Sí, además de Fuerzas Armadas de Liberación, también tuvo el nombre de Fuerzas Armadas Argentinas de Liberación, pero era un poco distinto. Era por mi protagonismo.

5) *Antes de exilarse, en qué trabajaba? O estudiaba?* Sí trabajaba. Era maestra primaria particular.

6) *¿Dónde vivía? ¿Buenos Aires u otra ciudad?* Vivía en La Plata.

7) *¿Cuántos años tenía cuando se exilió?* Fue en mediados de 78, allí tenía 28, 29 años.

8) *¿Estuvo preso? ¿Fue torturado? ¿Por cuánto tiempo? ¿Dónde?* Estuve desde fines de junio del 71 al 25 de marzo del 73, bajo la dictadura de Lanusse y Levingston. Y cuando estaba presa, que estuve

en La Plata, en Rawson y en Devoto. En Rawson se dio la fuga de Trelew, la matanza (*de Trelew*). O sea que el proceso no fue todo. Digamos que hubo que la cárcel era diferente, la matanza se daba, la represión era algo sistemático, o sea, lo que yo pienso y creo que también es parte de los trabajos que están haciendo acá es que hay una línea que recorre varios años anteriores y en donde se ve que estaba sistematizada la represión, una línea de terrorismo de Estado.

Nosotros partimos, bueno, partió de antes porque a los indígenas también los han matado, de un hecho que fue muy cruento, que fue justamente el día de ayer, pero en 1955 tiraron bombas en la plaza de mayo que fue la Armada de Marina con la Aeronáutica con la excusa de matar a Perón y mataron mucha gente en la plaza. Nosotros hicimos una investigación sobre eso. Entonces, estamos haciendo un recorrido, en donde hay militares que fueron los mismos que estuvieron en el Proceso, cosa que mucha gente se sorprende, que participaron de otros gobiernos, después que derrocaron a Perón y aplicaron represiones. Conformaron con ese Plan, la influencia de los franceses, además los *yankees*, con los cursos que venían y que daban acá y que los argentinos iban a aprender allá, entonces, que incluso los franceses vinieron antes y después ahí se fue conformando con otros países de Latinoamérica hasta despuntar en lo que fue el Plan Cóndor, que fue la máxima expresión de la articulación de un plan sistematizado de terrorismo de Estado con varios países.

Por eso, para nosotros es muy importante, que tanto Brasil, Uruguay, como Bolivia, Paraguay, Chile, abran sus archivos y condenen a los represores a través de juicios. Condenar con testimonios, con pruebas, que es lo que estamos haciendo acá.

*9) ¿Por qué tuvo que exiliarse? ¿Durante cuánto tiempo estuvo fuera de Argentina? ¿En qué país? ¿En qué trabajó?* Partí el 78. Fui a Brasil. Cruzé la frontera por Iguazú. Entré con documentación falsa y fui a Cáritas. Teníamos el dato de que en Cáritas, en Rio (de Janeiro), estaba la oficina de la ACNUR. Y fuimos allí. Hicimos un relato, que nos pedían, de por qué estábamos yéndonos del país y perseguidos por qué. Y ahí nos dieron, después de tres meses, exilio en Holanda. Y allí permanecí 6 años. Los argentinos en Holanda, éramos alrededor de 300 con niños incluidos. Estaba Ruy Prino el Alto Comisionado de Naciones Unidas, en Rio de Janeiro. En Holanda, nosotros, con mis compañeros, yo fui con mi hijo, participábamos de una estancia de solidaridad, por Argentina, que es una entidad política. No, nunca tuvimos allí ningún problema. Problema lo teníamos acá. Acá mataron a mi marido. Yo estaba separada pero, si lo mató la CNU, que ahora ya han detenidos varios también.

*10) ¿Necesitó pedir asilo en una embajada antes de salir o recurriste a la ACNUR (Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados)?* Sí.

*11) ¿Vivió el incilio (exilio interno) antes del exilio (externo)? ¿Dónde? ¿Cuánto tiempo?* Yo acá vivía clandestina. A partir del 75, cuando ellos matan a mi marido, y un poco antes también, porque ya estaba cambiando... Después que muere Perón, los militares y los parapoliciales empiezan a actuar y todos los que teníamos antecedentes estábamos con problemas. Pero, ya era común que uno se cambiara de casa a cada seis meses. Entonces viví 3 años como clandestina, militando. Militando. Yo no me quería ir. Pero estaba cada vez peor la situación y ahí me tuve que ir. Porque me estaban buscando. Me enteré que habían ido a direcciones en donde yo estuve viviendo y que me estaban buscando. Y partí con mi hijo. Mis padres estuvieron presos, fue en el 71, los fueron a detener y estuvieron un par de días detenidos.

*12) ¿Cuándo ocurrió la posibilidad de regresar a la Argentina, volvió inmediatamente o permaneció más tiempo en el exterior?* Yo siempre compraba el diario *El País*, que llegaba hablando de España. Escuchaba radio de Chile... bueno, me relacionaba con los familiares, con las madres, que siempre llegaban por allá y organizábamos para que pudieran explicar la situación que tenían acá. Y uno tenía relaciones políticas, pero en realidad me fui para volver en cuanto podía. Y no tenía pasaporte y en el consulado lo gestioné. Me tardaron en el consulado argentino en Holanda. Me tardaron, pero, bueno, ahí lo conseguí y después, en marzo de 84 volví. Mi hijo volvió un poco antes y fue a vivir con el

padre de mi nuevo compañero, por una cuestión de tiempo, por el estudio, no? Y nosotros, a marzo de 84. Ya cuando se habían ido los militares. Y teníamos la causa sobreeséda. Yo en realidad me fui para volver. O sea, mi interés estaba acá. Mi interés político, personal... Tenía ganas de sentarme en una plaza. Extrañaba eso de sentarme en un bar, porque acá hay muchos bares. Sí tenía tristeza porque había mucha gente que ya no estaba. Que estaba muerta. Fui tres meses a México, antes, cuando estaba en Holanda, porque cuando todavía no había seguridad de poder volver. Pero en México no me pude quedar. Me tuve que volver a Holanda. Era muy inseguro y yo me quería quedar legal. Pero para mí, mi proyecto político estaba acá. Allá, en Holanda, milité con la solidaridad con organismos, las personas, las madres, los familiares de los presos.

*13) ¿Cómo explica el origen de la represión en el período 76-83?* Para mí siempre fue un problema de clase. Los intereses del sistema capitalista que están basados en la ganancia y en que, bueno, la gente tiene que ir y vivir en relación a eso grande. Cuando, acá, en el año 1955 lo derrotan a Perón la clase trabajadora venía con muchas conquistas, que incluso, además de un gobierno peronista, ya se habían venido acá inmigrantes de Europa que traían en sí las luchas que habían tenido y sabían cómo hacer valer su trabajo. Pero en esa época tuvieron grandes reivindicaciones en las condiciones de trabajo, en el trabajo mismo, donde la gente se sentía digna. A partir de cuándo lo derrotan a Perón, septiembre de 55, el sistema, se entiende que va a empezar una resistencia por parte de la gente, por parte de los trabajadores, que iba a significar luchas. Entonces empiezan a planificar esa represión sistematizada desde antes que aparecieran las organizaciones armadas. Y el objetivo no era derrotar a las organizaciones armadas, sino bajar el salario de la gente, de acuerdo con, digamos, los intereses de los grandes monopolios que eran internacionales y argentinos. Los capitales argentinos siempre fueron por lo menos socios de los capitales extranjeros. Entonces, había una intención por parte de todas las organizaciones que estaban en contra de los monopolios, y se expresaban por un país socialista. Una primera forma distinta de entender lo que era el socialismo, que no se llegó a transitar ese camino, para ir sintetizando... Y ellos ya sabían que iba a pasar eso. Entonces trataban de que la gente no se organice por presiones muy altas sobre coordinadoras de base, desde empresas, de fábricas, de barrios. Y todo eso lo trataron de resolver matando, desapareciendo. Entonces, el origen de la represión, de alguna manera, es esa. O sea, ahí en ese marco, co-aprendizaje de lo que fue la guerra en Argelia, porque muchos franceses vinieron en Argentina. Esta el caso de Lopez Aufranc que fue uno de tantos que fueron a Francia, a Argelia y ahí, bueno, aprendieron a reprimir. Porque lo que contaban de eso los franceses en Argelia era corregir los errores que habían tenido en Indochina. Entonces, la tortura era rápida en función de conseguir información rápida. Bueno los *yankees* se sumaron después y hacían los cursos con los franceses, así se fueron conformando, con base en la inteligencia. Porque ahí instrumentaron en los organismos de inteligencia. Para justamente armar los interrogatorios mejor.

*14) Las experiencias vividas cambiaron su vida. ¿Cuáles fueron las más importantes? ¿Cómo evaluaría hoy su experiencia en Argentina y en el exilio?* En realidad cada una tuvo su importancia. Porque cuando estuve presa, al principio, tenía más contacto con los presos comunes y para mí eso fue un aprendizaje. Conocer a un sector de la sociedad y las consecuencias, no? Y cuando estuve en el sur, también. Conocer la solidaridad de los presos-comunes cuando fue la matanza. Y ahora, para mí, esta es una experiencia muy emblemática en este lugar, es como una segunda oportunidad. Una segunda oportunidad de poder llevar acá un proyecto político. Para que se pueda instrumentar políticas públicas para tratar de construir un país diferente. Ahora dentro del mismo sistema capitalista, pero desde una mirada distinta. Digamos, esto es muy importante. Estas dos gestiones, de Néstor Kirchner y Cristina, dieron la posibilidad a través de decisiones políticas. Es eso. Está la decisión política en todos los planes. En el plan económico, en los derechos humanos, y en el tema de las discriminaciones: como se vienen dando en la igualdad de sexos, de matrimonios, la idea de la libertad de los medios. Entonces, son medidas que de alguna manera transitan, no sé si al socialismo, pero sí está mejor, de lo que se estaba. Y un combate bastante marcado a la oposición, que es la

derecha, que es la que quisiera repetir, o por lo menos que se olvide y en eso no se está de acuerdo en conciliar. No queremos este de la teoría de los demonios que ellos plantean. El no olvido, punto final, tampoco. Así que bueno, en cuanto a eso nos venimos manteniendo y creo que de alguna manera lo que prima ahí es la coherencia. Es decir, tratar de hacer todo dentro de lo que uno piensa. En las formas, si en algún momento era lucha armada, ahora no. Eso no significa que se deja de lado todos los principios, sino que es una etapa diferente. Al capitalismo como capitalismo, eso es otra cosa, como se lo combate. Pero en principio es bueno que la gente esté mejor, que haya más seguridad y todo desde ese lugar uno esta acá en el lugar donde uno está.

**Entrevista 7****Primer nombre:** "Rafael" (*Entrevistado el 17 de octubre de 2011, en Estocolmo*)**Sexo:** ( ) Femenino ( x ) Masculino **Edad:** 63 años**Estado civil:** casado **Hijos:** ( x ) Sí ( ) No**Profesión actual:** Dirigente sindical en tiempo entero y maestro**Soy:** ( x ) ex exiliado/ ( ) familiar de ex exiliado/ ( ) conocedor del tema**Vivo:** ( ) en Argentina/ ( x ) Fuera del país, qué país? Suecia**Participación en los eventos de:** ( ) 1966 ( ) 1976 ( x ) Los dos.**Grupo 1 – Intelectuales académicos** ( x )**Grupo 2 – Obreros** ( x )**Grupo 3 – Estudiantes, periodistas, artistas, etc.** ( x )**Preguntas**

1) *¿Usted perteneció a algún grupo político? ¿Cuál? ¿Cuánto tiempo militó?* Sí, pertenecí al grupo Política Obrera, que hoy está todavía. Es legal. Milité desde el año 1969 hasta 1976. Después rompí y me fui.

Te cuento un poco sobre mi militancia política hasta el golpe de 76. En el año 66, después de la noche de los bastones largos, que me impactó muchísimo, me hice activista. En el año 67 fui elegido Secretario del Centro de Estudiantes, ahí empiezo a militar un poco más abiertamente, pero por muy poco tiempo. Después yo rompo con la Juventud Comunista, aunque sigo identificándome con el Marxismo, el Socialismo. Yo sigo militando y estudiando el '66,'67 y '68 que fueron años muy bravos. En el año 69 estoy muy cansado de todo esto. Un hecho muy importante para mí, fue que hubo una Asamblea en que hablo un chico que hace muchísimo tiempo no lo veía y él dice que le causaba un gran desprecio la gente que estaba ahí, que se dedicaban a hablar mucho y no hacían nada, que eran caprichosos de la pequeña burguesía, que si tenían un problema iban donde papá y mamá y pedían dinero y de esa forma no se iba a arreglar este país, sino que las soluciones están fuera de la universidad. Yo lo busqué a la salida y nos dimos cita un día viernes, a las 16h30 de la tarde, y me llevó a Vericia – una ciudad satélite industrial, donde están los grandes frigoríficos que tenían 8000 obreros y montones de gente que vivía en los alrededores, era gente muy pobre y donde se industrializaba la carne – que era un punto importante y de relevancia nacional, ocupado por la Marina. Entonces me llevó a los barrios obreros y me dice "Esto es lo que hay que modificar, no la universidad". Eso sonaba como música, fuimos a un café y me dijo: si vos queréis hacer algo debéis romper con tu familia económicamente y buscar trabajo en una fábrica y mudarte a un barrio obrero". Tenía 20 años y medio, era marzo, en una semana fui a buscar trabajo a la fábrica y conseguí entrar. Alcancé a estar 2 meses y vivo el Cordobazo, la primera insurrección obrera y me arresto. Me llevaron a la Marina. No encontraron antecedentes míos y después estuve trabajando en diferentes fábricas, fui dirigente de una fábrica muy importante en el año 71 que fue donde se hizo una huelga que fue una de las más largas de la historia de Argentina, con 89 días de huelga se llamaba Petroquímica Sudamericana, era la dictadura militar, la única huelga del país. Yo entro en contacto con el Franquismo por primera vez y la crítica y la lucha. Yo me caso con una chica que estudiaba medicina y deja medicina y es dirigente metalúrgica y llega la democracia de Perón en el 73. En ese período, me echan de la última fábrica, la de la huelga de 89 días y ya estoy en la lista negra. Ya no puedo trabajar en ninguna otra fábrica. Entonces me vuelvo a la universidad y empiezo a trabajar en contaduría, contabilidad, economía y empiezo a trabajar también en una fundación muy grande, de un capitalista que se llama David Gravi que fue raptado por los Montoneros...empieza un período muy fuerte en la democracia 74-75. Yo estoy de incógnito tratando de sindicalizar fábricas desde afuera, mi mujer seguía dirigente en fábrica y con amenazas de muerte, sino dejaba la fábrica..., en el 76 un semana antes del golpe, yo veo que el golpe viene, pero el partido comunista obrero estaba loco, decían no va haber golpe...

2) *¿Lo que le llevó a hacer parte de ese grupo?* Convicciones políticas, injusticias, sobre todo el trabajo en la clase obrera.

3) *¿Cuándo se sintió amenazado o perseguido?* A partir de 1966, pues fui detenido, muchas veces, en 67. Esta represión me chocó. Y como era activista estudiantil, todo el tiempo era peligro, no?

4) *¿Tenía convicción de lo que se podría pasar a Usted era por pertenecer a un grupo político o debido el hecho de ser conocido, o pariente de algún militante contra la dictadura?* Sí, estaba instruido, en el caso que si me detenían, para saber lo que decir.

5) *Antes de exilarse, en qué trabajaba? O estudiaba?* Estudié abogacía en la ciudad de La Plata y me retiré. Trabajé en distintas fábricas como obrero y, después, cuando ya no pudo trabajar más en fábricas, trabajé en economía en empresas.

6) *¿Dónde vivía? ¿Buenos Aires u otra ciudad?* Ciudad de La Plata.

7) *¿Cuántos años tenía cuando se exilió?* 31 años, pero no me exilié, a mí me exiliaron. En Argentina, es decir, "yo no me fui": "¡Me fueron!".

8) *¿Estuvo preso? ¿Fue torturado? ¿Por cuánto tiempo? ¿Dónde?* Sí, estuve preso y fui torturado. A mí me detienen el 27 de marzo de 76, tres días después del golpe de Estado. Y me llevan a un campo de concentración en donde estuve tres meses y desaparecido. ¿Tú sabes sobre los desaparecidos en Argentina, no? Bueno, yo fui uno de ellos durante tres meses. Estábamos siempre vendados y drogados. Y después, ahí fui torturado y todo lo demás. Después pasé a la cárcel, en donde tenía otra vez la tortura. Nos pegaban además de la tortura psicológica, mucho peor. Teníamos psicólogos que estaban estudiando como podían quebrarnos psicológicamente. Curas. Yo nunca me entrevisté con un cura, pero había gente que era religiosa. Teníamos curas que estaban presos con nosotros y curas que venían a tratar de atenderte y a decírtelo "cuenta a los militares que es mejor así".

9) *¿Por qué tuvo que exiliarse? ¿Durante cuánto tiempo estuvo fuera de Argentina? ¿En qué país? ¿En qué trabajó?* En Argentina no me soltaban. Entonces la única posibilidad que tenía era que me largaran fuera del país. Tardaron dos años en decidirse. Cumplí prácticamente 4 años en la cárcel, cuando entonces en enero de 80 logré salir de la Argentina.

10) *¿Necesitó pedir asilo en una embajada antes de salir o recurriste a la ACNUR (Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados)?* No, porque yo estaba en la cárcel. Todos los que estaban detenidos por disposición del Poder Ejecutivo podían pedir la opción a salir del país. Tu familia iba a una embajada, llevaba un papel en el Ministerio del Interior, que decía que estaba detenido a la disposición del Poder Ejecutivo, sin causa, y lo presentaba. Entonces pedían que ese país nos recibiera. Mis papeles estaban en el Ministerio del Interior de Holanda, en Alemania y en EE.UU. Era la época de Jimmy Carter y la política de los derechos humanos. Pero yo no quería EE.UU. Yo quería Europa porque mi hija estaba en Europa. En Francia no quería ir. Pero de todas maneras entran en EE.UU. y los imbéciles de la embajada norteamericana se dirigen a los militares argentinos y les preguntan porque estaba detenido. Los militares argentinos le dicen: "¡él es comunista, del partido comunista!". Y la legislación norteamericana prohibía la entrada de gente del partido comunista. Entonces, inmediatamente me rechazaron. Yo creo que la cárcel nuestra tuvo 180 personas que pidieron la opción para EE.UU. Y de esos sólo a tres la negaron, y yo fui uno de ellos. Inmediatamente, también, el Ministerio del Interior de Alemania y Holanda me la rechazaron también, pero Suecia me aceptó.



11) *¿Viviste el incillio (exilio interno) antes del exilio (externo)? ¿Dónde? ¿Cuánto tiempo?* Vivía escondido antes de caer preso, porque estaban las AAA persiguiendo a mi mujer, entonces vivimos clandestinamente. Sí, sí, vivimos clandestinamente. Yo no era legal.

12) *¿Cuándo ocurrió la posibilidad de regresar a la Argentina, volvió inmediatamente o permaneció más tiempo en el exterior?* Antes de 2003 no. Pero después de 2003 cuando todo empieza a cambiar quedé desesperado queriendo volver, con muchas ganas de volver, pero tengo un hijo sueco de 25 años y no puedo dejarlo acá. Tengo toda una estructura acá, familia, etc. Pero a mi mujer, que es polaca, le gusta más Argentina, Buenos Aires, que Suecia.

13) *¿Cómo explica el origen de la represión en el período 76-83?* El origen de la represión es, simplemente, la defensa del orden económico en la sociedad de clases en la cual vivimos y para poder mantener esto hay que acudir a la violencia y fue lo que paso en los nuestros países. Porque además no se trata simplemente de la clase dirigente argentina o brasilera, sino de quienes los respaldan también y los gobiernos norteamericanos de la época de los años 70 eran otros que Obama, digamos... Mi hermana era novia de un militar, de un oficial, argentino que fue enviado al Canal de Panamá a instruirse. Cuando volvió estaba muy mal y nos contó que a él le habían enseñado a torturar los boinas verdes de Vietnam. Estoy hablando del año sesenta y picos. Estaba todo estructurado y había un plan que se llamaba Plan Cóndor y hay un escritor argentino que dice que Bush y Bin Laden internacionalizaron el Plan Cóndor.

14) *Las experiencias vividas cambiaron su vida. ¿Cuáles fueron las más importantes? ¿Cómo evaluaría hoy su experiencia en Argentina y en el exilio?* Sí, mi evaluación es darme cuenta de que a pesar de todo, cárcel, tortura, asesinatos, todo además... no me lograron que ese anhelo, que yo tengo muy profundo de la justicia, por la solidaridad, sobretodo la justicia y el amor al prójimo, al débil, al que necesita ayuda, eso lo tengo, acá, desde que nació en mí. Y eso lo que hace que yo peleo, combato, no por mí, combato por ellos. Y eso, al saber que un es sensible todavía, al saber que uno no se rinde todavía, que es fiel a esas cosas, y que eso se puede comprobar en los hechos me hace muy bien.

**ANEXO**



## ANEXO B – A X Conferência Interamericana de Caracas em 1954



O secretário de Estado americano John Foster Dulles (1888-1959), à direita com a mão no ouvido, presidiu a delegação dos Estados Unidos na X Conferência Interamericana, em Caracas, em março de 1954. O então secretário de Estado apresentou a Resolução que recomendava o combate ao comunismo na América Latina. A Resolução, posteriormente, aprovada afirmava:

*El dominio o control de las instituciones políticas de cualquier Estado americano por parte del movimiento internacional comunista que tenga por resultado la extensión hacia el Continente americano de una potencia extra continental, constituiría una amenaza a la soberanía e independencia de los Estados americanos que pondría en peligro la paz de América y exigiría una reunión de consulta para considerar la adopción de las medidas procedentes de acuerdo con los tratados existentes.*

Fonte: Imagem disponível em: <<http://runrun.es/historia/23647/la-x-conferencia-interamericana-caracas1954.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

ANEXO C – Argentina 1973-83: Mortos e desaparecidos denunciados do campo popular, por ano (\*)

Año, período	Muertos	PDD Prisioneros detenidos desaparecidos	PDD Liberados	N Total	%Total	Acumul.
Hasta 1973	60	15	1	76	0,6	
1973	41	17	--	58	0,5	
1974	188	49	10	247	2,1	
1975	705	322	24	1051	8,7	
1976; antes del 24 de marzo	119	372	20	511	4,3	
Subtotal	1113	775	55	1943	16,2	16,2
1976 desde el 24 de marzo	472	3487	280	4239	35,3	
1977	229	2862	173	3264	27,2	
1978	46	923	142	1111	9,2	
1979	27	170	14	211	1,8	
1980	17	80	4	101	0,8	
1981	--	28	1	29	0,3	
1982	4	15	--	19	0,1	
1983	4	9	--	13	0,1	
Subtotal	799	7574	614	8987	74,8	74,8
Se ignora fecha	19	1030	34	1083	9,0	9,0
TOTAL	1931	9379	703	12013	100,0	100,0

(\*) Fuente: Investigación sobre "El genocidio en Argentina" por Inés Izaguirre y equipo. Subsidios UBACYT S017,S034, S136. Subsidio CONICET PIP 1998 N° 1075. Datos al 7-4-08, elaboración propia.

Fonte: IZAGUIRRE, Inés (comp.). **Lucha de clases, guerra civil y genocidio en Argentina 1973-1983: antecedentes, desarrollo, complicidades.** Buenos Aires: Eudeba, 2009, p. 20.

## ANEXO D – Decretos 261, 2770, 2771 e 2772/75

a) Decreto 261**Decreto N° 261/75 - 5 de Febrero de 1975 - Decretos de aniquilamiento****VISTO**

Las actividades que elementos subversivos desarrollan en la provincia de TUCUMAN y la necesidad de adoptar medidas adecuadas para su erradicación:

LA PRESIDENTA DE LA NACION ARGENTINA en Acuerdo General de Ministros

**DECRETA:**

ARTICULO 1º.- El comando General del Ejército procederá a ejecutar las operaciones militares que sean necesarias a efectos de neutralizar y/o aniquilar el accionar de elementos subversivos que actúan en la provincia de TUCUMAN.

ARTICULO 2º.- El Ministerio del Interior pondrá a disposición y bajo control operacional del Comando General del Ejército los efectivos y medios de la Policía Federal que le sean requeridos a través del Ministerio de Defensa, para su empleo en las operaciones a que se hace referencia en el Artículo 1º.

ARTICULO 3º.- El Ministerio del Interior requerirá al Poder Ejecutivo de la provincia de TUCUMAN que proporcione y coloque bajo control operacional el personal y los medios policiales que le sean solicitados por el Ministerio de Defensa (Comando General del Ejército), para su empleo en las operaciones precitadas.

ARTICULO 4º.- El Ministerio de Defensa adoptará las medidas pertinentes a efecto de que los Comandos Generales de la Armada y la Fuerza Aérea presten a requerimiento del Comando General del Ejército el apoyo necesario de empleo de medios para las operaciones.

ARTICULO 5º.- El Ministerio de Bienestar Social desarrollará, en coordinación con el Ministerio de Defensa (Comando General del Ejército), las operaciones de acción cívica que sean necesarias sobre la población afectadas por las operaciones militares.

ARTICULO 6º.- La Secretaria de Prensa y Difusión de la Presidencia de la Nación desarrollará a indicación del Ministerio de Defensa (Comando General del Ejército), las operaciones de acción psicológica concurrentes que le sean requeridas.

ARTICULO 7º.- El gasto que demande el cumplimiento de la misión encomendada por el presente decreto hasta la suma de CUARENTA MILLONES será incorporado a la jurisdicción 46, Comando General del Ejército, correspondiente al Presupuesto del año 1975.

ARTICULO 8º.- Las disposiciones del presente decreto rigen a partir de la fecha.

ARTICULO 9º.- Comuníquese, dése a la Dirección Nacional del Registro Oficial y Archívese.

b) Decreto 2770**Decreto 2770 del 6 de octubre de 1975 - Decretos de aniquilamiento  
Consejo de Seguridad interna - Constitución – Competencia**

Publicación: Boletín Oficial, 4 de Noviembre de 1975

Visto la necesidad de enfrentar la actividad de elementos subversivos que con su accionar vienen alterando la paz y la tranquilidad del país, cuya salvaguardia es responsabilidad del gobierno y de todos los sectores de la Nación, y

Considerando: Lo propuesto por los señores ministros del Interior, de Relaciones Exteriores y Culto, de Justicia, de Defensa, de Economía, de Cultura y Educación, de Trabajo y de Bienestar Social, el presidente provisional del Senado de la Nación en Ejercicio del Poder Ejecutivo en acuerdo general de ministros, decreta:

Art. 1º-- Constitúyese el Consejo de Seguridad Interna que estará presidido por el Presidente de la Nación y será integrado por todos los ministros del Poder Ejecutivo nacional y los señores comandantes generales de las Fuerzas Armadas. El Presidente de la Nación adoptará, en todos los casos las resoluciones en los actos que originen su funcionamiento.

Art. 2º-- Compete al Consejo de Seguridad interna:

- a) La dirección de los esfuerzos nacionales para la lucha contra la subversión;
- b) La ejecución de toda tarea que en orden a ello el Presidente de la Nación le imponga.

Art. 3º-- El Consejo de Defensa, presidido por el ministro de Defensa e integrado por los comandantes generales de las Fuerzas Armadas, además de las atribuciones que le confiere el art. 13 de la ley 20.524, tendrá las siguientes:

- a) Asesorar al Presidente de la Nación en todo lo concerniente a la lucha contra la subversión;
- b) Proponer al Presidente de la Nación las medidas necesarias a adoptar en los distintos ámbitos del quehacer nacional para la lucha contra la subversión.
- c) Coordinar con las autoridades nacionales, provinciales y municipales, la ejecución de medidas de interés para la lucha contra la subversión;
- d) Conducir la lucha contra todos los aspectos y acciones de la subversión;
- e) Planear y conducir el empleo de las Fuerzas Armadas, fuerzas de seguridad y fuerzas policiales para la lucha contra la subversión.

Art. 4º-- La Secretaría de Prensa y Difusión de la Presidencia de la Nación y la Secretaría de Informaciones de Estado quedan funcionalmente afectadas al Consejo de Defensa, a los fines de la lucha contra la subversión, debiendo cumplir las directivas y requerimientos que en tal sentido les imparta el referido Consejo

Art. 5º-- La Policía Federal y el Servicio Penitenciario Nacional quedan subordinados, a los mismos fines al Consejo de Defensa.

Art. 6º-- El Estado Mayor Conjunto sin perjuicio de las funciones que le asigna la reglamentación del dec.-ley 16.970/66, a los fines del presente decreto, tendrá como misión asistir al Consejo de Defensa en lo concerniente al ejercicio de las atribuciones que en él se le asignan.

Art. 7º-- El Ministerio de Economía proveerá los fondos necesarios para el cumplimiento del presente decreto.

Art. 8º-- Comuníquese, etc. --Luder. -- Aráuz Castex. -- Vottero. -- Emery. -- Ruckauf. -- Cafiero. -  
- Robledo.

Fonte: Texto disponível em: <<http://www.nuncamas.org/document/nacional/decr2770.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2012.

c) Decreto 2771**Decreto 2771 del 6 de octubre de 1975 – Decretos de aniquilamiento  
Consejo de Defensa - Convenios con las provincias para colocar bajo su control operativo al personal policial y penitenciario para la lucha contra la subversión**

Publicación: Boletín Oficial, 4 de Noviembre de 1975

Visto lo dispuesto por el dec. 2770 del día de la fecha, y la necesidad de contar también con la participación de las fuerzas policiales y penitenciarias de las provincias en la lucha contra la subversión;

Por ello, el presidente provisional del Senado de la Nación en ejercicio del Poder Ejecutivo en acuerdo general de ministros, decreta:

Art. 1º-- El Consejo de Defensa, a través del Ministerio del Interior, suscribirá con los gobiernos de las provincias, convenios que coloquen bajo su control operativo al personal y a los medios policiales y penitenciarios provinciales que les sean requeridos por el citado Consejo para su empleo inmediato en la lucha contra la subversión.

Art. 2º-- Comuníquese, etc. --Luder. -- Aráuz Castex. -- Vottero. -- Emery. -- Ruckauf. -- Cafiero. -- Robledo.

Fonte: Texto disponible em: <<http://www.nuncamas.org/document/nacional/decr2771.htm>>. Acceso em: 16 fev. 2012.

d) Decreto 2772**Decreto 2772 del 6 de octubre de 1975 – Decretos de aniquilamiento  
Fuerzas Armadas - Ejecución de las operaciones militares y de seguridad necesarias para eliminar la subversión**

Publicación: Boletín Oficial, 4 de Noviembre de 1975

Vistos los decs. 2770 y 2771 del día de la fecha y la necesidad de reglar la intervención de las Fuerzas Armadas en la ejecución de operaciones militares y de seguridad, a efectos de aniquilar el accionar de los elementos subversivos en todo el territorio del país.

Por ello, el Presidente provisional del Senado de la Nación en ejercicio del Poder Ejecutivo en acuerdo general de ministros, decreta:

Art. 1º-- Las Fuerzas Armadas bajo el Comando Superior del Presidente de la Nación que será ejercido a través del Consejo de Defensa procederán a ejecutar las operaciones militares y de seguridad que sean necesarias a efectos de aniquilar el accionar de los elementos subversivos en todo el territorio del país.

Art. 2º-- El Ministerio de Economía proveerá los fondos necesarios para el cumplimiento del presente decreto.

Art. 3º-- Comuníquese, etc. --Luder. -- Aráuz Castex. -- Vottero. -- Emery. -- Ruckauf. -- Cafiero. -- Robledo

Fonte: Texto disponible em: <<http://www.nuncamas.org/document/nacional/decr2772.htm>>. Acceso em: 16 fev. 2012.



## ANEXO E – 19750910 Analysis of Political Situation

(Pág. 1/14)

**UNCLASSIFIED** 9/10/75 **BF023** CONTROL: 6087 10 SEP 75 1600 P600 R

**DEPARTMENT OF STATE**  
**TELEGRAM**

INDICATE  
 COLLECT  
 CHARGE TO

	FROM Anembassy BUENOS AIRES	CLASSIFICATION [REDACTED]
E.O. 11652:	GDS	
TAGS:	PINT, PFOR, AR, US	
SUBJECT:	Analysis of Political Situation in Wake of Military Crisis	
ACTION:	Secstate WASHDC	
INFO:	Anembassy ASUNCION " BRASILIA " LA PAZ " MONTEVIDEO " SANTIAGO USCINCSO FOR POLAB DIA/DCD WASHDC [REDACTED] BUENOS AIRES 6087	ARGENTINA PROJECT (S20000044) U.S. DEPT. OF STATE, A/RPS/IPS Margaret P. Grafeld, Director (X) Release ( ) Excise ( ) Deny Exemption(s): Declassify: ( ) In Part (X) In Full ( ) Classify as __ ( ) Extend as __ ( ) Downgrade to __ Date _____ Declassify on _____ Reason _____
REFS:	a) BA-5781 and b) BA-5950	
AMB POL POL/R ECOM USIS USDAO MILGP-2 SCIAT LEGAT XREX CHRON LABATT	<p>1. Summary: The outcome of the recent military crisis (see clearly ref a) pointed up <del>with certainty</del> that real political power no longer resides with the President. At this point, whether or not she remains as President is a question of almost academic interest. There is a power vacuum at the center and it is not she who will fill it; hence, whether she remains as figurehead President for yet some time, or whether a new government headed by Luder or someone like him takes over from her, Mrs. Peron is no longer at the center of the equation. Others must try to fill the vacuum, and in so doing turn the economy around.</p>	
DRAFTED BY: POL:WSSmith:cc	DRAFTING DATE: 9/10/75	TEL. EXT.: 128
CLEARANCES: POL/R:DSmock 23 DAO:PACoughlin WPS	All in Draft: ECOM:WBeal WPS IABATT:RGamble WPS	CONTENTS AND CLASSIFICATION APPROVED BY: AMBASSADOR ROBERT C. HILL DCM:JMontllor
FORM PS-413 11-72	<b>UNCLASSIFIED</b>	79F 23 2/153

Primeira página do telegrama enviado ao governo norte-americano, pela Embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires, no dia 09/10/75, no qual detalha ao longo de quatorze páginas a situação política na Argentina.

Fonte: <[http://www.cipol.org/pdfs/Primeros/Documentos%20faltantes/Faltantes\\_primeros/00009f9c.pdf](http://www.cipol.org/pdfs/Primeros/Documentos%20faltantes/Faltantes_primeros/00009f9c.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2011.

(Pág. 2/14)

~~UNCLASSIFIED~~

Page 2

of BA-

3087

Classification

MRM

come to grips with rampant terrorism and myriad other problems. A civilian/constitutional solution cannot be discounted. Indeed, that is what almost everyone in Argentina hopes for--including the Armed Forces. The magnitude of the problems and tenuousness of the mandate, however, are such that the civilians who try to fill the vacuum will have no better than a 40/60 chance of succeeding and getting through to the 1977 elections.

The country may have moved too far towards collapse to now be saved by a weak, patch-work government--even if it be a constitutional one. The dynamics of the situation are such as to make it likely (though not yet inevitable) that the Armed Forces will at some point have to step in, whether or not they want to and whether they do so directly or indirectly. They would be the only strong, cohesive sector left to fill the vacuum (the other powerful sector--Labor--being too fragmented and poorly led to do so). The officers who are likely to play key roles are moderate conservatives, and are reasonably well inclined towards the US. There is not likely, then, to be a new Portugal here. However, whether the military can do any better than the civilians in solving the country's basic problems remains to be seen. They will have the strength and authority to do so, but their record of problem solving over the past 45 years is not inspiring.

FORM  
4-68 FS-413A  
CONTINUATION SHEET

~~UNCLASSIFIED~~

Classification

UNCLASSIFIED

Continuação do telegrama.

Fonte: <[http://www.cipol.org/pdfs/Primeros/Documentos%20faltantes/Faltantes\\_primeros/00009f9c.pdf](http://www.cipol.org/pdfs/Primeros/Documentos%20faltantes/Faltantes_primeros/00009f9c.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2011.

(Pág. 7/14)

UNCLASSIFIED

Classification

Page 7 of BA- 3087  
MHN

resented the "populist" tendency and was sympathetic to Peronismo. He pushed a form of professionalism "at the service of and integrated with the government's programs and policies." All three commanders, Carcagno, Laplane and even Anaya (though, admittedly, he to a much lesser degree), had one foot in the government's camp even though they represented first and foremost the Army. This produced a certain amount of split vision on the part of the leadership and confusion below them as to what was expected of the Army. With the conclusion of the recent crisis, this is no longer the case. The overwhelming majority of officers lined up against Laplane and Danasco (who also represented the "populist" line). Those who supported the latter were by and large retired. The Army now stands highly unified and sure of itself. The dominant line around which it has united is one led by officers of a traditionalist/moderately conservative stripe. They are not golpistas. On the contrary, Army CINC Videla is more insistent on straight professionalism than were his predecessors. They do not wish to enter the political arena--let alone take power. But neither do they have any ties of sympathy to the Peronist government. Videla represents the Army (and, thus, the Armed Forces) first, foremost and only, and he sees the role of the Armed Forces as being one of defending and guaranteeing

FORM  
4-68 FS-413A  
CONTINUATION SHEET

Classification

UNCLASSIFIED

Continuação do telegrama.

Fonte: <[http://www.cipol.org/pdfs/Primeros/Documentos%20faltantes/Faltantes\\_primeros/00009f9c.pdf](http://www.cipol.org/pdfs/Primeros/Documentos%20faltantes/Faltantes_primeros/00009f9c.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2011.

(Pág. 8/14)

UNCLASSIFIED

Classification

Page 8 of BA-

3087

MHN

The Nation and the Constitution.

8. Even though divisions have been largely overcome, no trigger mechanism for intervention has been activated.

On the contrary, the Armed Forces remain opposed to intervention--or perhaps better said, they do not want to take power unless and until there is no other alternative

9. This gives evidence that the Argentine military have changed. Either they are more democratically minded and dedicated to the Constitution than they were ten years ago,

or they are more politically astute, or both. They will, then, move in only reluctantly. As suggested above, however, given the power vacuum, the weakness of what might fill it short of the military, and the increasing magnitude of the problems faced, there may well be no alternative. This is not to say, however, that the military must necessarily put generals in the executive offices. They might, if they can find acceptable figures to front for them, prefer a "Guido solution"--i.e. a civilian President controlled by the military. Even so, the Armed Forces would still be running the country.

10. Since the military are likely to move only as a last resort, the situation they take over would likely be an unsettled one. To impose order, they would probably use a heavy hand, and at least initially would not likely brook much opposition to the economic and political measures they deemed necessary. The "populist" line in the Armed Forces

FORM  
4-68 FS-413A  
CONTINUATION SHEET

Classification

UNCLASSIFIED

Continuação do telegrama.

Fonte: <[http://www.cipol.org/pdfs/Primeros/Documentos%20faltantes/Faltantes\\_primeros/00009f9c.pdf](http://www.cipol.org/pdfs/Primeros/Documentos%20faltantes/Faltantes_primeros/00009f9c.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2011.

(Pág. 11/14)

UNCLASSIFIED

Classification

Page 11 of BA- 3087  
MRN

and immediate problems any government must face. The terrorists have little popular support but their influence is widely spread throughout the country. At this point, they do not have the capability to overthrow the government and take power. Their actions have, however, already interrupted the normal flow of economic and political life in Argentina. To demonstrate that it is effective, any

government, whether civilian or military, must reverse the tide. Mrs. Peron's has so far been unable to do so-- a factor which has contributed to the undermining of her position. The terrorists do, then, have some degree of impact upon a government's durability. Should the military take power and also fail to stabilize the country, the terrorists might have the capability to carry the extreme left to power--though it would take the worst of all possible contingencies for this to happen.

14. Why Should the US Care? The US has important interests in Argentina. The most tangible are in the form of about 1.5 billion dollars of private investment we have here. Less tangible, but no less important, are a number of political considerations. Argentina is one of the four largest and wealthiest countries in Latin America. It dominates the Southern Cone and continues to have marked influence in the OAS. If led by a moderate, responsible government favorably disposed to us, it could be of great ~~inter~~ assistance

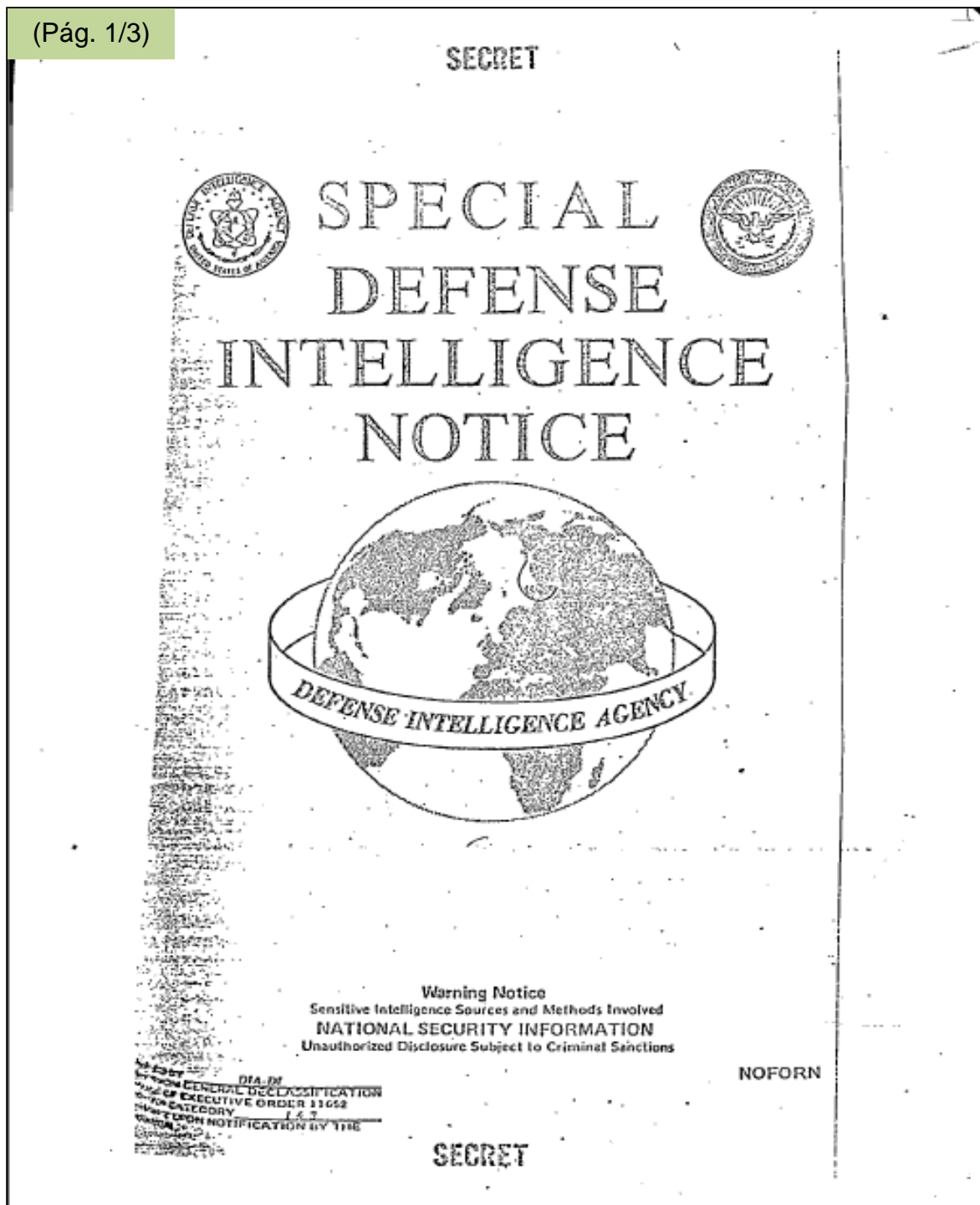
FORM  
4-68 FS-413A  
CONTINUATION SHEET

UNCLASSIFIED

Continuação do telegrama.

Fonte: <[http://www.cipol.org/pdfs/Primeros/Documentos%20faltantes/Faltantes\\_primeros/00009f9c.pdf](http://www.cipol.org/pdfs/Primeros/Documentos%20faltantes/Faltantes_primeros/00009f9c.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2011.

## ANEXO F – 19760402 Argentine Coup in Perspective CIA



O relatório de 26/02/76, realizado pela *Defense Intelligence Agency* (DIA) – documento secreto desclassificado denominado “19760402 Argentine Coup in Perspective CIA” – reforça a ideia de que o governo norte-americano sabia que o golpe de Estado na Argentina estava sendo preparado pelas Forças Armadas argentinas.

Fonte: <<http://www.cipol.org/pdfs/Primeros/19760226%20Argentina%20Military%20agree%20coup%20is%20necessary.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

(Pág. 2/3)

## SECRET

*This Notice serves an alerting function and is designed to support current decisions on security policy or posture.*

ARGENTINA

MILITARY AGREE COUP IS NECESSARY.

(S/NOFORN/WNINTEL) The military high command has reportedly decided to carry out a coup against Mrs. Peron before 5 March. Should congressional leaders now meeting be unable to reach a decision to declare the President unfit to continue in office -- the only constitutional alternative remaining other than resignation -- Mrs. Peron could be out of office as early as this weekend.

(S/NOFORN/WNINTEL) The navy and air force commanders meeting on 18 February apparently convinced reluctant Army Commander Videla that the situation in the country had deteriorated to the point where the armed forces should takeover the government. Military planning for a coup is well along and individual units have their instructions. Planning now envisions Videla heading the new government, at least for a while, aided by a predominantly military Cabinet.

(C/NOFORN) Following renewed presentation of armed forces' recommendations on government changes to an unyielding President, the Minister of Defense has resigned. He reportedly left the country without awaiting Presidential reaction. This removes him from the uncomfortable position of having to decide between supporting the government or the military commanders.

(C/NOFORN) Mrs. Peron's political position has deteriorated steadily over the past several weeks, with labor, politicians and, most recently, members of her own party turning against her. Nonetheless, the military under Videla's leadership, had been reported as still leaning toward a constitutional solution. Congress, however, has been unable to

(Continued)

DIA

SECRET

O trecho, destacado no quadro em vermelho, indica que em 18/02/76 as Forças Armadas concluíram que a situação na Argentina estava muito deteriorada e que elas deveriam intervir imediatamente, lideradas pelo General Rafael Videla. No entanto, Videla acreditava em uma solução constitucional, tal como a demissão voluntária de Isabelita Perón, que não aconteceu. Por isso, o iminente golpe, contra a presidenta, deveria ser deflagrado antes mesmo de 05/03/76.

Fonte: <<http://www.cipol.org/pdfs/Primeros/19760226%20Argentina%20Military%20agree%20coup%20is%20necessary.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

(Pág. 3/3)

SECRET

move against Mrs. Peron. Action to initiate impeachment proceedings against Mrs. Peron failed on the 25th. The remaining alternative is convocation of a special assembly which would declare her unfit to remain in office, presumably for health reasons. Such an alternative reportedly is now being discussed. Should the move fail, a coup against Mrs. Peron as early as this weekend is almost certain. (XGDS-1 & 2 Declassify upon notification of originator)

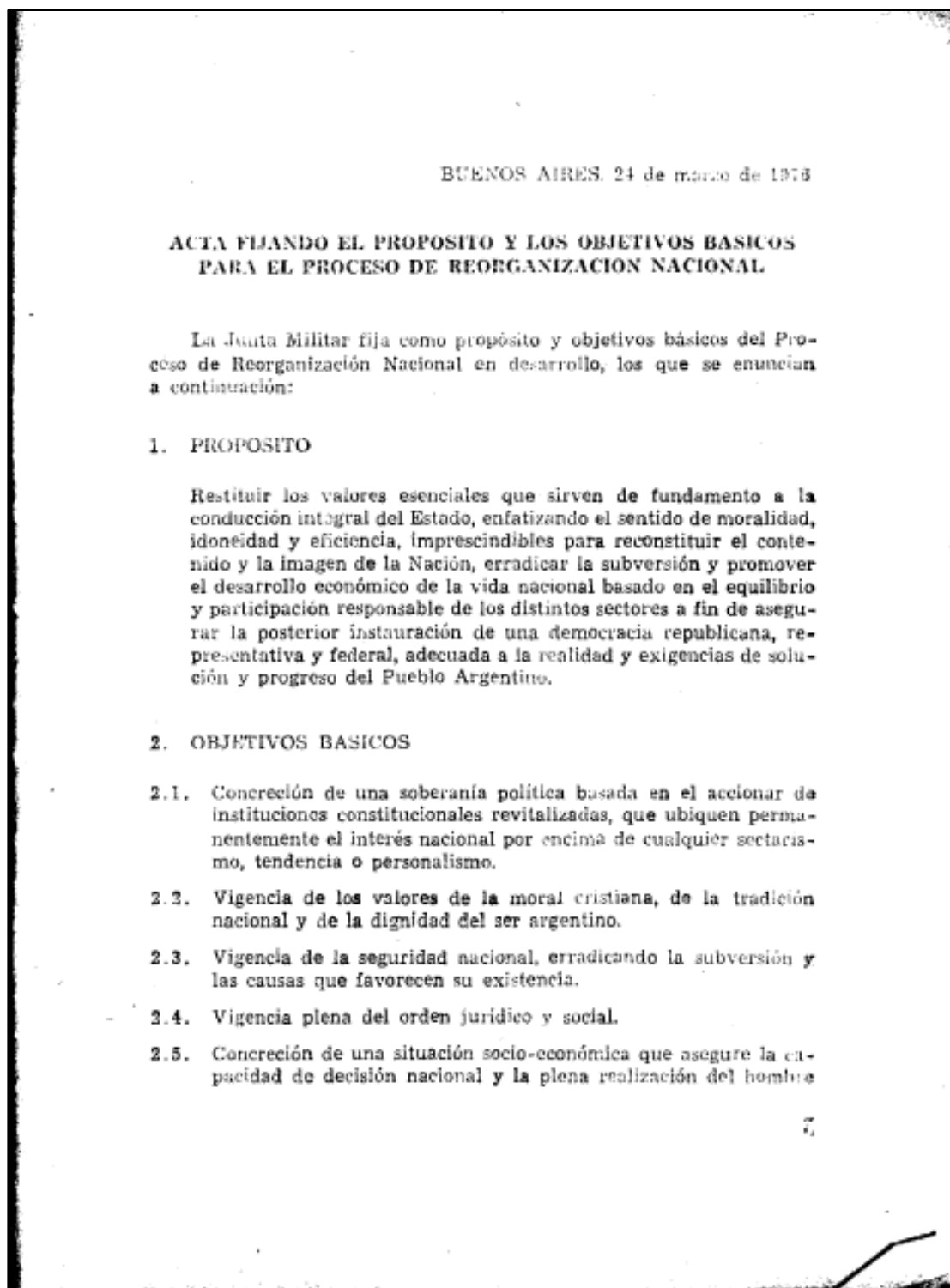
SECRET

A realização de *impeachment* contra Isabelita Perón falhou em 25/02/76. Tentar-se-ia convocar assembleia para deliberar sobre a incapacidade de continuar no governo, utilizando sua saúde como justificativa para isso. Caso tal medida falhasse, o golpe de Estado seria o próximo passo.

Fonte: <<http://www.cipol.org/pdfs/Primeros/19760226%20Argentina%20Military%20agree%20coup%20is%20necessary.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2011.



## ANEXO G – Acta fijando el propósito y los objetivos básicos para el Proceso de Reorganización Nacional



Acta escrita pela Junta Militar em 24 de março de 1976.

Fonte: <<http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/documentos/EL000162.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

argentino; en donde el Estado mantenga el control sobre las áreas vitales que hacen a la seguridad y al desarrollo y brinde a la iniciativa y capitales privados, nacionales y extranjeros las condiciones necesarias para una participación fluida en el proceso de explotación racional de los recursos, neutralizando toda posibilidad de interferencia de aquéllos en el ejercicio de los poderes públicos.

- 2.6. Obtención del bienestar general a través del trabajo fecundo, con igualdad de oportunidades y un adecuado sentido de justicia social.
- 2.7. Relación armónica entre el Estado, el capital y el trabajo, con fortalecido desenvolvimiento de las estructuras empresariales y sindicales, ajustadas a sus fines específicos.
- 2.8. Conformación de un sistema educativo acorde con las necesidades del país, que sirva efectivamente a los objetivos de la Nación y consolide los valores y aspiraciones culturales del ser argentino.
- 2.9. Ubicación internacional en el mundo occidental y cristiano, manteniendo la capacidad de autodeterminación, y asegurando el fortalecimiento de la presencia argentina en el concierto de las naciones.

ORLANDO GARCÍA AGOSTI  
P.A.A.

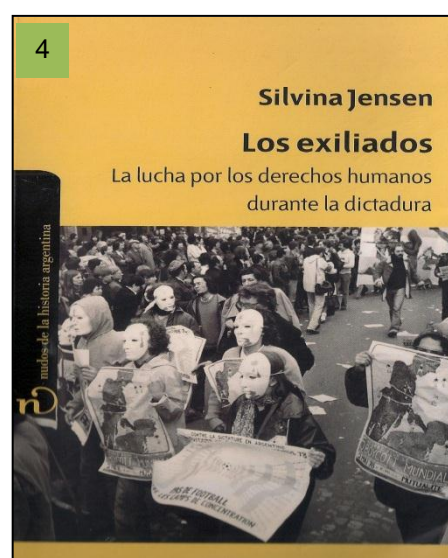
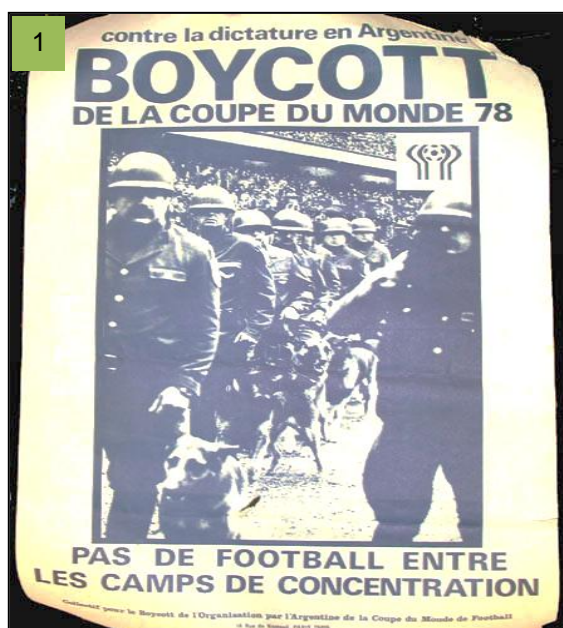
EMILIO ERNESTO MASPERA  
P.A.A.

JORGE RAFAEL VIDELA  
P.A.A.

Continuação da ata escrita pela Junta Militar em 24 de março de 1976.

Fonte: <<http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/documentos/EL000162.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

## ANEXO H – Manifestações internacionais contra a Copa Mundial de 78



**Imagem 1:** Cartaz realizado pela COBA. Tradução do texto em francês: “Contra a ditadura na Argentina; Boicote da Copa do Mundo de 78; Não ao futebol entre os campos de concentração; COBA; 14 rue de Nanteuil, 75015 Paris”. **Imagem 2:** Caricatura de disco realizado pela COBA. Tradução do texto em francês: “COBArgentina solidariedade; Argentina 78; ...Quando aplaudem os onze da França os aplausos cobrirão os ruídos das pessoas que são torturadas...; Atrás da tela: a realidade; Boicote da Ditadura”. **Imagem 3:** Cartaz realizado pela Confederação-Geral Italiana de Trabalho (CGIT), a Confederação Italiana de Sindicatos dos Trabalhadores (CISL) e a União Italiana do Trabalho (UIL). Tradução do texto em italiano: “Argentina Mundial de 78; Transformar o mundial de futebol em uma tribuna internacional contra o fascismo; Liga pelos direitos e pela liberação dos povos; Federação CGIL, CISL, UIL de Milão”. Fonte: Imagens disponíveis em <<http://www.red-redial.net/recurso-385.html>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

**Imagem 4:** A capa do livro JENSEN traz fotografia de manifestação da COBA realizada em Paris (1º/05/1978) contra a Copa do Mundo de 78. Fonte: JENSEN, Silvina. **Los exiliados.** La Lucha por los derechos humano durante la dictadura. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2010.

## ANEXO I – Os Voos da Morte

Testemunho de vítima argentina

Pág. 1/2

[...] Vuelo de la muerte

Adolfo Pérez Esquivel

*Cada persona guarda en su memoria hechos, acontecimientos, que marcan su vida y que no son aislados en la vida del pueblo y la situación del país y en la comunidad de pertenencia de cada uno.*

*Había estado en Ecuador participando en el encuentro de Obispos Latinoamericanos que se realizó en la Casa de Santa Cruz, en Riobamba en la Diócesis del Obispos Leonidas Proaño y donde supimos del asesinato de Monseñor Angelelli en la Argentina. Era uno de los obispos invitados que no pudo llegar al encuentro. Estuvo el Arzobispo de Santa Fe, Monseñor Vicente Zaspé.*

*La represión militar ecuatoriana invadió la casa de retiro y reprimió a los 17 obispos, religiosos y laicos, que fuimos detenidos y llevados al cuartel militar en Quito, a unos 300 Kms. Fue un operativo continental del Plan Cóndor, impuesto a través de la Doctrina de Seguridad Nacional, promovido bajo la dirección de los EE.UU en los regímenes dictatoriales imperantes.*

*Al regresar a la Argentina después de mi liberación en el Ecuador, fui detenido en el Departamento Central de la Policía Federal el día 4 de abril, aniversario del asesinato de Luther King y el primer día de la Semana Santa. Son momentos de fuerte tensión y de resistencia espiritual. Fui llevado a la Superintendencia de Seguridad Federal, un centro de torturas y encerrado en un tubo, calabozo pequeño y maloliente con restos dejados por otros prisioneros, por ese lugar pasaron los Graiver, el director del Buenos Aires Herald, Robert Cox, entre otros. Lugar donde pasaban prisioneras que las trasladaban a otras prisiones. con la promesa que las liberarían. Cuando salían a la calle y con el Estado de Sitio, volvían a secuestrarlas.*

*El día 5 de mayo del año 1977, a la madrugada, la guardia abre el tubo y me sacan, llevándome a una oficina donde me informan que sería trasladado. No dan otra información. Hay un oficial quien es el encargado de entregarme, dos oficiales y dos suboficiales, quienes me ponen las esposas y trasladan a un carro celular y soy encerrado en un compartimiento donde únicamente podía estar de pié.*

*Aproximadamente luego de hora y media de recorrido, se detiene y veo que es el aeródromo de San Justo, había un letrado que lo identificaba; está cerca de un hangar de donde sale carreando un pequeño avión. Me suben encadenándome al asiento trasero. Están el piloto, el co-piloto los oficiales y suboficiales que me buscaron en la Superintendencia de Seguridad Federal, armados con ametralladoras y el avión tomó pista y se elevó dirigiendo su rumbo hacia el Río de la Plata.*

*Pregunté dónde me llevaban, pero el silencio era absoluto. Conozco perfectamente la zona sobre la que volábamos por haber navegado durante varios años la región. Pude ver los ríos Paraná de las Palmas, el Paraná Mini y el Paraná Guazú, la Barra de San Juan, Colonia y las luces de Montevideo. Era inexplicable ese recorrido y el tiempo transcurrido en el aire dando vueltas sin destino alguno.*

*Los guardias hablaban entre si en voz baja, uno de ellos se acercó para ver como estaban las cadenas que me ataban al asiento y sujetaba el candado, lo sentía muy nervioso y alterado, pero silencioso, no se atrevía a mirarme. Algo estaba por suceder; yo no lo sabía, aunque presentía lo que podía ser. Los militares esperaban una orden y saber qué hacer conmigo. El piloto llama al oficial y hablan en voz baja. Siento que le dice “estamos esperando la orden”.*

Pág. 2/2

*Muchos recuerdos se agolpaban en mi mente y corazón, sin embargo estaba sereno y mi fuerza nacía de la oración, de la fe y el compromiso asumido junto a los pueblos de América Latina y la Argentina, de la pertenencia, valores y lucha por la vida frente a las dictaduras militares. Recordaba a los seres queridos, a mi esposa e hijos y que el día 7 de mayo es el cumpleaños de Ernesto y el dolor de no poder estar junto a la familia para celebrar y compartir. La incertidumbre de no saber si estaría vivo.*

*Tenía información de prisioneros que la dictadura militar ordenó arrojar desde los aviones al Río de la Plata y al mar. En Ginebra, en la Asociación Internacional de Juristas pude ver algunos micro-films de cuerpos de prisioneros que la corriente del río había arrastrado a la costa uruguaya;*

*El avión continuaba dando vueltas hacia la costa y el río. Hacía mucho frío y el tiempo inmenso transcurría en una espera incierta, cargada de tensiones y olor a muerte de un vuelo hacia ningún lado.*

*La madrugada y sol comenzaban a despertar de una noche llena de presagios e incertidumbres. Permanecía encadenado en el avión, sin capacidad de cualquier movimiento, sin respuesta a mis preguntas; sólo miradas furtivas y el susurro de sus conversaciones y las armas sobre sus rodillas. Me preguntaba si había llegado al límite de la vida; si todo eso era el fin, sólo trataba de aspirar el aire como si fuera la última bocanada de vida.*

*Recordaba a los compañeros y compañeras del Serpaj, a mi hijo mayor, Leonardo en su resistencia y trabajo en defensa del derecho de los pueblos; era muy joven con mucho entusiasmo y compromiso acompañando a organizaciones emergentes del drama que vivía el pueblo. Recordaba a quienes dieron su vida, para dar vida, desde su lugar resistían con dignidad, como ese grupo de mujeres con las que compartimos el dolor, la resistencia, la esperanza y la fuerza de la oración ecuménica, superando barreras culturales, ideológicas y políticas, unidas para saber a donde llevaron a sus hijos e hijas. Fuimos aprendiendo a tejer redes solidarias.*

*El tiempo sin tiempo, sin dimensión continuaba el vuelo de la muerte, hasta que el piloto dice en voz alta: "tengo la orden de ir a la Base Aérea de Morón, con el prisionero". Así el avión recorre la costa y se dirige a la base del Palomar. Un edificio pintado de amarillo ya un poco desgastado por el tiempo, el avión aterriza en la pista y estaciona cerca del edificio. Quedo con la guardia armada. El piloto, junto con los oficiales se dirigen al edificio. No sé el tiempo transcurrido, tal vez más de dos horas, creo que ahí se decidió qué hacer conmigo. La presión internacional era intensa, de las iglesias, gobiernos, organizaciones sociales y culturales, de organismos internacionales.*

*Cuando regresan el piloto y los oficiales dicen: "póngase contento, lo llevamos a la U9, la Unidad Nueve, creo que hasta me puse contento que me lleven a la cárcel. Lo otro era la muerte.*

*El día 5 de mayo del año 1977, di gracias a Dios y la vida poder continuar la lucha y la resistencia en la esperanza. Sé que esa lucha y resistencia no finalizó, que hay que continuar a pesar de tantas claudicaciones, entrega del patrimonio del pueblo a la voracidad de empresas transnacionales y traiciones de quienes vendieron el país. Hay que recuperar valores, identidad, sentido de vida y dignidad de nuestro pueblo. Que la lucha, esperanzas de aquellos que dieron su vida para dar vida no haya sido inútil.*

*A 32 años hay que continuar construyendo en la esperanza. A pesar de todo.*

*Buenos Aires, 5 de mayo del año 2009*

## Reportagem francesa sobre os Voos da Morte

Pág. 1/2



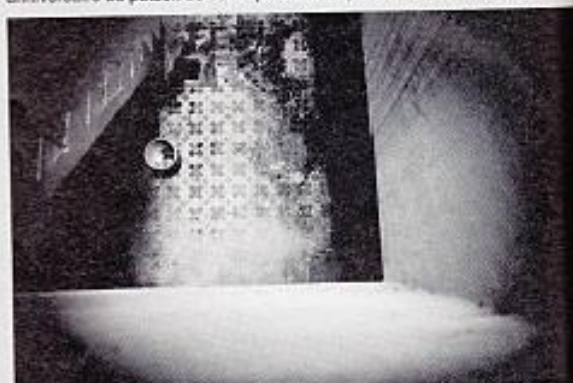
L'École de mécanique de la Marine argentine (Esma), dont la plupart des 5000 prisonniers n'ont jamais été revus, est devenue un lieu de mémoire.



Photos de disparus exposées lors d'une manifestation, le 24 mars 2011, 35<sup>e</sup> anniversaire du putsch de 1976 qui a mis en place la première junte militaire.



Osvaldo, dans son ancienne cellule de Virrey Cevallos, autre centre de torture de la capitale argentine, dont il est l'un des rares à avoir pu s'échapper.



Une cellule de Virrey Cevallos, dans le quartier de Montserrat. Pendant la dictature militaire, le centre était placé sous l'autorité de l'armée de l'air.



En 2010, un médecin légiste tente d'identifier des restes considérés comme ceux d'un prisonnier disparu afin que la dépouille soit rendue à ses proches.



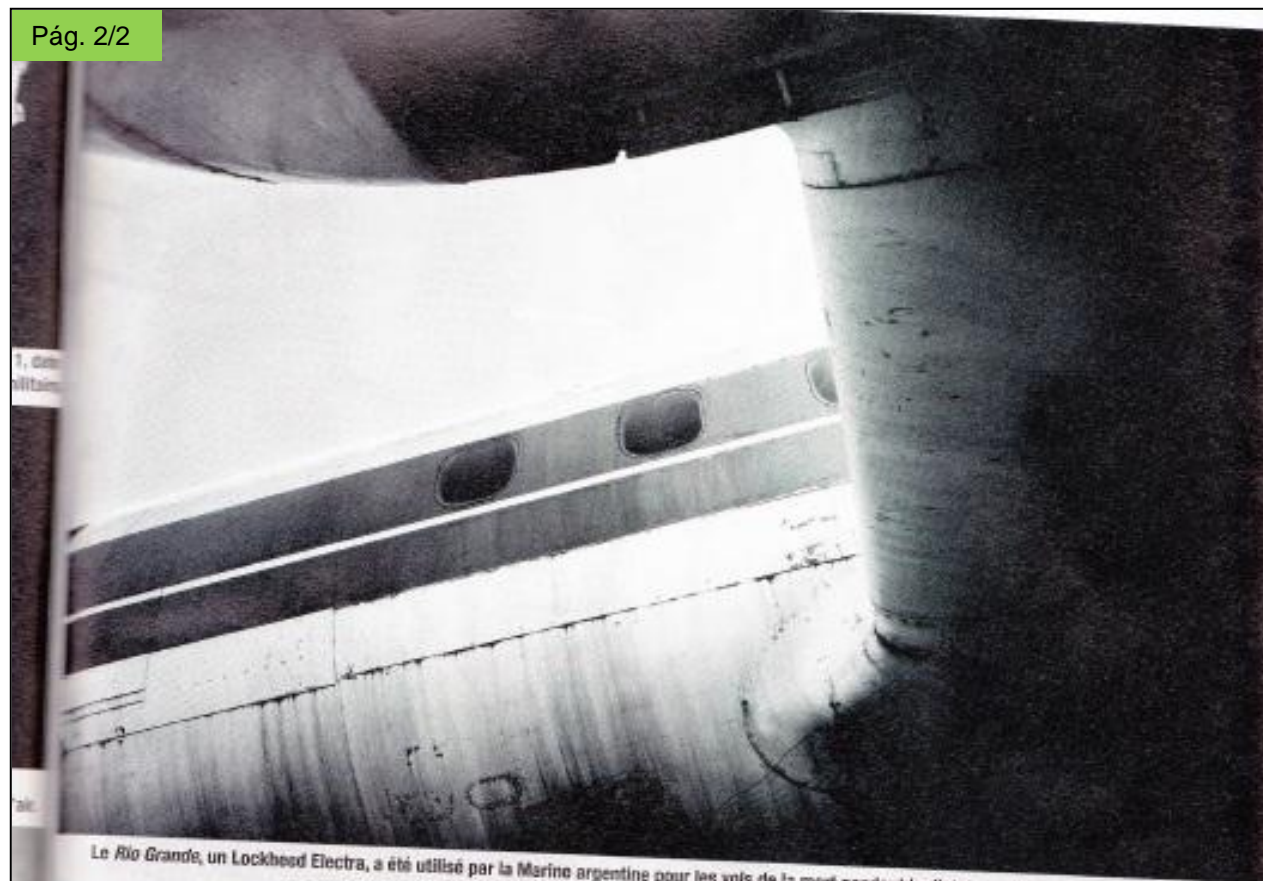
L'une des Mères de la Place de Mai jette des fleurs dans le Río de la Plata, tombe de nombreux prisonniers victimes des vols de la mort.

## Argentine Les vols de la mort, ou

**JUSQU'EN MAI DERNIER**, Enrique de Saint Georges et Mario Arzu pilotaient tranquillement des avions de ligne de la compagnie Aerolíneas Argentinas. Aujourd'hui, ils sont en détention préventive et attendent d'être jugés pour participation aux « vols de la mort » durant la dictature militaire argentine (1976-1983). Au cours de ces expéditions généralement nocturnes, des prisonniers politiques, préalablement drogués, étaient jetés, nus, en mer ou dans le

Río de la Plata. Une méthode que les militaires argentins n'avaient d'ailleurs pas inventée puisqu'elle fut utilisée par un officier français dès 1947 durant la répression de l'insurrection malgache, mais qu'ils ont multipliée. Les premières informations sur les « vols de la mort » furent diffusées par des médias clandestins en Argentine dès 1977, mais il fallut attendre 1995 pour que l'opinion découvre vraiment leur existence par la confession d'Adolfo Scilingo, un officier qui y avait pris part. Beaucoup des prisonniers ainsi assassinés sortaient dès

Le travail commun du photographe Giancarlo Ceraudo (agence Noor), de la journaliste Miriam Lewin et de l'ancien pilote Enrique Pineyro a permis d'identifier cinq avions utilisés pour les vols de la mort.



Le Rio Grande, un Lockheed Electra, a été utilisé par la Marine argentine pour les vols de la mort pendant la dictature militaire.

Le plan de vol du 14 décembre 1977, pour lequel plusieurs pilotes vont être jugés.



Des avions utilisés pour les vols de la mort ont été identifiés récemment aux Etats-Unis et en Europe.



Les prisonniers, drogués et démunés, étaient jetés en pleine mer ou dans le Rio de la Plata.

## les horreurs de la junte militaire

cachots de l'Ecole de mécanique de la Marine, (Esma) devenue sous la dictature le principal centre de détention et de torture du pays. Environ 5000 prisonniers sont passés par l'Esma. Seuls 200 environ ont survécu. Une partie des disparus qui n'ont pas été jetés en mer ont été incinérés dans l'Ecole. Parmi les rares corps que les flots ont restitués figuraient ceux de la fondatrice de l'association des Mères de la Place de Mai et d'une religieuse française, qui furent alors inhumées dans une fosse commune, et qui n'ont été identifiées qu'en

2005. C'est pour leur assassinat, entre autres barbaries, que des responsables de l'Esma, dont le tristement célèbre Alfredo Astiz, ont été condamnés à perpétuité le 27 octobre dernier. Des condamnations pour lesquelles il a fallu attendre qu'en 2005, la Cour suprême déclare inconstitutionnelles les lois dites de « point final » (1986) et du « devoir d'obéissance » (1987), qui empêchaient de juger les crimes commis durant la dictature. ■ YANN MENS

Pour voir la table de bordage • Cadre noir • <http://galerie.com> • <http://www.galerie.com>



## ANEXO J – Las Madres de la Plaza de Mayo



**Imagem 1:** Cabeçalho do site institucional da Associação *Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora*. No centro da imagem, verificam-se diferentes fotografias de mobilizações dessas senhoras, no centro da *Plaza de Mayo*, localização central da cidade de Buenos Aires, onde ao fundo da praça encontra-se a sede do Executivo argentino, a *Casa Rosada*.

Fonte: Endereço cibernético institucional. Disponível em: <<http://www.madresfundadoras.org.ar/>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

**Imagem 2:** Fotografia de uma das Mães da Praça de Maio.

Fonte: Archivo de las Madres. Disponível em: <<http://www.madresfundadoras.org.ar/galeria/Im%C3%A1genes%20que%20escriben%20la%20historia/4>>. Acesso: 24 fev. 2012.



Imagem 2



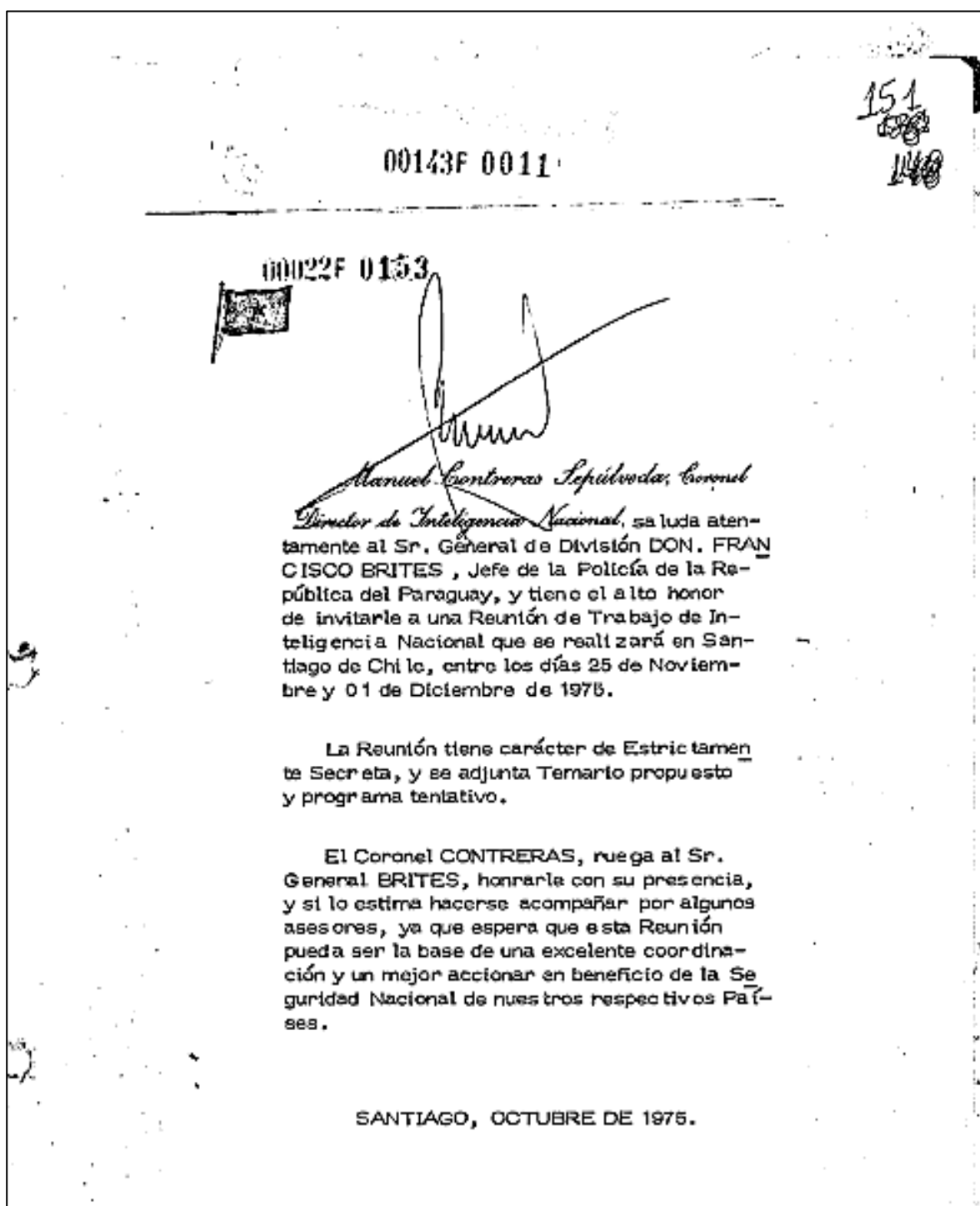
Imagem 3

**Imagem 3:** Cabeçalho do site institucional da Associação *Madres de Plaza de Mayo*. Na parte superior, verifica-se a representação do emblemático *pañuelo blanco* (lenço branco), que as mães argentinas utilizam desde a fundação do seu organismo de direitos humanos. Na parte inferior, aparecem algumas fotografias das mobilizações já realizadas.

Fonte: Endereço cibernético institucional. Disponível em: <[http://www.madres.org/naveg ar/nav.php](http://www.madres.org/naveg%20ar/nav.php)>. Acesso em: 24 fev. 2012.

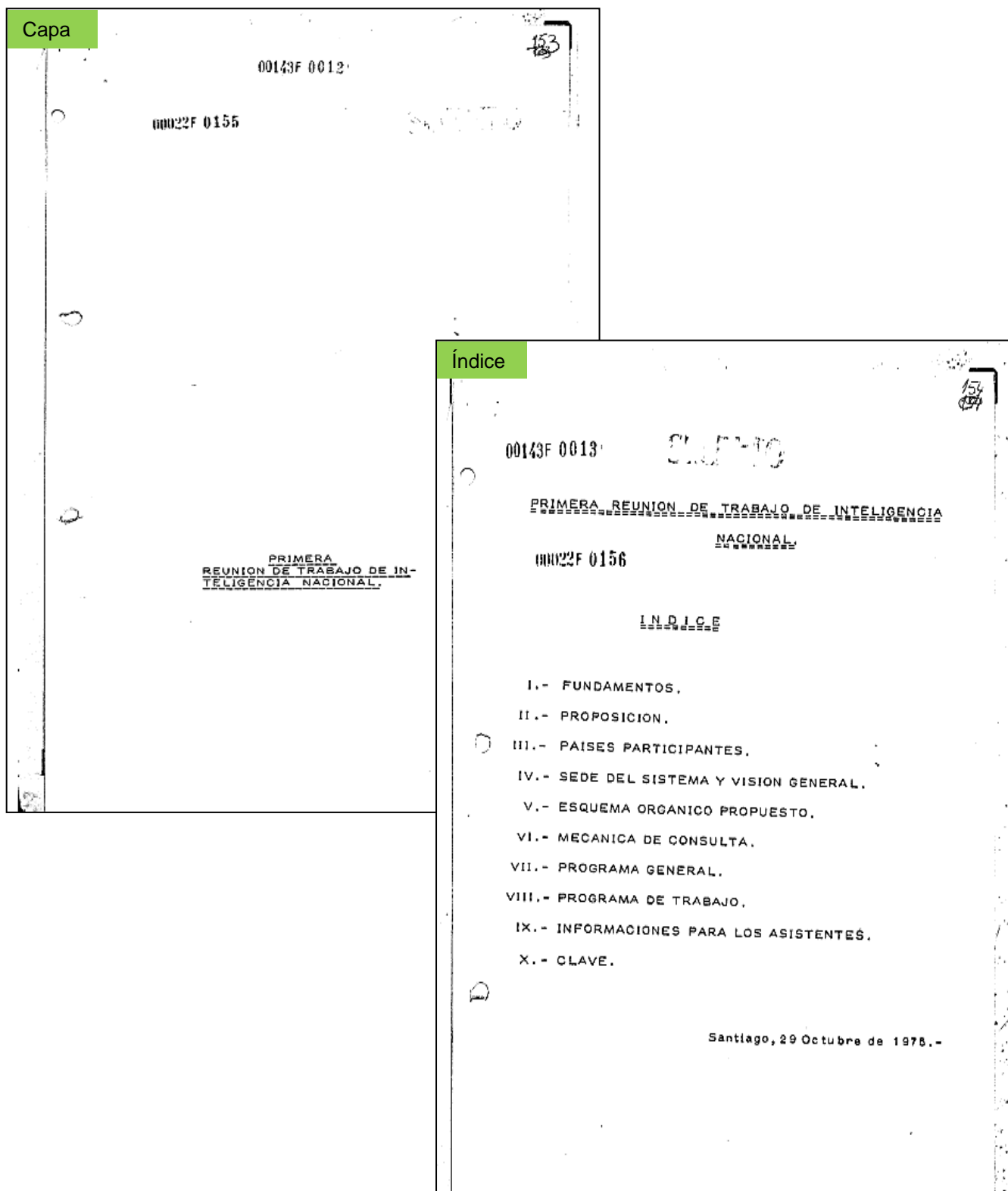


## ANEXO K – Documentos fundacionais da Operação Condor



Exemplo de convite enviado aos participantes do primeiro encontro formal da Operação Condor (25/11-01/10/1975).

Fonte: Arquivo disponível em: <<http://dspace.wrlc.org/doc/bitstream/2041/55385/143F0011-0022display.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2012.



Páginas iniciais do dossiê entregue aos participantes da *Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia*.

Fonte: Arquivo disponível em: <<http://dspace.wrlc.org/doc/bitstream/2041/55385/143F00110022display.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2012.

00022F 0157

135

PRIMERA REUNION DE TRABAJO DE INTELIGENCIA NACIONAL

00143F 0014

I.- FUNDAMENTOS.

La Subversión desde hace algunos años, se encuentra presente en nuestro Continente, amparado por concepciones políticas-económicas que son fundamentalmente contrarias a la Historia, a la Filosofía, a la Religión y a las costumbres propias de los países de nuestro Hemisferio.

Esta situación descrita, no reconoce Fronteras ni Países, y la infiltración penetra todos los niveles de la vida Nacional.

La Subversión, ha desarrollado Mandos Intercontinentales, Continentales, Regionales y Subregionales, centralizados para coordinar las acciones disociadoras. A manera de ejemplo podemos citar la Conferencia Tricontinental de la Habana, la Junta Coordinadora Revolucionaria para el Sur, etc., todo ello amenizado con toda suerte de Comités de Solidaridad con.....; de Congresos para.....; de Tribunales de.....; de Encuentros.....; de Festivales.....; de Conferencias.....etc.

En cambio los países que están siendo agredidos Política-Económica y Militarmente (desde adentro y fuera de sus fronteras), están combatiendo solos o cuando más con entendimientos bilaterales o simples "acuerdos de caballeros".

Es para enfrentar esta Guerra Psicopolítica, hemos estimado que debemos contar en el ámbito Internacional no con un Mando centralizado en su accionar interno, sino que con una Coordinación eficaz que permita un intercambio oportuno de informaciones y experiencias además con cierto grado de conocimiento personal entre los Jefes responsables de la Seguridad.

II.- PROPOSICION.

Para materializar los intercambios de información se proponen las siguientes acciones a la digna consideración de los Honorables delegados, consistente en una Oficina de Coordinación y Seguridad.

//..

Os fundamentos e a proposta da Operação Condor.

156

00022F 0158 - 2 - ~~SECRET~~

A.- Banco de Datos. 00143F 0015

Establecer en un País de los que aquí se encuentran representados, un Archivo Centralizado de Antecedentes de Personas, Organizaciones y otras Actividades, conectadas directa o indirectamente con la Subversión.

En líneas generales, algo similar a lo que tiene INTERPOL., en París, pero dedicado a la Subversión.

Desde luego, este Banco de Datos, debe ser manejado financiado y alimentado por los Servicios de Seguridad de los Países interesados, de acuerdo a un Reglamento Orgánico y de Funcionamiento aprobado por los Delegados.

B.- Central de Informaciones.

Para obtener un eficaz rendimiento en el uso del Banco de Datos, es necesario contar con un Sistema de Comunicaciones moderno y ágil, que permita cumplir con los principios de rapidez y oportunidad en la entrega de la información. A modo de ejemplo, el sistema podría conformarse a base de:

- 1.- Transmisión por Telex.
- 2.- Medios de Criptografía.
- 3.- Teléfonos con inversores de voz.
- 4.- Correos.

Este Sistema debe ser manejado, financiado y alimentado por los Servicios de Seguridad de los Países interesados, de acuerdo a un Reglamento.

C.- Reunión de Trabajo.

Con el fin de ir evaluando los servicios prestados por la Oficina de Coordinación de Seguridad, tratar problemas específicos; realizar contactos de coordinación o conocimiento personal, deben programarse Reuniones de Trabajo en los Países cuyos servicios de Seguridad serán parte de este Sistema. También deben estimularse Reuniones de Trabajo bilaterales o extraordinarios cuando la situación así lo exija.

Para evitar cargas onerosas o compromisos, este tipo de reuniones deben estar regidas por un Reglamento de funcionamiento, que permita un ordenamiento de las mismas.

//..

Continuação da proposta de trabalho da Operação Condor, dividida em três elementos fundamentais para seu funcionamento: a) Banco de dados; b) Central de Informações; e c) Reuniões de Trabalho.

Fonte: Arquivo disponível em: <<http://dspace.wrlc.org/doc/bitstream/2041/55385/143F00110022display.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2012.

- 3 -

137

00022F 0159                      00143F 0016

D.- Estos tres elementos básicos; Banco de Datos, Central de Informaciones y Reuniones de Trabajo, forman el Sistema de Coordinación de Seguridad propuesto.

III.- PAISES PARTICIPANTES.

Pueden ingresar todos los países que quieran, siempre y cuando, no representen a países Marxistas.

La admisión desde luego debe estar sujeta a la Reglamentación del Sistema.

IV.- SEDE DE SISTEMA Y VISION GENERAL.

A.- La Dirección de Inteligencia Nacional, está en condiciones de ofrecer como Sede del Sistema a Santiago de Chile, pero se somete a cualquier tipo de acuerdo que exista entre los Países participantes.

B.- La Dirección del Sistema debe ser ejercida en la forma que los países lo acuerden, ya sea en forma rotativa, por elección y conforme a un período determinado.

C.- Los Países deben concurrir en forma igualitaria y proporcional al mantenimiento del Sistema, conforme a los acuerdos que se determinen.

D.- El personal técnico del Sistema debe ser proporcionado en forma igualitaria o proporcional por los Servicios involucrados, y solo el personal no técnico puede ser contratado localmente previa investigación de confiabilidad.

El Personal Técnico, debe tener inmunidad diplomática y estar agregado a su respectiva Representación de acuerdo a las normas que le fije cada País, aunque es deseable que ellos dependan directamente de sus Servicios.

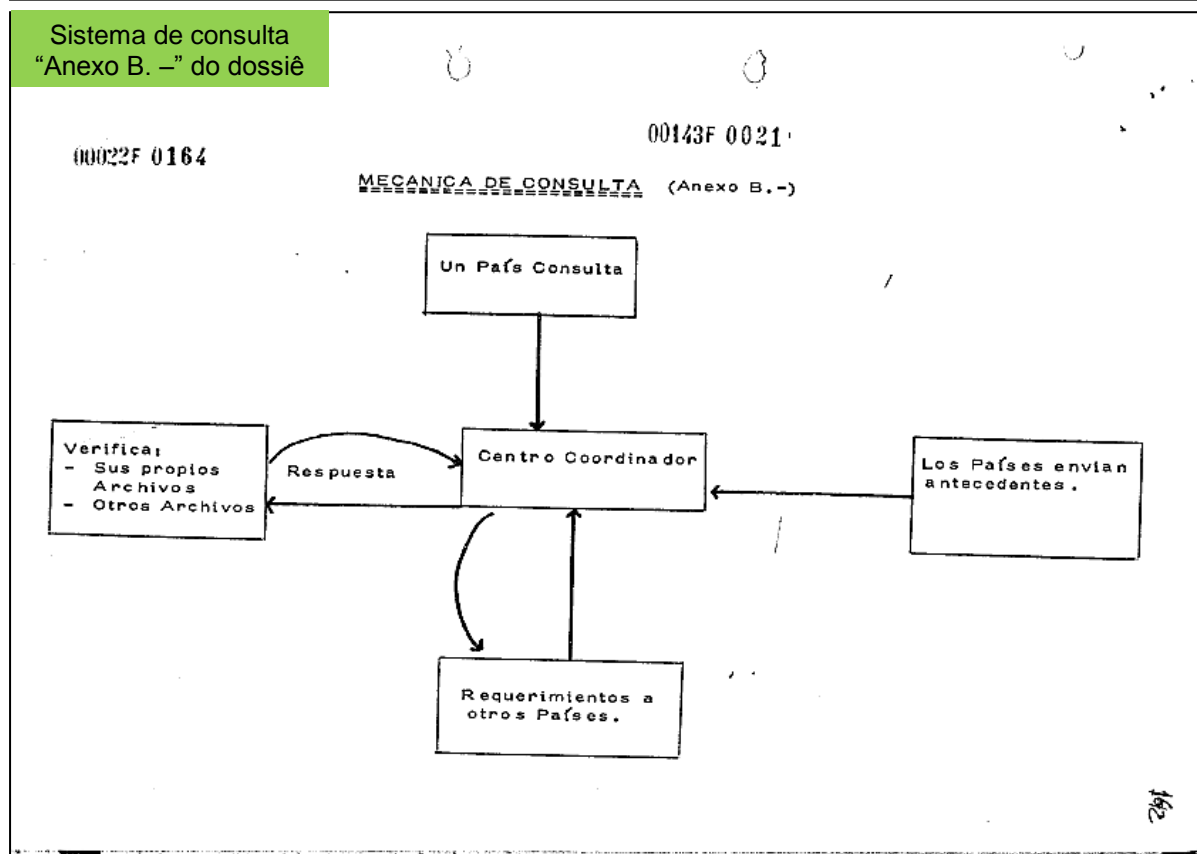
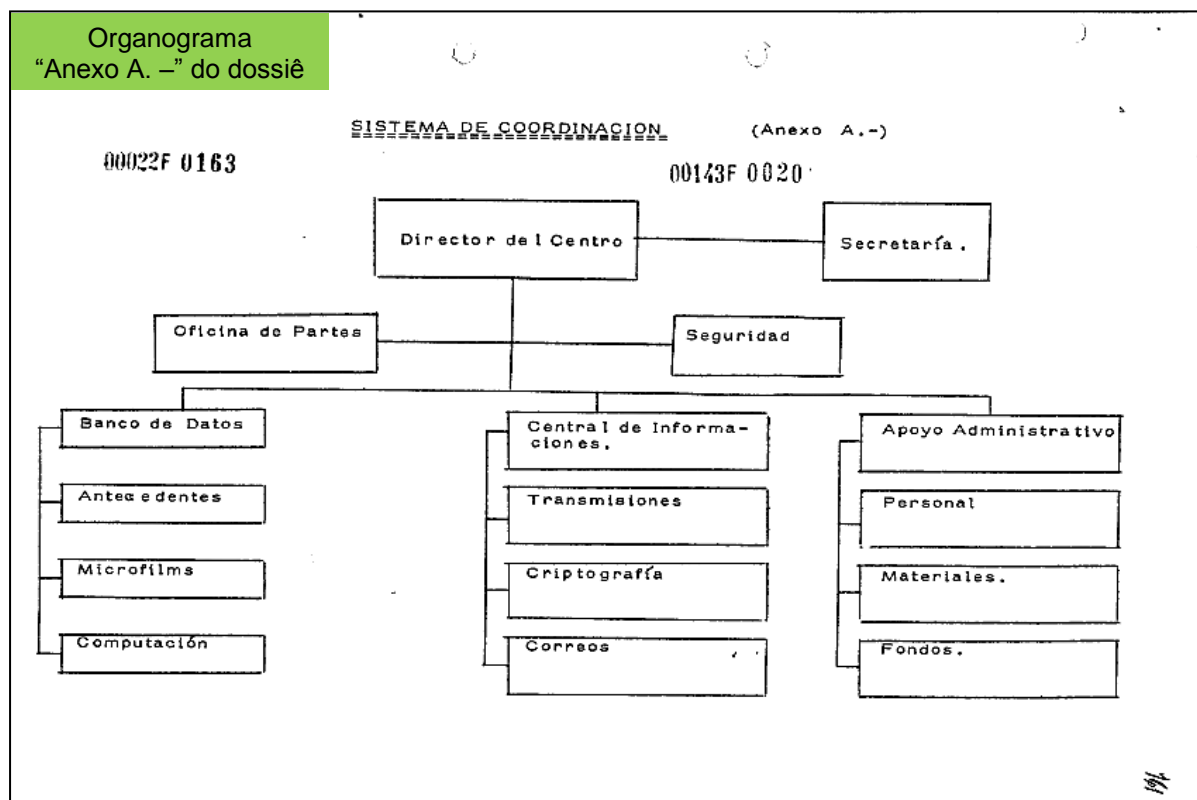
V.- ESQUEMA ORGANICO PROPUESTO.  
(Ver anexo A.-)

VI.- MECANICA DE CONSULTA.  
(Ver anexo B.-)

//..

Outras informações, como países participantes, sede administrativa, visão geral e anexos do dossiê.

Fonte: Arquivo disponível em: <<http://dspace.wrlc.org/doc/bitstream/2041/55385/143F00110022display.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2012.



Anexos A e B com a estrutura organizacional e o sistema de consulta da Operação Condor, respectivamente.

Fonte: Arquivo disponível em: <<http://dspace.wrlc.org/doc/bitstream/2041/55385/143F0011-0022display.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2012.

## ANEXO L – A origem da *Junta de Coordinación Revolucionaria*

Febrero de 1975

### **JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA: ORÍGENES Y PERSPECTIVAS**

[...] A 1968 se remontan los antecedentes de la colaboración mutua entre las cuatro organizaciones que hoy integran la Junta de Coordinación Revolucionaria. Hasta noviembre de 1972, que como veremos es la fecha en que comienza a concretarse la idea de una coordinación orgánica permanente, se producen numerosos contactos bilaterales entre el ELN, el MIR, el NILN(T) y el PRT-ERP- Recordamos entre ellos la reunión entre un miembro de la dirección nacional del PRT y el Inti Peredo, en 1969 en La Paz, la serie de reuniones entre un delegado del NILN y Chato Peredo, en 1970 en La Paz, varios contactos entre compañeros del MLN y del PRT-ERP en Buenos Aires y Montevideo en 1971 y 1972, varias reuniones entre dirigentes del MIR y del PRT en Santiago de Chile desde Julio de 1971 en adelante, etc.

Estos contactos, de los que surgen actividades de colaboración, permiten iniciar un conocimiento mutuo, que al tiempo que significan un valioso intercambio de experiencias, constituyen los primeros lazos entre organizaciones revolucionarias que libran una lucha similar en cuatro países sudamericanos.

NOVIEMBRE DE 1972

[...] se realiza en Santiago de Chile una reunión trascendental. Participa la Comisión Política del MIR en Pleno, tres miembros de la dirección nacional del NILN (T) y tres miembros del Buró Político del PRT. Inicia la sesión Miguel Enríquez, Secretario General del MIR, y expone lúcidamente la necesidad de una nueva organización internacionalista a partir de nuestras tres organizaciones. Un "pequeño Zimmerwald" llama Enríquez a la organización que propone construir, en referencia inequívoca al antecedente leninista de 1915. Unir a la vanguardia revolucionaria que ha emprendido con decisión el camino de la lucha armada contra la dominación imperialista, por la implantación del socialismo, es un imperativo de la hora. Para abrir a los pueblos latinoamericanos el camino de la victoria en la senda emprendida por la gloriosa Revolución Cubana, frente a un enemigo bárbaro, el imperialismo yanqui, y ante la actividad diversionista del populismo y del reformismo. Miguel Enríquez argumenta con claridad examinando sintéticamente la situación latinoamericana y mundial, análisis que refuerza la urgente necesidad de coordinar las luchas revolucionarias en el cono sur de América Latina a partir de la influencia adquirida por la lucha de las tres organizaciones.

La propuesta de Miguel Enríquez es aceptada unánimemente sin observaciones y en pocos minutos se pasa a discutir los pasos prácticos para concretar el objetivo propuesto. Así, son adoptadas un conjunto de resoluciones (preparación de un proyecto de declaración conjunta, preparación de un proyecto para la edición de una revista política, organización de escuelas de cuadros conjuntas, proyectos de funcionamiento, formas de funcionamiento orgánico, etc.) [...].

NACE LA JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA

**A principios de 1974 se prepara un proyecto de declaración conjunta que sirviera de lanzamiento público a la nueva organización internacionalista del Cono Sur Latinoamericano. Ella fue discutida por las cuatro organizaciones y aprobada con aportes y modificaciones. Se hizo conocer a Latinoamérica y al mundo en el año 1974 oficializándose así la existencia de la Junta de Coordinación Revolucionaria.**

Esta importante declaración fue traducida a varios idiomas y circuló profusamente. Fue reproducida por distintas revistas de izquierda en Argentina, Francia, Italia, EE.UU., Suecia y RFA. En ella se define claramente el carácter y los objetivos de la JCR al señalar que **"nos une la comprensión de que no hay otra estrategia viable en América Latina que la estrategia de la guerra revolucionaria. Que esa guerra revolucionaria es un completo proceso de luchas de masas, armado y no armado, pacífico y violento, donde todas las formas de luchas se desarrollan armónicamente convergiendo en torno al eje de la lucha armada. Que para el desarrollo victorioso de todo el proceso de guerra revolucionaria es necesario movilizar a todo el pueblo bajo la dirección del proletariado revolucionario. Que la dirección proletaria de la guerra revolucionaria se ejercita por un partido de combate marxista-leninista, de carácter proletario, capaz de centralizar y dirigir, uniendo en un solo y potente haz todos los aspectos de la lucha popular, garantizando una dirección estratégica justa... que bajo la dirección del partido proletario es necesario estructurar un poderoso ejército Popular... Que es necesario construir asimismo un poderoso frente obrero y Popular de masas que movilice a todo el pueblo progresista y revolucionario... a las más amplias masas cuya lucha corre paralela, convergiendo a cada momento y estratégicamente con el accionar militar del Ejército Popular y el accionar político clandestino del partido proletario". [...]**

PERSPECTIVAS

La unidad internacionalista de la vanguardia latinoamericana, razón de ser de la JCR, es un elemento estratégico de la lucha liberacionista de los pueblos de nuestro continente, que con la agudización del proceso revolucionario cobrará más y más importancia. Así lo ven distintas organizaciones hermanas del Perú, Venezuela, Guatemala, Brasil, Paraguay, México, Colombia, Nicaragua, Santo Domingo y El Salvador, con las que hemos establecido relaciones con propósitos unitarios. El poderoso auge popular que acompañará en los próximos años la crisis mundial del capitalismo favorecerá el desarrollo de la JCR y su lucha internacionalista y la encontrará en las primeras filas del combate revolucionario, siguiendo con honor el luminoso ejemplo guevarista. [...]

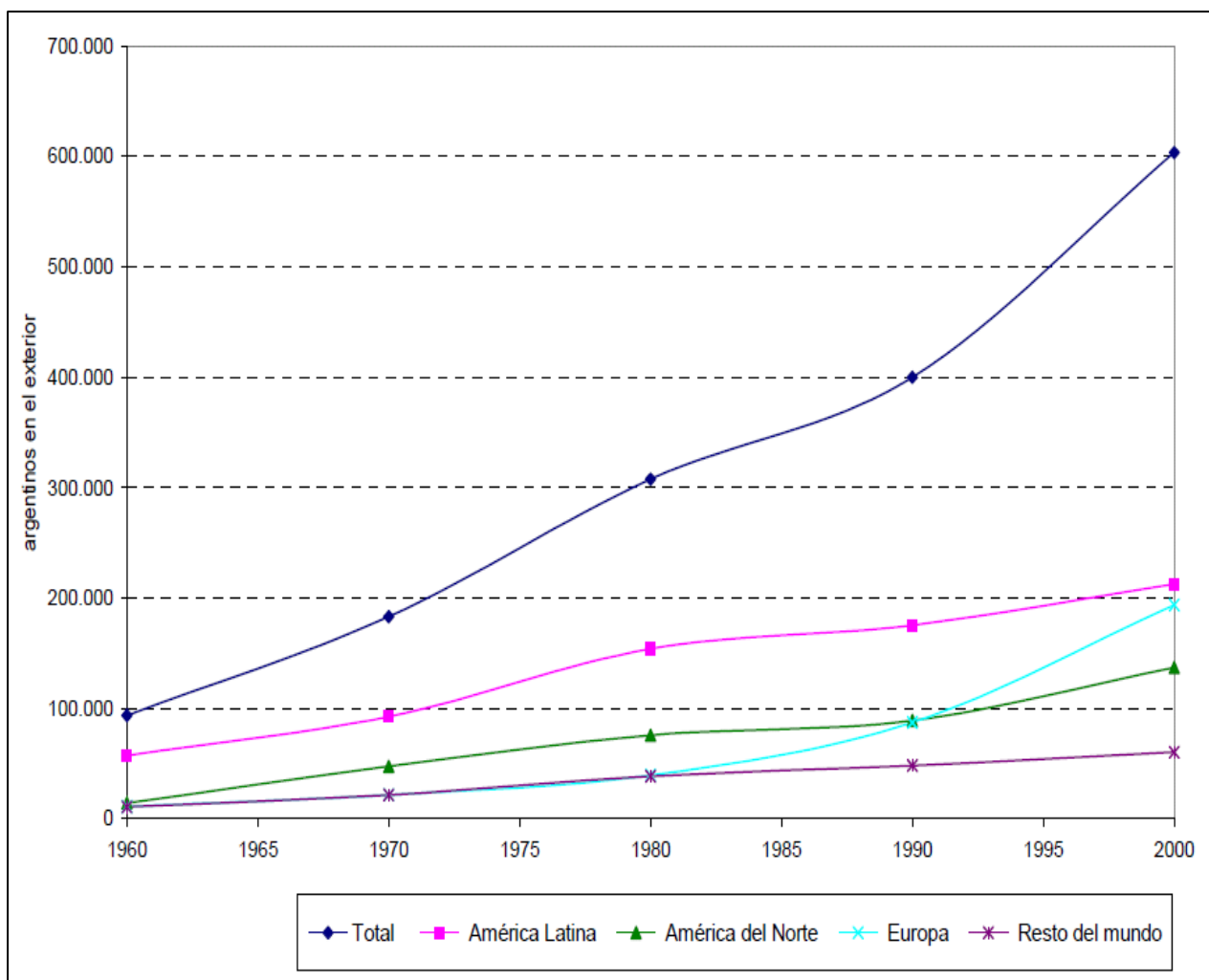
## ANEXO M – Comunicado feito pela JCR após a morte Miguel Enríquez

	<p>¡HA MUERTO UN REVOLUCIONARIO, VIVA LA REVOLUCIÓN!</p> <p>Fecha: 1974 10 07          Grupo: Junta de Coordinación Revolucionaria (JCR)          País: Internacional          Categoría : Comunicado</p>
<p>Logo del Grupo:</p>  <p>Ficheros del Artículo:</p> <p>Este Comunicado no posee ningun fichero</p>	<p>¡HA MUERTO UN REVOLUCIONARIO VIVA LA REVOLUCION!</p> <p>La caída del querido compañero Miguel Enríquez, que tenía las máximas responsabilidades de dirección en la organización hermana Movimiento de Izquierda Revolucionaria, MIR, de Chile, nos ha conmovido profundamente y nos ha servido para unimos aún más, si cabe, en pos de nuestro objetivo histórico: la revolución socialista latinoamericana.</p> <p>Las informaciones dan cuenta de que Miguel Enríquez cayó combatiendo con las armas en la mano a los gendarmes de la Junta Militar gorila. Ha sido un cuadro político y militar del MIR, uno de los mejores hijos del heroico pueblo chileno, cuya resistencia no logran doblegar el terror gorila ni el imperialismo yanqui que lo sostiene.</p> <p>Un héroe más se ha sumado a la larga lista de los caídos por la liberación nacional y social de los pueblos latinoamericanos. Un héroe más ha caído en el camino del Che, en el camino de Vietnam; su sangre es un nuevo tributo que rinde a la revolución mundial la lucha de los pueblos oprimidos. Pero nuevos brazos se tienden presurosos a recoger su fusil, conscientes de que a un revolucionario no se le llora, se le reemplaza.</p> <p>Un héroe más se ha sumado a la larga lista de los caídos por la liberación nacional y social de los pueblos latinoamericanos. Un héroe más ha caído en el camino del Che, en el camino de Vietnam; su sangre es un nuevo tributo que rinde a la revolución mundial la lucha de los pueblos oprimidos. Pero nuevos brazos se tienden presurosos a recoger su fusil, conscientes de que a un revolucionario no se le llora, se le reemplaza.</p> <p>Al cumplirse un nuevo aniversario de la muerte gloriosa de nuestro querido comandante Ernesto Ché Guevara, en pleno corazón de la selva americana, unimos su nombre al de nuestro querido compañero Miguel Enríquez que acaba de caer por la libertad de Chile y por la revolución latinoamericana.</p> <p>Compañero MIGUEL ENRIQUEZ:          ¡HASTA LA VICTORIA SIEMPRE!</p> <p>Comunicado Junta de Coordinación Revolucionaria del Cono Sur. JCR. Formada por: Movimiento de Liberación Nacional (MLN-Tupamaros) de Uruguay. Ejército de Liberación Nacional (ELN) de Bolivia. Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) de Argentina, y el MIR de Chile. 7 octubre de 1974</p>
<p>© 2006 - Cedema.org - CENTRO DE DOCUMENTACION DE LOS MOVIMIENTOS ARMADOS</p>	

Fonte: Texto disponível em: <<http://www.cedema.org/ver.php?id=90>>. Acesso em: 10 fev. 2012.



ANEXO N – Crescimento absoluto da população argentina no exterior, total e por grandes regiões de destino (1960-2000)



Fonte: CALVELO, Laura. **La emigración argentina y su tratamiento público (1960-2003)**. En III Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población. Córdoba: 2008, p. 8. Disponível em: <[http://www.mininterior.gov.ar/provincias/archivos\\_prv25/9\\_la\\_emigracion\\_argentina\\_y\\_su\\_tratamiento\\_publico.pdf](http://www.mininterior.gov.ar/provincias/archivos_prv25/9_la_emigracion_argentina_y_su_tratamiento_publico.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2010.

## ANEXO O – Cifras do Exílio no México

## LAS CIFRAS DEL EXILIO

**Cuadro 1** Población nacional y extranjera en México, 1960-2000

<i>Año</i>	<i>Nacionales</i>	<i>Extranjeros</i>	<i>Porcentaje</i>
1960	34 699 661	223 486	0.64
1970	48 225 238	191 184	0.39
1980	66 846 833	298 900	0.44

Fuente: Censos generales de población.

**Cuadro 2** Población argentina en México, 1960-1990

<i>Año</i>	<i>Argentinos</i>	<i>Crecimiento (%)</i>
1960	2 456	–
1970	1 585	-35
1980	5 503	347
1990	4 635	-16

Fuente: Censos generales de población.

Fonte: YANKELEVICH, Pablo. **Ráfagas de un exilio**. Argentinos en México, 1974-1983. 1ª ed. Buenos Aires: FCE, El Colegio de México, 2010, p. 27.